

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Centro de Humanidades

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

FRANCISCO DE ASSIS BATISTA

TESE DE DOUTORADO

**NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA: O
PROTAGONISMO EXERCITADO PELOS
CAMPONESES NO CARIRI PARAIBANO
(1900-1950)**

Campina Grande

Maio / 2010

FRANCISCO DE ASSIS BATISTA

**NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA: O
PROTAGONISMO EXERCITADO PELOS
CAMPONESES NO CARIRI PARAIBANO
(1900-1950)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande como exigência para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a. Marilda Aparecida de Menezes

Campina Grande

2010

B333n

2010 Batista, Francisco de Assis

Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950) / Francisco de Assis Batista. – Campina Grande, 2010.

259f. : il.

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilda Aparecida de Menezes.

Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Campesinato. 3. Resistência Cotidiana. 4. Dominação. 5. Elite Rural I. Título.

CDU 316.334.55(043)

FRANCISCO DE ASSIS BATISTA

**NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA COTIDIANA: O PROTAGONISMO
EXERCITADO PELOS CAMPONESES NO CARIRI PARAIBANO (1900-
1950)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande como exigência para obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a. Marilda Aparecida de Menezes
Orientadora

Dr. Edgard Afonso Malagodi

Dr. Gervácio Batista Aranha

Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Dra. Rosilene Dias Montenegro

Campina Grande, ____ de _____ de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais José Batista Sobrinho e Abigail Cordeiro Batista, às minhas filhas Kaline Ventura Batista, Daniele Ventura Batista e Michele Ventura Batista e a minha saudosa esposa Maria do Socorro Lopes Ventura Batista (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, a professora Marilda Aparecida de Menezes, que mesmo não dispondo de tempo suficiente em sua agenda, sempre lotada, conseguia espaços para realizar nossos encontros de estudo, nos quais buscava esclarecer as minhas dúvidas, que não foram poucas, e nortear o trabalho de construção da tese; aos funcionários do Departamento da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, estes sempre solícitos em atender da melhor forma possível as nossas solicitações; aos colegas do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UEPB, pelo apoio e exemplar compreensão. Agradeço também indistintamente, a todas as pessoas que contribuíram com este trabalho, pois foram várias as consultas que fiz, no intuito de esclarecer os caminhos a serem trilhados.

“A dor só é bem cantada, cantada por quem padece.”

Patativa do Assaré

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950)**. Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Tese de Doutorado em Sociologia.

RESUMO

O Cariri da Paraíba, de acordo com os registros de doações de sesmarias, foi sendo ocupado, no início do século XVIII, por pessoas que tinham por objetivo estabelecer fazendas de gado. Mesmo não se atendo, apenas, a fontes documentais que registravam as sesmarias, é possível perceber que a ocupação da região foi se dando, também, por pessoas sem terras, escravos e ex-escravos que para aquela área se dirigiram, em busca de terras que lhes possibilitassem a subsistência. Essas pessoas em constantes embates com a elite rural da região foram se estabelecendo e deram origem ao campesinato regional. Este trabalho tem por objetivo analisar as práticas de resistência cotidiana, exercitadas por este campesinato, frente às práticas de dominação da elite rural, no Cariri Ocidental da Paraíba, no período de 1900 a 1950. Para realizar essa análise, utilizamos como fonte de pesquisa documentos da Igreja Católica, documentos cartoriais, manuscritos de pessoas da região, entrevistas e também publicações literárias de pessoas que trataram de relatar os conflitos que presenciaram na época, tanto entre a elite rural quanto entre essa elite e os camponeses. A análise dessas fontes nos possibilitou perceber pistas e sinais das formas como se davam as relações sociais entre a elite rural e os camponeses, favorecendo, dessa forma, a análise das relações de dominação e de resistência protagonizadas pelos camponeses. As análises realizadas nos permitiram concluir que os camponeses mesmo enfrentando as práticas de dominação da elite rural, desenvolveram, conforme as suas possibilidades, estratégias de resistência cotidiana.

Palavras-chave: campesinato, elite rural, dominação, resistência cotidiana.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950)**. Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Tese de Doutorado em Sociologia.

ABSTRACT

The Cariri of Paraíba, according to the records of donations of land grants, has been busy in the early eighteenth century, by people who aimed to establish cattle ranches. Even not be linked, only the source documents that recorded the allotments, you can see that the occupation of the region was being given, also, for people without land, slaves and former slaves to the area they went in search of land enables them to subsistence. These people in constant clashes with the rural elite of the region were being established and gave rise to regional peasantry. This study aims to analyze the practices of everyday resistance, exercised by the peasantry, against the practices of domination of the rural elite in the West Cariri of Paraíba, in the period 1900 to 1950. For this analysis, we used as a source of research documents of the Catholic Church, registry documents, manuscripts of local people, interviews, and also publications by people who had tried to report the conflicts witnessed at the time, both among the rural elite and among the elite and the peasants. The analysis of these sources has enabled us to see tracks and signs the forms in which they gave the social relations between the rural elite and the peasants, thus benefit the analysis of relations of domination and resistance played out by peasants. The analysis carried out showed that farmers facing the same practices of domination of the rural elite, developed according to their possibilities, everyday strategies of resistance.

Keywords: peasantry, rural elite, domination, resistance everyday.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no Cariri paraibano (1900-1950)**. Universidade Federal de Campina Grande, 2010. Tese de Doutorado em Sociologia.

RÉSUMÉ

Le Cariri de Paraíba, selon les registres de dons de concessions de terres, a été occupé dans le début du XVIIIe siècle, par des gens qui visait à établir des ranchs de bétail. Même pas être liée, seuls les documents source qui a enregistré les attributions excédentaires, vous pouvez voir que l'occupation de la région a été donné, aussi, pour les personnes sans terre, les esclaves et anciens esclaves dans la région ils sont allés en quête de terres leur permet de subsistance. Ces personnes lors d'affrontements constants avec les élites rurales de la région ont été mis en place et a donné lieu à une paysannerie régionale. Cette étude vise à analyser les pratiques quotidiennes de la résistance exercée par la paysannerie, contre les pratiques de domination de l'élite rurale dans l'Ouest Cariri de Paraíba, dans la période de 1900 à 1950. Pour cette analyse, nous avons utilisé comme une source de documents de recherche de l'Église catholique, les documents d'enregistrement, des manuscrits de la population locale, interviews, ainsi que des publications par des gens qui avaient tenté de rapporter le témoin de conflits à l'époque, tant chez l'élite rurale et parmi les d'élite et les paysans. L'analyse de ces sources nous a permis d'observer des traces et des signes les formes dans lesquelles ils ont donné les relations sociales entre les élites rurales et les paysans, ainsi bénéficier de l'analyse des rapports de domination et de résistance joué par les paysans. L'analyse effectuée a montré que les agriculteurs face aux mêmes pratiques de domination de l'élite rurale, développée en fonction de leurs possibilités, les stratégies quotidiennes de résistance.

Mots-clés: paysannerie, élite rurale, la domination, la résistance quotidienne.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - DA ECONOMIA MORAL À RESISTÊNCIA COTIDIANA CAMPONESA	27
1.1 Os Princípios Da Economia Moral em Thompson:	29
As Noções De Direito e As Obrigações Sociais	
1.2 Os Princípios da Economia Moral na Perspectiva de J. Scott	31
1.2.1 Primeiro princípio: a segurança em primeiro lugar	32
1.2.2 Segundo princípio: a noção de justiça e da reciprocidade ao direito à subsistência.....	34
1.2.3 A subjetividade da noção de justiça e de exploração	37
1.2.4 A aplicabilidade do conceito da economia moral	40
1.3 A Noção de Resistência Cotidiana Camponesa: A Construção de J. Scott	41
1.4 As Faces da Resistência: O Discurso Oculto e o Discurso Público	51
CAPÍTULO II - CONSTRUINDO UM ROTEIRO METODOLÓGICO: NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA	57
2.1 Das Fontes	61
2.1.1 Livro de tombo	62
2.1.2 Processo criminal	63
2.1.3 Livros que resgatam traços da convivência familiar	66
2.1.4 Produção de historiadores regionais	67
2.1.5 Entrevistas	68
2.1.6 Literatura de cordel e outras manifestações artísticas	70
CAPÍTULO III - AS RAÍZES CAMPONESAS NOS CARIRIS VELHOS DA PARAHYBA DO NORTE	72
3.1 Aspectos Geográficos: Uma Terra Distante e Seca nos Recantos da Paraíba	72
3.2 O Processo de Ocupação: As Raízes Históricas dos Latifúndios	74
3.3 O Domínio dos Grandes Latifúndios	76
3.4 Os Tênues Sinais da Existência do Campesinato: A Leitura do Censo de 1940	80
3.5 Os Índios na Formação do Campesinato:	

O Povoamento a partir do Sul, da Serra do Ararobá	88
3.6 Terra de Passagem e também de Refúgio	91
3.7 A Povoação Camponesa a partir do Norte, da Vila de Travessia dos Quatro Caminhos	99
3.8 A Participação dos Escravos na Formação do Campesinato	101
3.9 Sinais da Resistência: A Consolidação do Campesinato na Estrutura Agrária Regional	108

CAPÍTULO IV - A ELITE AGRÁRIA E OS CAMPONESES:

TRADIÇÃO, COSTUME E CONFLITOS	111
4.1 Muitas Terras para Poucos Donos: Os Domínios da Elite Rural	111
4.2 O algodão: Elemento Comum que divide Áreas de Terras com as Patas do Gado e com as Plantações para Subsistência	115
4.3 O Binômio “boi-algodão” Produz seus Doutores Políticos	120
4.4 O Domínio Econômico e Político da Elite se Consolida	123
4.5 Os Camponeses: Subordinados, talvez... mas Resistindo	125
4.6 Estratégia de Reciprocidade e Dominação da Elite: As Terras em Campo	127
4.7 Da Reciprocidade ao Conflito entre a Elite: As Rupturas do Direito Costumeiro	131
4.8 Muitos Donos para Pouca Terra: O Universo Camponês e o Exercício das Expressões de Reciprocidade	136
4.9 O Tênuo Fio entre a Cooperação e o Conflito	145
4.10 Faces das Relações entre a Elite Rural e os Camponeses: Os Princípios de uma Economia Moral	148

CAPÍTULO V - AS MÚLTIPLAS FACES DAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO E DA RESISTÊNCIA

5.1 A Elite e o Rompimento dos Princípios da Economia Moral: A Agressão aos Direitos Costumeiros	152
5.2 A Elite utiliza-se da Violência como Meio para Dominação e os Dominados exercitam a Resistência	157
5.3 Da Indignação Mantida no Discurso Oculto à Ação de Resistência Pública	162
5.4 Traços da Resistência: O Discurso Oculto Mantido no Âmbito Familiar	163
5.5 Manifestações Oraís Marginais: As Cantorias como Expressão da Resistência Cotidiana.....	165
5.6 Os Poetas Populares Perturbam a Elite	173
5.7 Os Poetas Populares Denunciam as Práticas da Violência	175
5.8 Faces da Resistência Simbólica: Os Apelidos Ridicularizavam a Elite	181
5.9 Um Camponês Revida a um Apelido Publicamente Mencionado por um Coronel	187
5.10 As Fofocas Chacoteiam a Elite	188
5.11 Os Dominados Fazem Uso dos Rumores	189

CAPÍTULO VI - OS INDÍCIOS DA RESISTÊNCIA:	
UMA AFRONTA OBSCURA PERTURBA A ELITE	192
6.1 Um Assassinato na Oligarquia da Família Feitosa	193
6.2 A Condenação dos Supostos Assassinos	196
6.3 O Vaqueiro Ciríaco Dodô:	
A Construção de Espaços Sociais Onde se Exercitava o Discurso Oculto	198
6.4 Os Espaços dos Discursos Contestatórios às Determinações da Elite	201
6.5 Aspectos das Formas de Dominação:	
O Discurso Oculto se Revela pela Tortura	207
6.6 Da Produção do Discurso Público a Revelação de um Discurso Oculto	213
6.7 Os Índícios de uma Deferência Fingida:	
Aspectos da Produção de um Discurso Público	216
6.8 As Contradições Revelam as Pistas de um Discurso Oculto	218
6.9 O Depoimento do Camponês Didier Fortunato:	
Pistas e Índícios da Elaboração de um Discurso Público	220
6.10 O Vaqueiro Ciríaco Dodô:	
da Revelação do Discurso Oculto à Negação da Deferência aos Patrões	221
6.11 A Tortura como um Instrumento da Elite e os Rumores como Prática de Resistência dos Dominados	230
6.12 As Reciprocidades Interestaduais da Elite: um Torturador a Serviço dos Dominantes	234
CAPÍTULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	243
ANEXOS	253

INTRODUÇÃO

Procuramos, inicialmente, situar a trajetória de questionamentos que brotaram a partir de nossa dissertação de Mestrado e que, conseqüentemente, após um período de reflexão, resultou na proposta dessa tese de doutorado.

No percurso do mestrado¹, realizamos uma análise das ações políticas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, uma pequena cidade, situada no Cariri paraibano, para compreender quais daquelas ações promovidas pelo sindicato expressavam o rompimento das práticas de dominação da elite rural ainda bastante presentes, como o desrespeito aos direitos trabalhistas e a utilização da violência como forma de explorar e expropriar os trabalhadores rurais. De acordo com a formulação do Estatuto da Terra era considerado como trabalhador rural, para efeito de sindicalização, não só os trabalhadores nas diversas atividades rurais nas fazendas da região, mas, também os posseiros, parceiros, moradores e pequenos proprietários. Essas categorias em geral ocupam áreas de minifúndio, que, conforme denominação do Estatuto da Terra se caracterizava por possuir áreas de terras inferiores a um módulo rural. Na região do Cariri, o módulo rural correspondia a 55 hectares (Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, art.4º).

Naquela região, o movimento organizado, ou seja, institucionalizado dos trabalhadores teve início e se tornou evidente a partir da década de 70, momento em que o sindicalismo rural se desenvolveu, colocando em pauta a temática dos direitos trabalhistas até então desrespeitados. Naquele momento, os sindicatos do Cariri contavam com uma assessoria permanente do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural – CENTRU², que promovia, regularmente, cursos

¹ Sindicalismo Rural x Clientelismo: trilhas de exercício de cidadania (análise das ações político-educativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro - PB). Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

² O CENTRU tinha como objetivo realizar um trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais, visando a auxiliar o processo de capacitação destes a partir de uma visão classista, tendo por meta fortalecer o movimento sindical rural e suas lutas nos planos econômico, social e político. Procurava desta forma no campo sindical fortalecer um sindicalismo classista e no campo político estimular a participação dos trabalhadores na vida política do país, através de partidos comprometidos com a visão e prática de independência de classe. O CENTRU teve suas origens a partir de um trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais do Maranhão, realizado pelo Movimento de Educação de Base - MEB, nos anos de 1961 a 1964. A partir dessa experiência, originou-se o Centro, com a perspectiva de expandir a proposta educativa e organizativa dos trabalhadores a outros estados, sendo estruturado em cinco Estados do Nordeste: Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Na Paraíba contribuiu em diversos momentos das lutas dos trabalhadores rurais como as campanhas salariais dos canavieiros em 1982 e 1983, entre outros. No plano mais geral de organização dos trabalhadores, contribuiu significativamente no processo de fundação

de formação para os dirigentes sindicais e trabalhadores rurais. Como resultado do movimento sindical que surgia e da discussão dos direitos previstos em lei, diversos trabalhadores e trabalhadoras acionaram, judicialmente, pela primeira vez, alguns latifundiários, na perspectiva de conquistar e fazer valer seus direitos.

Este trabalho não pretende ser uma continuidade linear do estudo desenvolvido no mestrado, até mesmo porque o período histórico no qual se situa nosso objeto de estudo é anterior ao surgimento do movimento sindical rural. Esclarecemos, todavia, que as motivações foram gestadas durante a pesquisa e no transcorrer da elaboração da dissertação, nos remetendo a problematizar e a pensar situações anteriores àquelas que, naquele momento, se colocavam como prioritárias em vista da temática que estava sendo trabalhada.

Dessa forma, esse trabalho não brota de linearidades no sentido de acumular conhecimento, nem da compreensão de um avanço de conhecimentos a partir de um determinado ponto consolidado, mas de rupturas e de buscas por novas perspectivas teóricas e metodológicas.

Durante o processo de pesquisa para a elaboração da dissertação, mantivemos um contato próximo com os trabalhadores. Não foram contatos eventuais, nos quais apenas coletávamos informações, mas momentos de partilhar com os trabalhadores em questão, alguns momentos de discussões e encaminhamentos às diversas questões que se colocavam em pauta, naquele contexto do movimento sindical. Nesses e em outros momentos, conversávamos, sem preocupações, sobre assuntos diversos, uma vez que as ações dessas pessoas não estavam condicionadas ou restritas, exclusivamente, à luta sindical.

É claro que nesses momentos mais descontraídos também falávamos das temáticas relacionadas ao movimento sindical, mas, longe estávamos de tornar essas conversas um espaço de discussão das questões discutidas no âmbito sindical.

Em certa ocasião, quando entrevistamos um trabalhador rural, este nos confidenciou uma informação que não esquecemos. Embora não constando da entrevista “formal”, ele revelou, sem dar muita importância, que quando se sindicalizou passou muito tempo com a carteira do sindicato escondida sem dizer a ninguém, sequer à esposa. Ao ser questionado sobre o porquê dessa atitude, ele nos esclareceu, dizendo o seguinte: “deixei escondida, não disse a ninguém, pensando usar só se um dia fosse preciso”.

da CUT no Estado. Da Paraíba, fazia parte da direção executiva do CENTRU a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, assassinada em 1983.

Informações desse tipo não tinham muito significado na ocasião, uma vez que buscávamos perceber uma “consciência política” dos trabalhadores, se materializando em ações concretas, comprovadas na militância do movimento sindical.

Entretanto, se por um lado alguns trabalhadores acionaram a justiça para cobrar seus direitos, por outro, a grande maioria, que vinha sendo expulsa das grandes propriedades rurais, não tomava a mesma posição. Mesmo com a campanha pela conquista dos direitos, promovida pelo sindicato, a maior parte dos trabalhadores, naquela situação, tomou atitudes outras, celebrando acordos diversos com os latifundiários. A análise que se fazia dessa posição era feita de forma superficial, compreendendo que essa atitude não representava nada mais do que a ausência de uma consciência de classe por parte daqueles trabalhadores.

O conceito de exploração e de consciência, que estava sendo elaborado, não dava muita margem para se levar em consideração as diferentes percepções dos próprios trabalhadores, pois se dava uma maior atenção à compreensão dos trabalhadores militantes do movimento sindical. Enquanto isso, aos trabalhadores que não faziam parte da militância ou pouco participavam, não restava espaço para expressarem seus pontos de vista, sobre as relações de dominação local.

No transcorrer das pesquisas e nas conseqüentes análises, os conceitos e perspectivas teóricas, citados anteriormente, foram muito preponderantes, de forma que dificultaram a percepção de outras formas de organização dos trabalhadores, fora do âmbito do sindicalismo. Questionamos a capacidade dos trabalhadores rurais em realizar atividades associativistas, pois percebemos que a única forma de trabalho coletivo, que fazia parte do costume da região era o mutirão, ocasião em que participavam diversos trabalhadores com um objetivo comum. Esses mutirões, geralmente, eram promovidos por algum trabalhador que arregimentava outros para adiantar uma tarefa de caráter urgente, podendo ser realizado tanto para atividades da roça como outras, entre elas, a construção de casas, de cercas, etc.

Mais uma vez, de forma semelhante, o entendimento de “coletivo” estava sendo construído, predominantemente, sob a centralidade daqueles trabalhadores militantes no movimento sindical, que sem construir um espaço de diálogo para melhor entender as especificidades regionais, obscureciam os indícios das possíveis formas tradicionais, não só de trabalho coletivo, mas de formas diversas de cooperação.

A pesquisa demonstrou a importância que o sindicato teve naquele momento e naquele contexto específico, em que os trabalhadores rurais estavam sendo expulsos das grandes

propriedades rurais. No entanto, alguns questionamentos foram brotando, pouco a pouco, não só a respeito da importância do papel do sindicato e dos trabalhadores inseridos no movimento sindical, mas, acerca de outros trabalhadores e trabalhadoras que não se inseriram no movimento sindical.

Em meio aos acontecimentos, sempre nos voltava ao pensamento um argumento bastante comum dos militantes do movimento sindical, naquela região, ao atribuir-se a resistência de muitos trabalhadores rurais em participar do sindicato ao fato da maioria desses trabalhadores possuírem um pequeno pedaço de terra, desenvolvendo, por conseqüência, quase que, mecanicamente, uma mentalidade semelhante ao grande proprietário, como se dizia na época, uma mentalidade “pequeno burguesa”.

Outro argumento também recorrente era o fato de não se ter vivenciado, no Cariri paraibano, a experiência dos movimentos organizados dos trabalhadores, a exemplo das ligas camponesas, o que servia em parte para justificar a deficiência de organização e a falta de consciência dos trabalhadores de suas condições de explorados. Enfim, os questionamentos que surgiam estavam sempre associados à questão da participação dos trabalhadores em sua entidade de classe, desdobrando-se em outros questionamentos a este relacionado, em que se insinuava, sobretudo, o papel determinante de uma ideologia dominante, que condicionava, de uma forma ou de outra, a maneira dos trabalhadores enxergarem o seu próprio mundo e, conseqüentemente sua forma de atuar nele.

Cada vez mais percebendo a complexidade daquela realidade e as lacunas que ficaram sem uma devida explicação, um questionamento emergia, insistentemente, no tocante a verificar como se dava o enfrentamento dos trabalhadores rurais na ausência dos direitos regulamentados por lei e na ausência de instituições jurídicas, bem como na inexistência de organizações classistas, a exemplo dos sindicatos que viabilizavam a cobrança destes direitos.

Tomando como base esses e outros questionamentos, acreditamos que a nossa tese representa uma ruptura com a abordagem teórico-metodológica utilizada no mestrado. Além disso, incluímos questões que não foram problematizadas na ocasião como formas cotidianas de resistência à dominação da elite.

Assim, nosso estudo, que constitui essa tese, busca perspectivas teórico-metodológicas para compreender as ações dos sujeitos no seu cotidiano e, não somente, em momentos ocasionais de lutas ou em suas expressões institucionais. Esclarecemos, que não se trata de negar

a importância do sindicalismo rural especificamente estudado no período do curso do mestrado, nem de toda uma trajetória secular de lutas, de rebeliões, de movimentos sociais, de resistência indígena, negra e popular registradas e analisadas por diversos estudiosos (Cf. GOHN,1995; MARTINS, 1986; SCHERER-WARREN, 1991) mas, de também compreender outras formas de resistência possíveis.

Através dessa perspectiva, da possibilidade de outras formas de resistência, a explicação da falta de consciência dos camponeses em relação à sua condição de explorados, utilizada para explicar a não participação nas ações sindicais ou em outras formas de enfrentamento não convencia mais.

Assim, rememorando nossas andanças na zona rural e nos diálogos com os trabalhadores, principalmente nas conversas informais em que estes relatavam como conseguiram a terra - resgatando a trajetória da família - começamos a perceber que todos aqueles que conseguiram manter-se na terra, sempre faziam referências a algumas estratégias exercitadas por seus ancestrais, frente às práticas de dominação dos latifundiários, bem antes da existência dos sindicatos.

No contexto econômico do início do século XX, em virtude da importância econômica desempenhada pela produção do algodão, a pressão e a disputa pela terra eram frequentes, ocasião em que ocorriam conflitos violentos entre os grandes latifundiários na luta por áreas de terras. Estes latifundiários também se utilizavam de artifícios diversos e violentos para expropriar as pequenas áreas de terras dos camponeses e, assim, aumentar seus domínios territoriais.

Alguns casos eram contados em conversas seletas de amigos, ocasião em que se comentava sobre as formas violentas pelas quais alguns latifundiários da região conseguiram adquirir e ampliar suas áreas de terras. Surgiam nessas conversas a maneira como alguns camponeses, conforme podiam, executavam as formas de resistência frente a esses latifundiários que intentavam, em certas ocasiões, não raras, tomar parte ou toda as áreas de terras de algum camponês.

Os latifundiários usavam de estratégias diversas para expropriar os camponeses, dentre as quais se destacava o desrespeito aos limites das áreas, invadindo partes das áreas de terras dos camponeses, mediante a implantação de cercas que passavam a demarcar as terras invadidas. As tentativas para se tomar as terras dos camponeses, por vezes, se davam através de ameaças para

comprá-las por um valor insignificante ou questionamentos acerca da legitimidade da posse daquela área e, em muitos casos, tomando-a pela força, por meio de violência.

Nessa situação, as formas de resistência narradas pelos camponeses eram várias, compreendendo desde ações como queimar, ocultamente cercas que eram colocadas, injustamente em suas áreas, até ações violentas como assassinatos de latifundiários, praticados no anonimato.

Alguns fatos rememorados pelos camponeses demonstravam que eles tinham consciência de sua condição de subalternidade e que suas ações eram fundamentadas a partir da análise que faziam das relações de poder que vivenciavam.

As conversas em que, não raro, abordavam a forma pelas quais os latifundiários ameaçavam expropriar os camponeses de suas áreas de terras e como resistiam, demonstravam que mesmo asfixiados pelos latifúndios, esses camponeses conseguiram garantir a sua posse, demonstrando, assim, indícios de práticas de resistência às ações de dominação e expropriação, exercitadas pela elite rural.

Entendemos por indícios determinadas ações, situações, fatos, linguagens que representam sinais ou pistas que, se observados devidamente e analisados num contexto específico, podem revelar a compreensão de fenômenos ainda não esclarecidos.

Com base nessas observações, começamos a entender que o sindicato não era a única forma de organização e enfrentamento dos trabalhadores rurais às práticas de dominação da elite.

Neste cenário, os indícios observados no cotidiano mostravam, cada vez mais, que mesmo há várias décadas anteriores à existência do sindicato já havia formas de enfrentamento às expressões de poder, exercido pelos latifundiários. O sindicato consistia, apenas, numa outra forma de organização e resistência regulamentada em lei, mas não era uma forma exclusiva de organização, exercitada pelos trabalhadores rurais.

Ao percebermos a existência dessas práticas em período anterior ao sindicato, isto é, no início do século XX, o desafio era observar os momentos em que ocorriam, como se articulavam, como se manifestavam no cotidiano e como foram sendo, socializadas e legitimadas entre os camponeses.

Buscando os indícios de resistência em diversas ações, práticas e discursos dos camponeses, iniciamos um processo de garimpagem de fatos, conversas e memórias. Começamos a rememorar “fragmentos” de algumas conversas que tivemos com alguns trabalhadores, em

momentos diversos e esparsos no tempo e fomos percebendo, aqui e acolá, indícios diversos dessas práticas de resistência à dominação da elite rural.

Os indícios de resistência foram coletados em várias ocasiões, em conversas com trabalhadores em suas residências, nas feiras e nas ocasiões festivas. Eles foram organizados por nós para facilitar a análise, mas ocorreram de modo difuso, fragmentado, e tempos e espaços diferenciados. Esses indícios foram evidenciando que as ações judiciais, manifestações públicas e coletivas, como as promovidas pelo sindicato, nem sempre expressavam a diversidade de práticas e discursos de resistência dos trabalhadores.

As reflexões que aqui apresentamos não têm como objetivo questionar a importância do movimento sindical na organização dos trabalhadores e na conquista de seus direitos, mas pretende compreender a diversidade de formas de dominação e resistência entre categorias de camponeses e as elites agrárias do Cariri paraibano.

Observando mais atentamente a região do Cariri paraibano, é possível constatar como os camponeses desenvolvem estratégias e conseguem resistir às expressões de poder da elite rural. Um costume comum e, ainda, bastante perceptível a quem observa as margens das estradas no Cariri é a utilização dos pedaços de terra entre as rodovias e as grandes propriedades rurais por famílias de trabalhadores rurais para a criação de pequenos animais, como porcos, bodes, entre outros ou mesmo para algum tipo de plantação de cultivo rápido como milho ou feijão. Esse costume constitui, no nosso entendimento, um indício de resistência às relações de poder que historicamente marcaram o acesso à terra.

Observando mais atentamente as expressões culturais da região, fomos percebendo que algumas delas, a exemplo da literatura de cordel e das “cantorias”, denunciavam formas e eventos diversos de violência e exploração vivenciadas no cotidiano. Compreendemos que a literatura e a música, para além de seu caráter artístico e de divertimento, se constituíam como linguagens de resistência dos camponeses às práticas de dominação da elite.

É possível perceber que as ações dos camponeses, ao procurarem garantir o acesso a terra ou água para viabilizar a sua subsistência, tensionavam as relações de dominação e exercitavam a resistência. Assim, eles iam avançando em passos miúdos, mas, persistentes, e aqui e acolá, iam alcançando pequenas conquistas no cotidiano que os favoreciam permanecerem na terra.

Em um sítio do município de São Sebastião do Umbuzeiro, em que predominava a existência de camponeses, estes, não cercavam suas áreas, mas, apenas cercavam aquelas

destinadas aos roçados, ficando o restante da terra sem cercas, ou seja, como se diz na região, em “campo”. Os moradores explicavam que a ausência de cerca facilitava a criação de animais soltos, pois, tornava-se mais difícil criar os animais presos. Esse modo de uso comum da terra, de forma a favorecer toda a comunidade pode ser entendido como um espaço comunitário de ajuda mútua, forma de cooperação bastante utilizada e enraizada nos costumes seculares da região.

Com base nesse exemplo, constatamos que os camponeses, provavelmente, encontraram algumas alternativas coletivas, no sentido de suprir as necessidades que surgiam pela limitação de suas pequenas áreas. O uso comum da terra se orientava por normas sociais assumidas e vigiadas por todos. Se, por acaso, alguém cercasse sua área, não teria mais o direito de criar seus animais soltos e seria obrigado a criá-los, apenas, na área cercada.

As formas de uso comum de recursos naturais, também, se observavam no uso da água tanto para o consumo humano como para o animal. As fontes de água, como barreiros e cacimbas eram mantidas pelo trabalho cooperativo dos camponeses. Relações de ajuda mútua, também, eram observadas no período da colheita de produtos agrícolas, tratamento das sementes por ocasião da debulha, ocasiões em que os camponeses exercitavam a prática do mutirão.

Essas práticas costumeiras de produção, de trabalho, de uso dos recursos comuns foram construídas nas relações entre parentes, vizinhos, patrões e o próprio estado. Isso constitui, no nosso entendimento, traços característicos de uma “economia moral”. Para a discussão desse conceito, nos fundamentaremos nos trabalhos do historiador Edward P. Thompson e do cientista político James C. Scott.

Em busca de caminhos teórico-metodológicos, num determinado momento, tivemos acesso a coleção da revista Raízes, do programa de Pós-graduação em Sociologia da UFCG. Após alguns dias folheando os volumes, aleatoriamente, um deles em especial nos chamou a atenção, pois trazia dois artigos que abordavam a questão camponesa e nos motivaram a retomar nosso percurso de estudo³.

Um dos artigos era de autoria do cientista político americano James C. Scott⁴, intitulado “Formas cotidianas de resistência camponesa” e outro era de autoria da professora Marilda

³ Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Programa de pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Campina Grande-Centro de Humanidades. Vol.21, n.01, janeiro-junho, 2002.

⁴ James C. Scott, graduado em Economia Política, no Williams College (Estado de Massachusetts, EUA) nos anos 50. Em meados dos anos 60 e 70 foi professor de Ciência Política na Universidade de Wisconsin. Nesta universidade filiou-se ao Land Tenure Center, um dos principais núcleos de pesquisa sobre camponeses e temas agrários nos Estados Unidos.

Aparecida de Menezes⁵, intitulado “O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação”.

Em seu artigo, Scott colocava de forma breve as suas idéias sobre a ação política cotidiana dos camponeses. Ele defende que se a intenção for ampliar a visão para um campo mais duradouro e permanente de luta dos camponeses, a atenção deverá ser deslocada dos grandes eventos coletivos como revoltas e rebeliões para as ações protagonizadas no âmbito do cotidiano. Essa perspectiva analítica, por seu caráter polêmico, desencadeou um intenso debate na área dos estudos relacionados ao campesinato. A ênfase nas ações do cotidiano teve por motivação a insatisfação com a visão da política camponesa centrada nas rebeliões e revoluções camponesas, que são poucas e diversas e os resultados, geralmente, são incertos.

Dando relevância ao cotidiano e às ações de resistência que são historicamente construídas nas relações entre categorias do campesinato e das elites agrárias, Scott defende a compreensão de que as rebeliões são episódios raros, enquanto que as ações cotidianas, constituem-se mesmo como sendo “silenciosas guerrilhas”.

Outro argumento importante que defende a análise do cotidiano para o entendimento da política do campesinato é colocado ao questionar que estudar apenas os eventos como revoltas e rebeliões seria como estudar uma história dos trabalhadores fabris centrada apenas nos protestos e greves. Se isso ocorresse, se perderia o foco das ações mais duráveis e constantes de lutas, que acontecem no cotidiano, que Scott entende serem expressões, também, da luta de classe. As ações mais duráveis constituiriam um leque amplo como o lazer, luta por salário e por melhor jornada de trabalho.

Com base nesse raciocínio este autor desenvolve toda uma perspectiva teórico-metodológica para estudar o comportamento camponês. Mesmo não tendo por pretensão criar uma teoria geral para o campesinato, as idéias desenvolvidas constituem-se como um roteiro teórico-metodológico, que permite analisar aquelas ações protagonizadas pelos camponeses em situações históricas diversas.

As idéias de James Scott e da sua formulação do conceito de “formas cotidianas de resistência”, nos abriram uma perspectiva para analisar uma série de ações aparentemente soltas e desconexas praticadas pelos camponeses no Cariri da Paraíba. A perspectiva teórica de Scott é

⁵ Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

apresentada no artigo da professora Marilda A. de Menezes (2002) em que dois livros de James Scott, o *Weapons of the Weak: the everyday forms of peasant resistance* (armas dos fracos: as formas de resistência cotidiana) e *Domination and arts of resistance: Hidden Transcripts* (dominação e as artes da resistência: transcrições ocultas) são analisados. Antes mesmo de se deter na análise do conceito de “formas cotidianas de resistência”, a professora Marilda A. de Menezes (2002) situa a ocorrência dos diversos movimentos sociais camponeses na América Latina e também no Brasil. Entretanto, chama a atenção para a existência de diversos grupos de trabalhadores que não têm uma participação nessas formas de organizações políticas. Esse comportamento não caracteriza uma ausência de “consciência política ou de classe” ou , conformismo, acomodação ou submissão às relações de dominação.

A resistência cotidiana na compreensão de J. Scott (2002) configura-se em linhas gerais como sendo a luta constante do dia-a-dia promovidos pelos camponeses no sentido de enfrentar aqueles que extraem o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. Ela se traduz em ações diversas como fazer corpo mole, a submissão falsa, os saques, os incêndios, a sabotagem e outras ações semelhantes.

Compreendendo a importância da perspectiva analítica de Scott, a professora Marilda A. de Menezes (2002) expressa o vasto campo de análise que poderá ser construído a partir de ações políticas diversas dos camponeses e não apenas as que se situam nas formas de lutas coletiva, organizada, pública e formal.

Ao longo dessa tese, desenvolveremos a discussão teórica de James Scott, bem como de diversas posições críticas e debates desencadeados a partir de seu trabalho. Nesse momento, apenas, situamos a importância que os conceitos de economia moral de E. P. Thompson e o de resistência cotidiana de James Scott tiveram sobre o nosso objeto de estudo e o campo empírico da pesquisa no Cariri Paraibano.

A pesquisa situa-se no período compreendido como ciclo do algodão, que teve início nos primórdios do século XX e estagnação no início dos anos 70. No início do século XX, a micro-região do Cariri Ocidental da Paraíba desenvolve uma intensa produção de algodão, destacando-se mesmo de outras regiões do estado tanto pela quantidade quanto pela qualidade, sendo o algodão classificado como um dos melhores do mundo (GALLIZA, 1993, p.45). A pesquisa tem por centralidade o período de consolidação dessa produção e seu momento de ascensão, compreendendo assim, desde o início do século XX até a década de 1950.

A produção do algodão associou-se ao contexto político, com o fortalecimento do poder da elite regional. Também verificou-se que nesse período a questão do acesso à terra era motivo de constantes contendas entre famílias e uma prática da elite dominante era expropriar áreas de terras dos camponeses.

Conforme anteriormente colocado, os camponeses rememoravam que no período dessa efervescência econômica e política, a pressão sobre a terra, o principal meio de produção neste contexto rural, se deu de forma violenta. São inúmeros os casos relatados pelos moradores mais antigos da região, que ainda guardam na memória as práticas dos coronéis que se utilizavam da coação e do assassinato para expropriar os pequenos proprietários e os posseiros mais resistentes. Entretanto, nos relatos também é possível perceber que os camponeses não aceitavam, passivamente, o poder exercido pelos latifundiários, o que nos permite formular a hipótese da existência de práticas de resistência cotidiana frente aqueles que deles pretendiam explorar e expropriar suas áreas de terras.

Assim, a existência ainda predominante de pequenas áreas de terras na estrutura agrária regional, leva-nos a acreditar que a sua permanência se deu pela força da resistência cotidiana das famílias nestas áreas e não pela força das formalidades legais, conforme se verificou com as grandes propriedades.

As pequenas áreas de terras da região, em sua maioria, não são registradas em cartórios, conforme expõe os sindicalistas rurais ao apontarem as dificuldades para a obtenção de créditos dos programas governamentais. Assim, podemos entender que a posse dessas pequenas áreas foi mantida pela ocupação e o permanente trabalho familiar.

Entretanto, a trajetória das formas de resistência camponesa não é sempre visível, e carece de uma análise das formas em que foi exercitada, questionada, confrontada, enfim, que explique como e em que ocasiões específicas foram exercitadas pelos camponeses como estratégia de resistência a dominação.

Diante dos questionamentos expostos, temos, portanto, como objetivo analisar as práticas de resistência protagonizadas no cotidiano pelos camponeses no Cariri paraibano frente às expressões de poder exercitadas pela elite no período compreendido entre o início do século XX até meados dos anos de 1950.

Almejamos demonstrar que mesmo no contexto das relações de poder com a elite, os camponeses não eram submissos ou sem consciência, mas a seu modo, e de acordo com a especificidade do contexto em que viviam desenvolveram uma experiência secular de resistência.

A tese está estruturada em sete capítulos. **No primeiro capítulo**, “Da economia moral à resistência cotidiana camponesa”, apresentamos a perspectiva teórica utilizada, em que num primeiro momento, situamos o conceito de economia moral formulado por E. P. Thompson e J. Scott, buscando compreender as diferenças e proximidades entre estes autores e, também, de que forma Scott ampliou o horizonte analítico desse conceito. Posteriormente, apresentaremos a trajetória teórica percorrida por Scott, que resultou no desenvolvimento do conceito de resistência cotidiana.

No segundo capítulo, denominado “Construindo um roteiro metodológico: nas trilhas da resistência camponesa”, apresentamos a compreensão de alguns autores, como o próprio Scott e Thompson e outros, como Carlo Ginzburg que apresenta o paradigma indiciário como instrumento metodológico e E. Goffman, que apresenta noção de teatralização. Conceitos estes que nos permitiram analisar as formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses, proporcionando, assim, cumprir o nosso objetivo do trabalho. Neste capítulo apresentamos o material que nos serviu como fonte de análise sobre o qual nos debruçamos para garimpar os indícios das práticas de dominação e de resistência específicas do contexto da região do Cariri Ocidental paraibano.

No terceiro capítulo denominado “As raízes camponesas nos Cariris Velhos da Parahyba do Norte” analisamos como ocorreu o processo de ocupação daquela região, ocasião em que contestamos uma visão de ocupação em que se leva em consideração apenas os dados documentais de doações de terras, as sesmarias, em que figura os grandes latifundiários como povoadores. Fazendo uso de outras fontes, procuramos demonstrar a participação de uma diversidade de outras pessoas que, para aquela área se dirigiram em busca de refúgio e sobrevivência e no embate com os grandes latifundiários foram também responsáveis pela povoação da região. Não tomamos como ponto de partida a constatação da existência do campesinato, mas, procuramos demonstrar a formação desse campesinato analisando o processo histórico e sociológico específico de uma diversidade de pessoas como trabalhadores sem terras, escravos, ex-escravos, e índios, que, mediante suas ações para conquistarem áreas de terras para suas subsistências se “fizeram camponeses” dando origem assim ao campesinato regional.

No quarto capítulo “A elite agrária e os camponeses: tradição, costume e conflitos”, analisamos a maneira como se estruturavam tanto as grandes fazendas quanto as pequenas áreas de terras dos camponeses. Assim, situamos essas práticas a partir de referências a estas fazendas, feitas por pessoas que testemunharam como estas se organizavam e de que maneira era constituída sua infra-estrutura. Dessa forma, a partir da “propriedade da terra” por parte dos latifundiários ou da “posse” no caso dos camponeses, analisamos como ocorreu, naquele contexto, a prática de dominação e de resistência.

Neste capítulo, situamos o avanço da expressão econômica da elite a partir da associação da pecuária com a produção do algodão, ocasião em que se consolidou o seu domínio político regional e torna-se visível no cenário do estado. Nessa trajetória situamos a luta pela terra e os conflitos.

Para efeito de análise, a “terra” constitui-se como o eixo principal de observação nesse capítulo, a partir da qual analisamos suas formas de apropriação e as ações sociais decorrentes das formas de uso, demonstrando como se dava a reciprocidade e também os conflitos tanto entre os latifundiários quanto entre os próprios camponeses. Analisamos, todavia, também, como se davam as relações de reciprocidade, dominação e resistência nesse universo rural entre a elite rural e os camponeses. Neste percurso, procuramos dar visibilidade não tão somente a reciprocidade, mas sobretudo ao conflito, tanto entre a elite, quanto entre os camponeses e também os conflitos entre essas duas categorias, conflitos estes que traduziam-se como exigências de cumprimento dos princípios da economia moral.

No capítulo quinto, “As múltiplas faces das práticas de dominação e da resistência” a partir de fontes literárias diversas, em que as pessoas resgatam a trajetória de suas próprias famílias e que tratam de acontecimentos cotidianos que viveram, presenciaram ou que apenas lembram de referências a fatos, mediante a tradição oral, buscamos encontrar pistas das relações de poder no contexto estudado nos permitindo apreender as práticas de dominação e de resistência protagonizadas pelos camponeses na região. Essa produção literária com estas características de apresentar a trajetória familiar contém descrições de conflitos entre famílias pela posse da terra, o que nos permitiu enxergar pistas das dificuldades enfrentadas pelos camponeses para sobreviverem naquele contexto, bem como indícios diversos das práticas de resistência elaboradas por eles no cotidiano. Também, neste capítulo, tomamos como fonte de análise a literatura de cordel e a expressão cultural denominada de “cantoria” para demonstrar

como através dessas linguagens e espaços sociais se expressava um discurso oculto que questionava a elite.

No sexto capítulo “Os indícios da resistência: uma afronta obscura perturba a elite” fizemos uma análise de um processo criminal referente a um assassinato, cometido por um vaqueiro contra seu patrão, que aconteceu na década de 1930, no município de Alagoa do Monteiro. Neste processo, a partir dos depoimentos dos acusados do crime e das testemunhas, analisamos como se davam as relações de reciprocidade e dominação entre os camponeses e as elites e, ainda, os camponeses elaboravam um discurso contestatório em espaços protegidos dos olhos dos dominadores. Esse processo criminal apresenta evidências das práticas violentas de dominação, exercitadas pela elite rural para obter a deferência dos camponeses bem como as atitudes dos camponeses frente a essa violência, que, muitas vezes, se configurava como formas de resistência.

Por fim, **no sétimo capítulo** “Considerações finais” demonstramos que a partir do enfrentamento das práticas de dominação da elite, os camponeses no Cariri Ocidental paraibano articularam práticas de resistência que garantiram sua subsistência e proporcionaram a reprodução da sua condição social de camponeses.

CAPÍTULO I DA ECONOMIA MORAL À RESISTÊNCIA COTIDIANA CAMPONESA

Para a análise que nos propomos a fazer das formas de resistência protagonizadas pelos camponeses no Cariri da Paraíba, entendemos que algumas formulações conceituais são pertinentes como princípios norteadores deste estudo. Nesse sentido, para auxiliar a compreensão das relações de poder e das formas de resistência exercitadas pelos camponeses, frente às práticas de dominação da elite, que se davam cotidianamente, entendemos que a princípio dois autores são fundamentais para nortear nosso estudo: E. P. Thompson e J. C. Scott.

Num primeiro momento, antes mesmo de nos determos na análise das expressões da resistência cotidiana, buscamos em Thompson apreender a construção que este faz do conceito de economia moral, observando e também, de que maneira J. Scott amplia esse horizonte conceitual de forma a possibilitar a análise da ética da subsistência das formas de reciprocidade e das noções de direito que orientavam as ações e percepções das categorias sociais em estudo.

Após essa incursão nas formulações de Thompson e Scott quanto à noção de economia moral, buscamos, novamente, em Scott apreender como este desenvolve o conceito de resistência cotidiana. Conceito este que expressa a compreensão de que essa forma de resistência não acontece apenas nas ações públicas, coletivas como revoltas e rebeliões, mas acontece através de formas menos visíveis, espontâneas, individuais ou coletivas no cotidiano.

Entendemos, assim, que a discussão conceitual dos conceitos de economia moral e das práticas de resistência cotidiana, pode nos fornecer um horizonte conceitual para analisar as formas de resistência que se desenvolveram nas práticas e ações cotidianas dos atores sociais que nos propomos a analisar.

Com esta compreensão, estruturamos este primeiro capítulo em duas partes articuladas. A primeira situa o desenvolvimento do conceito de economia moral em Thompson e Scott e a segunda trata do conceito de resistência cotidiana também nos termos tratados por Scott.

O conceito de economia moral tem suas origens a partir da formulação de E. P. Thompson na análise que desenvolve das ações populares que estavam ocorrendo na Inglaterra no século XVIII, em virtude do aumento do preço do pão.

E. P. Thompson situa-se no cenário historiográfico como um historiador de tradição marxista, assumindo mesmo sua filiação a este referencial. Porém, não assume passivamente esta herança teórica. Pelo contrário, trata de inovar com suas discussões ao questionar diversos

aspectos deste referencial, propondo novas abordagens e polemizando mesmo com outros pensadores que se situam nesta mesma tradição.

O conceito de economia moral, elaborado por Thompson que inspira a formulação de Scott, tem como base empírica de pesquisa o século XVIII na Inglaterra. É neste momento histórico que Thompson se detém a analisar as ações populares que estavam ocorrendo em virtude da falta ou do aumento do preço do pão, alimento preponderantemente utilizado pelas camadas mais pobres da população. (THOMPSON, 1998, p.153).

O século XVIII na Inglaterra se apresenta como um momento de transição em que cada vez mais vai se implementando uma visão econômica racional conflituosa, colocando em questionamento os direitos costumeiros, não mediatizados pela lógica monetária. Conforme coloca Thompson (2001, p.230) em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, o século XVIII na Inglaterra constituía-se como sendo “Uma sociedade governada numa extensão maior pelo costume”.

Posteriormente, James Scott estudando outro tempo e espaço histórico daquele analisado por Thompson utiliza também o conceito de economia moral. O livro de Scott “The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia” (A Economia Moral do Camponês: rebelião e subsistência no Sudeste da Ásia) foi publicado em 1976, estando inserido em uma época das ciências sociais americana que, foram bastante estimuladas pelo contexto político da guerra do Vietnã.

Essa publicação de Scott, surge na continuidade de um vasto trabalho, voltado para o campesinato, sendo precedido por dois livros; a) *Political Ideology in Malaysia: Reality and the Beliefs of an Elite*. New Haven, Yale University Press, 1968; b) *Comparative Political Corruption*. Englewood Cliffs, NS, Prentice Hall, 1972; e diversos artigos sobre a questão camponesa na década de 70.

Considerando a análise que faz do mundo camponês e do debate que apresenta do que ele chama de uma “sociologia da ética camponesa”, este autor se coloca como sendo um dos principais representantes do conceito de “economia moral”. Ao discutir a ética que permeia as ações do campesinato, Scott procura compreender os motivos que orientam e movem as ações e os comportamentos protagonizados pelos camponeses.

1.1 Os Princípios da Economia Moral em Thompson: as Noções de Direito e as Obrigações Sociais

Para Thompson, os motins que ocorriam não tinham como motivação exclusiva apenas as necessidades imediatas como a fome, mas tinham como fundamentos valores, regras morais e direitos costumeiros que eram reivindicados como direitos, como legítimos. Também levavam em consideração as noções de direito e obrigações sociais, secularmente mantidas e transmitidas pelo costume.

Dessa forma, levando em consideração essas noções, Thompson analisou os referidos motins na Inglaterra do século XVIII e chegou a uma importante conclusão: a miséria, a fome só não é suficiente para explicar a reação violenta dos grupos populares. Para que esses movimentos se desencadeassem era necessário outro elemento: a convicção de que a “elite” e o estado haviam rompido as regras de reciprocidade e não haviam cumprido suas obrigações morais para com as pessoas comuns (ordinary people) como o justo preço por exemplo, existente entre as pessoas oriundas das camadas populares.

Levando em consideração as noções de direito e justiça historicamente construídas, Thompson expõe que as queixas e reivindicações pelo preço justo do trigo ocorriam segundo os princípios da economia moral:

[...] essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, do moleiro, dos que faziam o pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a **economia moral** dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta (THOMPSON, 1998, p. 152, grifo nosso).

Com essa compreensão, a economia moral tem seus princípios referenciados em um consenso popular de normas e obrigações sociais. Por este motivo, o comportamento econômico entre as pessoas comuns e as elites se orientaria a partir de valores morais, regras sociais e noções de justiça.

Segundo o conceito de economia moral, os preços podem ser morais ou imorais, ou seja, “justos” ou “injustos”. Dessa forma, uma ruptura unilateral desse tácito acordo, significa violar

um tratado, afrontando um direito adquirido. Nesse sentido, essa economia expressava uma compreensão bastante clara do bem comum, conforme se refere o autor:

Embora essa economia moral não possa ser descrita como ‘política’ em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo. Assim, essa economia moral não se intrometia apenas nos momentos de perturbação social, mais incidia de forma muito geral sobre o governo e o pensamento do séc. XVIII. (THOMPSON, 1998, p. 153).

Embora esse conceito tenha origem em uma realidade histórica específica, não deixa de ter sua importância enquanto modelo para análise de outras realidades. Nesse sentido, o próprio Thompson (2001, p.229) argumenta e adverte: “Categorias ou modelos derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica”.

A noção de economia moral formulada por Thompson e sua importância para análise de outras situações históricas nos é apresentada de forma convincente pela professora Marilda Menezes quando coloca:

A contribuição de E. P. Thompson é marcante, porque além de popularizar a noção de economia moral, ele explica como as normas sociais tradicionais e reciprocidades colidem com uma ordem marcada pelo mercado e dinheiro, gerando descontentamento moral bem como confrontos diretos. Embora Thompson tenha formulado esse conceito com base no contexto histórico do século XVII e princípios do XIX para explicar os motins da fome na Inglaterra, alguns pesquisadores têm aplicado-o para outras realidades históricas (MENEZES, 2005, p.2).

Essa compreensão de uma economia moral formulada por Thompson nos serve como perspectiva para refletir sobre os conflitos que se estabeleciam no Cariri paraibano, principalmente, quando havia a agressão aos princípios das normas sociais estabelecidas pelo costume.

1.2 Os Princípios da Economia Moral na Perspectiva de J. Scott

É sob essa influencia teórica de Thompson, no tocante à formulação do conceito de economia moral, que Scott vai desenvolver e mesmo ampliar os horizontes analíticos desse conceito.

Conforme referenciado anteriormente, a análise desenvolvida por Scott tem como centralidade um contexto bastante diverso daquele estudado por Thompson. Enquanto este se ateve a Inglaterra do século XVIII, Scott, se atem a situação camponesa do sudeste asiático tendo por objeto de estudo empírico o desenvolvimento histórico da sociedade agrária da Baixa Burma e do Vietnam no período compreendido de 1930 a 1970. Neste período histórico, foi possível Scott analisar duas situações distintas entre os camponeses e os patrões. Na baixa Burma, a população já se encontrava vivenciando a forma de produção capitalista enfrentando em sua maioria as relações de assalariamento, situação em que os laços de mutualidade e de proteção já não existiam mais. Na Alta Burma, esses laços que foram extintos na Baixa Burma, mediante às relações capitalistas, ainda perduravam, permitindo assim a Scott elaborar uma análise da forma de reciprocidade assimétrica entre patrões e camponeses em uma sociedade de transição agrária (SCOTT, 1976, p.71-75). O livro denominado *A economia moral dos camponeses*, publicado em 1976, é resultante da análise que faz desse momento histórico.

A região analisada por Scott tem por particularidade climática uma condição de fragilidade frente às intempéries naturais como enchentes e furacões, que quando ocorrem provocam diversas conseqüências desastrosas para a população, principalmente os mais pobres, como perda das colheitas, de moradias, a fome e, enfim, a mortalidade.

São nessas ocasiões de fragilidade em que a fome ameaça a população, que ocorrem as crises de subsistência, ou seja, em que o mínimo para subsistência alimentar torna-se incerto. Esses grupos têm uma lógica de produção e vida que se fundamenta na ética da subsistência, ética esta, que são princípios que orientam a lógica produtiva e social da vida cotidiana traduzindo-se num conjunto de regras de comportamento e reciprocidade entre pessoas de igual condição de carência e marginalidade, como também entre patrões e trabalhadores e até mesmo o estado (SCOTT, 1976, p.27).

Se por um lado essa ética tem suas motivações nesse contexto de fragilidade de quem vive numa situação de limite constante, por outro encontra motivações também nas práticas econômicas frente ao capitalismo em desenvolvimento, bem como nas relações de dependência a uma classe senhorial tradicional que procura extrair lucros do trabalho camponês através de variadas formas de cobrança de taxas e rendas da terra.

É, portanto, a partir do estudo desse contexto empírico que Scott formula o conceito de economia moral, ou melhor, que amplia os horizontes desse conceito, considerando as influências que recebe de E. P. Thompson (1963 e 1971) para afirmar a existência de uma ética de subsistência⁶ (MONSMA, 98).

Na formulação de Scott do conceito de economia moral, dois princípios aparecem como sendo fundamentais. O primeiro diz respeito à ênfase que se coloca na segurança e nos riscos assumidos pelos camponeses e o segundo na noção de justiça “permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, relações patrões-clientes ou até mesmo o estado” e “na noção de subsistência como uma reivindicação moral” (SCOTT apud MENEZES, 2005, p.3).

O conceito de economia moral [...] expressa uma ‘sociology of the subsistence ethic’ (economia e sociologia da ética da subsistência), a qual se baseia, no princípio de safety-first (segurança primeiro) ou ‘risk-avoidance’ (risco mínimo) e na noção de justiça permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, relações patrões-clientes ou até mesmo o estado e; terceiro, na noção de subsistência como reivindicação moral (right to subsistence) (SCOTT, 1976, p.26).

1.2.1 Primeiro princípio: a segurança em primeiro lugar

Quanto ao primeiro princípio “a condição de não assumir riscos, ou seja a segurança em primeiro lugar”, Scott, (1976,p.4-5) observa:

A idéia básica sobre a qual repousa o meu argumento é simultaneamente simples e, creio eu, marcante. Ela surge a partir do dilema econômico central da maioria das famílias camponesas que vivem próximas da margem de subsistência, sob a

⁶ Conforme argumenta Monsma (1998) também se percebe a influência de vários outros autores entre eles Chayanov (1986) de quem resgata a idéia de uma economia de subsistência e aversão ao riscos do camponês, de Barrington Moore Jr. (1966) quanto ao impacto do capitalismo e do estado nas relações tradicionais de troca entre senhores e camponeses.

reserva dos caprichos do tempo e das reivindicações dos forasteiros. O agregado familiar camponês tem pouca margem de manobra para o cálculo da maximização do lucro na economia neoclássica tradicional. Normalmente, o agricultor camponês tenta evitar o fracasso que vai arruiná-lo bastante em vez de tentar um grande, mais, lucro. Nos diálogos da tomada de decisões seu comportamento é anti-risco; ele minimiza a probabilidade subjetiva da perda máxima. Se tratar o camponês como um empresário Schumpeteriano perde a chave de seu dilema existencial, então as suposições normais de aumento de poder falham ao fazer justiça a esse comportamento político. (tradução nossa).

Para o camponês que se encontra inserido numa realidade adversa e que nos mais variados sentidos sobrevive no limite da subsistência, a sua racionalidade orienta-se pela ética da subsistência e pelo menor risco. Considerando essa premissa da segurança em primeiro plano, qualquer outra perspectiva só ganha importância e dispêndio de esforços quando o camponês percebe que num determinado período essa segurança alimentar apresenta-se como solucionada. Vivendo em um dilema constante frente às adversidades, em busca de garantir a subsistência familiar, o camponês é por força das circunstâncias prudente no tocante ao assumir determinadas atitudes que venham agravar mais ainda sua situação. Diante disto, qualquer ação que planeja leva em consideração as ameaças que apresentam as suas parcas condições já existentes.

Quanto a esse princípio de segurança em primeiro lugar, Menezes, a partir das formulações de Scott, faz duas observações:

Duas considerações são importantes sobre o princípio de ‘segurança em primeiro lugar’, Primeiro ele não se aplica a todos os camponeses, é mais válidos para aqueles que vivem na linha mínima de subsistência. Neste caso se incluem não apenas camponeses, mas também os casos de pescadores, pequenos comerciantes, ex-camponeses que enfrentam permanentemente o risco de desemprego ou que vivem numa margem mínima de sobrevivência. (MENEZES, 2005, p.3)

Esse entendimento de Menezes está de acordo com a compreensão de Scott, quando este observa a situação de camponeses que não vivem nessa situação de limite e argumenta: “[...] para camponeses com alta renda, terra abundante, família pequena, plantios de culturas lucrativas, e oportunidades de emprego fora, o argumento provavelmente não se aplica” (SCOTT, 1976, p. 25).

1.2.2 Segundo princípio: a noção de justiça e da reciprocidade ao direito à subsistência.

O segundo princípio, ou seja, a “noção de justiça”, conforme observada na elaboração do conceito, não surge de forma abstrata, ideal, haja vista que tem sua fundamentação através das relações de reciprocidade que vão sendo vivenciadas e construídas pelos camponeses. Relações essas, que são vivenciadas tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social mais amplo, desde os amigos, até mesmo as relações com instituições, a exemplo do estado: “A ética da subsistência, além de contemplar uma estratégia produtiva, também organiza uma estratégia social baseada em relações de reciprocidade com parentes, amigos, vizinhos patrões e de modo mais distanciado o estado” (SCOTT, 1976, p. 24).

De acordo com Menezes (2005), Scott não teve a pretensão de elaborar uma teoria abrangente e generalizante que desse conta de explicar as realidades vivenciadas pelos camponeses em suas diversas formações históricas, mas apenas compreender alguns princípios que orientam sua constituição na história. Nesse sentido, na busca de compreender os princípios norteadores das ações do campesinato, entendemos que a noção de justiça constitui-se a partir de vários princípios, entre os quais, destacamos a norma da reciprocidade e o direito de subsistência.

A reciprocidade se manifesta de formas diversas, mas consiste basicamente na relação que se estabelece entre os sujeitos, quando estes prestam ou recebem de outros qualquer auxílio ou serviço, e cria a expectativa de em outra ocasião ser retribuído, ou de retribuir.

Esta reciprocidade acontece tanto entre sujeitos em condições de igualdade quanto entre desiguais. Assim sendo, quando esta relação se dá entre desiguais, ou seja, entre os detentores de poder e os subalternos, essa relação se configura como sendo do tipo clientelista, conforme entende Scott:

Para os nossos propósitos, é crucial que a obrigação da reciprocidade é, por excelência, um princípio moral e que se aplica fundamentalmente nas relações entre iguais. Nas sociedades camponesas ainda não permeadas pelo corte de classes, essas relações comumente tomam a forma da relação patrão-cliente (SCOTT, 1976, p.168-169, tradução nossa).

Ainda de acordo com o esclarecimento de Menezes (2005), nesta perspectiva Scott refere-se à tradição antropológica de Malinowski e Mauss no tocante à compreensão da reciprocidade enquanto um elo mediador e fundamental que estrutura a amizade e as alianças sociais.

Quanto ao “direito de subsistência” que aparece como sendo um dos princípios fundamentais na formulação da noção de justiça, notamos a influência teórica do historiador E. P. Thompson. O direito à subsistência aparece como uma “reivindicação moral” ou como um “direito social” que consiste na compreensão que as pessoas têm de que é justo sobreviver utilizando os recursos que sua localidade disponibiliza.

A operante presunção do “direito de subsistência” é que todos os membros de uma comunidade têm um suposto direito de viver na medida em que os recursos locais permitirem. Esta reivindicação da subsistência é normalmente baseada na noção comum de hierarquia das necessidades humanas, com os meios de sobrevivência física naturalmente tomando a prioridade sobre outras exigências para a riqueza do povoado (SCOTT, 1976, p.176, tradução nossa).

Referindo-se ao direito de sobrevivência a partir da análise de Scott, Menezes (2005, p.8) faz algumas considerações sobre o seu significado:

A definição do direito de sobrevivência varia em cada configuração histórica, bem como as obrigações das elites para com os subalternos. Quando falamos de elites, entendemos não apenas os patrões, no caso dos camponeses, os donos da terra, mas, também, outros grupos da elite local como prefeitos, vereadores, etc.” e conclui “É importante ressaltar que esse direito não se limita apenas ao suprimento de alimentos, necessidade imediata para a sobrevivência, mas também “necessidades culturais básicas”, como o cuidado com os idosos, a assistência na doença, em funerais, em rituais da vida como nascimento e casamento.

Conforme argumenta Neves (1998) existe diversas perspectivas para pensar a distribuição da riqueza social nos momentos de escassez, e essas perspectivas por vezes são antagônicas, mas, o que move o desenvolvimento destes embates teóricos tem a mesma origem na discussão em torno da economia moral.

O direito à subsistência também está relacionado com a reciprocidade que acontece entre sujeitos em situação de desigualdade, pois para aqueles que se encontram na condição de subalternidade, atribuem aos detentores de poder o dever de prover ajuda principalmente em tempos de dificuldades. Dessa forma, percebemos que os subalternos têm na reivindicação da subsistência a manutenção de um direito, e ao mesmo tempo atribuem deveres à elite. Scott expressa esta compreensão da seguinte forma: “[...] e a máxima formulação é que as elites têm a

obrigação moral de providenciar a manutenção de seus sujeitos em tempos difíceis” (SCOTT apud MENEZES, 2005, p.7).

A partir dessa noção de direito, os sujeitos norteiam suas ações no sentido de pressionar a tomada de atitudes por parte das elites, entretanto, como observa Neves (1998, p.50) esta pressão exercida não significa um ataque às autoridades estabelecidas, nem ao modelo paternalista, mas, antes uma pressão no sentido de fazer valer as normas costumeiras que sustentam este modelo.

Quando as elites rompem com a regra da reciprocidade, pode ocasionar a desestruturação da base normativa que orientava as relações entre os camponeses e seus superiores, conforme coloca Scott:

A idéia camponesa de justiça e de legitimidade, que nossa análise sugere, é proveniente da norma de reciprocidade e da conseqüente obrigação da elite para garantir, ou pelo menos não infringir os direitos à subsistência do campesinato. Assim, uma característica central da reação camponesa à violação desses direitos é o seu caráter moral. Ao recusar a reconhecer os direitos sociais de base do campesinato como a sua obrigação, a elite, assim, perde o direito a deferência que tinha por parte dos camponeses, uma vez que, com efeito, teria dissolvido a base normativa para a contínua deferência (SCOTT, 1976, p. 188-189, tradução nossa).

Menezes coloca que alguns autores entendem que Scott defende a tese da associação entre a crise de subsistência e rebelião baseada no princípio de justiça social, entretanto, Scott não demonstra seu entendimento dessa forma, pois nem sempre a crise de subsistência é motivo direto para rebelião:

A crescente exploração e a insegurança econômica podem, nesse contexto, conduzir a um descontentamento e indignação moral mas não necessariamente para uma rebelião. Devemos reconhecer a possibilidade que o maior obstáculo para uma revolta agrária no Sudoeste asiático não é a falta de exploração mas os riscos que o estado e as elites rurais podem impor aos que pretendem ser rebeldes (SCOTT, 1976, p.226, tradução nossa).

Podemos compreender assim, que, nem sempre a crise de subsistência ou o descumprimento de regras de reciprocidade levam à desestruturação do quadro normativo que orienta a relação entre o campesinato e outros grupos em posição de dominação.

1.2.3 A subjetividade da noção de justiça e de exploração

Acreditamos que, ao se discutir o critério da justiça, apresentamos como sendo fundamental situar a compreensão que Scott tem da exploração, uma vez que no contexto camponês essa questão coloca-se como sendo um ponto central nas relações que se estabelecem entre sujeitos em condições de desigualdades, ou seja, entre os camponeses e aqueles que deles extraem os lucros, ou seja, a elite rural como denomina Scott. Percebemos, entretanto, que a perspectiva analítica que Scott vem construindo, procura não elaborar compreensões *a priori* de uma determinada realidade, mas compreender o papel dos sujeitos na história a partir da percepção desses próprios sujeitos do contexto em que vivem.

Refletindo sobre essa problemática, Scott faz alguns questionamentos bastante significativos no tocante ao entendimento do que é “exploração” e como essa condição é compreendida. Nesse sentido, questiona: “Qual o significado em dizer que o estado ou os proprietários exploram os camponeses? Alguns sistemas agrários são mais exploradores que outros? Se assim for, como seria um conjunto acerca de mostrar que este era o caso?” (SCOTT, 1976, p.157-158, tradução nossa).

Diante desses questionamentos, argumenta que para estabelecer um critério para entender um determinado nível de exploração, a princípio se apresentam duas dificuldades básicas: a primeira diz respeito ao entendimento de quais normas morais o princípio de justiça está situado:

O primeiro é o grau de aceitação dos princípios morais nos quais o critério de justiça é baseado. [...] Qualquer uma concepção *a priori* de justiça pressupõe assim uma tradição normativa, se não analítica. Aquelas que operam fora daquela tradição, se elas ao menos aceitem a noção de exploração, aplicarão padrões diferentes. No final das contas, tais disputas sobre o que é explorador e o que não é, são apelos a uma tradição normativa e não assuntos para ser definidos através de uma investigação empírica. (SCOTT, 1976, p. 158-159 tradução nossa).

A segunda dificuldade diz respeito ao conceito de exploração que é construído *a priori* e da noção de exploração por parte dos próprios explorados, conforme coloca (SCOTT, 1976, p.159):

Uma segunda dificuldade com conceitos de exploração, estabelecidos de modo dedutivo, é mais séria porque compromete sua utilidade analítica. Esta dificuldade depende do fato que tais teorias raramente provêm uma ligação

conceitual entre uma noção a *priori* de exploração e os sentimentos subjetivos dos explorados. Se estes sentimentos subjetivos dos explorados podem ser mostrados iguais sob todos os aspectos ao padrão dedutivo, então fica claro que a dificuldade desaparece. Mas na ausência desta ponte conceitual, qualquer semelhança entre o nível de exploração como determinado pela teoria e o senso de exploração entre vítimas é largamente fortuito. Esta disparidade potencial não é uma inconveniência séria se o objetivo da teoria for somente classificar situações como mais ou menos injustas, independentes das visões dos participantes. Por outro lado, quando se espera que aquela exploração descoberta pela teoria e a exploração experimentada pelas vítimas terá alguma relação uma a outra, a inconveniência é muito mais séria.

Nessa situação de impasse, assume a perspectiva de levarmos em consideração o sentimento dos próprios explorados. Quanto a esse entendimento, Menezes (2005, p.7) apresenta um argumento que contribui para compreender melhor a perspectiva dos próprios camponeses, ao justificar que: “Se os camponeses não explicitam um reconhecimento da relação de exploração não significa que eles têm falsa consciência, mas, antes, expressa a sua percepção sobre esta relação como legítima e baseada numa troca equilibrada”.

Com este raciocínio percebemos que o conceito de exploração não se pauta por critérios puramente objetivos, mas conforme argumenta Menezes (2005, p.5):

As relações de exploração não resultam apenas de condições objetivamente dadas, nem são um dado a priori, mas são subjetivamente construídas. Ou seja, um trabalhador canavieiro ou um grupo de trabalhadores podem avaliar que ganhar dois salários mínimos por mês é injusto, enquanto, outros podem avaliar que é justo.

Nesse sentido, no desenvolvimento de pesquisa, devemos levar em consideração a avaliação que os subalternos fazem das relações em que se encontram envolvidos: “Quando se trata da reciprocidade assimétrica, entre desiguais, expressas em relações patrão-cliente, a questão crucial é verificar se as relações de dependência são concebidas pelos clientes como primariamente colaborativas e legítimas ou como de exploração. (SCOTT, 1976, apud MENEZES, 2005, p.6).

Ainda neste percurso de raciocínio, Menezes (2005, p.5) coloca que semelhante à noção de exploração, a noção de justiça é: “[...] construída histórica e subjetivamente pelos atores sociais” e orientam-se basicamente por dois princípios: a norma da reciprocidade e o direito à subsistência.

Essa compreensão da noção de justiça pode ser diversamente concebida a partir de um mesmo contexto entre desiguais, o que não deixa de ser um pouco evidente, pois são posições vistas de pontos diferentes, ou seja, do ponto de vista do explorador e do explorado. Mas mesmo entre os próprios explorados pode haver diversas interpretações sobre as relações estabelecidas, de forma que para uns a relação pode ser concebida como justa e para outros como injusta. Ilustrando esta compreensão Menezes coloca um exemplo relacionado aos trabalhadores canavieiros, ocasião em que, alguns podem achar que ganhar dois salários por mês é justo, enquanto que para outros pode ser concebido como injusto:

Em pesquisas anteriores, observamos que a avaliação de moradores no Sertão Paraibano sobre seus patrões como ‘bons’ ou ‘ruins’ orientava-se pelo princípio da ética da subsistência. O ‘bom patrão’ era aquele que dava assistência em momentos de fome, doença e morte. Com a transformação das condições de morada, os patrões, crescentemente, foram se tornando ‘ruins’, pois aumentaram as exigências de trabalho do morador, ao mesmo tempo em que seus deveres e obrigações foram diminuindo. (MENEZES, 2005, p.5).

Considerando que a noção de justiça não é concebida pelos atores sociais, apenas pela análise objetiva de um determinado contexto social, mas, resulta também, e principalmente da construção subjetiva dos atores num determinado momento histórico conforme referenciado, Scott enfatiza a importância que deve ser dada à percepção dos próprios sujeitos, para entender a noção de justiça ou exploração por eles construída, subjetivamente, entendendo que:

Se o objetivo analítico da teoria das explorações é revelar algo a cerca das percepções dos explorados – sobre sua noção de exploração, sua noção de justiça, sua indignação – isto deve começar, não como um padrão normativo, mas com **os valores dos atores reais**. Tal aproximação deve começar fenomenologicamente em profundidade e questionar o que a definição das situações dos camponeses e trabalhadores é [...] Com base nisso deve ser possível construir uma economia moral operacional de classes subordinadas (SCOTT, 1976, p. 160, tradução nossa).

Nesse sentido, Scott formula uma premissa metodológica no tocante ao exercício de observação e explicação de uma determinada realidade, advertindo que qualquer explicação seja das relações de exploração, reciprocidade, ou de como se estrutura um sistema de normas e valores, devemos em primeiro lugar, partir da análise dos próprios atores sociais e da compreensão que estes têm de sua realidade. A partir dessa formulação Scott situa sua

aproximação com a perspectiva fenomenológica, na qual os significados subjetivos da ação social devem constituir os pontos de referência básicos da sociologia (Cf. PAIS, 2003). Dessa forma, a utilização do conceito da “ética da subsistência” não tem início com formulações abstratas elaboradas previamente pelo pesquisador a partir da realidade objetiva, mas das percepções e sentimentos dos sujeitos que motivam suas próprias ações.

1.2.4 A aplicabilidade do conceito da economia moral

Mesmo se atendo à análise de modelos a partir dos estudos de Thompson, em que o capitalismo não se expressava ainda como um modelo dominante, Neves (1998, p.53) amplia a noção de economia moral ao compreender que esta pode ser definida como uma relação de classes. Dessa forma, abre uma perspectiva de análise em que os princípios da “economia moral” podem ser utilizados em outros contextos ao entender que “É possível, [...] evidenciar elementos e práticas relacionados com os princípios da ‘economia moral’ em contextos diversos.”.

De acordo com Neves (2000), os saques que ocorreram na região Nordeste do Brasil, tiveram como motivação a noção da “ética da subsistência”, demonstrando uma compreensão de que as elites ou mesmo o estado tem por obrigação moral de providenciar alguns meios para não deixá-los com fome.

Entendemos que o trabalho de Menezes (2005) teve uma importância significativa no tocante a analisar não só a formulação do conceito e o embate teórico, mas também, as possibilidades e limites que o conceito apresenta na perspectiva de compreender “as diversas formas de campesinato na sociedade capitalista e não só aplicado a grupos pré-capitalistas” (MENEZES, 2005, p.3).

Quanto a sua perspectiva analítica, Scott, considera a sua pertinência no tocante à contribuição para analisar a situação política dos camponeses em situações semelhantes:

Na medida em que o problema de subsistência dos cultivadores marginais é muito grande/ muito parte do mundo do campesinato e enquanto que alguns dos mesmos processos de mudança que descrevi são aplicáveis fora do sudoeste da Ásia, partes deste argumento podem contribuir para o estudo das políticas camponesas em geral (SCOTT, 1976, p.157, tradução nossa).

Situando a possibilidades de análise que o conceito de economia moral propicia, a partir da formulação de Thompson e Scott, Menezes apresenta uma compreensão bastante coerente quanto à aplicação do conceito ao propor dar relevância nas pesquisas às devidas particularidades históricas, enfatizando que:

Propomos compreender o conceito de economia moral, nos termos formulados por Scott, não como uma teoria geral do campesinato, mas sim nos termos concebidos por E. P. Thompson em ‘A miséria da teoria’ como um ‘conjunto de expectativas’ a partir do qual deverão ser examinados as especificidades históricas e os valores dos atores reais (MENEZES, 2005, p. 22).

A economia moral estruturada pelos princípios da ética da subsistência, como uma reivindicação moral e na noção de justiça orientada pela reciprocidade entre amigos e parentes e até mesmo as relações patrões-clientes e com o estado, pode nos guiar para compreender os momentos, situações em que as relações entre os dominantes e os dominados se fragilizam, são questionadas ou afrontadas, rompidas e motivam as ações da resistência cotidiana.

Na perspectiva de compreender as expressões de resistência promovidas pelos dominados se faz necessário analisar o conceito de resistência cotidiana conforme a elaboração e James Scott e o seu potencial analítico numa realidade histórica norteada pelos princípios da economia moral.

1.3 A Noção de Resistência Cotidiana Camponesa: A Construção de J. Scott

Resistência cotidiana é uma noção desenvolvida pelo cientista político James C. Scott, para nomear uma serie de ações, consideradas por ele, como formas de resistência protagonizadas no dia-a-dia pelos camponeses frente a determinadas expressões de poder. Essa compreensão originariamente é desenvolvida em seu livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, publicado em 1985, surgindo como resultado de dois anos de observação participante nos fins dos anos 70 em uma aldeia da planície Muda, situada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia e posteriormente em 1990 com a publicação de outro trabalho intitulado *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*.

Entretanto, para além de apenas nomear os tipos de ações, que entende ser expressões de resistência por parte dos camponeses, Scott desenvolve um corpo teórico em que fundamenta

toda uma perspectiva para qualificar e analisar esses tipos de ações promovidas pelos camponeses.

Antes mesmo de situar a compreensão do que denomina de formas de resistência cotidiana, Scott procura explicitar as razões pelas quais foi motivado a desenvolver esse novo olhar sobre as ações camponesas. Teve como motivação sua insatisfação com os estudos sobre os temas das rebeliões e revoluções camponesas, até mesmo com a sua própria produção sobre a temática. Para Scott é bastante evidente que a atenção dispensada a essa temática foi estimulada nos Estados Unidos, principalmente, pela guerra do Vietnã.

Inicialmente, justificando esse seu novo olhar sobre a temática, apresenta um argumento bastante pertinente ao situar que as rebeliões camponesas na história são poucas e diversas, entendendo mesmo, que são raras as circunstâncias nas quais favorecem a ocorrência de levantes camponeses de larga escala, ao mesmo tempo, também, rememora que as revoltas quando acontecem são totalmente esmagadas. Entretanto, por outro lado, reconhece que mesmo as revoltas que fracassam representam de, alguma forma, ganhos em forma de determinadas concessões para os camponeses, promovidos pelo Estado ou mesmo pelos grandes proprietários de terras, mas, também entende que esses ganhos são incertos enquanto que a “repressão e a desmoralização da derrota são tão certas quanto reais” (SCOTT, 2002, p. 11).

Quanto à centralidade das rebeliões camponesas, Scott coloca que a historiografia centrada na perspectiva da luta de classe tem privilegiado a posição do Estado, uma vez que as ações que são mais evidenciadas e que, por conseqüência, atingem certo destaque são aquelas em que o próprio Estado e, também, as classes dominantes concordam em destacar, a partir da relevância por eles entendidas dessas ações.

O autor mediante as reflexões expostas faz algumas ponderações interessantes, como exemplo uma suposta ocorrência de uma pequena rebelião, observando que esta pode se destacar principalmente dependendo do impacto sobre as relações de classe, mas chama a atenção para outras ações que não se destacam e que podem ter um impacto muito maior como fugas, roubos e que nem sempre são noticiadas. A partir desse raciocínio, continua argumentando que as rebeliões são acontecimentos ocasionais e momentâneos que chamam a atenção apenas pela violência e pelos objetivos almejados, enquanto que diversas outras ações que, também, possuem uma importância significativa para os camponeses, para as classes historicamente subordinadas,

não são percebidas, nem dadas às devidas atenções, ações essas que denomina de “silenciosas guerrilhas do cotidiano”. (SCOTT, 2002, p.11).

Outro argumento bastante pertinente, quanto à visibilidade e a importância que deve ser dada às ações do cotidiano camponês, é colocado por Scott (SCOTT, 2002, p.11) ao questionar que se a história dos camponeses se detivesse apenas em focalizar os momentos de insurreições, se assemelharia a uma história de trabalhadores fabris que registrasse apenas os momentos mais agudos de suas formas de lutas como greves e protestos, se perdendo assim, conforme sua compreensão, as expressões de lutas mais duráveis dos conflitos de classe exercitados na arena do cotidiano, entre as quais a luta pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito.

É bastante convincente a compreensão das dificuldades de organização que Scott entende existir entre os camponeses, situação essa, com obstáculos bem mais acentuados daqueles enfrentados por outros tipos de trabalhadores. É de se reconhecer que para os camponeses, esses obstáculos são mesmo mais difíceis e também evidentes, como demonstra ao defender que esses ao se encontrarem em desvantagens estruturais, são mais vulneráveis à repressão, ao mesmo tempo em que sua organização torna-se também mais difícil até mesmo pela localização geográfica onde se encontram, uma vez que estando dispersos e pulverizados ao longo da zona rural, enfrentam evidentemente mais obstáculos para o desenvolvimento de ações organizadas e coletivas.

Considerando essas particularidades do contexto camponês, Scott formula a noção de resistência cotidiana, argumentando: “Por todas essas razões, ocorreu-me que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada. Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa” (SCOTT, 2002, p.11).

Ao trazer para o centro do debate a importância das ações do cotidiano, Scott abre uma perspectiva para situar uma multiplicidade de ações protagonizadas pelos camponeses, antes nem sequer observadas ou tidas sem sentido, uma vez que essas ações individuais, nem sempre evidentes, não tinham visibilidade visto que estavam fora dos espaços dos movimentos coletivos organizados. Podemos assim compreender que se essas ações tomam importância nessa nova perspectiva, os protagonistas assumem também uma condição de sujeitos construtores de sua história tecida nos mínimos detalhes, em suas minúsculas ações cotidianas.

Nesse sentido, um trabalho que questiona essa idéia de acomodação ou submissão por parte dos subalternizados, especificamente sobre os escravos no Brasil, foi feito por Sidney Chalhoub que se deteve a analisar as ações protagonizadas pelos negros livres na cidade do Rio de Janeiro, nos fins da escravidão.

Semelhante ao pensamento de Scott, Chalhoub trata de demonstrar que os escravos tinham sua própria visão da escravidão, bem como suas concepções sobre o que era o cativo justo, ou pelo menos tolerável. Nesse sentido, mostra que os negros agiam de acordo com suas lógicas próprias e em alguns momentos se utilizavam de alguns espaços delimitados pelos dominantes para tirarem algum tipo de benefício. Como exemplo enfatiza que os escravos não compartilhavam da ideologia da alforria, mas estes desempenhavam o papel de dependentes ou protegidos com o objetivo de alcançar determinados fins.

Certo de que as formas de lutas não se restringiam às lutas abertas em que os escravos desafiam seus senhores, mas procuravam, nas relações com estes, tirar os benefícios possíveis, ironicamente afirma: “Alguns leitores ficarão decepcionados com esses negros que levam a sua luta aceitando pelo menos em parte as regras, impostas pelos inimigos. Mas então quem for o verdadeiro revolucionário que atire a primeira pedra.” (CHALHOUB, 1990,p. 151).

Ao longo do livro Chalhoub vai demonstrando como os escravos sabiamente iam utilizando-se de técnicas semelhantes a da resistência cotidiana, e desse modo, conseguiam obter alguns resultados. Referindo-se às estratégias empregadas pelos escravos argumenta:

Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como zumbi. Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. (CHALHOUB, 1990, p. 252).

Dessa forma, esta concepção formulada por Scott abre uma perspectiva que permite entender as manifestações de pequenas ações que ocorrem no cotidiano de um determinado contexto de dominação, superando a tradicional concepção que geralmente compreende estas manifestações como anteriormente abordadas como sendo conformismo, acomodação ou submissão ou também como atos criminosos, principalmente quando afetam diretamente a propriedade privada.

Monsma, referindo-se á centralidade das ações cotidianas na perspectiva teórica de Scott, esclarece:

Parte da atração de Scott pela resistência cotidiana deve-se ao fato de esta ser geralmente mais democrática e mais enraizada na vida popular que movimentos e partidos formais, muitas vezes, lideradas por segmentos educados da classe média que acham que sabem melhor que os pobres o que é bom para eles (MONSMA, 2000,p. 114).

Referindo-se ao seu trabalho de pesquisa sobre o povo Malaio, Scott argumenta que buscava inicialmente entender as relações de classe entre esse povo. A princípio não encontrou nada de muito surpreendente, pois, as contradições que percebia refletiam, apenas, os conflitos de interesses de acordo com a posição das pessoas na sociedade. Entretanto no percurso de análise percebeu outras nuances mais sutis que se escondiam nas tramas dessas contradições mais visíveis. Por isto, um fato que lhe chamou a atenção foi a percepção de que os pobres falavam de uma forma entre eles e de outra quando estavam na presença dos ricos, e, estes por sua vez não falavam com os pobres da mesma forma que falavam entre si (SCOTT, 2000, p.17).

Tomando essa observação como um caso interessante para análise Scott percebe como as relações de poder afetavam o discurso entre os malaios. Dependendo das relações de poder estabelecidas entre as pessoas, estas pautavam suas interlocuções no diálogo com muita prudência de acordo com a posição do interlocutor, de forma a não deixar transparecer qualquer colocação que desencadeasse por parte do outro uma represália, ou uma negativa do que pretendia adquirir naquela ocasião. Scott também foi se dando conta, como aqueles em posição de subordinação formulavam o seu discurso de acordo a não afrontar de alguma forma a pessoa com quem ocasionalmente estava em conversação e dela dependia de alguma forma.

Não reivindica que com essa observação esteja trazendo algo de inédito, mas, é importante a advertência e a relevância que dá a essa atitude situando historicamente o posicionamento dos subalternizados, afirmando que “Toda essa forma é parte desta sabedoria cotidiana de milhões de pessoas que passam a maioria de suas horas de vigília em situações de poder, em que um gesto fora de lugar, em que uma palavra inadequada pode ter terríveis conseqüências.” (SCOTT, 2000, p.18).

A partir dessa constatação, de que os subalternizados fazem uma leitura de suas situações se expressam e tomam posições levando em consideração as relações de poder nas quais estão envolvidos, Scott reconhece a existência de outros espaços, nos quais as expressões de poder dos dominantes nem sempre conseguem dominar em sua totalidade e que se constitui como espaços favoráveis a um exercício crítico do poder, conforme comenta:

[...] os subordinados que se encontram envolvidos nessas estruturas de dominação em grande escala tem, não obstante, uma vida social bastante variada fora dos limites imediatos estabelecidos pelo patrão. Em princípio, é aqui, neste tipo de espaços fora da vigilância dos dominantes, onde pode desenvolver uma crítica comum a dominação (SCOTT, 2000, p.19).

Em primeiro lugar, os dominados reconhecem a sua condição, de subalternidade, o que não significa passividade, mas antes pode ser uma atitude reflexiva de suas condições de exploração e dominação. Compreendendo o exercício de poder não como uma situação dada e absoluta sem margens para ações de questionamento, aborda em seu livro “*Los dominados y el arte de la resistencia*” que seu objetivo principal é “trato de darle sentido a um estudio diferente del poder que descubre contradicciones, tensiones y posibilidades inmanentes” e também “mostrar como melhorar a leitura, interpretação e compreensão da conduta política, muitas vezes quase inapreensível dos grupos subordinados” (SCOTT, 2000, p.20-21).

Nessa perspectiva de examinar as relações de poder por essa ótica, ou seja, de uma leitura da conduta política que, muitas vezes, é imperceptível aos olhos do pesquisador, o autor compreende que os camponeses mesmo enfrentando condições adversas, desenvolvem formas peculiares de resistência a uma determinada situação de dominação e subalternidade.

O conceito de resistência cotidiana formulado por Scott é construído a partir da análise do contexto camponês e das relações de poder na vila de Sedaka no sudeste asiático, no período de 1978 a 1980. Nessa ocasião estavam ocorrendo mudanças significativas naquele contexto e uma ocorrência importante foi a dupla safra de arroz, que num primeiro momento significou um ganho para toda a comunidade, tanto para os grandes proprietários quanto para trabalhadores alugados. Entretanto esse fenômeno traz também consequências motivando entre os grandes proprietários a utilização de máquinas colhedoras automáticas, e em decorrência disso começa a haver a substituição do trabalho manual ocasionando, dessa forma, a diminuição da renda dos mais pobres.

Mesmo trazendo conseqüências drásticas para os camponeses não se verificou nenhuma forma de conflito de classe explícita, não havendo confrontação aberta. Entretanto, isto não significou que os camponeses aceitaram passivamente essas novas condições em andamento. No sentido de se posicionarem contra essas mudanças, ocorreram diversas tentativas de boicotar o trabalho para os fazendeiros que empregavam as máquinas.

Assim, não era do interesse dos camponeses tomarem uma posição de enfrentamento, pois, com certeza as represálias seriam certas. A partir desse entendimento eles desenvolveram ações anônimas diversas no sentido de sabotar a utilização das máquinas.

A partir da análise dessas ações, Scott vai delineando o conceito de forma de resistência cotidiana, apresentando algumas características como sendo: “[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. Ainda explicitando esse conceito, apresenta sua compreensão das formas que estas ações se manifestam: “[...] fazer corpo mole, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca a sabotagem e outras armas desta natureza”. Apresenta também algumas características: “[...] requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam geralmente qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (SCOTT, 2002, p.12).

Sintetizando que ações se devem entender por formas de resistência cotidiana, apresenta a seguinte compreensão:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimos de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores.(SCOTT, 2002, p.24).

Uma questão que se coloca levando em consideração essa definição, diz respeito a como qualificar ou não ações como um pequeno roubo individual ou outra ação semelhante com objetivos aparentes apenas com interesse individual. Com objetivo de esclarecer essa questão Scott, procura historicamente situar algumas ações das pessoas em condição de subalternidade e analisar essas ações com referência ao contexto histórico. Entretanto, para fundamentar seus

argumentos no tocante ao fato, aponta alguns caminhos para compreender o significado dessas ações. Elabora inicialmente uma crítica ao que se compreende como sendo as formas de “resistência real” e “resistência pré-política” expressas na compreensão de Eugene Genovese⁷ e de Gerald Mullin⁸.

Para Genovese, apenas, as insurreições significam ações de caráter político, outras ações cotidianas como roubo, mentira, dissimulação e outras, são consideradas por este como sendo no máximo como pré-políticas e no mínimo como apolíticas (GENOVESE apud SCOTT, 2002, p.25).

Tomando a compreensão de Genovese e a de Gerald Mullin, (MULLIN, 1972, p.35 apud SCOTT, 2002, p.25) Scott sintetiza a sua compreensão das formas de resistência, apontando suas principais características. Nesse sentido, a resistência real pode ser definida a partir das seguintes características: a) organizada, sistemática e cooperativa; b) baseada em princípios ou egoísta; c) intenções que negam as bases da dominação. As ações de caráter pré-político ou ações incidentais são ao contrário: a) não organizada; b) oportunistas e “auto-indulgentes”; c) inócuas em termos de consequência revolucionária; d) implicam em acomodação ao sistema de dominação.

A princípio, Scott reconhece que a diferenciação quanto às formas de lutas anteriormente referenciadas tem sua importância enquanto formas de resistência e se relacionam com formas de dominação em determinado contexto. Questiona que apenas a formas organizada, sistemática e cooperativa sejam expressões de resistência real. Para argumentar que as outras formas também são resistência, situa como a deserção dos soldados camponeses dos exércitos czaristas em 1917, e argumenta que essa deserção foi responsável pelo colapso da principal instituição de repressão do estado czarista.

Reconhece que sem dúvida essas deserções foram ações auto-indulgentes, desorganizados e individuais, mas, argumenta que foram essas ações mesmo assim, que criaram as condições para revolução. A partir desse exemplo expõe um argumento bastante esclarecedor da importância dessas ações, chegando a seguinte conclusão:

A questão aqui não se resume, de nenhuma forma, apenas à deserção dos exércitos, caso escolhido apenas como uma ilustração diagnóstica. Implica quase

⁷ GENOVESE, Eugene. **Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made**. Pantheon, Nueva York, 1974.

⁸ MULLIN, Gerald W. **Flight and Rebellion: Slave Resistance in 18th Century Virginia**, Oxford University Press, Nueva York, 1972

toda força similar da tradição camponesa de driblar o roubo e as formas de exploração do trabalho; as conseqüências de tais atos de auto-ajuda podem estar muito além da proporção das intenções minúsculas dos próprios atores” (SCOTT, 2002, p. 27).

Com essa compreensão, Scott coloca que as ações de caráter individuais e auto-indulgentes servem apenas para diferenciar os tipos de resistência e suas conseqüências, entretanto, usar esses critérios para qualificar o que se constitui como sendo resistência é um equívoco:

[...] usar essas distinções como critério básico para determinar o que constitui resistência é perder o mais florescente da política camponesa” Posteriormente ainda questionando o caráter das ações auto-indulgentes conclui: “Ignorar o elemento de auto-interesse na resistência camponesa é ignorar o contexto determinado não apenas da política camponesa, mas da política da maioria das classes subalternas. É precisamente a fusão entre auto-interesse e resistência que se mostra como uma força vital, animando a resistência de camponeses e proletários. Assim, cabe esclarecer que quando o camponês esconde parte de sua colheita para evitar pagar impostos, ele está tanto enchendo sua barriga quanto destituindo o estado de grãos (SCOTT, 2002, p.27).

Conforme argumenta Scott, estas ações que constituem a resistência expressam uma dimensão da luta de classe, pois entende que o processo de dominação de classe é um processo sistemático de apropriação por parte dos dominantes. Dessa forma, a luta para impedir essa apropriação desenvolvida pelos subalternos se constitui, por sua vez, como uma expressão da luta de classe.

A dominação de classe não se constitui como uma situação que foi conquistada e permanece estática, mas como uma situação dinâmica em que as classes dominantes necessitam continuamente se apropriarem dos resultados do trabalho das classes dominadas. Neste sentido, Scott demonstra sua compreensão de resistência argumentando que: “Se a dominação de classe é uma apropriação sistemática, então as medidas delimitadas para impedir tal apropriação constituem uma forma de resistência. Toda luta de classes deve necessariamente unir necessidades de interesse próprio e conflitos” (SCOTT, 1989, p. 22).

Percebemos que o esforço intelectual de Scott, ao recorrer a exemplos situados no contexto e história dos camponeses, reside no fato de apontar características que permitam entender o que se constitui como resistência e com esse objetivo a partir dos exemplos

demonstradas trata de questionar os conceitos de resistência principalmente nas obras dos autores anteriormente referenciados.

Na formulação da crítica que faz aqueles autores quanto à compreensão do conceito de resistência, não transparece nenhuma discordância. Entretanto, discorda da utilização dessas características para qualificar as ações como sendo de resistência real ou não, pois não compreende a existência dessa separação. Compreende que todas essas ações são expressões de resistência, apenas de formas diferenciadas de acordo com as formas de dominação. É nesse sentido que traz a contribuição de situar a especificidades das condições dos camponeses e do sentido e importância dos tipos de ações por esses protagonizadas.

Nesse percurso de qualificar que ações podem ser consideradas como sendo de resistência ou não, Scott coloca que aquelas ações que são raras e isoladas, são de pouco interesse, mas quando assumem um determinado padrão consistente, embora não coordenado, essas ações podem ser qualificadas como sendo de resistência. Também considera que nem todas as ações promovidas pelos camponeses podem ser consideradas como de resistência. Nesse sentido, argumenta que um trabalhador pobre e sem terra que rouba de outro pobre, não está resistindo. Entende que essa ação desse trabalhador pode ajudá-lo a sobreviver, mas, não está resistindo no sentido da compreensão da resistência em que está em discussão, como sendo ações que enfrentam as formas de exploração impostas por uma determinada elite dominante. Esclarecendo o sentido da resistência Scott argumenta: “Por esta razão, a definição de resistência dada anteriormente atribui ênfase ao esforço de questionar as reivindicações **materiais e simbólicas** das classes dominantes” (SCOTT, 2002, p.30, grifo nosso).

Entendemos que esse percurso teórico-metodológico desenvolvido para elaborar o conceito de resistência camponesa feito por Scott, abre uma perspectiva fértil para analisar diversas ações despercebidas pela história, principalmente as ações protagonizadas pelos camponeses, que em sua larga maioria foram sendo mesmo ofuscada por aquelas situações atípicas e eventuais como as revoltas e rebeliões.

Mas para além dessas situações atípicas, os camponeses vão exercitando nas tramas da cotidianidade suas formas de resistência e nos limites das possibilidades vão tecendo as condições de suas subsistências. Nesse sentido, percebemos a pertinência da conclusão de Scott, quanto ao objetivo da resistência camponesa:

O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawn⁹ tão habilmente definiu, é ‘trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas’. (SCOTT, 2002, p.30).

Scott compreende que a resistência material e a simbólica fazem parte de um mesmo conjunto de práticas coerentes entre si, para ele as diversas manifestações como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro, os ritos de inversão como acontece no carnaval, são também parte dessas manifestações de resistência, enfim como todas as manifestações de descontentamento conforme anteriormente referenciados. Entretanto, o carnaval especificamente, enquanto um rito de inversão, e apresenta como um espaço em que se permite que se digam e se façam várias coisas no tocante a demonstrar a insatisfação com as estruturas do poder. Ocasão em que mediante a elaboração de paródias, fantasias e ações diversas se ridiculariza e se questiona determinadas autoridades e detentores de poder de um determinado contexto. Críticas essas que não seriam fáceis de ser feitas fora desse espaço carnavalesco, protegido pelo anonimato, e se fossem feitas com certeza seriam reprimidas.

1.4 As Faces da Resistência: O Discurso Oculto e o Discurso Público

Considerando as variedades das formas de lutas que podem se expressar no cotidiano, uma questão que colocamos é como analisar essas expressões. Nesse sentido Menezes (2002, p.34) pondera que por um lado o desafio está na forma de como fazer para identificar essas práticas e por outro na metodologia que deverá ser utilizada para estudá-las. A partir da análise dos dois livros de Scott, *Weapons of the weak* (1985) e *Domination and the Arts of Resistance* (1990), Menezes entende que a proposta metodológica sugerida por Scott para compreender as relações de dominação, baseia-se nas interações sociais cotidianas. Nesta perspectiva Scott há uma influência de Goffman que estudou a interação social, sem, no entanto, dar ênfase às relações de poder (Cf. GOFFMAN, 1985). Scott diferenciando-se de Goffman, coloca o foco nas relações de poder, de dominação e de resistência.

⁹ HOBBSAWM, E. **Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries**. New York: Norton, 1965.

Em seu livro *Los dominados y el arte de la resistencia*, situa sua perspectiva metodológica a partir das interações sociais. Nesse sentido, entende que cada grupo subordinado, à sua maneira, desenvolve a partir de suas condições de sofrimento, um discurso contestatário ao poder nos espaços fora da ação desse poder. Esse discurso é por ele denominado de “discurso oculto”, pois não se revela em público, mas é produzido e partilhado por aqueles em igual situação de subalternidade em espaços considerados seguros, fora das vistas dos detentores de poder. Por outro lado, compreende que os dominantes também produzem seu próprio discurso oculto, ocasião em que se articulam as práticas e as demais exigências para o exercício do poder, e que não pode se exprimir abertamente. (SCOTT, 2000, p.21).

Presumimos que se o discurso oculto existe, ele pressupõe um grupo de pessoas, que o compartilham em espaços fora do controle e da vigilância dos dominantes. São espaços em que não é necessário reprimir a cólera, onde se pode falar e fazer abertamente as críticas aos dominantes.

Para compreender a importância dos espaços sociais das expressões dissidentes, temos que entender que o discurso em suas mais variadas expressões de manifestação não é um ato isolado, mas, um produto social, resultando, pois das relações de poder entre os subalternos; por outro lado, o discurso oculto não existe só em forma de pensamento, existe na medida em que é praticado, articulado, manifestado e disseminado dentro desses espaços sociais marginais. Esses espaços sociais em que se exercita esse discurso oculto são por si mesmos uma conquista da resistência que se ganha e se defende nas relações de poder.

Scott cita como exemplo de espaço social os locais onde se exprimia uma cultura dissidente na Europa, como os bares, as cervejarias, as tabernas, espaços estes considerados pelas autoridades e pela igreja como locais de subversivos. Era nesses espaços que as classes subordinadas se reuniam após o trabalho e promoviam jogos, canções, apostas, blasfêmia e desordens, enfim se praticava coisas que não estavam de acordo com a cultura oficial. Coloca também como exemplo de espaço para cultura dissidente o mercado na Europa medieval, constituindo-se mesmo como um espaço ideal e privilegiado onde se exercitava o discurso oculto. (SCOTT, 2000, p.147-149).

O outro tipo de discurso apresentado por Scott, é o discurso público, ocasião em que se relacionam os subalternos e os detentores de poder. Nessa ocasião o discurso público é a forma teatralizada utilizada pelos indivíduos de acordo com a sua posição nas relações de poder. Os

subalternizados para esconder seus reais interesses e demonstrar um posicionamento de acordo com as expectativas que os dominantes esperam, se utilizam da teatralização, ocasião em que diversas máscaras são usadas. Máscaras essas, que se por um lado procuram dar aos dominantes certa aparência daquilo que esses esperam, também estão de acordo com as expectativas dos próprios dominados, no tocante a lhes ser úteis para conseguir dos dominantes aquilo que desejam.

Vale salientar que o discurso público conforme concebe Scott, não se limita tão só a fala em si, mas congrega várias outras atitudes desde os gestos, as expressões faciais. Marilda Menezes (2002, p.37) esclarece bem as formas que o discurso público pode assumir:

As expressões da fala e do corpo, como falar baixo, a cabeça curvada, o olhar para o chão e/ ou um olhar dissimulado, durante encontros entre trabalhadores rurais e grupos dominantes, podem significar práticas de submissão, mas são entendidas aqui como demonstração da transcrição pública, [discurso público] na qual os subordinados buscam não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações.

Quanto a este tipo de discurso e por quem é utilizado Scott (2000, p.24) esclarece:

Me refiro ao comportamento público que se exige aqueles que estão sujeitos a formas refinadas e sistemáticas de subordinação social: o trabalhador perante o patrão, o peão ou o parceiro perante o latifundiário, o servo perante o senhor, o escravo perante o dono, o intocável perante o brâmane, um membro dos oprimidos perante **um membro** dos dominante.

Scott também observa que quanto maior a desigualdade existente entre os dominantes e os dominados, o discurso público dos dominados terá uma forma mais estereotipada e ritualística. Nesse sentido compreende que quanto maior a expressão do poder maior será a máscara. Da mesma forma que os dominados produzem um discurso oculto os dominantes também o produzem, e como assinala Scott, os discursos ocultos dos dominados e dos dominantes nunca se tocam. Nesse sentido cada participante só compartilha do discurso de seu respectivo círculo.

O discurso público compreende um vasto campo de possibilidades, pois é nesse espaço que se desenvolve as estratégias que usam os grupos subordinados para exercitar sua resistência disfarçada frente aos dominantes. As técnicas básicas da resistência disfarçada que se utilizam os

subalternos na elaboração do discurso público são o anonimato, eufemismo e o murmurar entre os dentes.

O anonimato é uma estratégia pela qual os grupos em condições de subalternidade se utilizam para proteger suas identidades, tendo em vista possíveis represálias às críticas que elaboram em questionamento à suas condições de subalternidade aos dominantes. Entre outras, as formas que se utilizam do anonimato podem ser compreendidas como sendo falar sob possessão espírita, os boatos, a agressão por meios mágicos, os rumores, as ameaças, as cartas de confrontação anônimas etc. (SCOTT, 2000, p.172).

O eufemismo consiste em uma maneira de dizer alguma coisa sem no entanto dizer diretamente, Scott coloca que é como fazer uma insinuação. Podemos exemplificar o eufemismo ao comparar a blasfêmia com a insinuação apenas da blasfêmia, considerando que insinuar a blasfêmia não é a blasfêmia em si, é uma alusão a um insulto que nunca chega a manifestar-se completamente. Se a associação entre a blasfêmia e o eufemismo chega a transparecer e ficar claro a real intenção do que foi dito o eufemismo neste caso perde a sua importância (SCOTT, 2000, p.184).

A outra forma sob qual se esconde o anonimato é o “murmurar entre os dentes”, sendo essa ação manifestada diante de um desconforto ou insatisfação pela qual não se tem condições de reclamar, por se temer represálias, ou não se ter mesmo condições para outro tipo de manifestação, nesse caso o “murmurar entre os dentes” pode exprimir o descontentamento sem correr o risco de responsabilizar-se, pois neste caso, se pode ao ser confrontado negar qualquer intenção de estar reclamando ou questionando determinada situação. Nesse sentido, Scott (2000,p.186) propõe uma variedade de expressões de descontentamento: “Quase qualquer recurso de comunicação pode servir para transmitir uma mensagem: um gemido, um suspiro, uma risada contida, um silêncio oportuno, uma piscada ou uma mirada fixa”.

De acordo com Monsma (2000, p.103) para termos acesso ao discurso oculto, devemos dar atenção às formas pelas quais a resistência pode ser exercitada. Dessa forma chama a atenção para uma variedade de expressões que devem ser analisadas como as canções, os desenhos satíricos, os pasquins, as piadas, os contos da religião popular entre outras.

Quanto às formas que a dominação pode se expressar e as conseqüentes formas de resistência, Scott (1989, p.27) elaborou uma tabela bastante esclarecedora no tocante a demonstrar a correlação provável entre a dominação e a correspondente forma de resistência.

Dominação e resistência dissimulada

Formas de dominação	Formas de resistência dissimulada
1. Dominação material, apropriação de grãos, taxas, mão de obra, etc.	Formas cotidianas de resistência: caça e pesca clandestina, ocupação ilegal, deserção, evasão, resistência dissimulada, apropriações disfarçadas, carnaval.
2. Negação de status: humilhação, desprestígios, violações de dignidade.	Transcrição oculta de descontentamento, rituais de agressão, histórias de vinganças, criação de espaços social autônomo para afirmação da dignidade.
3. Dominação ideológica, justificativas dos grupos dominantes para a escravidão, castas, privilégios.	Desenvolvimento de uma cultura dissidente, religião milenar, religião popular, mitos do banditismo social, e de uma classe de heróis.

O desafio que se apresenta ao compreender a produção desses diversos tipos de expressões da resistência, diz respeito a sistematizar uma abordagem metodológica que permita perceber e analisar as ações de resistência dos sujeitos nas diversas situações de interação social. Por esta razão Scott coloca que não podemos saber até que ponto as atitudes dos sujeitos são teatralizadas ou não, ou seja, não podemos saber quanto quão forçada ou imposta é a atuação, se não temos como nos comunicar com essas pessoas fora desse contexto de relação de poder, conforme enfatiza “se não podemos nos comunicar com os atores fora de cena”, ocasião em que fora da vigilância do poder essas pessoas poderão realmente manifestar suas opiniões. Entende que a comparação desses discursos é fundamental como assevera: “É por isto que uma investigação capaz de comparar o discurso oculto dos grupos subordinados com o dos poderosos, e em seguida ambos os discursos ocultos com os discursos públicos que os grupos compartilham poderiam oportunizar uma importante contribuição para a análise política” (SCOTT, 2000, p. 40, tradução nossa).

A dominação por sua vez, não se produz nem se sustenta por inércia, sendo necessário, para tanto, um constante esforço por parte dos dominantes para sua manutenção e consolidação. Isso, conforme Scott, consiste em simbolizar a dominação através de manifestações e demonstrações de poder. Nesse sentido, como forma de reforçar a ordem hierárquica se faz necessário o exercício dos gestos simbólicos de dominação que se traduzem de diversas maneiras, dando visibilidade ao poder, como as ordens, as mostras de respeito, as cerimônias, os castigos públicos, os usos de termos honoríficos etc. Essas ações que estão na esfera do discurso público dos dominantes, intentam negar a possibilidade de ações contestatórias por parte dos subalternos. Essas expressões desse simbolismo da dominação nas relações de poder é um campo vasto, sendo visto por Scott em outras situações:

Quando o camponês retira o chapéu na presença do senhor ou do funcionário do governo, quando o senhor reúne seus escravos para que presenciem como se açoita outro escravo, quando numa refeição se dispõe os assentos segundo a posição social, quando o último pedaço de carne fica para o pai de uma família, se estão expressando relações de classe e de poder (SCOTT, 2000, p.72).

CAPÍTULO II

CONSTRUINDO UM ROTEIRO METODOLÓGICO: NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Entendemos que a metodologia a ser utilizada na pesquisa está associada a todo o processo de questionamento que permeia a construção do objeto a ser estudado. Nesse sentido, o processo metodológico é articulado a partir da própria especificidade da realidade a ser analisada e dos pressupostos analíticos adotados.

No nosso caso, em que pretendemos analisar os aspectos da resistência cotidiana camponesa, nos leva a desenvolver um roteiro metodológico que permita analisar esse objeto na realidade dos camponeses do Cariri paraibano. Assim, tomamos como referência alguns autores que apresentam horizontes metodológicos que se complementam. Entre esses autores, citamos o próprio James Scott, que aponta as diretrizes metodológicas de sua pesquisa com os camponeses e outros, que, dado a perspectiva que construíram, se prestam a analisar o nosso objeto. Nesse sentido, autores como Carlo Ginzburg e E. Goffman podem contribuir de forma significativa.

A princípio tomamos como referência as colocações feitas por J. Scott, quando trata da resistência camponesa, a partir de um questionamento que faz ao perguntar: “Como podemos estudar as relações de poder quando os que carecem dele se vêm obrigados com frequência a adotar uma atitude estratégica na presença dos poderosos?” (SCOTT, 2000, p.20).

Uma perspectiva metodológica para a análise das práticas cotidianas de resistência é comparar o discurso oculto dos fracos com os dos poderosos e, posteriormente, compará-lo com o discurso público (SCOTT, 2000, p. 21).

Outro problema metodológico é saber se a relação pública mediatizada pelas relações de poder é uma atuação verdadeira ou apenas uma encenação dos que estão em posição de inferioridade. Vale ressaltar a influência de Thompson no trabalho de Scott quanto à compreensão das interações sociais como um ato teatral. Thompson quando se refere ao contexto dos protestos na Inglaterra, argumenta: “Ao esmiuçar as formas desse controle no séc. XVIII, progressivamente me vi adepto da noção de teatro. Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os

pobres encenam seu contra teatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo (THOMPSON, 2001, p. 239 – 240).

Tomando como referência essas indicações metodológicas de Scott, estamos cientes de que temos que enfrentar um desafio constante no tocante a exercitar um fazer metodológico que permita enxergar, não apenas o que está evidente, mas o que se esconde, seja nos diálogos, nos gestos, nos silêncios, nas produções literárias, nas manifestações artísticas, enfim, nas mais diversas formas de expressões tanto de sujeitos em situações de desigualdade social, quanto entre aqueles que compartilham da mesma situação nas relações de poder.

Ao procurarmos explorar o não dito, aquilo que está expresso em linguagem velada, nos apoiamos nas formulações do historiador Carlo Ginzburg do que denomina “um paradigma indiciário”. Ginzburg (1989, p.145) detendo-se a demonstrar essa perspectiva metodológica lança mão de vários exemplos diversificados, mas, bastante conhecidos nos meios literários, como as façanhas detetivescas de Sherlock Holmes, uma criação do médico escritor Arthur Conan Doyle. Esse detetive, como sabíamos, esclarecia os mais enigmáticos crimes apenas se atendo a seguir pequenos sinais e indícios que, articulados, o permitiam elucidar os crimes.

Fora da alçada da literatura, mas atendo-se a situar a importância dos detalhes, dos indícios, discute o método psicanalista de Freud e do crítico de arte Morelli. A princípio apresenta de forma bastante detalhada a forma pelo qual o crítico se utilizava para julgar a autenticidade ou não de uma determinada obra dos mestres da pintura. Com o objetivo de atribuir a um determinado pintor uma respectiva obra sobre a qual apresentava dúvidas quanto a sua autenticidade, Morelli procurava nos detalhes tidos como menos significativos aos olhares menos exigentes a fonte para suas análises minuciosas.

Detendo-se nessas particularidades, demonstrou que pequenos detalhes se analisados com atenção podem revelar pistas que os aspectos mais visíveis das obras não apresentam, considerando que os falsários se especializavam mais nestes aspectos, enquanto negligenciavam os pequenos detalhes. Nesse sentido, argumenta: “[...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]” (GINZBURG, 1989, p.144).

Argumentando assim, sobre a importância dos detalhes para seguir as pistas nem sempre postas, ou colocadas de forma evidentes, Ginzburg vai desenvolvendo a idéia de que num cenário mais geral; relativamente à obra de arte, tudo se parece, e, portanto, pode mais facilmente passar

despercebido e enganar o observador. Quanto aos detalhes esses são, geralmente, negligenciáveis e dado suas proporções passam a ser até insignificantes na sua comparação com o todo, mas é enfático em afirmar que, se estes forem observados com a devida atenção, podem revelar indícios importantes para a compreensão.

O autor também focaliza o método desenvolvido por Freud na psicanálise e dando relevância à importância que este psicanalista atribui aos detalhes negligenciáveis, ele comenta: “É o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para acender aos produtos mais elevados do espírito humano [...]” (GINZBURG, 1989, p.149-150).

Percebemos, assim, que Ginzburg parte da compreensão de que a realidade nem sempre é evidente, de forma que para compreender determinados fenômenos se faz necessário um trabalho minucioso buscando construir uma explicação a partir de detalhes ou em indícios, que permitam, num exercício “artesanal” intelectual, dar significado, àquilo que não pode ser visto no todo, ou mesmo que não pode mais ser visto. Referindo-se a características das pistas que são utilizadas nos exemplos citados, ele comenta que: “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud) indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)” (GINZBURG, 1989,p.150). Ginzburg coloca que no final do século XIX, precisamente na década de 1870-80, já era possível observar a presença do paradigma indiciário no âmbito das ciências humanas, tendo como base justamente a semiótica, entretanto argumenta que as raízes desse paradigma não era de todo uma novidade, pois conforme demonstrou, estas raízes já se encontravam postas na antiguidade (Cf. GINZBURG, 1989, p.151).

Tratando de explicitar, cada vez mais, o que entende se constituir como sendo o paradigma indiciário, Ginzburg sintetiza de forma bastante esclarecedora as características desse saber, bem como a forma prática de sua aplicabilidade, argumentando: “Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a por em pratica regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (GINZBURG, 1989,p.179).

Discorrendo sobre a contribuição de Ginzburg, considerando o desenvolvimento desse paradigma, Gervácio Batista Aranha faz uma colocação bastante esclarecedora: “[...] o que reflete de forma mais significativa sobre a micro-história ou sobre a adoção de uma “microanálise” ou ainda uma análise semiótica, tendo por objetivo atingir realidades mais profundas, é sem dúvida o texto intitulado “Sinais: Raízes de um Paradigma indiciário” (2000, p.61-62).

É, portanto no sentido aqui colocado por Ginzburg do paradigma indiciário que utilizamos as noções de pistas, sinais e indícios ao longo de nosso trabalho, para identificar as diversas formas e expressões das quais os camponeses protagonizam suas ações de resistência e assim contestam nos espaços possíveis, o poder das elites secularmente enraizado.

Nesta perspectiva de observar nuances para além da linguagem oral, entendemos que Goffman (1985, p.13) também contribui para o nosso trabalho ao colocar em discussão o interesse dos sujeitos envolvidos nas interações sociais. Ele observa que nessas situações, independente dos objetivos particulares dos indivíduos, o que move a maneira como estes se colocam perante o outro é o interesse em regular a conduta dos outros. Denomina então de “formas de expressividade” ou “formas de comunicação” essas maneiras pelas quais os indivíduos se situam e atuam nessas ocasiões de interação, sendo essa expressividade manifestada de duas formas que, conforme compreende, são de naturezas distintas, sendo elas a que o indivíduo transmite e a que emite, ou expressões dadas e expressões emitidas.

As informações transmitidas são aquelas de natureza verbal, ou seja, aquela que o indivíduo comunica pela linguagem, enquanto que as informações emitidas são de natureza não verbal e de maneira mais teatral. Goffman (1985, p.13) chama a atenção para o entendimento da diferença entre esses dois tipos de expressividade, argumentando que numa situação de interação entre indivíduos, as informações transmitidas de forma verbal podem ser, facilmente, manipuladas de acordo com os seus interesses, enquanto que as de natureza não verbal, ou seja, as expressões emitidas os indivíduos aparentam ter pouco interesse ou domínio.

Na perspectiva de perceber as formas de resistência que se expressam nas ações promovidas pelos camponeses, acreditamos ser pertinente atentar para as formas de agir conforme coloca Goffman (1985, p.15). Para este, as formas de agir dos indivíduos em situação de interação social podem ser, calculadamente, pensadas e elaboradas com fins a obter um resultado almejado, como podem também ser orientadas pela tradição do seu grupo, ocasião em que o indivíduo não está agindo conscientemente ou inconscientemente com fins de transmitir

determinada impressão sobre ele, uma vez que nessa situação não se busca um resultado calculadamente pré-concebido.

Ainda de acordo com Goffman (1985, p.16) a prova da validade das informações transmitidas por um indivíduo em determinada situação pode ser analisada a partir do confronto dos aspectos governáveis, no caso as informações verbais, com as informações não governáveis, as expressões não verbais.

No contexto de nossa pesquisa, em que buscamos perceber nas relações de poder a manifestação de formas de insubmissão, de irreverência, de questionamentos, de rupturas, enfim das possíveis manifestações de resistência ao estabelecido, as premissas colocadas por Goffman (1985, p.16) nos ajuda a perceber as especificidades das ações protagonizadas pelos camponeses.

2.1. Das Fontes

As fontes que pretendemos utilizar são diversas. Compreendemos que essa diversidade pode promover um amplo campo para identificar, correlacionar e confrontar pistas e indícios nos termos colocados por Ginzburg, que nos permitam demonstrar o protagonismo camponês, protagonismo este, que tem como característica não se tornar evidente, mas, se disfarçar, se esconder. As fontes, embora diversas, devem ser compreendidas como um conjunto em que cada parte se complementa, no tocante a auxiliar à compreensão, embora essa compreensão não resulte apenas da concordância do que pode estar posto nestas fontes, mas também de seu confronto e discordância.

Em se tratando das fontes documentais, o desafio é enxergar nas suas lacunas e no que não está dito nem explícito, a existência de indícios e pistas das formas de resistência protagonizadas pelos camponeses, que, via de regra, foram nomeadas e confundidas com outras ações como roubos, violência, falta de caráter, ingratidão, molecagens etc. Dessa forma, essas fontes documentais, por si mesmas, apenas pelo que está escrito, não favorecem ao entendimento do contexto e das ações protagonizadas, sendo portanto necessário situá-las num período histórico para nele entender o significado das ações desenvolvidas.

2.1.1 Livro de toambo

Utilizamos como uma das fontes de pesquisa os livros de Tombos da Igreja Católica¹⁰. Estes livros eram exigência obrigatória desde o momento de fundação das paróquias e guardam informações seculares sobre o modo de vida da população, uma vez que os párocos eram obrigados a registrar suas observações sobre os fatos ocorridos nas diversas comunidades de sua paróquia, registros estes que não se limitavam, apenas, aos acontecimentos religiosos, mas, a todos aqueles que chamavam a atenção do vigário como festas religiosas e populares, disputas políticas, violência, roubos, secas, etc. se constituindo, portanto, como uma fonte indispensável para o tipo de análise em questão.

Esclarecemos que não encontramos, nesses livros, referências diretas e explícitas das formas de resistência exercitadas pelos camponeses, mas encontramos informações que nos permitiram perceber indícios dessa resistência. Nesse sentido, tomamos como roteiro as colocações de Ginzburg, quanto à possibilidade de retirar informações de textos, que não são evidentes ou mesmo que não eram do interesse de quem escreveu apresentar essas informações. Nesse sentido, argumenta Ginzburg (2007, p.11) que devemos escavar os textos contra as intenções de quem os produziu, pois só dessa maneira podemos fazer emergir as vozes incontroladas. Através desta perspectiva, analisamos esses livros de Tombos, procurando identificar referências às ações que se contrapunham às práticas oligárquicas, mas que foram sendo nomeadas, julgadas e entendidas por quem as descreveu, como ações diversas.

Esses livros sendo de cunho religioso e institucional eram destinados, apenas, ao corpo eclesiástico da igreja. Não sendo, portanto, destinados ao acesso dos fiéis. Compreendemos que quem os escreveu tinha uma ampla liberdade de manifestação, pois podia, sem nenhum constrangimento, escrever suas reais impressões sobre os fatos, religiosos ou não, bem como sua impressão sobre as pessoas com as quais convivia. Esta particularidade favorece no tocante a

¹⁰ Quanto a estes livros tivemos acesso a dois, um da paróquia de Afogados da Ingazeira e outro da paróquia de Monteiro e os transcrevemos, considerando que estes eram manuscritos. Estes apresentam anotações dos párocos sobre diversos acontecimentos das paróquias referidas, apresentando-se como um material importante para análise sociológica, conforme colocado adiante por ocasião das análises.

termos acesso ao pensamento daqueles párocos sobre uma diversidade de situações por eles vivenciadas ou testemunhadas naquela realidade.

Mesmo considerando a particularidade desses livros, por serem produtos de um espaço de liberdade em que o pároco escrevia suas impressões sem a influência das pessoas com as quais convivia cotidianamente, se colocou como imperativo uma leitura “a contrapelo”, conforme coloca Ginzburg (2007, p.11): “Ler os testemunhos históricos a contrapelo [...] significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados.”.

Essa leitura, a contrapelo, conforme podemos entender, é uma leitura exercitada, procurando enxergar nos detalhes, nas lacunas, na dubiedade, os elementos compreendidos como incontrolados, mesmo estando, aparentemente, demonstrando uma certa coerência. Entendemos assim, que adotando esta perspectiva analítica estaremos exercitando um fazer metodológico que nos permite, conforme orienta Ginzburg, fazer emergir as vozes incontroladas.

2.1.2 Processo criminal

Entendemos que alguns processos criminais podem lançar luz sobre as ações protagonizadas pelos camponeses que apontam características das formas de resistência, mas, que dado a visão dominante, foram nomeadas diversificadamente como ações de caráter criminal de afronta aos senhores da terra, aos seus bens e as suas propriedades. Na impossibilidade de análise de todos os processos criminais que apontavam essas características, mesmo considerando a delimitação regional e temporal, fomos obrigados a adotar critérios no tocante a selecionar que tipos de processos nos proporcionariam da melhor forma possível coletar pistas referentes ao nosso objeto de pesquisa.

Um critério adotado para selecionar um processo crime foi identificar características diferentes daquelas normalmente existentes, ou seja, um processo com características atípicas, mas que contivesse indícios de uma suposta quebra de deferência dos subalternizados em relação à elite dominante. Esta escolha se fundamentou na compreensão de Thompson quando argumenta: “Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicas. Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados.” (THOMPSON, 2001, p. 235). Entendemos assim, que num processo com esta

característica atípica em que apresenta indícios de afronta ao poder dominante, pode trazer pistas sobre as formas de relacionamento que se verificava naquele contexto entre os dominantes e dominados e principalmente das relações entre os donos de terras e seus subordinados.

Mesmo se verificando uma grande variedade de processos e alguns até com características semelhantes como roubos e assassinatos, essas semelhanças e quantidade não pesou tanto na escolha, quanto aqueles que apresentavam a característica de simbolicamente mobilizar mais a opinião pública. Mas não bastava também o fato de mobilizar a opinião pública, mas sim, que apresentassem elementos que demonstrassem de certa forma aspectos de confronto à elite dominante.

Adotamos essa característica qualitativa, também a partir da compreensão de Thompson sobre a importância que deve ser dada a determinadas ações: “A importância simbólica da violência – não necessariamente possui uma correlação direta com quantidade. Ex. 100 pessoas podem perder a vida em um desastre natural, não provocará nada além de piedade. Um homem espancado numa delegacia gera protesto que pode transformar a política de uma nação.” (THOMPSON, 2001, p. 240 –241).

Após essas ponderações selecionamos um processo criminal do ano de 1937. Esse processo diz respeito ao assassinato de um dos mais ricos fazendeiros da época, que foi assassinado por um dos vaqueiros que trabalhava em uma de suas propriedades rurais. Esse latifundiário era filho de um coronel chefe de uma extensa oligarquia de significativa importância política, tanto em nível regional, quanto estadual, e que dominou o cenário da política regional por várias décadas no Cariri paraibano.

Para analisar esse processo com o intuito de buscar indícios e fragmentos que possam apontar a existência de possíveis práticas de resistência, tomamos como referência os pressupostos analíticos colocados por Ginzburg, (2007) principalmente discutidos no capítulo denominado de “O inquisidor como antropólogo” do livro já mencionado “O fio e os rastros: Verdadeiro, falso fictício”.

Nesse sentido, entendemos que a análise de um processo com esta característica e que se buscou a todo custo encontrar um culpado com a máxima rapidez para apresentar à sociedade e principalmente à família, deve ser analisado levando em consideração as observações de Ginzburg quando este trata de analisar os processos inquisitoriais. Evidencia por um lado, que na busca da verdade, (a verdade dos inquisidores), aqueles processos apresentavam uma

documentação rica, mas, por outro lado, bastante distorcida considerando as pressões físicas e psicológicas que caracterizam os métodos de obter informações. (GINZBURG, 2007, p.284).

Guardadas as devidas proporções, entendemos que também nesse processo que analisamos, buscando pistas e indícios que apontassem possíveis formas de resistência protagonizadas pelos camponeses, devíamos estar cientes que iríamos encontrar um vasto material informativo sobre os costumes, sobre as relações de poder, enfim sobre o contexto da época, mas, que devam ser considerados o contexto e a forma pelas quais aquelas informações foram obtidas e documentadas. Lembramos assim as orientações feitas por Ginzburg referindo-se aos processos inquisitoriais: “[...] eles devem ser lidos como produtos de uma relação específica, profundamente desigual. Para decifrá-los, devemos aprender a captar por trás da superfície lisa do texto um sutil jogo de ameaças e medos, de ataques e retiradas. Devemos aprender a desembaraçar os fios multicores que constituíam o emaranhado desses diálogos.” (2007, p.287).

Ainda como referência no tocante ao aspecto metodológico nos serviu como orientação os trabalhos do historiador Sidney Chalhoub¹¹ que utilizando os indícios e sinais presentes em processos criminais tratou de analisar a cultura dos dominados e as relações conflituosas com a ordem dominante e também o trabalho de Martha Esteves (1989) **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque** que tomou como objeto de análise os processos criminais que tratavam de atentado ao pudor, estupro e rapto ocorrido entre 1900 e 1913 e que através dos depoimentos contidos nos processos possibilitou à autora reconstituir os valores morais dos populares, atividades de lazer, relações de vizinhança, etc. Também nos foi relevante como um roteiro metodológico no tocante à abordagem dos processos criminais o trabalho de Fábio Gutemberg R. B de Sousa¹² que analisando um conjunto de processos criminais o possibilitou à análise das tensões, da forma de sobreviver, de morar, e se divertir na cidade de Campina Grande-PB no período de 1920 a 1945.

Compreendemos de acordo com as análises dos referidos historiadores que os processos judiciais constituem-se como uma fonte de pesquisa para o estudo dos valores, normas e relações sociais, vivenciadas no cotidiano pelos dominantes e dominados, de uma determinada época histórica.

¹¹ Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte (Cf. CHALHOUB, 1990); Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. (Cf. CHALHOUB, 2001).

¹² Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945 (SOUSA, 2006).

2.1.3 Livros que resgatam traços da convivência familiar

Outro tipo de material que utilizamos como fonte de pesquisa são os livros que tratam do resgate de história de famílias escritos por pessoas da região do cariri da Paraíba. Observamos que são várias as publicações que tratam da trajetória de famílias, escritas por membros dos grupos familiares, que movidos pelo desejo de passar para as novas gerações suas trajetórias de vida, narram os desafios que enfrentaram para subsistir. Eles descrevem, também, de forma minuciosa, diversos acontecimentos do cotidiano camponês. Alguns destes materiais escritos não chegaram a ser publicados, encontrando-se ainda em forma de manuscritos, guardados por pessoas de algumas famílias e por não serem de caráter público, mas familiar, contém informações que os outros materiais já publicados não contêm.

Percebemos que a razão para que algumas informações não se tornem públicas está no receio de sofrer possíveis represálias, ao tornar público o entendimento pessoal ou familiar sobre alguns fatos que expressam a dissidência de entendimento da versão que está estabelecida na versão dominante.

Entendemos que este tipo de produção literária regional se constitui como um rico material para análise, pois apresenta uma narrativa a partir dos fatos vivenciados, se constituindo, portanto, a base da narrativa, a experiência de vida. Esses relatos nos permitem conhecer não uma suposta verdade absoluta, mas conhecer as diferentes versões das pessoas sobre fatos vivenciados, ou mesmo que tomaram conhecimento pela tradição oral no âmbito familiar ou não. Também, entendemos que esses relatos nos informam sobre a mentalidade daqueles que os escreveram, sobre determinados acontecimentos, bem como sobre o cotidiano do contexto em que viviam. Nesse sentido é esclarecedor o entendimento de Ginzburg ao concordar com Bloch quando este argumenta: “As mémoires de Saint-Simon ou as vidas dos santos da Idade Média nos interessam não tanto por suas referências aos dados concretos, volta e meia, inventados, mas pela luz que lançavam sobre a mentalidade de quem escreveu esses textos.” (GINZBURG, 2007, p.10).

O olhar sobre esses relatos elaborados por pessoas vinculadas a determinados grupos familiares ganha sentido ao ser observada a posição de quem narra e da posição que ocupava no contexto em que descreve suas vivências.

Entendemos, pois, que também neste tipo de material podemos encontrar elementos incontrolados, expressos no texto pelo autor e que mediante uma leitura conforme coloca Ginzburg, contra as intenções de quem o produziu, podemos enxergar esses elementos.

2.1.4 Produção de historiadores regionais

No diálogo com a história pretendemos lançar mão dos autores paraibanos que abordam as particularidades da região em estudo, no intuito de fazer uma aproximação maior com nosso objeto de estudo. Nesse sentido, entendemos que se faz necessário recorrer às publicações de autores regionais que, sem a pretensão de fazer uma abordagem que desse conta de todo território do estado, se detiveram a registrar, apenas, fatos locais, geralmente colhidos a partir da tradição oral ou de documentos locais. Essas publicações nos servem como material para análise do nosso objeto de estudo, considerando que descrevem em alguns momentos detalhes que passam despercebidos por outros autores, que se detiveram a uma análise mais geral, desconsiderando, assim, pequenos detalhes que não julgaram importantes por tratar-se apenas de pequenos eventos locais.

Algumas dessas publicações regionais descrevem com riqueza de detalhes o processo de ocupação da região, bem como as relações de poder estabelecidas e nuances diversas do modo de vida da população. A análise desta literatura de origem local constitui uma rica fonte de informações, a partir da qual é possível entender o cotidiano regional. Claro está que essas obras servirão como fonte para análise, não dispensando assim, um exame que proporcione captar nas entrelinhas informações que contribuam com o objeto de estudo.

Com base nesta compreensão, buscamos nas particularidades dessas publicações regionais pistas ou indícios considerados sem tanta importância, mas que mediante uma análise mais criteriosa possa conduzir a explicações mais densas sobre determinados aspectos relevantes para a análise que nos propusemos. Concordamos assim, com a afirmação do professor Gervácio Batista Aranha (2000, p.60) em relação à redução da escala na história quando argumenta: “[...] temos a idéia clara de que a partir de um pequeno acontecimento pode-se chegar a realidades mais profundas”.

2.1.5 Entrevistas

Entendemos a pertinência e a necessidade da coleta de dados através de entrevistas com os moradores mais antigos da região, uma vez que por meio destas entrevistas, se torna possível resgatar diversas nuances da tradição cultural como canções, provérbios populares, modo de falar, reminiscências sobre os antepassados, informações transmitidas de geração em geração, etc., que imersas no cotidiano camponês são necessárias para nossa análise no tocante ao resgate dessas manifestações culturais os traços da resistência camponesa. Conforme assevera Benjamim (1985): “[...] um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

Por essa razão, compreendemos que o momento da realização das entrevistas é bem mais rico do que apenas uma situação de perguntas e respostas. Nessa perspectiva, nos orientamos a partir dos elementos situados por Menezes (2005a) em *História Oral: uma metodologia para o estudo da memória*, para quem a entrevista, diferente de se constituir a partir de regras rígidas e fixas, se constrói num espaço de interação em que pesquisador e pesquisado negociam saberes e práticas, e também conforme enfatiza que é um espaço onde se negociam também interesses.

Por ocasião da realização da entrevista, a interação entre o pesquisador e o pesquisado é marcada pela situação de desigualdade de posição e permeada pela subjetividade, sendo necessário, portanto para que se estabeleça o diálogo, que se desenvolva antes de tudo, uma relação de confiança. E, portanto, a partir da conquista da confiança do pesquisado que se ampliam as abordagens e questionamentos a respeito de assuntos ou fatos considerados como tabus, possibilitando, assim, que surjam novas versões, até então silenciadas.

A confiança é a base fundamental que facilita ao entrevistado externar o seu ponto de vista sobre determinados fatos, que por força das circunstâncias das relações de dominação não ousava discordar da versão até certo ponto imposta, mas não suficientemente convincente. Dessa forma, a confiança é um critério imprescindível na relação entre pesquisador e pesquisado para que se possa captar os indícios de uma memória subterrânea, silenciada, mas que permanece guardada por pessoas, famílias e outras redes solidárias de amizades.

Menezes (2005a) ao abordar a questão da entrevista, atenta para que se percebamos na ocasião de sua realização a manifestação de detalhes significativos que não são explicitamente

evidenciados, mas revelam-se de formas diversas tais como a postura corporal, a maneira de olhar e até mesmo as palavras e o modo como são ditas. Conforme o seu entendimento, as palavras que para um olhar menos atencioso poderiam ser interpretadas como uma mentira, ao se atentar para os detalhes e a forma como estão sendo enunciadas, podem revelar uma verdade que está sendo mascarada.

Se essa observação é relevante para outras situações de pesquisas, para nossa que tem por objeto de análise as formas de resistência camponesa, se reveste de uma importância muito maior, considerando que estamos almejando penetrar em um universo que por sua especificidade não é evidente. Assim sendo, acreditamos ser pertinente buscar compreender as diversas formas de expressões, desde a fala aos gestos e até mesmo o silêncio, que por força das relações de poder num determinado contexto podem estar sendo empregadas com o significado diferente daquele atribuído por um observador menos atencioso.

Buscamos, assim, perceber nas relações de poder a manifestação de formas de insubmissão, de irreverência, de questionamentos, de rupturas, enfim, das possíveis manifestações de resistência ao estabelecido. Nesse sentido, as premissas colocadas por Goffman (1985, p.16) nos ajudaram a perceber e a entender as diferenças das ações protagonizadas pelos camponeses. Com essa compreensão das diferentes formas dos indivíduos se colocarem, nos permitiram entender as ações que são elaboradas e teatralizadas direcionadas para a conquista de um determinado objetivo. Esses entendimentos de Goffman nos serviram, também, de elementos norteadores no tocante à realização das entrevistas, ocasião em que buscamos entender as diversas manifestações dos entrevistados, desde as falas, os silêncios, os gestos enfim as expressões manifestadas em relação às informações prestadas pelos mesmos.

Para nossa pesquisa, entendemos que as colocações feitas por Menezes (2005a), quanto à observação do momento que compõe o cenário da entrevista e da compreensão de Goffman quanto às formas de expressividade nos permite refletir sobre o significado das nuances que permeiam as entrevistas, como pausa, silêncio, falar alto ou baixo, mudar de assunto etc. Dessa forma, as entrevistas ganharam um significado que foi percebido e analisado para além do formalismo que se apresenta entre perguntas e respostas, constituindo-se pois, o próprio momento da entrevista em suas diversas dimensões como elementos constituintes e também explicativos do que se busca compreender.

2.1.6 Literatura de Cordel e Outras Manifestações Artísticas

Ainda como material de pesquisa coletamos informações nas diversas formas de expressão da cultura popular, entre as quais a literatura de cordel e as “cantorias” realizadas pelos repentistas. Entendemos a importância desses tipos de fontes, conforme expressa o sociólogo português J. Machado Pais (2003) ao falar sobre a relevância dessas manifestações para entender o cotidiano: “É preciso reconhecer que as fontes literárias [...] ainda que nos limites do fantástico, podem objetivar o real através de múltiplas (re) construções ambientais”.

Contamos, assim, com várias composições de poetas repentistas, que tiveram partes ou fragmentos de suas produções guardadas, apenas, na memória por pessoas idosas da região. Esses versos preservados na memória, geralmente, foram composições feitas em ocasiões de cantorias na zona rural e sendo produto do improviso, não se destinavam a ser reproduzidos. Por seu caráter momentâneo e por se realizar em ocasiões de compartilhamento de pessoas em situações sociais semelhantes, essa forma poética, às vezes, trazia à tona temáticas e questionamentos referentes a situações e questões locais e regionais que em outros espaços não se ousavam falar, sendo mesmo silenciados.

O modo de vida do camponês é imerso num cotidiano onde prevalecem o não escrito, os ensinamentos fundamentais a sua sobrevivência, bem como as normas para o seu convívio social que são transmitidas pela tradição oral. E neste campo rico e extenso da experiência vivenciada e da tradição, que encontramos indícios das expressões de resistência dos camponeses frente às práticas de dominação da elite.

No universo rural em que nos propomos a pesquisar, as expressões de resistência camponesa foram extraídas nos indícios de rompimento do silêncio do que se esconde de forma mais profunda e que por medo de represálias não se revelam.

Nós podemos encontrar esses indícios de rompimento do silêncio em diversas manifestações culturais conforme aconteceu no cariri da Paraíba e em outras regiões do Nordeste, como anteriormente já mencionadas as “cantorias”, que são composições guardadas apenas na memória, podendo sofrer variações de acordo com as pessoas presentes em determinados eventos, tendo por característica serem feitas em forma de improviso, ou seja, feitas na hora, de acordo com o sentimento do seu criador.

Essa manifestação artística aborda situações diversas do cotidiano camponês, geralmente tendo por tema inspirador algum fato vivenciado ou mesmo apenas o conhecimento de alguma situação que motiva a essas pessoas externar, em formas de versos, os seus sentimentos, seja de tristeza, de alegria, de indignação etc.

Compreendemos que a partir dessas fontes, mesmo sendo uma criação imaginária, é possível extrair informações pertinentes ao objeto em estudo, isto porque mesmo sendo uma criação sem compromisso com a veracidade de determinados fatos apresenta ainda assim, um contexto ou cenário com fundamentos na realidade vivenciada. Ginzburg (2007, p.82) expressa bem a potencialidade dessas fontes ao afirmar: “Um escritor que inventa uma história, uma narração imaginária que tem como protagonistas seres humanos, deve representar personagens baseados nos usos e costumes da época em que viveram: do contrário elas não seriam críveis.”

Outra fonte de pesquisa de significativa importância que se apresenta nesse contexto rural é a literatura de cordel, que guarda certa semelhança com as cantorias, uma vez que, também, é uma produção que trata de temáticas diversas do universo rural. As temáticas da literatura de cordel, diferente das cantorias, tiveram um espaço bem mais amplo considerando que se tratava de um material veiculado não só pela oralidade, uma vez que sendo um material já impresso permitia com mais facilidade atravessar as fronteiras dos estados, não ficando circunscrito a uma pequena região, como, em via de regra, acontecia com as cantorias.

Quanto ao acesso a esse tipo de literatura para análise, contamos com um farto material, uma vez que foi nas proximidades dessa região do Cariri da Paraíba, que se insere no nosso universo da pesquisa, que a literatura de cordel surgiu no Brasil e transpôs fronteiras para outras regiões e mesmo outros estados do Nordeste.

Entendemos que essas fontes, mesmo no âmbito da criação literária, estão permeadas pela história e que, mediante um olhar mais criterioso, podem revelar informações valiosas sobre o cotidiano no campo. Nesse sentido, Ginzburg (2007, p.11-12) faz uma observação bastante significativa no tocante à análise desse tipo de fonte, buscando enxergar os elementos incontrolados: “Isso também vale para os textos literários que pretendem se constituir numa realidade autônoma. Até neles se insinua algo de opaco, comparável as percepções que o olhar registra sem entender, como o olho impassível da máquina fotográfica [...]”.

CAPÍTULO III

AS RAÍZES CAMPONESAS NOS CARIRIS VELHOS DA PARAÍBA DO NORTE

Neste capítulo temos por objetivo situar, historicamente, a formação do campesinato regional. Diante dessa perspectiva, procuramos analisar como se deu o processo de ocupação espacial da área em que se situa o nosso objeto de análise; processo esse, que resultou na formação do campesinato e, também, dos grandes latifúndios. Nesse sentido, procuramos analisar a ocupação dessa área, não tão somente a partir de uma perspectiva econômica, na qual predomina o grande latifúndio como sujeito responsável pelo povoamento, a partir do estabelecimento das grandes fazendas de gado, mas, pretendemos dar relevância à importância de diversas outras categorias de pessoas como escravos, índios e pessoas pobres que, a partir de atividades para subsistência, foram se estabelecendo. Ocupação essa que refletia um contínuo exercício de resistência frente aos “donos da terra”, os donatários das sesmarias. Essas ações de ocupação de partes das áreas de terras deram origem à constituição do campesinato regional. Assim, o campesinato não surgiu, mas, se fez, na resistência.

Na elaboração deste capítulo, utilizamos diversas fontes, desde os autores que apontam as perspectivas teóricas, quanto os autores que tratam da história regional e também aqueles que se detiveram em construir narrativas de fatos através da tradição oral da localidade onde viviam e outros que se detiveram em tratar apenas dos registros da trajetória da própria família. O material produzido por estes autores serviram, basicamente, como fontes de informações para análise e construção das argumentações¹³.

3.1 Aspectos Geográficos: uma Terra Distante e Seca nos Recantos da Paraíba

A microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba (Anexo A), onde se situa geograficamente nosso objeto de estudo, ocupa uma área de 7.158 km². Entretanto nem sempre existiu essa denominação atual em que se subdivide o Cariri em duas sub-regiões a Ocidental e Oriental. Na década de 1950 o IBGE compreendia essa microrregião apenas como denominada de “Cariris

¹³ Nas referências bibliográficas finais, os autores e suas respectivas produções, que nos serviram como fonte de análise, encontram-se classificados de acordo com as características de suas produções, conforme sugestão do professor Dr. Gervácio Batista Aranha, do Departamento de História da UFCG. Assim, havendo dúvidas quanto ao autor referenciado, deve-se buscar nas referências, em qual classificação estes se encontram.

Velhos¹⁴”, sendo classificada como a microrregião 96, fazendo parte da mesorregião denominada de Sertão paraibano¹⁵ (IBGE, 1985).

É necessário esclarecer que o estado da Paraíba, até a década de 1930 era denominado de Parahyba do Norte, considerando, conforme coloca Gervácio Batista Aranha, que a idéia de Nordeste em substituição ao Norte, só começa a se afirmar na referida década. Até o começo do século XX, ainda de acordo com o referido autor, o território brasileiro era dividido apenas em dois grandes blocos, o Norte e o Sul (Cf. ARANHA, 2006).

Com a institucionalização da região Nordeste do Brasil e a divisão dessa região em Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte conforme elaborada por Manuel Correia da Andrade, atendendo com essa classificação como afirma “[...] os nomes consagrados pela tradição” (ANDRADE, 1980, p.13) o Cariri paraibano nessa configuração geográfica fazia parte do complexo sertanejo.

Em 1910, no livro intitulado “Através do Sertão” Celso Mariz observa (1999, p.45) que esta região do Cariri era compreendida como sendo parte do complexo sertanejo, sendo o sertão dividido em duas partes a que compreendia o Cariri ao Sul e a que compreendia a região do alto sertão ao poente.

A nossa área de estudo situa-se, precisamente, na fronteira do estado da Paraíba com o estado de Pernambuco no sentido sul, próximo às nascentes do rio Paraíba. Área esta que compreendia o atual território do município de Monteiro, denominada desde os fins do século XIX como Alagoa do Monteiro. Pertencia a este município as áreas correspondentes aos atuais municípios de Sumé, Amparo, Prata, Ouro Velho, Camalaú, Congo, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

O censo de 1920 (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920) registrou a área do município de Alagoa do Monteiro como sendo de 452.700 hectares, área esta que o colocava como o maior município em área territorial do estado, ficando em segundo lugar o município de Piancó detendo uma área de 373.300 hectares.

¹⁴ A denominação de Cariris Velhos se deu por conta dos índios Cariris que habitavam a região fronteira entre os atuais estados da Paraíba e Pernambuco. Com a migração destes para a serra do Araripe essa nova região ocupada passou a ser denominada de “Cariris Novos” em alusão aos “Cariris Velhos” de onde esses índios anteriormente procediam (ALBUQUERQUE, 1979, p.5).

¹⁵ No Censo Agrícola de 1950, o terceiro realizado no País o estado da Paraíba contava com oito Zonas Fisiográficas, o município de Monteiro foi incluído na zona fisiográfica denominada de Médio Sertão dos Cariris Velhos. Até o Censo Agropecuário de 1985 (IBGE, 1985) permanecia a microrregião dos Cariris Velhos fazendo parte da Mesorregião do Sertão paraibano, posteriormente a este Censo a microrregião dos Cariris Velhos foi subdividida em Cariri Ocidental e Cariri Oriental e passaram essas microrregiões a integrar a Mesorregião da Borborema (IBGE, Censo Demográfico 2000).

A área dessa região apresenta a particularidade geográfica de assemelhar-se ao formato de uma península, sendo envolta quase que, por todos os lados pelo vizinho estado de Pernambuco, tendo como divisa geográfica no sentido Sul uma cadeia de serras que de acordo com Cavalcanti (1983, p.32):

Era chamada de Ararobá a região montanhosa onde estão localizadas, além de muitas outras, as serras do Ararobá, do Cachorro, do Gavião e Jacará, situando as duas últimas, as nascentes do Capibaribe [...] em direção ao poente, até os municípios de Arcoverde e Sertânia, e por este limite, até o Estado da Paraíba [...].

Irineu Joffily a partir de sua viagem de estudo percorrendo aquela região nos anos de 1880 (1977, p.395) observa a particularidade de seus contornos geográficos envolto pelo estado de Pernambuco argumentando que:

A comarca do Monteiro acha-se encravada na vizinha província de Pernambuco, formando um semicírculo ou arco, cuja corda é mais ou menos traçada pelo curso do rio Sucuru, que nascendo uma légua acima da povoação de boi Velho, na chapada que divide a Paraíba de Pernambuco [...]

Outra descrição da posição geográfica do município de Monteiro e de suas fronteiras com Pernambuco nos é apresentada por Celso Mariz (1999, p.77) no seu livro “Através do Sertão”, publicado em 1910, ocasião em que descreve os contornos do município da seguinte forma: “Vasto município limitado pelo de São João do Cariri [PB] ao nascente e norte; pelo de Teixeira ao Norte e poente; pelos **pernambucanos** de São José do Egito, a oeste, e Pesqueira e Alagoa de Baixo [atual Sertânia - PE], ao Sul.”

3.2 O Processo de Ocupação: as Raízes Históricas dos Latifúndios

Uma vez situada geograficamente nossa área de estudo, analisaremos como se deu a ocupação daquele espaço geográfico, tanto pelos grandes proprietários rurais com suas atividades voltadas para pecuária extensiva, quanto por aqueles que por motivos diversos procuraram aquela região para sobreviver, dando origem ao campesinato.

Limitando-nos às fontes documentais que comprovam a ocupação da região de Monteiro nas nascentes do rio Paraíba, encontraremos referências a partir do início do século XVIII, quando aparecem nos livros de doações de terras registro de pessoas que adquiriram áreas para estabelecer fazendas de gado. João Lira Tavares ao transcrever os termos de doações de sesmarias registra as primeiras solicitações de terras naquela região e podemos ver que no ano de 1699 aconteceu a seguinte reivindicação:

Alferes Custodio Alves Martins, diz que morador da capitania de Pernambuco e desejando povoar algumas terras no sertão e tendo notícias de algumas que havia nas cabeceiras e nascentes do Parahyba, foi com gente que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa prática, por serem partes aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com o gentio bravo [...] essa concessão foi feita pelo rei de Portugal em 22 de março de 1702 (TAVARES, 1982, p.40).

Embora de forma breve, entendemos ser pertinente colocar que ao ser agraciado com a posse da sesmária solicitada existia todo um ritual para tornar público a aquisição daquela área de terra como forma de legitimar perante a coletividade a concessão. Nesse sentido Daisy B. de Lacerda Abreu descreve como se dava o ritual:

[...] eu tabelião ao diante nomeado [...] em virtude da carta acima de doação metemos de posse ao capitão Luiz Rodrigues Duarte e o dito alcaide foi-se pela rua dizendo em voz alta e inteligível posse uma e muitas vezes e o dito Luiz Rodrigues tomou dos ditos chãos terra e ramos gritando posse três vezes sem ninguém lho impedir pelo que houvemos por empossado dos ditos chãos de que tudo fiz este Ato de Posse em que assinei com o dito alcaide [...] (ABREU, 1983, p.53).

As áreas distantes do litoral, onde dominava a cana de açúcar, eram de fácil aquisição por aqueles detentores de certa posição econômica, pois incentivava-se mesmo o adentramento ao interior. Se porventura o pedido de sesmarias fosse indeferido, a melhor justificativa era argumentar que a serventia daquela área requerida era exclusivamente para a criação de gado. Nesse sentido, esclarece Barbalho (1982, p. 219) “[...] área própria para criar gado sem outra serventia [...] por serem terras inúteis para todo gênero de lavouras e muito desertas.”.

A partir dessa data são vários os pedidos e a concessão de áreas de terras para a instalação de fazendas de gado adentrando as nascentes do rio Paraíba e encostando-se aos domínios territoriais de Pernambuco. Entretanto, entre os diversos pedidos de terras e as devidas

concessões de sesmarias um fato interessante é que precisamente a área do território de Monteiro ter sido povoada também por pessoas vindo do Sul, ou seja, do vizinho estado de Pernambuco, pois, os primeiros familiares com a denominação de Monteiro vieram de Garanhuns e da Serra do Ararobá, aldeamento dos Xucurus.

João Jorge Rietveld constata esta afirmação da origem da família Monteiro no estado de Pernambuco e na serra do Ararobá a partir da análise do livro de casamentos de São João do Cariri. Ele, também, informa que a denominação Monteiro foi utilizada pela primeira vez para nomear uma serra naquelas paragens e só foi encontrada no ano de 1782, ano em que foi tal denominação mencionada em um livro de batismos (RIETVELD, 2002, p.49-57).

Temos, portanto, evidências bastante claras que a povoação daquele recanto do estado teve uma influência bastante forte do vizinho estado, precisamente próximos da cadeia serrana do aldeamento de Cimbres que servia como divisa natural.

Cronologicamente, podemos observar nos documentos a concessão de terras as seguintes datas: 17 de novembro de 1699; 12 de maio de 1701; 2 de abril de 1711; 19 de maio de 1717; 3 de dezembro de 1740; 28 de janeiro de 1762; 25 de agosto de 1762; 21 de fevereiro de 1763; 22 de janeiro de 1785; 2 de julho de 1786; 4 de agosto de 1786; 14 de agosto de 1790; 8 de outubro de 1791 e 18 de fevereiro de 1807 (Cf. TAVARES, 1982).

Estes dados nos servem para compreender o processo de ocupação daquela área, mediante o estabelecimento de grandes fazendas de gado, a partir da aquisição de sesmarias por parte de algumas famílias privilegiadas pelo governo imperial.

Constituiu-se, assim, estas doações como as origens da ocupação com o intuito econômico voltado para a produção pecuária, mediante a ocupação de vastas extensões de terras, que iriam caracterizar a região como sendo de grandes latifúndios.

3.3 O Domínio dos Grandes Latifúndios

Em 1890 o censo demográfico (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898) registrava em Alagoa do Monteiro uma população de 11.771 pessoas. Vale ressaltar que desta população os negros, caboclos e mestiços somavam o total de 5.840 e os brancos 5.931, apresentando estes, uma diferença numérica em relação ao restante da população de apenas 91 pessoas.

Este quadro por um lado nos leva a pensar que houve uma corrida nos fins dos anos de 1800 às áreas mais remotas do estado tendo em vista as dificuldades que cada vez mais iam se acentuando para se conseguir terras, tendo em vista a ocupação das outras áreas do estado e por outro a permanência de uma população não caracterizada como branca que é possível que não detivesse vastas extensões de terras, mas sobrevivia em meio aos latifúndios como camponeses e várias outras atividades.

Notamos que no período de 1890 a 1900 houve um diminuto aumento na população, sendo esta acrescida, nesse período de dez anos de apenas 863 pessoas, apresentando o município a população de 12.634 pessoas (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1900).

Notamos a diferença significativa no censo de 1920, por ocasião do primeiro censo agropecuário, ocasião em que o município de Alagoa do Monteiro registra uma população de 25.140 pessoas (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

Neste primeiro censo agropecuário, foram registrados 702 proprietários rurais em Alagoa do Monteiro, o que nos leva a perceber claramente que os camponeses não foram levados em consideração, pois considerando a população de 25.140 habitantes e só serem registrados apenas 702 proprietários é de se concluir que os outros 24.438 habitantes não foram considerados quanto a sua relação com a posse da terra, pois se tivesse sido poderia revelar muito sobre as origens e existência do campesinato.

Entre estes 702 proprietários recenseados, observamos que vários são os casos em que todos os membros de uma família inteira são possuidores de terras, encontramos uma família com cinco pessoas, sendo todas elas registradas como possuidoras de terras¹⁶. Também, encontramos pessoas registradas como possuidoras de diversas áreas de terras¹⁷. Disso podemos concluir que o número de 702 proprietários recenseados não corresponde de fato a 702 pessoas diferentes, mas, bem menos, considerando a existência de uma pessoa ser possuidora de mais de um imóvel rural (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

¹⁶ A família Santa Cruz é um exemplo característico, pois, aparece neste censo com cinco irmãos, todos cadastrados como possuidores de terras. A família Feitosa também serve como exemplo, ocasião em que todos os seus membros aparecem como possuidores de terras (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

¹⁷ O coronel Sizenando Raphael de Deus é um exemplo característico, pois aparece entre outros, como possuidor de três imóveis rurais (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

Estabelecimentos rurais recenseados no município de Alagoa do Monteiro em 1 de Setembro de 1920

Áreas / hectares	Menos de 41 ha.	41 a 100 ha.	101 a 200 ha.	201 a 400 ha.	401 a 1000 ha.	1001 a 2000 ha.	2001 a 5000 ha.	5001 a 10000 ha.	10001 a 25000 ha.	25001 e mais.
Estabelecimentos	53	191	189	139	84	24	12	5	4	1

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA – 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias, 1920.

Destes estabelecimentos se registraram apenas 53 como sendo constituídos de menos de 41 hectares e 191 estabelecimentos de 41 a 100 hectares o que indicava praticamente a inexistência das pequenas propriedades voltadas para a subsistência. Demonstra-se, neste censo, a existência dos grandes latifúndios, pois, foram registrados 12 estabelecimentos de 2.001 a 5.000 hectares e 5 estabelecimentos de 5.001 a 10.000 hectares, e 4 estabelecimentos de 10.001 a 25.000 hectares e 1 estabelecimento com mais de 25.000 hectares. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

Para efeito de compreensão da dimensão desses dados em relação aos outros municípios do estado fazemos a seguinte comparação: o município de Alagoa do Monteiro contabilizava 5 estabelecimentos entre 5.001 a 10.000 hectares, condição esta só apresentada por apenas mais 2 municípios no estado, Soledade e Umbuzeiro. Enquanto Monteiro apresentava 4 estabelecimentos entre 10.001 a 25.000 hectares, não se registrava em nenhum outro município esta quantidade de estabelecimento dentro esta faixa de área, registrando-se apenas 2 municípios cada um com apenas dois estabelecimentos nesta faixa de área. Com mais de 25.000 hectares na Paraíba só se registrava dois municípios com estas dimensões, Alagoa do Monteiro e Pombal. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

Neste censo de 1920, Alagoa do Monteiro apresenta o maior número de criação de animais da espécie caprina e ovina, ocupando, assim, o primeiro lugar em relação aos outros municípios do estado. Com relação ao número de criação bovina ocupa o quarto lugar no estado. Estes dados nos permitem concluir o predomínio da criação extensiva exercitada pelos grandes latifundiários e a posição de destaque diante de outros municípios do estado.

Alagoa do Monteiro no cenário estadual destaca-se neste censo de 1920 como sendo o segundo município do estado onde se encontra o maior valor total dos estabelecimentos rurais recenseadas, só ficando abaixo do município de Campina Grande.

Estes dados do censo demonstram o predomínio das atividades rurais exercitadas em grande escala, por poucas famílias, o que revela a existência de uma elite rural concentradora, conforme podemos constatar nas vastas extensões de terras. A existência desses latifúndios, dado suas quantidades e áreas, destacava-se na estrutura agrária do estado.

A concepção do censo (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920) é clara quanto ao registro apenas das áreas dos grandes e médios proprietários rurais ao adotar o seguinte critério para ser recenseado: “Para os fins censitários, entende-se como estabelecimento rural toda a extensão de terra sujeita a administração exclusiva de um proprietário, arrendatário, interessado, ou administrador, que faça diretamente a exploração da lavoura ou da criação, por si só ou com o auxílio de pessoal remunerado”.

A não consideração dos pequenos proprietários ou dos pequenos estabelecimentos rurais daquelas pessoas na formação do espaço agrário regional, que desenvolviam atividades para subsistência em pequenas áreas de terras é evidente tendo em vista o seguinte critério que os excluía do recenseamento:

Não devem, porém, ser considerados estabelecimentos rurais os quintais, as chácaras e os viveiros, pertencentes as casas das cidades e vilas, e bem assim os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio [...] foram excluídas também do censo da agricultura as propriedades rurais cuja produção anual não atingiu 500\$000. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA - V.III, p. VIII, 1920).

Fica evidente através destes dados, filtrados pelos critérios citados, que os recenseados foram apenas uma pequena parcela que se destacou economicamente, ou seja, a parcela da população constitutiva da elite rural.

Ao se adotar o critério, a seguir mencionado, para não ser recenseado: “[...] os pequenos sítios da zona rural, desde que a produção deles se destine ao consumo doméstico, ou seja, de pequeno valor, não constituindo verdadeiro e especial ramo de negócio” demonstra que existiam pessoas que sobreviviam nessas condições e que o censo não deveria levá-las em consideração. A

existência dessas pessoas que sobreviviam dos seus sítios e que a produção destinava-se em primeiro plano para o consumo doméstico só foi revelada vinte anos após, no censo de 1940.

3.4 Os Tênuos Sinais da Existência do Campesinato: a Leitura do Censo de 1940

Na análise do recenseamento geral de 1940 é que vamos encontrar dados da existência de uma pequena produção exercitada nos sítios e chácaras conforme denominou o IBGE, uma vez que neste censo apresentou o universo da área rural de forma mais fracionada, e principalmente levou em consideração pela primeira vez em suas estatísticas as pequenas áreas de terras onde seus proprietários ou posseiros dedicavam-se a produção para subsistência.

A visibilidade desse tipo de produção foi possível, tendo em vista as alterações no conceito de “estabelecimento” que norteou a coleta de dados do referido censo de 1940. Neste, o conceito de “estabelecimento agropecuário” foi definido da seguinte forma:

Como estabelecimentos agropecuários foram recenseados, sem limitação de área, nem valor da produção, todos que se destinam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que, sem essa finalidade imediata, **como as chácaras e os sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento.** (IBGE, parte VIII, p.XXVIII, 1940, grifo nosso).

Não tendo mais o critério de limite das áreas como condição determinante para ser recenseados, conforme o censo de 1920, emergem, nas estatísticas de 1940, as pequenas áreas de terras revelando a existência de outras formas de produção diferentes daquelas voltadas para a grande produção agropecuária. Podemos compreender, assim, que os dados do censo agrário de 1940 deram visibilidade à existência da pequena produção, para subsistência, ao se levar em consideração “todos que se destinam à exploração direta do solo [...] como as chácaras e os sítios, [que] se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento” conforme podemos observar na tabela a seguir.

Áreas e Estabelecimentos Agropecuários do Município de Monteiro em 1940

Área do imóvel	Quantidade de estabelecimentos recenseados	Área (hectare)
Menos de 1 ha	01	-
De 1 a 2 ha	08	9
De 2 a 5 ha	136	548
De 5 a 10 ha	291	2.261
De 10 a 20 ha	769	10.890
De 20 a 50 ha	722	22.044
De 50 a 100 ha	263	17.907
De 100 a 200 ha	167	24.476
De 200 a 500 ha	107	29.623
De 500 a 1000 ha	26	21.484
De 1000 a 2500 ha	17	29.046
De 2500 a 5000 ha	12	34.488
De 5000 a 10000 ha	02	-
De 10000 a 100000 ha	04	-
De 100000 e mais	-	-
Área não declarada	01	-
TOTAL	2.526	192.776

Fonte: IBGE – Recenseamento geral – Censos econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos serviços. 1940.

Como forma de demonstrar a existência da composição do campesinato, analisamos alguns dados deste censo de 1940 (IBGE, 1950). Registramos, neste censo, um estabelecimento com menos de 1 hectare, 8 estabelecimentos de 1 de 2 hectares, 136 estabelecimentos com área de 2 a 5 hectares, 291 estabelecimentos de 5 a 10 hectares, 769 estabelecimentos de 10 a 20 hectares, 722 estabelecimentos de 20 a 50 hectares. Totalizavam estes estabelecimentos de menos de 1 a 50 hectares a quantidade de 1927, correspondendo a este conjunto de estabelecimento uma área de 35.752 hectares.

Também, neste censo, registramos que os estabelecimentos de um mil a dez mil hectares somavam apenas 31, mas, somavam em seu conjunto uma área de 63.534 hectares, mesmo sem a declaração de 4 áreas, superiores cada uma delas a 10.000 hectares. Observamos assim, que

apenas estes quatro estabelecimentos detinham uma área maior que os 1927 estabelecimentos que compreendiam suas áreas de 1 a 50 hectares.

Concluimos com a análise desses dados do IBGE que estes 1927 estabelecimentos rurais, pertenciam àquelas pessoas que detinham a posse da terra. Esta afirmação é possível considerando que o IBGE neste censo de 1940 constata como vimos o total de 2.526 estabelecimentos entre os quais estão discriminados os 1927 estabelecimentos de 1 a 50 hectares. Com relação à propriedade da terra demonstra que o total das áreas estava assim distribuído: 2.154 eram de propriedade individual, 352 de propriedade em condomínio, 4 de pessoa jurídica, 1 do governo e de propriedade não declarada 15 totalizando 2.526 proprietários. Podemos ver assim que o número de áreas coincide com o número de proprietários, assim sendo, as áreas de 1 a 50 hectares, estavam distribuídas entre os 1927 proprietários, conforme denominação do IBGE.

São, portanto, estas pessoas detentoras dessas áreas até 50 hectares num total de 1927 estabelecimentos que desenvolviam uma produção com as características anteriormente sinalizadas pelo censo de 1920 e demonstrada sua existência no censo de 1940, que comprovam a existência de uma forma de produção verificada nas pequenas áreas de terras com as características da produção camponesa.

Acreditamos que se faz necessário, neste momento, a partir dos dados que demonstram a existência desse tipo de produção, situar os elementos que nos permitem compreender esse tipo de produção como sendo uma produção familiar do tipo camponesa.

Entendemos que para tanto, seria muita pretensão ou mesmo ingenuidade, desconsiderarmos todo um debate existente sobre a temática camponesa no Brasil e precisamente em torno da definição do campesinato conforme bem situa Luiz Eduardo Soares (1981, p.204) ao questionar: “Como definir o campesinato no Brasil? Como precisar os traços distintivos ou as características comuns e compreender as variações?”.

São diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades, como também, são múltiplas as possibilidades de definição do conceito de campesinato, uma vez que cada disciplina dá relevância a determinados aspectos para formulação do conceito (OLIVEIRA; FERNANDES; WELCH et. all., 2009).

Entendemos que não se faz necessário inventariar todo o debate produzido no campo das ciências sociais, que procuraram responder às questões colocadas por Soares e pela multiplicidade dos contextos em que o campesinato está presente, mas, se faz necessário situar o

que se entende em linhas gerais sobre o conceito de camponês e que nos servirá como fio condutor para compreensão da nossa realidade em estudo.

Nesta perspectiva, observamos que Soares elabora alguns princípios que norteiam o entendimento do conceito de campesinato que, a nosso ver, permite delimitar algumas características do campesinato ao colocar que: “De um modo geral se reconhece que a especificidade do campesinato reside no caráter familiar da produção que empreende, no fato de que o grupo doméstico compõe uma unidade de produção e consumo, e na relativa independência da unidade frente ao mercado” (SOARES, 1981, p.205).

Ariosvaldo Umbelino de Oliveira; Bernardo Maçano Fernandes; Clifford Andrew Welch (et. all., 2009) na apresentação que fazem do livro *Diversidade do campesinato: expressões e categorias – construções identitárias e sociabilidades* também afirmam a existência e o reconhecimento de princípios mínimos que permitem dialogar sobre a temática camponesa, desde sua presença e sua forma, mesmo sob a diversidade de possibilidades de situações sociais. Assim, como princípios norteadores, enfatizam que o campesinato apresenta as seguintes características:

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, enquanto categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, esta categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardando as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou recrutamento de mão-de-obra familiar.

Observamos, todavia, que a formulação desses princípios se aproxima ao reconhecer especificidades do campesinato em que se evidenciam o caráter familiar da produção e as suas relações com o mercado.

Entretanto, entendemos que uma importante contribuição para formulação do conceito do campesinato foi dada por José Guillermo Palacios, que analisa a emergência do campesinato nordestino. Em sua análise, destaca como fundamentais para caracterizar a produção camponesa, os seguintes elementos: a) A unidade básica de produção é a família, quer dizer, a força de trabalho empregada é, predominantemente, aquela fornecida pelos membros da família; b) a

posse da terra, o usufruto da mesma, por parte da família, não necessariamente a posse legal da terra; c) a posse dos meios de produção ou parte dos mesmos, pela família camponesa e d) a existência de uma produção da qual uma parte é reservada para o auto-consumo da família e outra parte destinada ao mercado. (Cf. PALACIOS, 2004, p.112-119).

São, portanto, esses princípios que norteiam a nossa compreensão, e que os utilizamos para analisar a existência do campesinato e as suas ações no espaço agrário em estudo.

Assim, usamos a categoria “camponês” numa perspectiva sociológica, levando em consideração as especificidades econômicas da região estudada, admitindo como camponês aqueles cuja condição econômica é definida por duas situações básicas: aqueles que têm a posse de pequenas áreas de terras e garantem a sua manutenção mediante o trabalho familiar e aqueles que mesmo não tendo a posse da terra a ela têm acesso e a utilizam para garantir a manutenção da família que engloba uma multiplicidade de formas passando pela condição de morador, meeiro, foreiro, vaqueiro e outras.

Retomando a análise da estrutura agrária regional, podemos entender, a partir dos dados referenciados, em que se sobressaem as pequenas áreas de terras, conforme anteriormente demonstrado, que apenas o estabelecimento das grandes fazendas não foi o fator único ou predominante de ocupação dessa área, mas, ou se deu posteriormente a chegadas de alguns camponeses que lá se instalaram, ou se deu concomitantemente com a chegada de fugitivos de outras regiões tanto do estado da Paraíba, quanto do vizinho estado e Pernambuco e até mesmo de outros estados conforme demonstraremos adiante ao apresentar como se deu a ocupação da área em análise.

Enquanto podemos situar as origens das grandes propriedades rurais no município de Monteiro, precisamente, já a partir do ano de 1699, conforme relacionadas anteriormente, situar o surgimento das pequenas áreas de terras de posse dos camponeses não é tão fácil, pois estas não foram doadas como as sesmarias, mas ocupadas discretamente não existindo assim registro dessas pequenas áreas de terras. Como vimos os dados oficiais como o recenseamento pelos critérios adotados não favoreceram dar visibilidade a estes, nem também os dados cartoriais que tratavam do registro das terras, pois estas pequenas áreas não eram registradas. Só a partir do censo de 1940 é que esta categoria é vista, mesmo assim com mais de três séculos de invisibilidade. Considerando esta realidade, para encontrarmos as origens do campesinato regional não temos como nos ater apenas aos dados das instituições que registravam a

propriedade da terra, mas, procurar nas lacunas dos dados colocados por essas instituições pistas que nos permitam enxergar a existência destas.

Para o historiador paraibano José Octávio (1996, p. 81) essa região fronteiriça, nos recantos da microrregião do Cariri Ocidental, conforme anteriormente referenciada, é considerada como sendo uma das últimas a ser povoada no estado da Paraíba na passagem do século XVII para XVIII com a única finalidade de criação de gado. Para o referido historiador é mediante a expansão da atividade pecuária para esta região, que de fato se completa a integração de todo o território paraibano, segundo argumenta: “Quando a região de Monteiro foi ocupada em 1800 e Princesa Isabel, nos Cariris de Princesa, viu-se conquistada em 1805, a Paraíba completava sua unidade territorial” (OCTÁVIO, 1996, p.81).

Nesta perspectiva em que prioriza apenas os dados documentais da doação de terras o povoamento se deu exclusivamente em função do estabelecimento de fazendas de gado, dando ênfase às grandes extensões de terras apropriadas para tal atividade e toma como referencia apenas a ocupação que partiu do sentido leste, ou seja, do antigo povoamento de São João do Cariri, a partir do qual se adentrava aos sertões, onde se encontravam as nascentes do rio Paraíba.

É certo, que a atividade pecuária surgiu como reflexo da economia açucareira, tendo em vista a impossibilidade de criação de animais naquelas áreas litorâneas, onde toda a terra destinava-se a uma única finalidade: a cana-de-açúcar. Separando-se, portanto, essas atividades (açucareira x criatória), como observa Almeida (1997) fazia-se necessário adentrar o interior em busca das vastas extensões de terras para estabelecimento dos currais de gado. Entretanto, mesmo esta compreensão explicando em parte a ocupação do Cariri, ainda carece de observações, considerando que esta região não é um todo homogêneo em que a ocupação pode ser explicada apenas pela ênfase na pecuária, com base, apenas, em critérios apenas econômicos.

Essa lacuna histórica, mediante a qual não evidencia o campesinato regional na formação do espaço agrário, nos leva a concordar com o entendimento de Palacios (Cf. PALACIOS, 1987; 2004) quando este a partir do estudo do surgimento do campesinato com base nos processos econômicos, políticos e sociais no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, especificamente no Nordeste Oriental do Brasil, afirma que a historiografia do Brasil, salvo raras exceções, não abordou o papel desenvolvido pelos trabalhadores pobres do campo. A historiografia se deteve a analisar acentuadamente o papel da grande produção na formação da economia nacional deixando um espaço lacunar de outras formas alternativas de produção desenvolvida por uma

camada de pessoas que não tiveram acesso as grandes quantidades de terras, mas que a partir de atividades para subsistência, apresentavam as características de um modo de vida camponês.

Observando esta ausência na historiografia, Palácios¹⁸ é enfático ao afirmar que: “ A preocupação com a história dos pobres livres, e especialmente com a dos cultivadores não escravistas, isto é, os segmentos camponeses da sociedade colonial, está inteiramente ausente de qualquer uma das obras que integram o corpo principal da historiografia brasileira[...]”.

Situando historicamente a formação do campesinato no Nordeste oriental do Brasil, especificamente nas áreas que compreendem os atuais estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e, de forma menos acentuada, no Rio Grande do Norte, Palácios analisou o processo de constituição e embate que o campesinato enfrentou e resistiu no período colonial, concluindo com a demonstração da forma pela qual o poder do latifúndio conseguiu encontrar uma alternativa quanto a substituição da mão-de-obra escrava, pelos camponeses livres, que iriam se tornar moradores e trabalhadores em suas plantations.

No percurso dessa análise, Palácios (1987) elaborou uma periodização distribuída em quatro momentos: o primeiro período é denominado como “Crise da plantation e emergência da agricultura de base camponesa”; o segundo período é denominado “Revolução industrial e expropriação camponesa: o triunfo da plantation”; o terceiro período é denominado “Os camponeses e a constituição do estado nacional: pauperização e revolta.” e, por último, o período denominado “A subordinação do campesinato: o estado contra os pobres livres”¹⁹.

¹⁸ Palácios (1987) reconhece, entretanto, que só a partir dos trabalhos de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Caio Prado Júnior é que os pobres do campo são mencionados na história. Destacando a contribuição de Caio Prado Júnior em seu livro “*Formação do Brasil Contemporâneo*”, onde, pela primeira vez a população pobre do campo é inserida no processo histórico colonial, não deixa de fazer uma crítica quanto ao modo deste entender o papel daquela parcela de trabalhadores livres ao classificá-los como um amontoado amorfo de indivíduos desclassificados, uma verdadeira “ralé” que não merecia ser estudada.

¹⁹ Situa, no primeiro período de 1700 a 1760, o processo de formação de uma agricultura de base camponesa partir do que considera como sendo a característica desta fase: a constituição de comunidades de cultivadores pobres que se dedicavam a produção apenas de gêneros para própria subsistência e num momento posterior também a produção do tabaco que através de alguns artifícios conseguiam colocar no mercado. O segundo período situado no período de 1760 a 1810 se caracteriza por uma expansão sem precedente do campesinato do Nordeste oriental, que segundo Palácios se deu por conta do cultivo do algodão e da comercialização da mandioca. Entretanto está ascensão do campesinato não se deu sem incomodar ao Estado colonial, que tratou de esvaziar as áreas ocupadas pelos camponeses através de diversos mecanismos para coibir o cultivo de determinados produtos e até mesmo a utilização da violência para reprimir os camponeses mais resistentes. É neste segundo período que Palácios compreende como sendo o do triunfo da plantation e a expropriação camponesa no final do século XVIII. No terceiro período de 1810 a 1848, que se situa na primeira metade do século XIX, é o momento em que uma parcela mais significativa dos camponeses que resistiram ativamente as investidas do Estado colonial se desloca para o interior mais distante para as matas alagoanas, para os brejos e agrestes pernambucanos e paraibanos, na tentativa de restabelecer seu anterior estilo de vida e produção. É esta parcela do campesinato que vai continuar na resistência ao Estado tendo um papel significativo na Guerra dos Cabanos, na Revolução Praieira e a revolta contra o Registro de Nascimento e Óbitos

Esclarecendo a quem estava se referindo, como sendo aquelas pessoas que iriam constituir o campesinato, Palácios coloca que se tratava “dos pobres livres do campo” compreendendo que essas pessoas possuíam características que as distinguiam das pessoas em outras situações. Estas características eram: “isolamento, pobreza, agricultura de subsistência” (PALACIOS, 1987).

Palácios afirma que pretende discutir a presença dos cultivadores pobres livres, inseridos nos processos econômicos, políticos e sociais que formaram a história agrária dos séculos XVIII e XIX, no contexto dos embates existentes entre as comunidades camponesas autônomas e as plantations escravistas. Com essa perspectiva, Palácios é enfático em apontar e a se contrapor à compreensão de que é tão somente com a vinda de imigrantes europeus que se fala de um verdadeiro campesinato no Brasil, fazendo-se necessário, conforme coloca: “[...] urgente necessidade de pesquisas aprofundadas sobre o objeto em questão, de modo a podermos incorporar processos históricos de um numeroso e participante campesinato colonial. Dessa mudança, que implica repensar varias questões centrais a luz da trajetória dos confrontos entre os cultivadores pobres livres, o Estado e as plantations escravistas [...]” (PALACIOS, 1987, p.329).

Crítica semelhante à historiografia brasileira, quanto à ausência da produção para subsistência nos é apresentada por Graziano (1980), enfatizando que chega mesmo a surpreender a forma como alguns historiadores ao enfocarem tão somente ao papel da mineração no século XVIII como sendo quase uma monoprodução, em que as atividades agrícolas só são observadas após o declínio da mineração. Questionando a historiografia comenta que: “Esta distorção na análise dos fatos históricos permeia toda historiografia brasileira e se explica pelo menosprezo com que eram encaradas as atividades de subsistência [...]”

Embora a pesquisa de Palácios se refira à região oriental do Nordeste, ela tem uma contribuição significativa para a questão da invisibilidade do campesinato nos estudos historiográficos na área que estudamos. Portanto, considerando essa lacuna em relação ao

entre outras. Outra parcela do campesinato não conseguiu resistir ao avanço do Estado sendo submetida cada vez mais aos interesses das plantations, sendo gradativamente incorporados como mão-de-obra dos engenhos e das grandes fazendas escravistas. Neste sentido, a expropriação do campesinato significou a consolidação das plantations fornecendo mão-de-obra para estas, em substituição a mão-de-obra escrava. Diversas características vão marcar o quarto período de 1850 a 1875, apresentado por Palácios, entre estas a transição do sistema escravista para o trabalho livre, ocasião em que com a expropriação da pequena produção a alternativa apresentada é a submissão dos camponeses que irão servir de mão-de-obra nas grandes propriedades. Neste sentido, a lei de terras sancionada em 1850 e regulamentada ainda na metade desta década, é considerada por Palácios como um marco fundamental. Esta lei serviu para obstaculizar o acesso a terra e a expulsão dos agricultores das suas antigas áreas que haviam se apossados. (Cf. PALÁCIOS, 1987).

surgimento do campesinato é que levamos em consideração não somente o papel dos grandes proprietários rurais que legalmente naquela região tiveram acesso a terra e constituíram grandes fazendas, mas, ressaltar também o papel de diversas outras pessoas que sem o acesso “legal” povoaram também a região dando origem ao campesinato regional.

Assim sendo, acreditamos ser imprescindível um olhar que procure dar relevância não tão somente aos grandes latifundiários, mas, sobretudo a um sem número de pessoas que para aquela área se dirigiram, como brancos sem terras que procuravam encontrar espaços apenas para subsistência e que vinham fugindo, por diversos motivos, de outras regiões, semelhantes aos negros que também por lá se dirigiam em busca de refúgio. Acreditamos assim, que só uma análise que considere a confluência dessas pessoas nessas condições nos permite entender o processo de formação do campesinato que lá se desenvolveu.

Procuramos, assim, ao mesmo tempo em que vamos situando as particularidades geográficas regionais, situar elementos que nos possibilitem analisar o contexto das relações que se desenvolveram entre os sujeitos responsáveis pela ocupação da região, ou seja, o índio nativo daquelas paragens, o branco ocupante e o negro trazido pelo branco como mão de obra escrava, ou mesmo fugitivo de outras regiões.

Considerando essa região fronteira entendemos que houve duas vias de ocupação bastante distintas que dariam origem à formação do campesinato, uma vinda do Sul do vizinho estado de Pernambuco e outra vinda do Norte a partir de São João do Cariri, denominada anteriormente de Travessia dos quatro caminhos.

3.5 Os Índios na Formação do Campesinato: O Povoamento a partir do Sul, da Serra do Ararobá

Com essa compreensão dessas duas vias que constituíram a formação do campesinato no Cariri Ocidental vamos nos deter primeiramente a examinar a ocupação vinda do lado Sul, ou seja, do estado de Pernambuco, através da Serra do Ararobá.

Na serra de Ararobá, no atual município de Pesqueira em Pernambuco, foi instalado no século XVII um aldeamento dos índios Xucurus (1671-72). Esse aldeamento se deu em parte pelos esforços dos padres da Congregação dos Oratorianos (Congregação de São Felipe Néri) na

tentativa de pacificar e congregar os índios que resistiam a chegada dos invasores e a instalação de suas fazendas de gado.

Não é de forma alguma coerente entender que este aldeamento se deu apenas com os esforços dos religiosos, pois, seria uma compreensão um pouco determinante da capacidade de um grupo de monopolizar os interesses de outros sem encontrar nenhuma resistência. Aceitar essa compreensão bastante linear e harmoniosa seria menosprezar a capacidade dos próprios índios em escolher e se posicionar diante das condições de sobrevivência que enfrentavam. Nesse sentido, Rietveld, (1999) nos dá uma pista do posicionamento dos próprios índios, demonstrando que o aldeamento não foi uma criação tão original assim, ao colocar que mesmo antes do aldeamento centenas de índios já chegaram àquela região, provavelmente fugindo das perseguições dos colonizadores.

Com a saída dos padres oratorianos, assumem a direção do aldeamento os padres jesuítas, mas tendo em vista as leis instituídas por Pombal²⁰ em 1757 foram obrigados a sair do Brasil (1759). Por outro lado, Pombal acabou com todos os aldeamentos e os transformou em vilas, sendo o aldeamento dos Xucurus na serra do Ararobá, transformado em vila em 1762 recebendo a denominação de vila de Cimbres, nome este de origem portuguesa, tendo como referência uma freguesia no Conselho de Mondim da Beira em Portugal (BARBALHO, 1997, p.54).

A missão de Ararobá tinha uma posição estratégica naquele contexto, pois, constituía-se como a “chave do Sertão” tendo em vista aquela posição geográfica quase nada se conhecia, estendendo-se, portanto, a partir dali uma terra incógnita, sendo, com base nessa missão uma das vias que se adentrava aos sertões pernambucanos. Assim argumenta José Eusébio Ferreira (2001, p.78):

Mas o roteiro principal do gado era a opção de continuar seguindo o rio Capibaribe, subir as serras dos Cariris Velhos e alcançar o sertão, através de várias alternativas: na encosta norte está a bacia do Paraíba; nas encostas sul, a bacia do Ipojuca [...] assim foram explicadas as possíveis alternativas desse terceiro roteiro para o interior de Pernambuco.

²⁰ Em 1757 o Marquês de Pombal baixou uma lei chamada de Diretório Pombalino que, entre outros procedimentos, determinava: As antigas aldeias indígenas passariam à vila com Senado e Câmara, onde seriam eleitos vereadores índios e não-índios; as vilas receberiam o nome de povoados portugueses; obrigava que a partir daquela data os índios falassem só o idioma português e em caso de desobediência seriam punidos; obrigava os índios a deixarem suas habitações coletivas e construírem habitações individuais; obrigava que os índios, a partir daquela data, deviam ter nome e sobrenome português (ALMEIDA, 1997, p.18).

Do lado de baixo dessas serras pernambucanas estende-se os recantos do território paraibano. Essa área de terras fronteiriça, desde a época imperial são terras de encontro de “recantos” de ambos os estados, constituindo-se, assim, uma área de difícil acesso e pouco povoada se comparada a outras áreas desses estados, dado a longas distâncias dos centros econômicos e administrativos que se localizavam nas áreas litorâneas ou próximos a estas, no caso de Pernambuco, a capital Recife, e da Paraíba, a capital João Pessoa.

João Cabral de Melo Neto (1996, p.3) referindo-se às desconhecidas terras situadas por trás das serras do Jacarará e Ararobá, terras estas que compreendem os recantos mencionados do estado da Paraíba, faz o seguinte comentário na sua poesia denominada de “O rio”:

Por trás do que lembro, ouvi de uma terra desertada, vazia. Não vazia, mais que seca, calcinada. De onde tudo fugia, onde só pedra é que ficava, pedras e poucos homens com raízes de pedra, ou de cabra. Lá o céu perdia as nuvens, derradeiras de suas aves; as árvores, a sombra, que nelas não pousava. Tudo o que não fugia, gaviões, urubus, plantas bravas, a terra devastada ainda mais fundo devastava.

Configura-se assim essa região fronteiriça com uma particularidade geográfica e climática bastante interessante, a de nos altos da cordilheira da serra de Ararobá situar-se o estado de Pernambuco, área de clima agreste apresentando uma umidade bastante favorável ao cultivo de cereais e hortaliças, enquanto que o vizinho estado da Paraíba situa-se nas encostas dessa mesma cordilheira de serras e não ter o mesmo clima propício à agricultura, prevalecendo mesmo o clima semi-árido. Duas áreas tão próximas e climas tão diferentes.

Essa área serrana da missão do Ararobá serve como divisa natural a nascente de dois rios bastante influentes na hidrografia do estado de Pernambuco o rio Ipojuca e o rio Capibaribe conforme esclarece Josué Eusébio Ferreira (2001, p.173).

Também é recanto do vizinho estado da Paraíba, no município de Monteiro, na serra de Jabitacá, que nasce o Rio Paraíba. Como argumenta o historiador paraibano Irineu Joffily (1977, p.400), constituindo-se na maior bacia hidrográfica do Leste, embora os afluentes que lhe dão origem permanecem secos, na maior parte do tempo, considerando que esses afluentes são rios temporários, sendo assim denominados por secarem durante longos períodos de estiagens, até mesmo durante anos consecutivos, considerando ser a região constantemente atingida pelo fenômeno da seca.

3.6 Terra de Passagem e também de Refúgio

Não temos por objetivo fazer um estudo da ocupação territorial dos estados mencionados, mas situar elementos históricos fundamentais que possibilite entender essa área fronteiriça específica, como uma área comum àqueles que lá habitavam tanto do estado de Pernambuco quanto da Paraíba, constituindo-se como uma terra de passagem, em que se transitava de um lado para outro regularmente com fins diversos e também de habitação, principalmente, por aqueles que procuravam refugio naquelas paragens ainda incógnitas entre a cadeia de serras pernambucanas e as nascentes do rio Paraíba.

A forma de acesso à terra por esta camada de trabalhadores livres, que se constituía da população pobre que vinha da metrópole, nos é mencionada por Graziano (1980) ao entender que apoderar-se das terras devolutas e cultivá-las tornou-se a única opção possível e uma prática corrente, embora não sem conflito com o poder colonial, aqui representados por seus prepostos.

Entretanto atendo-se a examinar mais criteriosamente as áreas anteriormente mencionadas nos recantos do Cariri, ou seja, as mais próximas das nascentes do rio Paraíba e com a fronteira na serra do Ararobá, região fronteiriça com o estado de Pernambuco percebemos que esta região não foi ocupada, apenas, pelos grandes latifundiários. As fontes documentais dos cartórios, que se atém apenas às formas legais de aquisição das terras não dão conta de sustentar a hipótese da não ocupação dessas áreas antes da chegada dos pecuaristas, donos legais das vastas extensões de terras que foram loteadas para poucas famílias.

Esta compreensão reforça uma visão legalista da ocupação das terras, negando historicamente a legitimidade de centenas de camponeses que mediante uma agricultura de subsistência povoaram anonimamente diversas áreas do estado, mesmo porque não tinham interesse em chamar a atenção para seus locais de sobrevivência.²¹

Neste espaço agrário específico do Cariri, os camponeses garantiam a posse de suas pequenas áreas de terras, mediante o trabalho familiar cotidiano na terra.

²¹ A existência da agricultura de subsistência em torno das grandes fazendas de cana de açúcar no Nordeste do Brasil, também nos é apresentado por Tamás Szmrecsányi e Oriosvaldo Queda (1979), que analisam a migração dos camponeses independentes para as áreas mais distantes e menos férteis mediante a pressão do latifúndio açucareiro com o intuito de concentrar e monopolizar a terra.

A pesquisa feita por Emília Pietrafesa de Godoi na zona sertaneja do Piauí constata a existência, também, de áreas ocupadas pelos camponeses e mantidas pela posse²² e a partir da análise daquele contexto desenvolve a compreensão de “posse”, em que estão presentes as noções de justiça e direito, conforme coloca: “[...] entre os camponeses é embebida de um sentido moral, de idéias de justiça social e direitos” (GODOI, 1999, p.31).

Essa compreensão de posse nos é útil para pensar os princípios que fundamentam a legitimidade da posse no nosso contexto em estudo, principalmente, ao relacionar a posse da terra com a noção de direito, sendo a posse compreendida e aceita como justa pelos camponeses e também pelos grandes proprietários rurais. Fato este que nos permite entender a existência de uma economia moral conforme a formulação de Scott para quem a noção de direito e justiça se dá mediante a prática da reciprocidade entre amigos, parentes, vizinhos e a própria elite. Nessa situação específica a posse da terra é um direito que deve ter seu reconhecimento e legitimidade respeitada pela elite, constituindo-se como uma obrigação moral, esperada o seu cumprimento pelos camponeses (Cf. SCOTT, 1976).

Outro aspecto bastante significativo, que também nos serve para pensar a posse da terra pelos camponeses e o que legitima essa posse nos é apresentado por Martins (1980 apud GODOI, 1999, p.45) quando afirma: “Só é legítima a posse da terra porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade”.

Quanto à posse da terra em Sergipe desde o século XVIII e a sua legitimidade Ellen Woortman e Klaas Woortmann (1997, p.19, grifo nosso) a partir dos dados coletados em sua pesquisa argumentam: “Os sitiantes eram posseiros e não proprietários, termos reservados aos fortes, os antigos criadores e os atuais pecuaristas. Para os sitiantes, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivavam do **trabalho**. Era a terra de trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais”.

Alguns escritores da região que trataram de recuperar alguns aspectos da história demonstram a existência de uma agricultura de subsistência promovida por camponeses que vieram para este recanto do estado fugindo de contendas entre famílias, e até mesmo escravos evadidos das grandes fazendas (Cf. RIETVELD, 1999) e nesse espaço agrário específico que

²² Godoi (1999) constata, em sua pesquisa, que embora as áreas que são ocupadas corresponderem a apenas 4,7% da área total é nesta fração que encontram-se os ocupantes detendo a maioria dos estabelecimentos econômicos correspondendo a 53,6%. Isso demonstra por um lado que as pequenas áreas são a maioria e por outro, que estas foram mantidas não pelo registro legal, mas, pela posse.

estamos tratando, garantiam a posse de suas pequenas áreas de terras, mediante o trabalho familiar cotidiano na terra.

Esse povoamento rarefeito, aqui e acolá, apresenta como indício de sua existência entre outros fatores a presença de índios que fugiam do aldeamento do Ararobá e constituíam núcleos de povoamento longe do alcance do poder imperial, pois os índios aldeados nem sempre se contentavam docilmente aos novos modos ensinados pelos missionários que cerceavam sua liberdade. Podemos perceber esse descontentamento com base no seguinte depoimento: “Há um esforço muito grande no sentido de civilizar os índios através da agricultura. Percebemos a diligência de alguns missionários [...] para com o seu exemplo incitar os índios ao trabalho por terem estes suma preguiça”. (MEDEIROS,1990,p.55-56).

Se por um lado alguns desses índios em atitudes isoladas ou em momentos esporádicos não adotavam em seu cotidiano as novas práticas sugeridas, por outro lado diante de outras formas de pressão chegaram mesmo a promoverem ações de enfrentamento, ocasião em que os religiosos são chamados a pacificar os índios:

[...] apareceu na vila de Cimbres a sublevação dos índios. O presidente da província mandou chamar o frei Caetano e lhe disse: ‘eu sei que V. paternidade é ouvido e obedecido nessa província [...] vá V. paternidade em nome de Deus e do governo, chamar a ordem os índios, para que eu não seja obrigado a mandar-lhes 400 soldados de linha (TERRINCA, 1939, 38).

Podemos entender, assim, que os índios da serra do Ararobá se em alguns momentos aparentavam se contentar com a administração dos religiosos em suas aldeias, nem sempre esse contentamento foi regular, pois em diversas ocasiões, podemos perceber as atitudes de descontentamento e enfrentamento promovido por esses índios, sendo necessário quando falhava a intervenção dos religiosos, apenas o emprego da força, conforme notícia Wilson (1980, p.76) ao registrar o que ocorreu no ano de 1824 que:

Sob o pretexto de roubo e assassinato por eles praticados, levantou-se uma força autorizada pelo governo, composta de uma guerrilha de Cimbres e uma companhia de Ordenança do Moxotó, para bater e depois de algumas escaramuças a que eles se atiraram por desesperados muitos foram mortos a fuzil, sendo oitenta e tantos remetidos a capital, onde tiveram fim, e seus filhos repartidos pelos habitantes da comarca, como escravos. Muitos índios, na

realidade, foram mortos, e seus cadáveres esquartejados [...] e seus quartos expostos aos cães. Outros foram imprensados como fardos de algodão ²³.

Esses fatos nos levam a compreender que esses índios não eram tão ingênuos diante dos interesses que contrariavam seus objetivos e entendiam, a seu modo, os interesses defendidos pelos religiosos que a todo custo tentavam convencer das novas práticas de civilidade e da postura que deviam adotar perante o governo que representava os interesses dos proprietários rurais. Poucos anos após a chacina referenciada, três anos após, ainda em 1827 um grupo de vereadores expressam a compreensão que tinham daqueles índios ao argumentar que: “Os índios desta vila além de serem selvagens por natureza e de gênio feroz, são de mais a mais inclinados ao roubo, preguiça e a insubordinação [...] estes mesmo índios, há pouco em número de 400 ou 500 cresceram com admirável espantosa produção.” (WILSON, 1980, p.77).

Em 1845 uma lei decretada pelo imperador D. Pedro II denominada de “Regimento das Missões” criou o cargo de Diretor dos índios, sendo uma pessoa indicada para dirigir as aldeias. Nesse sentido, ia legalmente favorecendo, cada vez mais, a invasão das terras indígenas mediante a nomeação de pessoas com interesses nessas terras. Em 1879 foi decretada a extinção do aldeamento de Cimbres. A lei que acabava com os aldeamentos previa a demarcação das terras dos índios, mas, ao contrario disso, muitos invasores foram beneficiados ilegalmente com títulos de terras na área da aldeia enquanto a maioria dos índios ficou sem terra dispersando-se por diversas áreas, ou indo trabalhar nas fazendas, ou habitar nas periferias das cidades. (ALMEIDA, 1997, p.20).

Essas atitudes tomadas pelos índios insatisfeitos nos servem como indícios para sustentar a hipótese de que a região paraibana que se estendia nas bases da cordilheira das serras do Ararobá, por ser uma região de terra ainda desconhecida naquela época, serviu como refúgio para diversas famílias indígenas provenientes desse aldeamento que, não se sujeitando a administração

²³ Esse clima de hostilidade por parte de latifundiários que tentam invadir as terras dos índios Xucurus ainda é bastante evidente, basta dizer que dos 22.588 hectares, da reserva dos índios, apenas cerca de 8% ainda permanecem na posse desses índios, sendo a maior parte invadida pelos latifundiários. Os assassinatos também não são apenas ações do passado, mas, são bastantes presentes como forma de expropriar os índios das poucas áreas de terras que ainda lhes resta. Em 1992 foi assassinado no município de Pesqueira - PE o índio Xucuru José Everaldo R. Bispo, por um fazendeiro invasor que se apossou de 60 hectares da área indígena. Em 1998 foi assassinado em via pública na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro - PB (a região fronteira do lado de baixo da serra do Ararobá) o advogado da FUNAI que estava tratando da demarcação das áreas indígenas. Em 20 de maio de 1998 foi assassinado na cidade de Pesqueira - PE, Francisco de Assis Araújo o cacique dos Xucurus que lutava pela demarcação da área da aldeia. Em 2001 foi assassinado Francisco de Assis Santana, outra liderança indígena dos Xucurus (WELLEN, 2002, p.244-247).

do aldeamento e pelas perseguições promovidas pelo governo conforme vimos, procuravam sobreviver, anonimamente, em pequenos grupos ou mesmo isolados.

Reforça esse indício a tradição oral²⁴ presente na região, principalmente entre os mais idosos, que sempre se referiam a alguns de seus antepassados, principalmente as mulheres de terem sido estas raptadas entre os índios que naquela região se escondiam. Nesse sentido se referem a estas pessoas como sendo “caboclos brabos²⁵” que viviam nos encostos das serras, mas, que sempre eram vistos por caçadores ou vaqueiros que transitavam naquelas paragens mais desabitadas. Testemunho da existência dessas pessoas descendentes de índios nos é apresentado da seguinte forma:

Contou o Sr. Jonas Aleixo [...] que sua avó, Josefa Sabino, quando andava pelo mato, muitas vezes viu ‘**caboclos brabos**’, nome popular dos índios [...] quantos de nós não ouvimos falar de parentes que foram capturados ‘**a dentes de cachorro**’? São histórias que falam de mulheres que foram roubadas na serra de Ararobá e que se casaram depois com homens considerados brancos. Os Xucurus, por isso, estão no sangue de muitos monteirenses (RIETVELD, 2002, p.47, grifo nosso).

O padre João Jorge Rietveld (1999, p.67) em suas pesquisas na paróquia que compreendia aquela área do estado da Paraíba, apresenta fortes indícios da presença dos Xucurus na região ao colocar que:

A vila de Cimbres com a sua rica história teve uma forte influencia na paróquia [...] há também habitantes da paróquia, que são descendentes de uma mistura com os ‘caboclos da serra’ [...] Muitas outras pessoas são descendentes de caboclos pegos a dente de cachorro: sem a menor dúvida, todas elas tem o sangue dos índios Xucurus de Cimbres.

²⁴ Utilizamos ao longo desse trabalho o termo “tradição oral” no seu sentido etimológico conforme situou Emilia Pietrafesa de Godoi, em sua pesquisa, esclarecendo que: “[...] é empregado no seu sentido etimológico, derivado do latim *traditio*. O verbo é *tradire* e significa principalmente entregar. Certos estudiosos referem-se à relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral ou escrito. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passado de geração a geração” (GODOI, 1999, 109-110).

²⁵ Quanto a presença desses “caboclos brabos” ocupando e sobrevivendo em áreas de terras afastadas dos núcleos de ocupação por parte daqueles que estabeleceram as fazendas de gado, podemos encontrar referências a estes caboclos vivendo na serra do Jabitacá nas nascentes do rio Paraíba, conforme situa Ulisses Lins de Albuquerque em seu livro denominado de “Moxotó Brabo” (ALBUQUERQUE, 1979, p.5).

O pesquisador Pedro Nunes Filho (2008, p.97-103) que se deteve principalmente a resgatar elementos da história regional, apresenta num capítulo denominado “Espantados, mas não domesticados” a existência na região desses “caboclos brabos”, conforme eram denominados.

No referido capítulo descreve um caso mantido pela tradição oral, referente ao seqüestro da filha de um fazendeiro por um índio, denominado de “caboclo brabo”, sendo esta mulher dada por desaparecida e só sendo resgatada três anos após.

Outro indício que nos permite perceber a presença dessas pessoas que fugiram do Aldeamento e que aqui e acolá foram povoando a região paraibana, dedicando-se anonimamente a uma produção para subsistência, podemos encontrar na existência de alguns topônimos que nomeiam alguns locais da região. Entre outros, podemos citar alguns como Ipoeiras, que significa o lugar onde as águas se retiram. O nome da Cidade de Camalaú que significa rio de camará, ou seja, o rio que tinha muitas plantas com o nome de câmara; o sítio Caiçara que significa coberto de palha (RIETVELD, 1999, p.41). Além dessas denominações, existe no município de Sumé uma vila denominada de Sucuru e também um rio e uma serra com a mesma denominação, constituindo-se assim numa clara evidência da presença, naquela região, dos antigos índios Xucurus. Irineo Joffily (JOFFILY, Geraldo Irineu, 1965, p.117) registra a presença desses índios naquela região e de forma bastante clara delimita a área em que estes habitavam e se locomoviam de acordo com suas necessidades entre Pernambuco e Paraíba. A estes assim se refere: “Os sucurus, habitavam o território de que atualmente compõe o termo de alagoa do Monteiro, a principiar mais ou menos do rio Sucuru a que deixavam o nome e daí até Cimbres ou Serra de Ororubá no estado de Pernambuco”.

Se por um lado podemos concluir que os índios que fugiam para estas paragens mais distantes foram povoando rarefeitamente essa região, por outro temos também indícios de que outras pessoas também aqui se refugiaram, como negros fugitivos do litoral ou quilombos destruídos bem como outras pessoas que por motivos diversos procuram se manter no anonimato (Cf. RIETVELD, 1999).

Podemos também concluir que de Cimbres não vieram tão somente índios insatisfeitos com o aldeamento, mas diversas outras pessoas, considerando que nas proximidades da serra de Ororubá encontravam-se diversos fugitivos de outras localidades e que lá procuravam refúgio conforme coloca Palácios (2004 p.219): “[...] Vila de Cimbres, localizada no pé da serra do

Orubá, converteram-se temporariamente em centros de aglutinação desses estratos da população pobre livre”.

Assim, adotando esta estratégia de resistência de esconderem-se dos domínios dos grandes latifundiários, essas pessoas iam cada vez mais procurando terras mais distantes, de forma que, da região de Cimbres, parte desse estrato da população pobre livre, conforme denominou Palacios, migrou mais para dentro do território paraibano, ocasião em que foram sendo ameaçados naquela área. Essa ocorrência, podemos compreender a partir da colocação de Palacios:

Em 1816, o maior cultivador de algodão de Pernambuco não era nenhum membro das famílias tradicionais da zona da mata, e sim Antonio dos Santos Coelho da Silva, capitão-mor das ordenanças da Vila de Cimbres, no sertão, proprietário de mais de meio milhar de escravos, dono de uma das casas ‘mais opulentas desta capitania’, e nas palavras do próprio governador, notório usurpador e ladrão de terras (PALACIOS, 2004, p.333).

Estes, sem condições de acesso legal à terra²⁶, foram procurando as áreas de terras mais distantes, principalmente almejando habitar perto dos leitos dos rios e fontes de água onde pudessem de forma mais fácil desenvolver atividades agrícola e pecuária e consumo doméstico de água.

As denominações de diversos locais nessa região²⁷ nos servem como indícios bastante esclarecedores de que os grandes latifundiários e, principalmente, os camponeses, por se aventurarem a sobreviver numa região difícil de produção agrícola devido ao clima, procuravam compensar esse empecilho, alojando-se junto aos leitos dos rios ou áreas onde podiam ter acesso

²⁶ Neste sentido, a lei de terras sancionada em 1850 e regulamentada ainda na metade desta década, é considerada por Palacios (1987) como um marco fundamental. Esta lei serviu para obstaculizar o acesso a terra e a expulsão dos agricultores das suas antigas áreas que haviam se apossados. De acordo com Graziano (1980) a referida lei de terras, sancionada em 1850 tem uma importância crucial na história do Brasil, na medida em que se instituiu juridicamente uma nova forma de propriedade da terra, enfatizando principalmente que a mediação para aquisição desta vai se dar pelo “mercado” tendo por consequência a barreira que se criava aos cultivadores, dado a impossibilidade destes sem recursos, a ela terem outra forma de acesso.

²⁷ A água deu origem a diversos topônimos entre alguns citamos os seguintes: Olho D’água do Badalo, do Cunha, do Neto, do Zuza; Lagoa do Panati, do Pau do Leite, do Buique, da Barriguda, da Onça, do Boi, do Prato, do Queitatu, do Brejo, das Queimadas e do Periperi; Riacho Seco, Riacho Comprido e da Ema; Riacho do São Paulo, do Umbuzeiro, do Tigre, da Barroca, da Roça, do Xingo e do Juá; Tanque do Mocê e Tanque da Ventania; Poço escuro e Poço de Baixo; Chorão, Volta do Rio, Bebedouro, Caldeirões, Cachoeira do Embu, Pedra D’água, Cacimba de Cima, Minador e diversos outros que ainda marcam diversas localidades no Cariri paraibano. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1920).

à água de forma mais fácil, como pequenas cacimbas, nascentes de água e tanques naturais nas rochas que proporcionavam armazenar água durante o período chuvoso e manter ao longo do ano.

Considerando, também, a particularidade geográfica de difícil acesso e longe dos centros mais povoados é natural que essa região fosse bastante atrativa para aqueles que por motivos diversos vinham fugindo das áreas litorâneas, favorecendo, devido ao seu isolamento, um refúgio seguro, também para fugitivos com problemas em outras regiões que encontravam nesta terra vasta e isolada, meios para garantir suas subsistências.

Também, temos vários indícios de que para essa região se dirigiram diversas pessoas que, por motivo de contendas em outras regiões, procuraram abrigo nessas paragens distantes de seus locais de origem e também longe do alcance da repressão legal. Nesse sentido, Rietveld (1995, p.69; 1999 p.199) registra a chegada nessa região de pessoas que vinham foragidas de Rio Tinto, isto por volta dos anos de 1800, por conta de crimes que haviam cometido. Entre outros, também menciona a presença de um foragido de Garanhuns, do vizinho estado de Pernambuco que veio a estabelecer-se nas terras que deu origem à fazenda Santa Clara. Esclarecendo ainda as origens de algumas famílias, registra a origem da família Bezerra na região por volta de 1890, situando-a a partir de um fugitivo que provinha de Pernambuco e que nos altos dessas serras da região procurou estabelecer-se e daí constituiu uma ampla família que se distribuiu por diversas áreas do atual município de São João do Tigre, anteriormente pertencente ao município de Monteiro.

A fuga de pessoas com problemas com a justiça e a fuga para as áreas mais remotas do estado, distante dos centros administrativos era uma prática bastante utilizada. Um pedido de providências, quanto à captura de pessoas que atacaram algumas propriedades nas imediações do Recife, chega a ser discutido na sessão do senado federal em 26 de fevereiro de 1829, demonstra esta ata a importância da questão naquela ocasião ao colocar que:

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e vinte e nove, no Paço Imperial Quinta da Boa Vista, na presença de Sua Majestade o Imperador reunidos os conselheiros de estados [...] que alguns malvados em número de vinte e pouco mais ou menos, capitaneados por outros se haviam reunidos [...] quebrantando a segurança pública, cometendo roubos, e insultos naquele lugar, e pela estrada até a vila de Santo Antônio [...] mas sendo por estes repelidos [Capitão Mor do distrito] se puseram *em fuga para comarca do Sertão* (ATAS DO CONSELHO DO ESTADO, 1973, p.67, grifo nosso).

Ao se referir ao Sertão, como rota de fuga, temos uma pista que bem podia ser para além da Serra do Arorubá em Cimbres, pois dali se adentrava aos sertões pernambucanos. Assim, podemos entender que a confluência territorial desses dois estados Pernambuco e Paraíba era um lugar propício para se esconder, sendo provável a vinda de diversas pessoas nessas condições para estes recantos de ambos os estados, contribuindo para a formação do campesinato.

Não pretendemos com esses indícios atribuir que o povoamento dessa região de fronteira foi promovido unicamente por pessoas nessa condição de fuga, mas, dar relevância a essa condição no sentido de realçar a importância desses na constituição de uma agricultura de subsistência.

Não negamos o papel dos grandes proprietários rurais, donos das sesmarias que dominaram a região e que se encontra nos registros de doação de sesmarias, mas, tomar, exclusivamente esses dados legais para explicar o povoamento da região não dá conta de explicar porque junto às grandes propriedades proliferaram tantos minifúndios.

Também uma análise centrada tão só a partir dos dados oficiais, não permite perceber a presença desse conjunto de camponeses anônimos que ao lado dos grandes latifúndios foram importantes, principalmente, na produção de gêneros alimentícios voltado para própria região. Essa abordagem só se torna possível ao se levar em consideração a tradição oral dos camponeses, em que se analisando a trajetória de suas famílias é possível perceber indícios muito remotos de suas origens indígenas, negras, ou de famílias de camponeses fugitivos de outras localidades.

3.7 A Povoação Camponesa a partir do Norte, da Vila de Travessia dos Quatro Caminhos

A ocupação das áreas fronteiriças das nascentes do rio Paraíba, desde a entrada pelo lado norte da região dos Cariris Velhos, se deu a partir do povoamento de São João do Cariri, que tinha como antiga denominação de Travessia dos Quatro Caminhos, uma alusão ao rio que passa naquela povoação, antigamente denominado de rio Travessia, sendo posteriormente mudada sua denominação para rio Taperoá (LEAL, 1993, p.5).

As nascentes do rio Paraíba, eram territórios dos índios Cariris²⁸ e como afirma Almeida, (1997, p.20) também ocupavam aquelas áreas os índios da mesma família dos Cariris, os Sucurus. Nesse sentido, afirma: “[...] os cariris propriamente ditos habitavam a caatinga central do planalto da Borborema, que vai de Campina Grande às cabeceiras do Paraíba [...] os Sucurus, da mesma família ocupavam os atuais municípios de Monteiro, Sumé, Prata [...]”

São João do Cariri constituía-se como um marco demarcatório no povoamento da região dos cariris, se observado apenas o aspecto da penetração para o estabelecimento de fazenda de gado e tomando como fontes apenas os dados documentais de doação de terras para esse fim. Entretanto, mesmo considerando o povoamento das nascentes do rio Paraíba também por outras pessoas, como anteriormente dito, a partir do sentido Sul, da serra do Ararobá, tomamos como referência os dados documentais que situam a ocupação de São João do Cariri, como forma de auxiliar a compreensão da incursão às nascentes do rio Paraíba.

Segundo argumenta Rietveld (2002, p.36) o povoamento da área que compreende o município de São João do Cariri²⁹ se deu com a ação dos religiosos jesuítas que no século XVII fundaram naquela região uma grande fazenda de gado. Para sustentar essa afirmação cita três argumentos: o primeiro de que um sesmeiro ao registrar suas terras menciona a existência dos religiosos naquela região, o segundo argumento é de que os arquivos eclesiásticos de Salvador dão conta da presença daqueles religiosos na região citada e utiliza o fato da padroeira adotada por aqueles religiosos ser Nossa Senhora dos Milagres uma vez que é bastante conhecida a predileção e a devoção especial desses religiosos para com esta santa.

A freguesia de N. S. dos Milagres da Ribeira do Cariri de Fora foi criada em 1750 e era a maior freguesia de toda a capitania, pois, compreendia a região desde Cabaceiras até Monteiro, e de Pombal até Soledade constituindo ainda essas terras como áreas incógnitas, pelo menos das instituições governamentais e eclesiásticas. A atual cidade de Campina Grande só seria constituída como freguesia um tempo após, ocorrendo isto no ano de 1769, quando passou a ser denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande. Nesse sentido, assim se expressa Horácio de Almeida:

²⁸ Elias Herckmans que governou a capitania da Paraíba no período de 1636 a 1639, na descrição que fez sobre a capitania da Paraíba em 1639, já menciona a existência dos índios Cariris que habitavam transversalmente a capitania da Paraíba e Pernambuco. (HERCKMANS, 1982, p.38).

²⁹ São João do Cariri teve diversas denominações; inicialmente Travessia, posteriormente entre 1798 e 1803 São Pedro, em 1800, Vila de São João do Príncipe e finalmente em 1850 recebe o nome atual, de Vila de São João do Cariri. (RIETVELD, 2002, p.40).

O desenvolvimento da povoação na primeira metade do ano de 1700, lento e silencioso, passou despercebido à administração da província. Uma aldeia de índios Cariris, formada depois, a algumas léguas ao poente, chamada Travessia, tomou-lhe a dianteira. Em abril de 1750 foi elevada a freguesia com o nome de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora. Campina Grande ficou-lhe na dependência, como capela filial (ALMEIDA, 1997, p.38).

Percebemos a dimensão da área territorial que iria dar origem ao município de Monteiro já em 1838, mesmo antes de ser vila, quando Luis Pinto (1953, p.73) faz o seguinte comentário a respeito: “Começa neste ano [1838] a edificar-se Monteiro, situada a S. O. [sic.] da Paraíba com 10.425 quilômetros quadrados. Foram seus primeiros povoadores após a saída dos índios Sucurus, da tribo dos Cariris, Simão Carvalho da Cunha [...]”.

A elevação de Monteiro à condição de vila se deu mediante a lei n. 557, de 28 de junho de 1872. (RIETVELD, 2002, p.71).

É notável que, com a ocupação que ia se dando naquelas paragens os nativos habitantes irem recuando, cada vez mais, para áreas de mais difícil acesso, no intuito de se proteger da agressão do invasor. Daí, como mencionamos anteriormente, a tradição oral fazer referência aos caboclos brabos que eram “pegos a dentes de cachorros”. Eram estes naturalmente alguns remanescentes destes grupos indígenas que permaneciam isolados, praticando uma agricultura de subsistência e que iam garantindo a posse dessas áreas de terras, contribuindo, assim também, para a formação do campesinato regional. (Cf. ALBUQUERQUE, 1979; NUNES FILHO, 2008).

3.8 A Participação dos Escravos na Formação do Campesinato

Na opinião de escritores paraibanos há divergências quanto à contribuição do escravo na economia criatória do sertão. Para Horácio de Almeida, a escravidão não teve importância nessa região, pois foi diminuta ou quase não existiu no sertão (ALMEIDA, 1997), porque a criação não necessitava de muitos braços, e os poucos que existiam eram indígenas. Mesmo que ele se refira ao século XVIII, época em que o trabalho índio foi muito usado, há evidências em documentos que mostram a presença regular do negro no sertão, no período colonial (GALLIZA, 1979, p.24).

Para o historiador paraibano Horácio de Almeida (1997) a instalação de uma fazenda de gado não necessitava de muita força de trabalho, bastando para tanto, apenas, um vaqueiro e alguns agregados e defende a idéia de que por esta razão foi diminuta a utilização de mão de obra escrava naquela região. Entretanto, podemos constatar que essa afirmação não é tão sustentável assim, pois mesmo que a instalação das fazendas se por um lado não necessitava de uma grande quantidade de pessoas, por outro lado isto não impediu ou mesmo desestimulou a utilização da mão de obra escrava.

Para Irineo Joffily a atividade criatória no sertão foi desenvolvida em sua maioria pelo vaqueiro e seus auxiliares (homens livres), que eram recompensados recebendo uma parte do rebanho. Os poucos escravos que se inseriam, entravam como trabalhadores domésticos (JOFFILY, 1977, p.238). Ambos atribuem pouca importância ao escravo na organização da economia sertaneja, atribuindo-lhe uma incapacidade que seria própria da raça.

Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena; havendo somente para o serviço doméstico, nas principais, entre os escravos da fábrica alguns africanos (JOFFILY, 1977, p. 238).

É evidente na afirmação de Irineo Joffily o preconceito racial para com o negro, acreditando na sua incapacidade de exercer tal função. Mas isso ocorreu mais por uma questão estratégica, de manter os escravos sob o controle e vigilância. Embora os escravos fossem em número reduzido, seu trabalho no criatório foi importante pelo suporte que davam à manutenção da fazenda. Mesmo sendo em pequena proporção, os escravos e as relações que estabeleciam com seus senhores, influenciavam de um modo geral o trabalho livre, depreciando-o e impondo-lhe duras regras (SÁ, 2005, p.58).

As pesquisas mais recentes têm mostrado que o lugar do escravo foi outro, mais relevante, para a organização das fazendas sertanejas. De acordo com as pesquisas de Diana Galliza em nove municípios paraibanos, no sertão, a maioria dos escravos tinha uma profissão ou função específica (agricultor, pedreiro, cozinheira, costureira, etc.), sendo imprescindíveis ao bom funcionamento da fazenda (GALLIZA, 1979, p.88,89). Os escravos eram responsáveis pelo cultivo de uma lavoura de subsistência, bem como as obras estruturais necessárias à criação de gado, como cercas, currais, açudes, etc. Para as historiadoras Maria do Céu Medeiros e Ariane Norma de Menezes Sá, os escravos no Sertão se enquadram numa categoria diferente: “Sob tais

contingências, a maioria dos escravos no Sertão não eram escravos produtivos mas de consumo. Isto significa que devem ser incluídos na categoria de escravos domésticos.” (MEDEIROS; SÁ; 1999; p.77)

A historiadora Diana S. Galliza enfatiza que o trabalho do “negro” esteve presente no sertão desde os tempos coloniais:

Embora nas primitivas fazendas sertanejas tenha ocorrido a utilização da mão-de-obra índia ou mameluca, devido a sua predominância na região e ao nomadismo típico do pastoreio, tão adequado à índole indígena, o trabalho do negro não foi omissos no criatório, nos tempos coloniais (GALLIZA, 1979, p. 24).

Apesar da proclamada escassez de escravos no Sertão, municípios como Souza e São João do Cariri chegaram a concentrar um número significativo de escravos, às vezes maior que os municípios da área canavieira. Em 1884, nos instantes finais da escravidão, propício para se desfazer dos escravos, curiosamente os municípios pecuaristas concentravam a maior quantidade de escravos, poucos mais de 40% dos cativos da província, e São João aparecia com 1.976 escravos; enquanto os municípios de economia canavieira concentravam pouco mais de 30% dos escravos e a capital detinha 1.972 escravos (GALLIZA, 1979, p.40).

Quando ocorreu o primeiro censo do Império em 1872, a Paraíba contava com 21.526 escravos, que representavam apenas 5,7% do total da população. (GALLIZA, 1979. p.84-111). De acordo com o primeiro censo do Império em 1872, a vila da Alagoa do Monteiro, onde o distrito de paz de São Thomé estava ligado, teria uma população livre de 9.891 pessoas e 611 escravos, com uma porcentagem de 6,2% de escravos (GALLIZA, 1979, p.34).

A utilização e a importância dessa mão de obra escrava no Cariri nos são apresentadas por Celso Mariz (1978, p.27) ao demonstrar que em 1885, no município de São João do Cariri, encontrava-se o maior número de escravos, referindo-se a este quadro da seguinte forma: “Em 1885 tínhamos ainda 9.207 escravos homens e 10.571 mulheres. Possuíam escravos em maior número os municípios de São João do Cariri, Capital, Mamanguape, Itabaiana incluindo Pilar, Guarabira, Ingá, Piancó, Pombal. O primeiro com 1.976 escravos de ambos os sexos, o último com 1.031.”

Essa mão de obra foi aproveitada de diversas maneiras, não se limitando ao manejo das atividades da fazenda, observação um pouco preliminar que levou Horácio de Almeida (1997) a

menosprezar o trabalho escravo, não entendendo que esses escravos foram explorados de diversas maneiras desde o manejo com o gado a principal atividade econômica das fazendas, como também, na construção de cercas, principalmente as cercas de pedras, de casas, de currais, e em outras atividades diversas, pois, para além do litoral, no Sertão e Cariri da Paraíba, desde o tempo colonial os escravos foram usados em vários tipos de trabalho, como na criação do gado, curtição de couro, lavouras de subsistência, etc.

Nesse sentido, Rietveld (1999, p.54) exemplifica a diversidade dessas atividades ao colocar que: “[...] no cemitério antigo de Cacimbinha foi feito um aterro pelos mesmos escravos.”

Do total de escravos pesquisados, as mulheres representaram 60% do total, indicando haver uma maior tendência para o trabalho doméstico nas fazendas, enquanto os poucos homens entravam como auxiliares nas obras estruturais (cercas, casas de taipa, barragens, etc.) e no trabalho de campo. Existe outra explicação para a maior proporção de mulheres no conjunto de escravos pesquisados. O tráfico interprovincial havia retirado da região preferencialmente os homens, cuja característica, também, se observa na Paraíba com uma maior proporção feminina entre sua população escrava na década de 1880 (CONRAD, 1975, p.347).

Nesse sentido, para esclarecer esse fato, destacamos que a utilização da mão de obra escrava foi utilizada, também, por outras pessoas, inclusive os religiosos. Essa situação pode ser percebida no seguinte comentário: “No dia 3 do mês findo (1687) foi esta vila honrada com a visita do Exmo. Sr. Rvmo. Arquiepreste da Província, cômego Bernardo de Carvalho Andrade [...] por ocasião da crisma, o revmo. Padre Alípio Cordeiro da Cunha, muito digno deputado provincial, deu liberdade, sem ônus algum, ao seu escravo Arão”. (LEAL, 1993, p.60).

Seguindo algumas pistas, podemos entender que atos dessa natureza não eram tão corriqueiros, pelo contrário essa ação parece ter mesmo uma dimensão de apenas demonstrar, solenemente, naquela ocasião, uma suposta benevolência do reverendo perante a sociedade e seu superior que o estava visitando. Se assim não fosse a esse escravo podia ter sido dado a liberdade em qualquer outro momento.

Mesmo tomando como exemplo da relação dos religiosos com seus escravos na região de Pernambuco, por trás da missão de Ararobá, no caso Caruaru, podemos deduzir que essa relação não era tão agradável assim, pois, não perdiam os escravos oportunidades para em suas ações demonstrarem o descontentamento com seus donos religiosos. Demonstra isto o fato da Câmara Municipal de Caruaru, em 1849, estabelecer a seguinte norma: “Escravo arremedando padre:

quatro dúzias de palmatoradas nas mãos, para o negro deixar de macaquice e de vulgarizar as coisas do Céu”(FERREIRA, 2001, p.146).

Nessa perspectiva, podemos entender que ao se chegar ao ponto da necessidade de ser elaborada uma lei para coibir tal postura, é de se supor que esta atitude tinha bastante ocorrência o que demonstra também que não havia uma atitude submissa dos escravos aos senhores, fossem eles fazendeiros ou autoridades eclesiásticas. Por outro lado, esse comportamento também nos serve como indício para entender que os escravos não tinham uma compreensão unânime quanto à religião imposta, mas, alguns, a exemplo dos que ridicularizavam os clérigos, não tinham nem crença, nem tão pouco respeito a essa religião, pois é de se perceber que se tivessem tal compreensão assim não procediam.

Aqui não nos interessa demonstrar a importância da mão de obra escrava, mas, analisar as ações dos escravos e ex-escravos como povoadores da região, observando, sobretudo, como, ocasionalmente, eles rompiam com os vínculos de opressão, fugindo dos domínios de seus donos e para suprir suas necessidades ocupava áreas, construía famílias e vivia autonomamente contribuindo dessa forma com a formação do campesinato regional conforme indícios colocados por Rietveld (1995, 1996) e Nunes Filho (2008) adiante mencionados.

Quanto ao tratamento dado aos escravos nessa região, mesmo que alguns autores considerem que este era diferenciado da área litorânea, onde a violência e os castigos eram mais severos, não temos muitos elementos para acreditar nessa afirmação, pois, de acordo com a tradição oral, os castigos aos escravos eram bastante violentos e corriqueiros.

Rietveld (1996, p.31) ao pesquisar sobre o município de Camalaú que anteriormente pertencia ao município de Monteiro, coletou diversas informações que esclarecem que o tratamento dado aos escravos, não eram tão diferentes de outras áreas ou de outras atividades econômicas. Referindo-se a fazenda Camalaú Velho observa que naquela fazenda existia um tronco semelhante a um pelourinho onde os escravos eram castigados e coloca: “Esse tronco servia para amarrar gente, principalmente escravos, que não queriam obedecer aos seus senhores. Amarrados eles podiam ser torturados. O tronco era comparável ao mourão que se usa até hoje nos currais para amansar bois”.

Esse comportamento dos senhores de escravos não era um fato isolado, mas, ao que parece, o tratamento para aqueles que por algum motivo iam de encontro aos seus donos eram semelhantes em toda a região. O mesmo autor, anteriormente, referenciado nos dá notícia

também, que, em outros lugares da região, a violência era sempre utilizada: “Os escravos não recebiam bom tratamento. Aqueles que trabalhavam nas terras de Benevides [atual município de São Sebastião do Umbuzeiro], era colocada uma sela sobre eles e uma pessoa os montava, usando as esporas para feri-los. Em Santa Clara usava-se um chicote para bater neles até sangrar” (RIETVELD, 1999, p.55).

Levando em conta que estes procedimentos eram corriqueiros não é de admirar que esses escravos tomassem entre outras atitudes, a fuga desses domínios, indo se esconder nos lugares mais remotos da região, onde isolados, passavam a desenvolver uma agricultura de subsistência. Nunes Filho (2008, p.82) em suas pesquisas sobre a região do Cariri faz o seguinte comentário: “Lendo formais de partilha de fazendas muito antigas [...] algumas vezes encontrei referências a negros foragidos [...] de certa forma, os escravos das fazendas de gado, como não eram vigiados, tinham até mais facilidade de fugir que os negros dos engenhos.”. E nas proximidades de Princesa Isabel, existiu o Quilombo do Livramento, sendo possível até os dias atuais identificar seus descendentes (SÁ, 2005, p. 43).

Essa informação nos serve de indício para afirmar em primeiro lugar que havia atitudes por parte dos negros frente aos maus tratos sofridos e em segundo lugar que com a fuga para os lugares mais seguros estes iam se transformando em agricultores voltados, essencialmente, para subsistência, sendo, portanto, esse processo constituinte das raízes do campesinato do Cariri paraibano.

Podemos encontrar os indícios da importância dos negros para a formação do campesinato regional em diversas ocasiões. No município de Camalaú, que anteriormente era parte constituinte do município de Monteiro, fazendo parte, portanto da área que nos detemos a analisar, encontramos referência a uma rua denominada de “Rua Preta” ou “Roça Velha”, tendo essas denominações associadas aos escravos. Estas denominações apresentam com clareza que aquele local foi inicialmente habitado unicamente por famílias de negros e lá desenvolverem suas atividades agrícolas com fins a subsistência, advindo daí o termo “Roça Velha” sendo uma clara alusão a sua forma de trabalho.

Outro indício, bastante evidente, da contribuição dos escravos para a formação do campesinato, encontramos nas origens da cidade do Congo, que, também, foi constituinte do Município de Monteiro. Aquele município pelo seu próprio nome já indica a influência dos negros, mas, segundo a tradição oral aquele lugar teve início a partir de um escravo fugitivo por

nome de Congo, que lá se instalou e deu início a construção de uma capela. Nesse sentido, Rietveld (1996, p.32) comprova através do livro de batismo alusões a este lugar denominado de Congo: “Esta história é de mais ou menos 1700, o ano em que aparece o nome da capela do Congo no livro de batismos”. Também nos serve como indício da influência dos negros nas origens da cidade o nome da padroeira, pois Santa Ana é uma das santas de muita predileção entre as confrarias dos negros católicos.

Ainda na região, podemos encontrar fortes indícios da presença de negros escravos que, fugindo de outras paragens, foram se agrupando em determinados locais e contribuíram para a formação de povoados³⁰. Outro local que tem essas raízes a partir de escravos fugitivos é o atual município de Zabelê, também anteriormente pertencente ao município de Monteiro. Segundo a tradição oral, os primeiros habitantes que povoaram aquele pedaço de terra eram escravos descendentes dos escravos fugitivos do quilombo de Palmares.

Os escravos que fugiam para os remotos sertões da Parahyba encontravam lá refúgio junto aos fazendeiros que lhe acolhiam para aumentar o número de trabalhadores. (MEDEIROS; SÁ, 1999, p. 77).

Referindo-se ao município de Zabelê, Rietveld reafirma esses indícios (1999, p.199) fazendo o seguinte comentário:

[com a abolição] os escravos de Santa Clara e de Benevides [sítios] foram libertados. Supomos que a fazenda Zabelê de José Raposo, depois de sua morte, nos anos de 1850, ficou sem dono, e por isso, os escravos libertados estabeleceram-se na fazenda e tentaram sobreviver na pobreza, mas livres. Na época da abolição ficamos sabendo da presença de quatro famílias: os Martins, os Raimundo, os Alves e os Balthazar. Todas essas famílias de cor escura.

Outra pista também da contribuição dos escravos no povoamento regional, é apresentada por Rietveld (2002, p.58) ao atribuir a padroeira da cidade da Prata Nossa Senhora do Rosário, a influência dos escravos, considerando a afeição e devoção dos escravos a esta santa. A cidade da Prata, também anteriormente pertencia ao vasto ao município de Monteiro.

³⁰ Um indício bastante claro da influência dos negros, podemos perceber na denominação de pessoas como “Zumba” e “Malungo” principalmente no município de São Sebastião do Umbuzeiro. Esta última palavra significa “companheiro” e era utilizada por todos aqueles que viajaram no mesmo navio negreiro. Depois generalizou-se sua utilização dentro dos quilombos. (FERREIRA, 2001, p.152). Quanto à palavra Zumba, sabemos apenas que é de origem africana, também muito utilizada pelos escravos.

Referindo-se à cidade de São João do Tigre, o autor também menciona um lugar, denominado de Pátio do Roçado, onde existia uma antiga concentração de escravos. Essa denominação nos leva a entender que as atividades ali desenvolvidas eram, sem dúvida, para própria subsistência dos negros, percebendo a não afeição desses descendentes desses negros à religião católica Rietveld (1995, p.24) comenta: “O povo daqui é conhecido por seus costumes diferentes. Esta gente tem pouca leitura e participa pouco da igreja. Eles são pretos e têm um complexo grande de inferioridade. [...] este povo, sendo paupérrimo, sempre foi pedir ajuda em Cacimbinha [sitio próximo]”.

A concentração e a permanência ainda de famílias negras naquela localidade, conforme atesta Rietveld (1995) mantendo a posse de suas pequenas áreas de terras é um indicio da participação dos escravos na formação do campesinato regional.

3.9 Sinais da Resistência: a Consolidação do Campesinato na Estrutura Agrária Regional

Esta incursão na história nos permite formular uma abordagem sociológica que procure dar relevância às trajetórias sociais dessas pessoas que deram origem ao campesinato regional, situando seu lugar histórico no processo de povoamento como uma expressão de resistência, criando espaços de subsistência, frente ao predomínio das plantações escravistas bem como das atividades econômicas pecuaristas extensivas nas terras concedidas como sesmarias.

Considerando os critérios adotados pela Diretoria Geral de Estatística para o recenseamento de 1920, em que as pequenas propriedades que não alcançaram um determinado patamar de lucratividade não eram levadas em consideração e que só foram evidenciadas a partir no censo de 1940, nos leva a entender que nessas áreas de terras eram desenvolvidas atividades que apresentavam os traços característicos da produção camponesa.

Podemos entender que dada a dimensão das pequenas áreas de terras, conforme demonstrado a força de trabalho era predominantemente a do grupo familiar. A produção destinava-se em primeiro lugar à subsistência do grupo familiar, sendo cultivados prioritariamente produtos para o consumo. Confirma isto, o fato da não lucratividade encontrada pelo IBGE para caracterizar essas pequenas áreas como necessárias para serem recenseadas. É o que se denomina de “*lavoura de pobre*”, conforme explicação de Martins (1982). O excedente da produção, quando acontecia, é que ia ao mercado, tornando-se mercadoria.

Considerando as drásticas conseqüências para esses camponeses ocasionadas pelos períodos de estiagens e pela insignificante produção para o mercado, de acordo os dados do IBGE, podemos entender que estes camponeses viviam em uma constante situação de escassez, sobrevivendo com o mínimo para satisfazer as necessidades básicas da subsistência.

Levando em consideração o censo agropecuário de 1985 podemos constatar que a maioria dos estabelecimentos rurais situava-se entre 1 a 50 hectares³¹, ou seja, estabelecimentos com áreas inferiores a um módulo rural (Anexo B). Tomamos este Censo como referência considerando que no início da década de 1990, a população urbana ultrapassa quantitativamente a população rural.

A existência destas pequenas áreas de terras e sua predominância quantitativa na estrutura agrária regional na época, conforme conferimos no referido anexo, foi resultado de um processo de resistência cotidiana por parte do campesinato regional frente às práticas de expropriação promovidas por uma elite rural detentora dos grandes latifúndios ávidos em aumentar seus domínios territoriais.

Acreditamos, assim, que, historicamente, por suas especificidades mencionadas, essa região apresentava-se como uma alternativa possível de trabalho e vida para escravos foragidos, ex-escravos e pobres, sobretudo, porque possibilitava ficar longe do controle governamental dos latifundiários e assim irem ocupando pequenas áreas de terras, constituindo-se essa atitude de procurar a invisibilidade das instituições e dos proprietários legais das terras como um exercício de resistência possível naquele contexto.

Nessa perspectiva, considerando o papel dessas pessoas que por motivos diversos para aquele recanto do estado se dirigiam como índios, fugitivos da justiça, brigas de famílias e escravos, nos serve como indícios para afirmar que o campesinato que se desenvolveu teve origem na ação desempenhada por diversas categorias sociais na luta pela terra de modo a garantir condições de reprodução social. Semelhante ao entendimento de Palácios quanto à formação do campesinato no Nordeste oriental no início do século XVIII, à procura por estas localidades afastadas dos locais onde se verificavam os núcleos das plantações escravistas, a

³¹ Para efeito de sindicalização, segundo o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, art.4º, era também considerado como trabalhador rural o pequeno proprietário minifundista, considerando-se como minifúndio as áreas de terras inferiores a um módulo rural. Na região do Cariri o módulo rural corresponde a 55 hectares (Estatuto da Terra 2001, p.3).

distância e o isolamento significava: “[...] mecanismos essenciais de uma estratégia de sobrevivência individual e coletiva [...]” (PALACIOS, 2004, p.26).

CAPÍTULO IV A ELITE AGRÁRIA E OS CAMPONESES: TRADIÇÃO, COSTUME E CONFLITOS

Neste capítulo, buscamos situar a existência tanto das grandes fazendas quanto das pequenas áreas de terras dos camponeses. Buscamos demonstrar essa existência não apenas a partir dos dados estatísticos, mas, tomando por base referências a estas fazendas, feitas por pessoas que testemunharam como estas se organizavam e de que maneira era constituída sua infraestrutura. Assim, fazendo a relação entre os proprietários de terras e os camponeses, analisamos como se dava, naquela região do Cariri paraibano, a prática de dominação e de resistência. Para efeito de análise, a terra constitui-se como sendo o eixo principal de observação neste capítulo, além das suas formas de apropriação e as ações dos atores sociais decorrentes das formas de apropriação e uso desta.

4.1 Muitas Terras para poucos Donos: os Domínios da Elite Rural

Algumas das fazendas do antigo município de Alagoa do Monteiro notabilizaram-se pela sua extensão e produção. Ireneo Joffily (1977, p.398-399) em uma viagem que fez ao município de Alagoa do Monteiro em 1888, surpreende-se com a fazenda Riachão de propriedade do Major Saturnino Bezerra dos Santos e assim faz a seguinte descrição:

Deixando São Tomé, e seguindo a estrada da vila do Monteiro, a uma légua está a fazenda Riachão [...] Riachão é incontestavelmente a melhor fazenda, que se encontra na estrada de Monteiro. Uma grande e confortável casa de vivenda, edificada em um pequeno outeiro, sobranceira a uma extensa várzea, cortada pelo riachão, que dá nome a fazenda.

Entretanto, para além de uma simples observação da comodidade da casa da fazenda, Joffily observa com atenção a infra-estrutura da fazenda, destacando a qualidade da terra e das plantações, demonstrando assim, mais do que um olhar superficial, uma agudeza em perceber aspectos da produção que esta fazenda proporcionava e assim coloca:

A várzea é de uma fertilidade admirável tem uma plantação de algodão de cerca de um quilometro de extensão, talvez a maior da comarca [...] igual plantação vi

somente na comarca de São João, fazenda de Santa Ana, do Dr. Domingos da Costa Ramos, um dos mais adiantados agricultores de algodão do Sertão. É ele [O major Saturnino] um amador dos cavalos de corrida. Há poucos dias comprara por 600 mil réis, no Pajeú, um afamado cavalo daquele sertão.

Ainda nessa mesma viagem noticia a existência de outras fazendas e suas qualidades, ocasião em que se surpreende com a fartura que encontra naquelas paragens semi-áridas o que nos serve como elemento para comparar essa abundância com a situação de pobreza dos camponeses. Assim se refere:

Causa a mais agradável surpresa ao viajante, que atravessa o sertão no rigor da seca, deparar repentinamente com um grande partido de canas e um engenho a moê-las. Foi o que me sucedeu ao chegar à fazenda Carnaíba. O capitão Marcolino, membro de uma família antiga e numerosa, é um dos principais habitantes da comarca de Monteiro [...] conta com uma safra para cinquenta milheiros de rapaduras, apesar da escassez das chuvas (JOFFILY, 1997, p.399).

Nos finais do século XIX, podemos encontrar indícios dessas grandes fazendas. A tradição oral da notícia da fazenda Bom Sucesso, no atual município de Camalaú, anteriormente, também, pertencente à Alagoa do Monteiro. Nessa fazenda, o proprietário Antonio Ferreira da Costa possuía, em média, seiscentas vacas de leite e o restante do gado chegava mesmo a milhares. Esse gado era negociado em Recife e Vitória de Santo Antão. Contava esse fazendeiro com mão de obra escrava, pois existia na fazenda uma senzala para abrigar os escravos (MARIANO SOBRINHO, 1996, p.137).

Essas fazendas também adentram ao século XX e se consolidam na produção do gado e do algodão. Em um discurso proferido em 1995, em Camalaú, e registrado pelo professor Antonio Mariano Sobrinho, por ocasião dos festejos de São José, padroeiro da cidade, o Sr. Cleômenes José de Oliveira, filho do tenente Isaias José de Oliveira, descreve suas lembranças da fazenda de seu pai, assim colocando:

[...] de um lado ficava a casa de residência de meu pai ligada ao armazém, capela, casa de morador e engenho. No lado oposto, completando um arruado, casa de residência, garagem, maquinismo de descaroçar algodão e armazém. Ao lado do arruado, duas fileiras de pés de avelozes [...] o prédio do engenho estava situado num elevado ponto estratégico, dominando as estradas, como se fosse uma fortaleza. Esse engenho tinha duas finalidades: uma a de fabricar rapadura e

aguardente, a outra, de servir como um forte de defesa contra ataques de malfeitores (MARIANO SOBRINHO, 1996, p.255).

Algumas das grandes fazendas de Alagoa do Monteiro eram tão extensas e organizadas, que, para atender a contento as demandas da produção, se constituíam como vilas autônomas dentro do próprio município. A fazenda Feijão³², de propriedade do Coronel Sizenando Rafael de Deus contava com uma média de trinta vaqueiros trabalhando cotidianamente entre outras pessoas em atividades diversas, mas, que faziam diariamente parte do complexo funcionamento dessas propriedades rurais. Entre essas pessoas podemos destacar uma professora, um açougueiro, um bodegueiro, dois motoristas, um eletricitista e dois soldados de polícia. Dado a quantidade de pessoas empregadas em atividades diversas e de outras que procuravam a fazenda para negociar produtos de utilidades variadas, foi organizada pelo Coronel Sizenando uma feira semanal que acontecia todos os domingos.

Possuía em média seis mil cabeças de gado em suas terras e em seus currais junto à casa grande da fazenda o leite que ia sendo tirado das vacas pela madrugada era encanado para cozinha onde uma equipe de pessoas atinha-se à atividade de fabricar queijos e coalhadas. Essa forma de encanar a produção do leite foi uma experiência única em toda a região do cariri paraibano.

A dimensão e a estrutura da fazenda Feijão podem ser vistas na observação de Pedro Nunes (1997, p. 65-66):

Ainda hoje, ao correr a fazenda, o que mais chama a atenção do visitante é o senso de organização e a praticidade do velho sertanejo. Todo o movimento da fazenda fluía para um grande pátio formado por um quadrado de casarões coloniais rústicos destinados aos vaqueiros e moradores [...] no mesmo conjunto arquitetônico, armazéns e galpões em posições estratégicas facilitavam a visualização do experiente fazendeiro [...] Na fazenda Feijão, luz elétrica era um luxo que a sede do município, na época, ainda não possuía³³.

³² Além da fazenda Feijão que era onde ficava a residência do Coronel, este possuía diversas outras fazendas anexas entre as quais: Várzea do Meio, Gonçalo, Riachão, Quixaba, Cachoeirinha, Lages, Pinhões, Pau d'arco, Sincho, Roça Velha, Água Branca e Lagoa dos Pinhões. Totalizava essas áreas mais de seis mil hectares de terras.

³³ Em 1920 já existia na fazenda Feijão energia elétrica gerada por um motor enquanto que a cidade de Alagoa do Monteiro ainda não contava com esse serviço, chegando este tão somente quanto anos após, no ano de 1924, pelo empenho desse mesmo fazendeiro por ocasião de sua gestão como prefeito. Essa fazenda até meados da década de 70, contava ainda com aproximadamente 200 famílias de moradores, que foram sendo expulsos progressivamente até a década de 80. Em 1999 por encontrar-se improdutiva essa fazenda também foi desapropriada para fins da reforma agrária, passando a ser denominada de Assentamento Mandacaru. Esta realidade demonstra, por sua vez, a centralização de grandes áreas de terras pelas das famílias tradicionais dos antigos coronéis que constituíam a elite rural.

Uma observação importante de quem conviveu nesta fazenda, nos é apresentada por Rita Albino Rafael (2003, p. 67) uma nora deste coronel, que em suas memórias nos dá indícios da dimensão da efervescência do cotidiano dessa fazenda: “A casa era enorme, tinha nove dormitórios no primeiro andar, que antes se chamava de sótão, o piso e as vigas eram todas de cedro. Existia na casa grande uma mesa enorme, onde se sentavam trinta e duas pessoas. O coronel batia num ferro que tinha pendurado e todos sabiam que era hora de comer”.

Existia ainda na fazenda, junto à casa grande, uma capela para as celebrações religiosas, onde eram celebrados uma missa todos os domingos e, diariamente, os ofícios sagrados. As pinturas, representando temas religiosos, que adornavam essa capela foram de autoria de Miguel Guilherme, o mesmo pintor da catedral de Campina Grande. Anualmente se realizava um novenário em homenagem a São Sebastião, adotado pelo coronel como o padroeiro da fazenda.

Para melhor refletirmos acerca da complexidade da organização da fazenda, basta dizer que nela morava um bispo aposentado de suas funções no estado do Rio Grande do Norte, o Dom Joaquim. Este por motivo de saúde atendeu ao convite do Coronel Sizenando para morar na fazenda, tornando-se responsável pelas atividades religiosas.

Nem todas as fazendas do município de Alagoa do Monteiro tinham essa infra-estrutura, mas, todas se destacavam pelo tamanho de suas áreas de terras e produção. Pedro Nunes (1997, p.66) cita diversas que se destacavam entre as quais: fazenda Jatobá, Boa Vista dos Nunes, Firmeza, Areal, Carnaúba, Santa Catarina³⁴, Matarina, Mugiqui, Santana, Serrote Agudo, Paraguay, Formigueiro, Carrapateira, Amaro, Monconha, Garapa, Camaleão, Olho-d’água do Cunha, São Paulo dos Dantas, Mocó, Almas, Caxingó, Olho d’água do Neto e muitas outras.

Estas anotações nos servem como indícios para perceber o cenário de desigualdade que existia naquele contexto, uma vez que, constatamos a abundância em que viviam esses fazendeiros, donos de vastas extensões de terras, enquanto que os camponeses se aglomeravam em pequenas áreas. Estes coronéis e os demais latifundiários constituíam a elite dominante regional e, que para isto, contavam evidentemente, com o trabalho de outras pessoas em funções definidas, mas, sobretudo para as atividades da agropecuária contavam com a mão de obra dos

³⁴ A Fazenda Santa Catarina, no município de Alagoa do Monteiro era de propriedade da família Santa Cruz. Tinha essa fazenda uma área de 4.500 ha,. Ao ser desapropriada pelo INCRA para fins de reforma agrária em 1994, ainda contava com 453 famílias de antigos moradores que lá moravam pagando foro. Essas famílias atravessaram gerações nesta propriedade, algumas até com 150 anos de permanência na área.

camponeses que, não possuindo terras suficientes para seu sustento procuravam trabalhos eventuais/ temporários³⁵ junto a essa elite rural.

Podemos compreender, assim, que estes abastados fazendeiros tinham condições de manter como trabalhadores, em suas fazendas, certa quantidade de pessoas, contando, dessa forma, com uma mão de obra abundante e que os camponeses por sua vez encontravam na pessoa desses fazendeiros uma oportunidade de ganhar o mínimo necessário para complementar o suficiente apenas para suprir as suas necessidades.

4.2 O algodão: Elemento Comum que divide Áreas de Terras com as Patas do Gado e com as Plantações para Subsistência

No cariri paraibano o povoamento foi sendo construído a partir da instalação das fazendas de gado, atividade esta que ocupava grandes áreas de terras e pela constituição do campesinato, estes, ocupando pequenas áreas de terras, onde era possível, desenvolvendo atividades de subsistência. Entretanto, uma atividade econômica que vai complementar as atividades pecuárias promovidas pelos grandes proprietários rurais e possibilitar aos camponeses uma produção para além da subsistência, inserindo-os como sujeitos econômicos no mercado regional é o algodão. Assim com o desenvolvimento da cultura do algodão no Cariri e especificamente em Alagoa do Monteiro, estes sujeitos sociais vão interagir econômica e socialmente desenvolvendo parcerias na perspectiva de um objetivo comum, o lucro, e as interações desses sujeitos sociais nesse contexto se em alguns momentos podem aparentar uma certa harmonia, essa nem sempre foi uma constante, mas, escondeu um universo de interesses contraditórios e conflituosos.

Compreendemos que se faz necessário uma breve análise do que significou o despontar do algodão no cenário nacional e sua articulação com a economia estadual e regional no intuito de favorecer a compreensão das atitudes dos sujeitos sociais que naquela área do estado sobreviviam das atividades agropecuárias.

Na Paraíba, o avanço da produção do algodão, nas áreas interioranas do estado, ocorre na segunda metade do século XIX, período em que esse produto se consolida como a principal fonte de renda da Paraíba, superando o principal produto que rendia dividendos ao estado, o açúcar.

³⁵ Consistia este trabalho numa multiplicidade de atividades temporárias como fazer cercas, limpar açudes e barragens, construir casas, cultivar a terra, plantar e apanhar algodão, desmatar áreas de terras etc. sem entretanto manter vínculo empregatício permanente com os patrões.

O açúcar, na primeira metade do século XIX, constituía o principal produto de exportação da Paraíba. No entanto, nesse período, a economia agro-exportadora passou a sofrer com os altos e baixos do preço do açúcar, bem como a sua baixa qualidade frente a seus concorrentes internacionais, de forma que na segunda metade desse século ocorre a decadência da indústria açucareira.

No Sertão, a cultura do algodão foi complementar à criação, pois parte da plantação servia de ração para o gado. Todavia, o aumento da exportação de algodão para suprir a demanda externa inglesa superou os lucros com o açúcar em 1850, e, na década de 60, deu-se o “boom” do algodão, por conta da Guerra Civil norte-americana.

Conforme observa Celso Mariz (1978, p.15-16) o algodão na Paraíba já era cultivado antes mesmo do século XIX, mas, não se tinha perspectivas de grandes lucros, permanecendo, portanto, uma cultura sem maior expressão. Entretanto, é só no século XIX, ocasião em que o açúcar apresenta diminuição de sua rentabilidade que o algodão passa a representar a maior fonte de renda da Paraíba, motivo pelo qual Celso Mariz afirmou que o algodão “tomou o caráter de ouro branco”.

Em Alagoa do Monteiro, nesse período, é intensificada a produção do algodão, ocasião em que os grandes proprietários rurais que detinham suas atividades econômicas, principalmente centrada na pecuária extensiva, vão utilizar cada espaço de terra possível para o cultivo do algodão. Este posicionamento se deu na busca dos lucros que o algodão poderia proporcionar, tendo em vista o aumento dos preços do algodão no mercado, em virtude da quebra da produção deste produto, nos Estados Unidos, por conta da guerra da Secessão.

Esse investimento, por parte dos latifundiários na plantação do algodão, se deu de tal forma que Alagoa do Monteiro tornou-se um núcleo de comercialização, exportando o algodão tanto para Paraíba quanto para o vizinho estado de Pernambuco, conforme descreve Pedro Nunes “Em decorrência dos elevados preços que o produto atingiu, surgiram grandes fazendas por todo o vasto município, que gozava de uma posição geográfica privilegiada, o que favoreceu o surgimento de um comércio próspero, mais ligado ao Recife que à capital paraibana” (NUNES FILHO, 1997, p.61).

A produção do algodão em Alagoa do Monteiro, como em todo o Cariri, encontrou um clima propício para o seu desenvolvimento, uma vez que as condições favoráveis do solo e do clima seco proporcionavam a produção de uma das melhores variedades de algodão que

apresentava resistência suficiente para sobreviver naqueles municípios entre quinze e vinte anos, conforme observações de José Américo de Almeida.

Conforme também observa Galliza, nas regiões do Alto Sertão e do Cariri paraibano, desenvolveu-se uma intensa produção de algodão, destacando-se mesmo de outras regiões do estado pela qualidade, sendo o algodão produzido nessas regiões classificados como um dos melhores do mundo (GALLIZA, 1993, p.45).

Diante desse cenário, se por um lado se confirmava a qualidade do algodão produzido no Cariri, o denominado “mocó” era a variedade mais procurada nos mercados externos, por outro, também, se verificava sua expansão em termos de áreas cultivadas, pois conforme comprovou Galliza, na análise do período de 1911 a 1922, foram as regiões do Alto Sertão e do Cariri que apresentaram a maior extensão de áreas cultivadas (GALLIZA, 1993, p.56).

Tendo em vista o estímulo à produção a partir da elevação dos preços nos mercados externos e ao incentivo do emprego de técnicas mais adequadas, por parte de órgãos governamentais³⁶, o estado da Paraíba passou a situar-se entre os principais estados produtores de algodão e, em alguns momentos, no período compreendido entre 1915 a 1930, conforme analisado por Galliza, ocupou diversas vezes o primeiro lugar (GALLIZA, 1993, p.60).

Referindo-se a esse período, o poeta repentista, Pinto do Monteiro, presenciando toda a efervescência econômica e política que o algodão estava proporcionado no vasto município de Alagoa do Monteiro, nos dá pistas para compreender a importância do algodão, naquela região:

Antigamente aqui tinha
De cangaceiro uma aldeia
Quando José de Gouveia
Morava em cachoeirinha
Toda semana ele vinha
Chefiando cangaceiro
Hoje, daqui para Monteiro
Não existe nada à toa
São Thomé³⁷ é terra boa
De algodão e dinheiro.

³⁶ A partir do incentivo governamental o estado da Paraíba foi o primeiro estado do Nordeste a tomar a iniciativa de oficializar a classificação do algodão, de acordo com a qualidade de sua fibra. Outras atitudes, embora que lentas, já vinham sendo tomadas a exemplo do funcionamento do “Serviço de Defesa do Algodão” implantado em 1921 (Cf. MOREIRA; SANTOS, 1994, p.152).

³⁷ São Thomé, atualmente a cidade de Sumé, era na época distrito de Alagoa do Monteiro.

(PINTO DO MONTEIRO apud NUNES FILHO, 1997, 102).

Se a poesia expressa bem a percepção de quem vivenciou esse período, os dados estatísticos também nos fornecem uma dimensão da importância da produção do algodão na região. Esses dados nos permitem comparar o investimento na produção de algodão em Alagoa do Monteiro com outras cidades do estado. Observamos que Alagoa do Monteiro aparece em primeiro lugar, quanto à quantidade de máquinas a vapor, com um total de trinta máquinas e, entre elas, nenhuma de tração animal. O único município que ultrapassou Alagoa do Monteiro foi Picuí, totalizando trinta e sete máquinas, mas, destas, somente vinte eram a vapor e as outras dezessete restantes eram a tração animal (GALLIZA, 1993, p.66-67).

Em Alagoa do Monteiro não se mediam esforços para ampliar a produção e o beneficiamento do algodão. Máquinas para beneficiar o algodão foram importadas do exterior e recebidas no porto do Recife, fazendo dali todo um trajeto para o interior da Paraíba, conforme coloca José Rafael de Menezes³⁸: “A pesada caldeira veio do porto do Recife, rumo ao Cariri paraibano, dois terços do trajeto de trem, e de Pesqueira, em uma semana nos carros de bois que se revezavam” (MENEZES, 1997, p.109).

Ao observar esses dados, compreendemos que houve no município de Alagoa do Monteiro um empenho e investimento na cultura do algodão e que este investimento, notoriamente, só podia ter sido feito pelos grandes latifundiários, detentores de vastas extensões de terras e de capital, pois os camponeses não desenvolviam uma produção que lhes rendesse dividendos que os permitissem adquirir tais equipamentos. Essa situação nos leva a perceber que se por um lado a cultura do algodão favoreceu aos camponeses colocar no mercado parte de sua produção, fato que lhes rendia alguns dividendos econômicos, associado à cultura da subsistência que praticavam, por outro, permitiu aos grandes latifundiários aumentar seus capitais já provenientes das atividades pecuárias.

Percebemos a importância econômica do algodão para os camponeses do Cariri paraibano na narrativa do Sr. Manoel Leite de Lima³⁹ ao comentar:

³⁸ José Rafael de Menezes é natural de Alagoa do Monteiro, bacharel em direito e professor universitário. Exerceu o cargo de Promotor de Justiça em Monteiro na década de 1950.

³⁹ Entrevista realizada em novembro de 2008 com o Sr. Manoel Leite de Lima, camponês residente em Sumé.

Nós morava no sítio Varejão [município de Sumé] sempre trabalhei na agricultura [...] desde 1920, quando tinha sete a oito anos de idade. Plantava com meu pai o milho, feijão e algodão e mais outras coisas num pedacinho de terra que nos tinha [...] o algodão ajudava demais, em tudo, nós vendia a Bento Ribeiro e José Pequeno que levava para Campina Grande, com o dinheiro do algodão agente comprava roupa, remédios, sapatos [...] já o milho e o resto só era para casa mesmo, para fazer comida.

Considerando os fatos, também podemos constatar que a posição geográfica ocupada por Alagoa do Monteiro, município que fazia fronteira com o vizinho estado de Pernambuco, favoreceu o seu desenvolvimento comercial, tendo em vista que boa parte da produção algodoeira ficou concentrada nos municípios vizinhos e que este município integrava a rota de acesso da produção de algumas cidades de Pernambuco com destino a cidade do Recife. Nesse sentido, Alagoa do Monteiro constituiu-se num entreposto comercial dessa produção, uma das razões que proporcionou o seu destaque frente a outras cidades do Cariri paraibano, conforme podemos entender a partir da observação de Pedro Nunes: “Por causa de sua posição estratégica, a partir de 1861, Alagoa do Monteiro começou a crescer. Na sede havia casarões coloniais; nas fazendas, casas-grandes e igrejas com santos barrocos rivalizavam com a opulência da zona canavieira” (NUNES FILHO, 1997, p.65). José Rafael de Menezes (1997, p.111) também nos apresenta indícios dessa opulência de Alagoa do Monteiro, naquela época, ao comparar sua urbanização com outras localidades do vizinho estado de Pernambuco, argumentando que: “Nenhuma das cidades da Zona da Mata Sul de Pernambuco, nem Ipojuca, nem Serinhaem, nem Barreiros, apresenta o urbanismo de Monteiro”.

4.3 O Binômio “boi-algodão” produz seus Doutores Políticos...

Os dividendos econômicos, oriundos da associação da pecuária com a agricultura algodoeira, se por um lado foram servindo para ampliar e diversificar as próprias atividades econômicas, por outro lado foram também sendo investidos na formação acadêmica dos filhos da elite econômica em desenvolvimento. Nessa situação, os filhos dos grandes proprietários rurais e de outros comerciantes do município foram enviados para a capital pernambucana, Recife, com fins de obterem o título de bacharel em direito.

Formava-se, assim, dessa associação econômica com a aquisição dos títulos acadêmicos uma nova perspectiva da elite rural. Como pode ser constatado na história, embora existissem os conflitos internos, os filhos de Alagoa do Monteiro que tiveram a possibilidade de adquirir o título de bacharel em Direito, na cidade do Recife, passaram a atuar na política partidária, não somente como coadjuvantes das determinações das diretrizes, oriundas das oligarquias que dominavam o cenário estadual, mas, também, almejando maiores destaques no cenário político, tanto local quanto estadual. Os irmãos Miguel Santa Cruz de Oliveira, Artur Santa Cruz e Augusto Santa Cruz, bacharéis em direito, formados na capital pernambucana, ilustram bem essa nova perspectiva.

O primeiro deles foi deputado provincial na Segunda Assembléia Constituinte e legislativa da República, no período de 1892 a 1895, colega nessa gestão do Dr. Chateubriand Bandeira de Melo, tio do jornalista Assis Chateubriand. Foi reeleito, novamente, como deputado provincial para quinta legislatura, no período de 1904 a 1907. Para além de suas atividades parlamentares foi também lente de História do Brasil, no Liceu Paraibano, na capital do estado. O seu irmão Artur foi atuar na área jurídica, no vizinho estado de Pernambuco, sendo concursado para o cargo de juiz e atuou em diversas cidades daquele estado (NUNES FILHO, 1997, p.93). O mais novo dos irmãos, Augusto Santa Cruz, então promotor de Alagoa do Monteiro, vai fazer uma tenaz oposição ao então governador João Lopes Machado, tendo em vista as perseguições políticas impostas a este, conforme coloca Linda Lewin: “Cada um desses grupos de base familiar [Santa Cruz de Alagoa do Monteiro e Dantas de Teixeira] de antigos liberais tinha sofrido, em seu respectivo município, a perseguição de seus rivais ajudados pela Força Pública Estadual. Ambos haviam sofrido ataques armados e a destruição de propriedades valiosas, inclusive plantações e gado” (LEWIN, 1993, p.260).

Com as perseguições políticas promovidas pela oligarquia Machado-Leal, a família Dantas do município de Teixeira perde a liderança política que vinha mantendo desde os fins de 1860 e a família Santa Cruz perde, também, a liderança do vasto município de Alagoa do Monteiro, mas, que vinha mantendo de um período mais recente, ou seja, desde 1890 (LEWIN, 1993, p.260).

A partir das contendas políticas, no âmbito municipal, Augusto Santa Cruz procurou criar um clima político para desestabilizar o governo do estado, com a perspectiva de demonstrar a incapacidade política do presidente João Machado em continuar a frente do governo e provocar

uma intervenção federal, o que seria benéfico para eleger o candidato de oposição, notadamente, o candidato do seu grupo político. Nessa perspectiva, junto com aproximadamente duzentos homens armados, invadiu a cidade de Alagoa do Monteiro, no dia 6 de maio de 1911.

Nessa investida violenta, em que ficaram feridos e mortos, o coronel Augusto Santa Cruz prendeu o coronel Pedro Bezerra, então prefeito municipal, Victor Nunes de Oliveira, agente dos correios, o promotor de justiça Dr. Inojosa Varejão, o Major José Basílio, o Capitão Albino, o tenente Pedro Mendonça e mais dezoito policiais. Estes ficaram prisioneiros na casa paroquial, durante dez dias, e na iminência de uma invasão pelas tropas da polícia, o coronel Augusto Santa Cruz levou os prisioneiros para sua fazenda Areal, onde permaneceram por mais onze dias.

Não tendo se cumprido as expectativas, Augusto Santa Cruz foge para o Juazeiro no Ceará, pois ao ter feito uma consulta previa ao padre Cícero sabia que seria acolhido. Durante o trajeto vai, gradativamente, soltando os prisioneiros reféns, que já estavam totalizando trinta e um dias de prisão (NUNES FILHO, 1997, p.191-203).

No ano seguinte, em 1912, retorna à Paraíba e com um exército particular, composto por aproximadamente quinhentos homens, associa-se a Franklin Dantas⁴⁰, também fazendeiro em Alagoa do Monteiro e na cidade de Teixeira e, juntos, tentam desestabilizar o governo de João Machado num movimento denominado de “Revolucionários da Salvação⁴¹”.

Conforme analisa Linda Lewin (1993, p.260), a oligarquia Machado-Leal enfrentou uma insurreição promovida pelos antigos liberais insatisfeitos a partir de dois grupos familiares do sertão, conforme descreve “Um exército com bem mais de mil homens, organizado privadamente, ameaçou derrubar o governo de João machado [...] As famílias Dantas e Santa Cruz de Oliveira pegaram em armas após perderem o controle político dos respectivos municípios para seus rivais epítacistas, entre 1904 a 1908.”

Na perspectiva de recuperação de prestígio político, Santa Cruz e Franklin Dantas pegaram em armas e, acompanhados de seu exército particular, invadiram as cidades de Taperoá, Patos, Santa Luzia do Sabugi, Soledade e São João do Cariri.

⁴⁰ Na época desse movimento armado liderado por Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, acompanhou o filho deste último, o então acadêmico por nome de João Dantas, que viria a assassinar João Pessoa no Recife em 1930.

⁴¹ O movimento Salvacionista advém do posicionamento de oficiais do exército em 1911, que contrários a influencia das oligarquias agrárias na política nacional almejavam desestruturar essas oligarquias, entendidas como estruturas políticas retrógradas que deveriam ser substituídas por uma elite política em conformidade com os interesses nacionais. Esse movimento teve apoio do então presidente da república Hermes da Fonseca, ocasião em que ocorreram revoltas nas guarnições federais de Recife e Maceió que culminou com a instalação de governos nesses dois estados de acordo com seus objetivos, ocorrências estas, que encorajou a tentarem golpes em outros estados do Nordeste (Cf. LEWIN, 1993, p.262).

Ao conseguirem invadir essas cidades, pela força das armas, faziam propaganda política com fins a obterem votos para Rego Barros, então candidato da oposição ao sucessor do governo. Por ocasião dessas invasões, saqueavam e extorquiam aquelas pessoas que compunham a base do governo naquelas localidades. A tentativa de invadirem a Vila Real de São João do Cariri, no dia 31 de maio de 1912, não foi bem sucedida pelos revoltosos, que viveram o fracasso desse intento e procuraram fugir para não serem presos e, conseqüentemente, não responderem judicialmente às suas atitudes.

As eleições ocorreram em 22 de junho de 1912 e Castro Pinto, candidato sucessor de João Machado, foi eleito obtendo 15.338 votos e Rego Barros, candidato da oposição, apenas 476, estava, assim, configurada a derrota dos oposicionistas.

De acordo com a análise de Linda Lewin, o período compreendido entre os anos de 1892 a 1912 significou um período de anarquia, conforme coloca: “Sob o domínio da oligarquia Machado-Leal, entre 1892 a 1912, a ‘anarquia’ significou especialmente a incidência crescente de tiroteios e assassinatos políticos. Mas a regularidade com que irromperam confrontações armadas em virtualmente em todos os centros comerciais da Paraíba e a freqüência com que as emboscadas eliminaram vítimas políticas nas solitárias estradas rurais transcenderam a identidade da oligarquia no poder” (LEWIN, 1993, p.89).

Tendo fracassado, politicamente, a família Santa Cruz, em Alagoa do Monteiro, consolidou-se, dessa maneira, o domínio político da família Feitosa. Essa família demonstra a expressão do domínio oligárquico na região. O coronel Nilo Feitosa foi prefeito de Monteiro durante quinze anos consecutivos, suplente de juiz de direito, de delegado de polícia e adjunto de promotor público. Seu filho foi deputado estadual durante cinco legislaturas consecutivas e um de seus netos também foi deputado durante quatro mandatos consecutivos (NUNES FILHO, 1997, p.538).

4.4 O Domínio Econômico e Político da Elite se Consolida

É perceptível, dessa forma, que desta inserção na economia estadual com a produção do algodão, inserção esta com destaque frente a outras regiões do estado, decorreram conseqüências políticas em que se percebe o fortalecimento do poder oligárquico regional e a sua influência mais acentuada no cenário político estadual. Fato este que levou Galliza (1993, p.21), a partir de

suas pesquisas para sua tese de doutorado, afirmar: “[...] consolidou-se o deslocamento do poder oligárquico da zona litorânea para a sertaneja, isto é, da área canavieira para o complexo algodoeiro-pecuário. Esse fato ocorreu, a partir de quando a produção algodoeira se tornou o esteio da economia paraibana.”

Passado o período dos movimentos armados pelo domínio político municipal, Alagoa do Monteiro, em consequência do binômio boi-algodão⁴² vai proporcionando o estabelecimento de uma elite econômica que procura ampliar seus dividendos econômicos para além das atividades agropecuárias, de forma que, no início do século XX, Alagoa do Monteiro já contava com uma agência de vendas de automóveis, comércio raro, mesmo nas cidades mais importantes economicamente do estado. Capitais oriundos das atividades agropecuárias são empregados em outras atividades comerciais como farmácias e lojas que comercializavam produtos diversificados vindos, principalmente, da capital pernambucana⁴³.

Nesse período de efervescência econômica, profissionais que antes não viam perspectivas econômicas na região, nesse momento procuram estabelecerem-se como advogados, médicos e odontólogos ao mesmo tempo em que são instaladas escolas particulares no município e intensifica-se o envio de jovens para o Recife com fins a ingressarem nas universidades, principalmente, almejando o curso de direito. Foram tantos os formandos na área do direito que José Rafael de Menezes demarca os bacharéis de Alagoa do Monteiro por geração, destacando-os pelas décadas em que cada um obteve seus títulos conforme podemos constatar em dois livros seus intitulados “O testemunho dos bem nascidos” e outro, “A geração de 45” onde nomeia as gerações de bacharéis em direito todos de Alagoa do Monteiro (Cf. MENEZES, s.d.).

Por outro lado, o capital não vai servir tão somente para novos investimentos, mas, também para o deleite da elite econômica, o que exemplifica bem esse novo procedimento ao se constatar que na capital pernambucana foram em diversas ocasiões requisitados profissionais do teatro e da música para apresentações de peças teatrais, não de caráter público, mas, particular, nas residências para atender seletos grupos de apreciadores. José Rafael de Menezes nos dá pistas

⁴² O termo “boi-algodão” foi um termo utilizado para denominar a associação da atividade econômica da pecuária com o algodão no Nordeste. Essa associação foi benéfica para os grandes proprietários rurais pois permitia a estes utilizarem as terras mais secas para situarem suas plantações e da colheita do algodão além dos dividendos econômicos comerciais ainda restava o pasto para os animais locais em que o algodão era consorciado com outras culturas como o milho, feijão etc. além disso, após a extração do óleo das sementes restava a “torta” considerado como um excelente alimento para os bovinos. (Cf. MOREIRA; SANTOS, p. 30)

⁴³ Temos pistas da vinda de profissionais para o município de Alagoa do Monteiro no ano de 1940 a partir da descrição que faz Rita Albino Rafael (2003, p.19) de professoras que vieram do Recife e colocaram escola particular em São Tomé, bem como, outras pessoas com outras atividades como farmácia e até mesmo cinema.

do investimento nessa área ao afirmar que: “Em alagoa do Monteiro, o padre Artur Cavalcanti, ficou famoso por suas iniciações barrocas [...] recomendou aos patriarcas das primeiras décadas do século XX, que adquirissem o piano, o mais completo instrumento musical e que as filhas fossem estudar em colégios onde solfejos e técnicas sonoras, incluíam-se no currículo escolar. Assim surgiu na casa do coronel Raphael a primeira orquestra doméstica: flauta, bandolim, soprano, piano [...]” (MENEZES, 1997, p.112).

Consolidava-se, portanto, em Alagoa do Monteiro, uma elite econômica e política a partir da concentração de vastas extensões de terras, voltadas, basicamente, para as atividades agropecuárias, para exportação e da expansão de diversas outras atividades comerciais locais, a partir dos dividendos de origem rural.

Enquanto percebemos a consolidação de uma elite econômica e política através das atividades econômicas, tendo por base a agropecuária, verificamos, também, que os trabalhadores não possuidores de terras e os camponeses, neste cenário, se por um lado obtiveram uma relativa melhora em suas condições de subsistência, por outro, não obtiveram uma independência econômica frente aos grandes proprietários rurais, conforme observou Diana Soares de Galliza, na sua pesquisa para tese de doutorado, concluindo que: “Era evidente a subordinação do produtor ao proprietário da terra, e a exploração deste ao primeiro. Os latifundiários detinham a terra, financiavam a produção e controlavam o trabalhador. Face as relações de produção existentes, o pequeno produtor não exercia o controle sobre sua própria produção” (GALLIZA, 1993, p.63).

4.5 Os Camponeses: Subordinados, talvez... mas Resistindo

É sem dúvida pertinente a compreensão de Galliza quanto ao controle que os latifundiários exerciam sobre os camponeses, mas, esse controle, se analisado mais detidamente com base no ponto de vista dos camponeses, esse controle não era absoluto e também não aconteceu sob condições totalmente impostas, mas, negociadas, referenciadas em outras práticas cotidianas já em exercício a exemplo das parcerias nas produções agrícolas como a meia e a terça e na pecuária a quartiação conforme descreve Manuel Correia de Andrade (1980, p. 182) referindo-se às parcerias na economia sertaneja:

As terras em geral não são arrendadas, preferindo os proprietários entregá-las aos agricultores em regime de parceria. Dentre estas destaca-se a ‘meia’, na qual os proprietários fornecem as terras e as sementes[...] após a colheita, recebem como pagamento a metade da produção do algodão, ficando o agricultor com a outra metade [...] em algumas áreas sertanejas, em condições semelhantes à anterior usa-se a ‘terça’ em lugar da meia. Neste caso cabem dois terços da produção ao proprietário, ficando o agricultor com apenas um terço. Em relação a pecuária explica como se dava a quartiação: a sua remuneração [do vaqueiro] as vezes é feita pela quartiação, isto é, o vaqueiro recebe um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda [...]

Os camponeses, não deixaram de aproveitar a ocasião de ganhar algum dividendo econômico que a produção do algodão estava proporcionando, nesse sentido, vão abrir brechas, nesse modelo de produção centrado nas grandes extensões de terras e também tentam desenvolver uma produção embora que pequena, mas que os possibilitou inserirem-se no mercado regional.

Antes do advento do algodão os camponeses sobreviviam, principalmente, das culturas para subsistência e, eventualmente, havendo sobras de algumas hortaliças, colocavam no mercado local, bem como pequenos animais como galinhas, porcos e caprinos, que lhes rendiam algum dividendo não de forma regular, mas conforme as condições de produção permitiam.

Com o algodão o camponês pode contar com uma produção para um mercado certo e não perde essa oportunidade e abre brechas tanto para produzir, quanto para inserir sua produção no mercado. A princípio utilizava toda área possível de suas terras, considerando que a cultura do algodão podia ser consorciada numa mesma área, junto ao milho e ao feijão, consórcio este que não prejudicava a cultura para subsistência, mas, não se limitavam apenas a suas pequenas áreas, mas, buscando, expandir essa produção procuravam junto aos grandes proprietários concessões de áreas de terras para cultivar o algodão. Conforme coloca Rita Albino Rafael em seu livro “Sumé que eu trago na memória” escrito a partir de sua vivência naquele contexto, escreve a importância do algodão na década de 1940 para o camponês: “[...] a vida era mais tranqüila, especialmente no período da safra do algodão, quando cada trabalhador, ao vender a sua colheita, recebia um bom dinheiro para as despesas do final do ano” (RAFAEL, 2003, p.13).

Podemos perceber a importância econômica do algodão para os camponeses e a forma de relação entre estes e os grandes proprietários rurais denominada de “meação” na seguinte descrição que faz o Sr. Inácio Ribeiro⁴⁴ ao afirmar que:

Eu seguia meu pai no trabalho. naquela época [1940-1950] chovia mais, o lucro era maior. O patrão fornecia a terra e o dinheiro ao meeiro, e ele pagava com o lucro do algodão porque o feijão e o milho eram livres [...].

Observamos, assim, que se os camponeses se submeteram a relações de controle por parte dos grandes proprietários rurais, essa era uma forma negociada, que os possibilitava tirar alguns dividendos, benefício que suas áreas não permitiam e que os possibilitava se afirmarem naquele contexto, como produtores para o mercado, criando uma relativa independência nas relações de produção, uma vez que se tornavam parceiros imprescindíveis para os grandes proprietários, os quais se livravam do assalariamento da mão-de-obra.

Nesse sentido, da efervescência econômica que o algodão proporcionou, podemos tirar algumas conclusões. Primeiro, é evidente a consolidação de uma elite de base rural que vai dominar politicamente a região e reivindicar um lugar no cenário político estadual. Também, tendo o algodão assumido um lugar de destaque econômico na região a pressão sobre a terra, os conflitos, vão se acirrar uma vez que a terra o principal meio de produção que já significava a possibilidade de enriquecimento agora nesse novo contexto vai demonstrar isso mais claramente motivando cada vez mais acirradas disputas.

Nesse contexto se por um lado os camponeses conquistaram uma forma para se inserirem no mercado mediante as relações de produção estabelecidas com a elite, por outro lado, é evidente que essa relação não se deu sem conflitos. Nessa perspectiva, Galliza tem razão ao afirmar o caráter de controle que os grandes proprietários rurais exerciam no período por ela analisado do final do século XIX até a década de 1930 sobre aqueles que com eles mantinham relações sociais ou de produção, mas, que esse controle, se melhor observado revela que não era efetivado sem resistência por parte dos camponeses. Estes, cotidianamente usavam de estratégias diversas para enfrentarem a dominação por parte da elite. Assim, para analisar como se davam essas relações de dominação e de resistência no cotidiano, apenas os dados quantitativos não são

⁴⁴ Entrevista realizada em novembro de 2008 com o Sr. Inácio Ribeiro, camponês residente em Sumé.

suficientes, por isto, exercitamos buscar os indícios dessas práticas em relatos diversos daqueles que conviveram naquele contexto.

4.6 Estratégias de Reciprocidade e Dominação da Elite: as Terras em Campo

As formas de dominação empregadas pelos latifundiários para manter os camponeses dependentes de seus recursos sejam econômicos ou materiais, eram diversificadas e circunstanciais, porém seguindo algumas pistas podemos perceber a existência das formas mais tradicionais. Entretanto, podemos também perceber que as formas de dominação tanto podiam ir sendo legitimadas quanto questionadas pelo costume tradicional. Procuramos, nesse momento, demonstrar como algumas das regras do costume⁴⁵ serviam como instrumentos de dominação, no intuito de proibir os camponeses de retirarem das terras sem cercas aquilo que tinham em abundância e que lhes faltava no cotidiano.

Uma prática dos latifundiários para dominar várias extensões de terras, sem fazer uso de contenção como, por exemplo, a construção de cercas, se dava através de um acordo comum entre estes, mantendo a criação de animais em áreas não cercadas, possibilitando, assim, a entrada dos rebanhos soltos em áreas de parentes e proprietários vizinhos e vice-versa, sem causar constrangimentos; salvo quando rompiam uma área cercada e destruía o que se preservava especificamente nessa área. Nessas ocasiões, dava-se início, se recorrente, caso proprietário do animal não tomasse as devidas providências, a grandes conflitos, mas, em via de regra, só o fato de o animal entrar nas áreas sem cercas não constituía nenhum motivo para querelas.

Em suas memórias, Raimundo Suassuna, referindo-se à ausência de cercas no sertão paraibano, assim descreve este costume:

[...] naquele tempo, nossas terras não eram todas cercadas; grande porção fazia parte do **campo comum**, aberto aos rebanhos de todos os vizinhos. A gente andava horas a fio pelas campinas sem avistar uma cerca, sem encontrar uma cancela sequer. Existiam até criadores que não tinham cercados onde prendessem seus animais (SUASSUNA, 1979, p.19, grifo nosso).

⁴⁵ Conforme entende Thompson o costume não representa o consenso, mas, constitui-se mesmo, numa sociedade de desigualdades sociais como um lugar de conflito de classe (Cf. THOMPSON, 1998).

Este costume de não cercar as áreas de terras, principalmente no Seridó e Cariri paraibano, por aquelas famílias detentoras de vastas extensões destinadas à pecuária é descrita, também, por Aderaldo Ferreira (1999, p.31) da seguinte forma:

Naqueles tempos, isso até os anos trinta desse século [XX], os rebanhos eram soltos em grandes mangas, **campos abertos pertencentes a vários donos** [...] só as terras tidas como agrícolas, nas quais se plantavam o algodão mocó, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão e algumas outras culturas de subsistência, eram delimitadas por divisórias [...] as maiores mangas nos limites das grandes fazendas, quase sempre englobando terras de dois a três municípios vizinhos, cobriam léguas (FERREIRA, 1999, p.31, grifo nosso).

Essas descrições nos servem como pista para afirmar que tanto entre os grandes proprietários rurais quanto os camponeses a ausência de cercas em suas terras, naquelas áreas denominadas de terras “em campo ou terras de campo”⁴⁶ era um costume comum.

Ainda com relação ao sertão nordestino, Alfredo Wagner B. de Almeida analisa que a utilização comum da terra para o desenvolvimento das atividades pecuárias foi uma prática bastante empregada, na qual se verificava a ausência de cercas nas grandes propriedades rurais: “No sertão nordestino as grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre imprecisos [...] as aguadas eram de uso comum e o gado permanecia sendo criado solto” (ALMEIDA, 2009, p. 54 grifo nosso).

Com relação a essas áreas de “campo”, conforme analisamos sua existência no Cariri paraibano, percebemos semelhanças dessa forma comum de aproveitamento das terras, com as descritas por Alfredo Wagner B. de Almeida, como situa: “pastos comuns ou campos” na Ilha do Marajó e na Baixada Maranhense, afirmando que: “[...] guardam maior proximidade com as regras da pecuária extensiva do sertão nordestino [...] Prevaecem nestas regiões expressões como **fundo de pasto**, áreas comuns mais afastadas dos locais onde se erguem as sedes das fazendas,

⁴⁶ Eric Sabourin pesquisador visitante na UNB, Departamento de sociologia, em seu artigo “Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia” numa região denominada de Massaroca, constata essa forma de apropriação comunitária de áreas de terras entre os camponeses, denominada naquele contexto como terras de “fundo de pasto ou fecho de pasto” entretanto essas áreas, semelhantes as terras “em campo ou de campo” conforme colocamos, afirma que essa prática está vinculada tradicionalmente a pecuária extensiva considerando o pastoreio aproveitando os recursos naturais como a caatinga (SABOURIN, 2009).

ou **terras soltas**, isto é que não conhecem cercamento, ou **campos** ou **pastos comuns** ou **abertos** [...]” (ALMEIDA, 2009, p. 55, grifo nosso).

Para os grandes latifúndios, considerando evidentemente suas grandes quantidades de áreas de terras, a entrada de alguns animais não fazia tanta diferença, de forma que se criavam mesmo misturados com os animais dos vizinhos. Conforme constata Alfredo Wagner B. de Almeida, no sertão nordestino: “A inexistência de cercas para o criatório levava a que reses de diferentes proprietários se mantivessem juntas e aparentemente indiferenciadas pelos campos” (ALMEIDA, 2009, p. 54)

Esse costume de criar os animais soltos deu origem à prática da apartação considerando a quantidade de animais nas terras em campo de diversos donos, fazendo-se necessário de tempos em tempos identificá-los. Com o objetivo de realizar a identificação das reses eram marcados alguns dias no ano para se fazer o recolhimento, a separação desses animais e a entrega aos seus respectivos donos, ocasião esta denominada de “apartação”. Nesse sentido, Aderaldo Ferreira esclarece:

Chamava-se ‘apartação’ período no qual se procedia a separação dos rebanhos após o inverno, geralmente nos meses de São João e Sant’Ana, pelas identificações das marcas e ribeiras [...] **essa prática de apartação**, em total desuso no Nordeste, perdurou até os anos vinte, quando só se usavam as cercas de pedras, de varas, de pau-a-pique e raramente de arame farpado, apenas para limitar roçados. A partir daí foi criado o hábito de cercar toda a propriedade, para confinar melhor o rebanho (FERREIRA, 1999, p.25, grifo nosso)

Referindo-se aos campos da Ilha do Marajó e a Baixada Maranhense, Alfredo Wagner B. de Almeida identifica nessas localidades essa prática de apartação, conforme coloca: “Aí também o ato de apartar ou separar o gado criado solto para ser entregue aos seus respectivos donos acontece antes da invernada e recebe igualmente a denominação de *apartação*” (ALMEIDA, 2009, p. 55).

A apartação, ou festa de apartação, podia ter mesmo esse caráter de festa⁴⁷, pois era um momento de reunião de diversos vaqueiros de várias fazendas, fato este que, sem dúvida, servia como momento de confraternização, ocasião em que os vaqueiros se reencontravam e falavam da

⁴⁷ Aderaldo Ferreira (1999, p.26) observa que a atual festa de vaquejada advém desse costume de apartação, pois reproduz a técnica de correr atrás do gado com fins a dominá-lo, como se fazia nas apartações. Tornando-se uma festa de fato, apenas com fins de divertimento, e para a qual algumas regras foram sendo elaboradas, mas, em essência, consiste na tradicional corrida para pegar o animal.

vida que levavam tanto do âmbito familiar quanto dos espaços sociais mais amplos como a fazenda e a região. Mas, a finalidade primordial desse encontro era pegar o gado que se encontrava solto nessas áreas e, de forma lícita sem deixar dúvidas, separar e marcar cada um com a marca dos seus respectivos donos. Por essa razão, essa reunião de vaqueiros, profissionais do trato com o gado, era mais do que simplesmente separar esses animais, tinha a força simbólica de legitimar essa ação, chancelando-a como justa perante seus patrões os proprietários desses diversos animais.

Essa prática se por um lado era cômoda para os criadores, por outro gerava também compromissos com os demais criadores, ao compartilhar essas terras de forma comunal, de forma que alguns compromissos pela tradição adquiriam força de lei. Necessitava-se, assim, que ela ocorresse de forma satisfatória para garantir a continuação de sua existência e, dessa forma, se fortalecia a vigilância quanto a alguns princípios a serem observados. Algumas ocorrências, de acordo com o encaminhamento dado, tanto podiam servir para reafirmar os laços de reciprocidade quanto como motivos de intrigas.

A manutenção de alguns benefícios comuns, como fonte de água e cacimbas para o gado beber, era esperado como contribuição de todos que possuíam animais naquela área, de forma que a negação nessa participação também gerava descontentamentos, pois, não se cumpriam com as expectativas enraizadas no costume. Descrevendo o trabalho com essas fontes de água para o gado, nos períodos secos, Suassuna (1979, p.20) informa: “Os bebedouros do gado davam um trabalho enorme, pois com a profundidade das águas no subsolo, as rampas tinham que ser extensas, para suavizarem a subida das reses magras”.

4.7 Da Reciprocidade ao Conflito entre a Elite: as Rupturas do Direito Costumeiro

Um caso que requeria providências urgentes era quando algum destes animais soltos invadia as áreas cercadas, destinadas a culturas específicas conforme coloca Suassuna (1979, p.20): “Naqueles tempos, só as terras mais férteis eram isoladas por cercas, como os baixios, reservados ao cultivo do milho, do feijão, da mandioca, do arroz e de outras lavouras cujo clima lhes era propício”. Acontecendo de um animal entrar em uma área desta, a regra básica a ser observada consistia em primeiro lugar prender este animal e comunicar ao seu dono para vir

pegá-lo e não mais soltar naquela área. O dono deste animal ao tomar esta providência cumpria com as expectativas esperadas, e não dava margem para questões, mantendo, assim, o arranjo da utilização dos pastos de forma comunal. Não tomando esta providencia e este animal ou outro desse mesmo proprietário, sendo reincidente por falta dos cuidados esperados de seus donos, procurava-se uma forma de compensação da destruição causada por este. Caso não houvesse compensação satisfatória, dava-se por esta razão, origem a contendas entre famílias nas quais a utilização da violência e assassinato era corriqueira, causando intrigas que perduravam por diversas gerações.

Conforme coloca Jansen Filho em Alagoa do Monteiro esses conflitos eram bastante corriqueiros e descreve esses conflitos e suas causas da seguinte forma:

Geralmente as grandes desavenças flamejavam por questões de terras e para que o estopim das desarmonias começasse a arder, bastava os animais de um penetrarem na propriedade do outro, provocando sérios prejuízos na lavoura. Aí começava o pandemônio, as rixas não tinham mais fim e eram homens se entredevorando numa digladição satânica, numa ferocidade apavorante (JANSEN FILHO, 1989, p.426).

A imprecisão dos limites dessas áreas de uso comum, conforme coloca Alfredo Wagner B. de Almeida, motivava o estabelecimento de diversos conflitos: “No sertão nordestino as grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre imprecisos, sempre **se confundiram gerando disputas entre seus proprietários.** [...]” (ALMEIDA, 2009, p.54, grifo nosso).

Um exemplo dessas contendas entre famílias por conta de animais nos é apresentada por Ulysses Albuquerque, filho de um fazendeiro em Alagoa de Baixo, cidade pernambucana vizinha a Alagoa do Monteiro. O conflito foi entre um irmão do seu avô e um fazendeiro vizinho e se deu por conta de dúvidas quanto a propriedade de alguns animais que se encontravam nos pastos comuns, ocasião em que dois fazendeiros reclamavam para si a posse dos animais, estabelecendo-se, assim, o conflito no ano de 1888 e prolongando-se por vários anos, terminando em agressões de ambos os lados, conforme descreve Albuquerque:

E, por isto despachou seu filho Vitor, rapaz de 18 anos, com alguns vaqueiros [...] incubindo-os de dizer ao capitão Antonio de Góis que ao pegar aquelas reses, verificasse, com eles, as que lhe pertenciam, a fim de serem recambiadas

para a sua fazenda [...] ao receber o recado, o capitão julgou-se ofendido, e em dado momento esbordoou um dos vaqueiros, havendo reação de parte de um deles [...] e o resultado é que tombaram na luta o irmão do capitão por nome de Joaquim de Góis e o filho deste de apelido Cazé. Dos vaqueiros, dois saíram feridos (ALBUQUERQUE, 1979, p.49).

Mas o conflito não parou nesse acontecimento, havendo retaliações e vingança por parte da família dos assassinados: “Dias depois um filho de Cazé [que fora assassinado] com um tio e várias pessoas armadas, foram à fazenda Poção, e dirigindo-se onde morava o vaqueiro Tomé, não o encontrando em casa, mataram-lhes dois filhos pequeninos, a punhal.” (ALBUQUERQUE, 1979, p.50).

Outro exemplo desses conflitos motivados por animais que entravam nas terras dos vizinhos nos é apresentado por José Gregório, um sertanejo paraibano da cidade de Pombal, ao rememorar algumas contendas entre famílias sertanejas. O autor descreve com detalhes um conflito ocorrido no ano de 1918 naquela região, por conta da invasão de um roçado por ovelhas de um vizinho de terras, assim discorrendo:

Acontece que as ovelhas de João Forte encontraram uma brecha na cerca e foram aproveitar o pasto da fazenda [...] o proprietário da fazenda ao tomar conhecimento da invasão de seus pastos pelos caprinos do vizinho, enfureceu-se: mandou arbitrariamente os vaqueiros pisarem as ovelhas a pata de cavalo”. Diante dessa atitude violenta o proprietário dos animais tomou algumas atitudes: “mandou recolher os animais abatidos brutalmente e, também, reparar as cercas estragadas (GREGÓRIO, 1967, p.209),

Aconteceu que tempos depois, o gado do vizinho que havia matado a criação do outro dessa vez, invadiu as terras daquele, e, sofreu as mesmas consequências : “juntou sua turma e ordenou a matança de seis bezerros e garrotes, poupando os bichos mais graúdos que passavam de vinte”. (GREGÓRIO, 1967, p.211),

Além dessa providência, mandou um bilhete ao seu vizinho, que pelo seu teor elucidativo da quebra das relações de reciprocidade merece ser transcrito na íntegra, conforme podemos ver:

Sr. Mizael, estou lhe pagando com a mesma moeda; venha ou mande retirar sua carniça de minha vazante. Somente abati seis garrotes em troca de minhas ovelhas. Outrossim, mande consertar a cerca, que, segundo estou informado, foi aberta por gente de sua casa. Aviso-lhe, também, que não sou de peia. Querendo provas, o canto quem marcará é você. Estamos entendidos. João Forte (GREGÓRIO, 1967, p.211).

Nessas contendas em que as normas costumeiras eram desobedecidas, geralmente não progrediam no sentido de se restabelecer os laços de reciprocidade, mas, de vingança que atravessavam gerações. Diante da questão, antes referenciada, esta vai terminar com agressões físicas de ambos os lados, por ocasião do encontro desses dois fazendeiros em que ocorre o assassinato de um deles, conforme narra Gregório: “ João Forte não ficou parado, sacou do punhal, com uma rapidez surpreendente. As testemunhas viram Mizael arriar a um canto de parede, com duas espetadas no baixo ventre [...] João Forte foi refugiar-se em Cajazeiras em meio a parentela”. (GREGÓRIO, 1967, p.215).

Em Alagoa do Monteiro⁴⁸ aconteceram também diversos conflitos por conta de animais que entravam nas áreas cercadas, Antonio Mariano Sobrinho assim descreve um desses conflitos:

O tenente Isaias José de Oliveira, de Camalaú Velho desentendeu-se com o seu parente Manoel José. A situação tornou-se mais grave, quando as cabras do tenente Isaias passaram a entrar no roçado de Manoel José. Por ordem deste, Pedro Fernandes matou noventa cabras, à bala de rifle, e ainda mandou Isaias ir buscar as cabras mortas”. Por conta desse conflito uma pessoa foi assassinada (MARIANO SOBRINHO, 1996, p.201).

Podemos assim perceber, que mesmo não havendo cercas, estes pastos em “campo”, como se chamava⁴⁹, eram protegidos por normas costumeiras observadas por aqueles que deles se utilizavam. A principal delas era o princípio do direito costumeiro de utilização desses campos, sendo permitido, primordialmente, àqueles que também possuíam terras naquelas confluências que davam origem a essas terras de “campos” ou que possuíam também áreas de terras não cercadas que possibilitavam aos animais de seus vizinhos também se beneficiarem dessas áreas.

Observamos, ainda, que o compromisso da responsabilidade de um criador perante o outro, quanto aos estragos feitos pelos animais em áreas indevidas, era um ponto significativo que estruturava essas relações de reciprocidade entre esses criadores. A não observância dessa

⁴⁸ Em São Tomé anteriormente distrito de Alagoa do Monteiro, Rita Albino Rafael (2003, p.70) em seu livro “Sumé que eu trago na memória” relata um conflito entre o seu pai e um irmão dele tendo por motivo, entre outros, a passagem de animais ser feita pela frente da casa daquele, que, sentindo-se incomodado, deu origem a um conflito na família.

⁴⁹ Expressão esta de origem local conforme podemos observar na colocação de Aderaldo Ferreira anteriormente mencionada. (Cf. FERREIRA, 1999, p.31).

regra era compreendida como uma atitude injusta, quebrando as expectativas de reciprocidade, dando origem ao conflito.

Observando essa forma de reciprocidade entre os grandes latifundiários em que tinham o controle das terras, mesmo na ausência de cercas, entendemos que este costume em que todos se sentiam responsáveis por estas áreas abertas, para além de favorecer a utilização comum dessas áreas, também, constituía-se, como um mecanismo de ampla vigilância para impedir a utilização dos recursos que essas áreas apresentavam, por outras pessoas, notadamente, os que não tinham terra.

Em 1996 uma entrevista concedida a Pedro Nunes Filho, natural do município da Prata, anteriormente pertencente à Alagoa do Monteiro, por ocasião de sua pesquisa para o livro denominado de “Guerreiro togado”, um camponês com cento e seis anos de idade por nome de Pedro Paulo da Silva fez uma narrativa sobre essas áreas em campo, destacando a diversidade de espécies animais que serviam como caça e que podiam auxiliar a subsistência:

Nasci em 1890. Meu pai era morador antigo dos Santa Cruz. Me criei nas terras deles. Vivia feito um índio, um bicho brabo, caçando por riba das serras e pelas mangas que não tinham mais fim. Mocó, peba, tatu, juriti, jacu, siriema, veado, gato maracajá, gato assu, pato verdadeiro. Nas serras da fazenda Santa Catarina tinha de tudo até onça [...] eu conhecia tudo aquilo como a palma da mão. Na época tinha 21 anos de idade e fui trabalhar com o doutor que estava juntando gente para brigar com os grandões de Alagoa do Monteiro (NUNES FILHO, 1997, p.124)

O procedimento de responsabilidade comum entre os fazendeiros, com vistas a preservar os recursos naturais das áreas em campo, nos leva a pensar que esta forma de controle dos campos abertos era um dos pontos principais a partir do qual se estruturava todo um sistema de dominação, uma vez que a vigilância desses campos e a privação da utilização dos recursos naturais contidos nestes, não utilizados totalmente por seus proprietários, mantinham os camponeses em constante necessidade e dependência aos latifundiários, dando origem, dessa forma, às relações de poder em que os camponeses para terem acesso aos recursos desses campos em determinados momentos, se submetiam, mesmo que aparentemente, aos caprichos dos latifundiários.

Um ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PB) constitui-se como um documento

significativo quanto às formas da ocupação da região, no qual podemos perceber a forma de dominação dos latifundiários. Nesse ofício, encontramos indícios de que os latifundiários expandiram suas áreas de terras, expropriando pela violência as áreas de posse dos camponeses. Segundo as colocações a seguir, as terras eram soltas, em “campo”, bem antes da utilização dessa forma de utilização pelos latifundiários, forma também pela qual os camponeses as utilizavam, antes de serem expropriados:

Em referência a problemática histórica e atual do trabalhador rural de São Sebastião do Umbuzeiro, computado através do conhecimento adquirido em 21 anos de trabalho no campo neste município, contando dos meus 10 anos de idade quando comecei a trabalhar para ajudar meus pais na manutenção da família. Aproveitando também histórias de pessoas idosas, e no presente, completando com as experiências sindicais [...] Histórias contadas pelas pessoas idosas dão conta de que, a sessenta anos as terras eram soltas, ocupadas mais por pequenos proprietários e parceiros, que fixavam suas residências cercando apenas as terras de trabalho. Com a chegada de alguns burgueses que tinham patentes compradas com dinheiro, como por exemplo; Coronel Nilo Feitosa, Coronel Arcelino de Brito, Major Sátiro Feitosa e outros, foram os maiores grileiros do município. Acabaram com várias glebas expulsando os pequenos proprietários e parceiros, aonde começavam uma cerca chegavam até onde queriam, muitas vezes usando a polícia ou cabras armados, conhecidos hoje como pistoleiros, fazendo as maiores barbaridades, escravizando os habitantes e os que não se sujeitavam eram mortos ou tinham que se retirarem. (of. n.41 de 18.11.1976 apud BATISTA, 1997, p.97).

Estas informações que constam nesse ofício, reforçam nossa afirmação de que mesmo antes da chegada dos grandes proprietários algumas áreas de terras foram sendo ocupadas por pessoas que se destinavam àquela região em busca da subsistência e estabeleciam a posse de suas áreas cercando apenas as áreas destinadas as atividades agrícolas o que nos permite perceber pistas de como se dava o apossamento dessas áreas e a sua legitimidade mediante o trabalho. Por outro lado também nos permite compreender que a manutenção dessas áreas por estas pessoas que constituíram o campesinato regional se deu mediante um exercício cotidiano de resistência frente às práticas de dominação violentas dos grandes proprietários rurais.

4.8 Muitos Donos para pouca Terra: o Universo Camponês e o Exercício das Expressões de Reciprocidade

As famílias camponesas, conforme podemos observar pela disposição de suas áreas de terras, em sua larga maioria, encontravam-se aglomeradas em uma determinada localização, fato que caracterizava aquela área pelo seu conjunto como uma área de camponeses, vivendo das atividades voltadas para subsistência, diferenciando-se das localidades em que predominavam as grandes áreas nas quais se estabeleciam as fazendas de gado.

Podemos constatar essa disposição espacial, de forma ainda bastante evidente, observando as áreas onde predominavam os latifúndios e as áreas onde se aglomeravam as pequenas áreas ocupadas pelos camponeses no atual município de São Sebastião do Umbuzeiro, anteriormente, pertencente ao município de Monteiro. Percebemos indícios dessa forma de ocupação, por ocasião do censo de 1920, quando se registram diversos núcleos de pessoas com o mesmo sobrenome numa mesma localidade. Se este censo não tivesse os critérios voltados apenas para as propriedades que se destacaram economicamente é possível que comprovasse de forma mais evidente essa forma de aglomeração das pequenas áreas de terras. Mesmo assim, este censo se analisado os indícios apresentados pelos nomes dos proprietários, aponta para essa aglomeração.

Esta forma de apropriação dessas áreas ocupadas, conforme situamos, e a proximidade entre as áreas por parte de familiares, nos levam a compreender suas motivações a partir da formulação de Alfredo Wagner B. de Almeida ao colocar que apropriações semelhantes ocorreram como estratégia de autodefesa dos camponeses conforme esclarece: “Emergiram, enquanto artifício de autodefesa e busca de alternativa de diferentes segmentos camponeses, para assegurarem suas condições materiais de existência [...] Foram se constituindo em formas aproximadas de corporações territoriais, que se consolidaram, notadamente em regiões periféricas, meio a múltiplos conflitos, num momento de transição em que fica enfraquecido e debilitado o poderio do latifúndio sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos e agregados)” (ALMEIDA, 2009, p.45).

Conforme situa Alfredo Wagner B. de Almeida (2009), as formas de uso comum da terra podem ser observadas, historicamente, de formas variadas, desenvolvendo-se, marginalmente ao sistema econômico dominante.

Não estamos pretendendo, com isso, afirmar que as áreas camponesas eram separadas das grandes áreas dos latifúndios, mas, demonstrar uma tendência dessas áreas camponesas de

situarem-se próximas umas das outras, motivadas por diversas razões. Em primeiro lugar, podemos perceber que uma família, ao ocupar determinada área, abria a possibilidade para os seus parentes se situarem nas proximidades e, com o passar do tempo, os seus descendentes iam ocupando frações dessas áreas ou até mesmo iam ocupando novas áreas adjacentes, conforme podemos constatar pela aglomeração de famílias em determinadas áreas dos municípios da região, chegando mesmo algumas áreas serem conhecidas pelo sobrenome das famílias conforme demonstrou Rietveld (1995; 1999) e Antonio Mariano Sobrinho (1996).

Dessa maneira, a ocupação de determinadas áreas próximas, num mesmo município, aconteciam como estratégia, talvez não planejada, mas, pensadas como úteis e necessárias no momento da ocupação, no tocante a favorecer a subsistência, uma vez que, contavam nas proximidades com os próprios familiares e com outras famílias em condições semelhantes, situação favorecia, por um lado, um arranjo nas relações produtivas e, por outro, também nas relações sociais.

Sendo assim, é oportuno colocar que os camponeses considerando suas insuficientes áreas de terras e a ausência de uma infra-estrutura satisfatória para suas atividades, sobreviviam numa situação limite de forma que qualquer alteração climática em consequência de períodos de estiagens, como anteriormente mencionado, colocava em risco sua sobrevivência. Dessa forma, entendendo esse desafio constante quanto à subsistência, desenvolveram meios para enfrentar essa situação, criando alternativas tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o arranjo social com seus vizinhos.

A princípio, para organizar a produção, adotavam, quanto ao uso da terra, a mesma prática dos grandes latifundiários, ou seja, as suas áreas de terras não eram cercadas, sendo cercados, somente, aqueles pedaços que eram destinados à prática da agricultura, a área dos roçados.

Uma diferença fundamental que podemos constatar nessa prática de não cercar as terras entre os grandes latifundiários e os camponeses é que para os grandes possuidores de terras essa prática se tornava onerosa e sem necessidade, uma vez que, a existência da cerca não apresentava diferença para melhor utilização da terra. Quanto aos camponeses, o fato de não cercar, em princípio atendia a uma imposição das circunstâncias, pois era impraticável cercar suas pequenas áreas, considerando o aglomerado de áreas próximas e de formas geométricas diversificadas, fato este que mesmo que quisessem e tivessem condições econômicas para cercar todas as áreas, a maioria destes, ficaria sem possibilidade de acesso às suas áreas, o que os obrigaria a construir

cercas adicionais com a única finalidade de permitir o acesso, ação impraticável dada a realidade de suas condições econômicas. Assim sendo, a ausência de cercas demonstra uma forma de acesso e uso da terra que fundamenta uma organização social no tocante a beneficiar o conjunto dos familiares e vizinhos.

Entretanto, podemos perceber que o ato de não cercar as áreas que ocupavam favorecia o desenvolvimento da produção dos camponeses, considerando que todos tinham acesso a alguns recursos naturais de uso comum como água para animais e para o consumo e outros recursos. A ausência das cercas se, por um lado, favorecia a produção, por outro, respeitando-se os limites impostos pelo costume, servia como forma para reafirmar, no cotidiano, os laços de sociabilidade entre os vizinhos (Cf. FERREIRA, 1999; SUASSUNA, 1979). Dessa forma, é possível concluir que a utilização de cercas nessas pequenas áreas, se ocorresse, ao invés de beneficiar, serviriam mais como um empecilho, pois, atrapalhariam o acesso a recursos naturais comuns como água, pastos e outros, dos quais eles tanto necessitavam para a sua sobrevivência.

Enquanto que para os latifundiários havia terras em abundância e pouca gente para habitá-las, para os camponeses havia pouca terra e um quantitativo alto de pessoas altas em relação a terra, de modo que a pressão sobre essas áreas camponesas era bastante evidente, verificando-se, assim, uma densidade demográfica diferenciada das áreas das fazendas. Essa condição obrigava, necessariamente, um arranjo na utilização dessas terras por parte desse campesinato de forma a possibilitar um convívio satisfatório, pois tinham que sobreviver confinados nesses estreitos limites de suas áreas.

As divisas que limitavam essas áreas eram apenas demarcadas fazendo uso dos mais diversos recursos geográficos e naturais que por lá eram encontrados, como rios, riachos, pedras, serras, e até mesmo árvores; neste caso aquelas mais resistentes ao tempo. Essa maneira de demarcação espacial demonstra a existência de vínculos de confiança entre os vizinhos que, mutuamente, respeitavam essas delimitações, e iam passando essa informação dos limites pela tradição oral de geração em geração. Essas demarcações simbólicas não tinham a força física de resistência à invasão dessas áreas como uma cerca podia apresentar, essa força estava arraigada mais nas relações de confiança e respeito que estruturavam os laços de reciprocidade entre os camponeses, no cotidiano. O desrespeito a esses limites era motivo para o desencadeamento de conflitos que perduravam por anos conforme descreveu Sebastião Moreira Duarte (1990, p.30, grifo nosso) referindo as contendas entre famílias de camponeses por questões de delimitações de

áreas de terras no Sertão da Paraíba. Em relação às cercas que eram feitas propositalmente desrespeitando os legítimos limites das áreas coloca: “[...] **cercas que andam** [alusão a cercas que são deslocadas com o propósito de tomar áreas de terras do vizinho e que dão origem a contendas] são problemas que, dada a dureza da luta pela sobrevivência [...] chegam às vezes a dizimar famílias” (DUARTE, 1988, p.30, grifo nosso).

Semelhante a prática dos grandes proprietários, os camponeses, também, só cercavam as áreas destinadas às lavouras de subsistência, de forma que os animais que possuíam pequeno porte, como caprinos e ovinos, eram criados soltos em terras de uso comum, sendo estes animais geralmente trancados ao final do dia, ocasião em que seus donos juntavam todos e os conduziam aos pequenos cercados próximos as suas residências. Uma vez que os animais eram criados soltos e utilizavam os pastos comuns de propriedades de todos os vizinhos, a manutenção dos recursos, naturalmente cabia a todos, como os cuidados com as fontes de água, as cercas de uso comum, e outros recursos utilizados por todos.

Emília Pietrafesa de Godoi, a partir de sua pesquisa no sertão do Piauí, identifica referências sobre a utilização da terra de forma comum e registra que esta forma de utilização da terra se pautava pelo princípio da utilização dos recursos naturais conforme descreve: “A terra de comum é pensada como fonte de recursos naturais como a madeira (para cerca e a cozinha), o mel, a caça e os corpos d’água (tanques, barreiros, cacimbas) indispensáveis para a reprodução do grupo” (GODOI, 1999, p.58).

A utilização dessas terras comuns, à qual se refere, não se dava de maneira desordenada, mas a partir da observação de um conjunto de normas costumeiramente estabelecidas, conforme explicita: “ São recorrentes as afirmações de que antigamente a terra era comum [...] sem que isso implicasse, entretanto, na ausência de direitos precisos e definidos do indivíduo sobre o solo[...]” (GODOI, 1999, p.58)

No espaço em que pesquisamos, uma regra costumeira estabelecida dizia respeito ao cercamento das pequenas áreas de terras, no qual se, porventura algum camponês pretendesse cercar toda a sua área, ao tomar essa iniciativa este perdia o direito de criar seus animais soltos. Este costume, evidentemente, regulamentava, as formas de reciprocidade a serem observadas, pois, aquele camponês que cercasse suas terras, conseqüentemente não permitiria a entrada de animais e a utilização dos recursos naturais que ali existiam pelos animais de seus vizinhos, quebrando, assim, os laços de reciprocidade. Ao fazer isto, a ação orientada pelo costume o

proibia de soltar seus animais sob pena de sofrerem maus tratos e até serem mortos, demonstrando, claramente, a quebra dos laços de reciprocidade.

Podemos observar, assim, que ao se tomar essas atitudes, aparentemente agressivas, os camponeses como também já foi demonstrado com os latifundiários, reforçavam seus laços de reciprocidade, pois, inibiam atitudes de afronta aos costumes do uso comum dos recursos naturais. Se fossem retalhados e cercados para cada um, tornava impraticável retirar dali sua subsistência. Sobrepunha-se, assim, à vontade e a necessidade coletiva de preservar uma norma costumeira que favoreceu a esses camponeses subsistirem frente aos desafios climáticos e às pressões das formas produtivas praticadas pelos grandes latifundiários, que restringiam cada vez mais o acesso a terra por parte desses camponeses.

Vivendo próximos, os camponeses se auxiliavam nas mais diversas ocasiões. Uma prática utilizada na localidade era o mutirão, mais conhecido, na região do Cariri, como adjunto, sendo este utilizado para fins diversos que iam desde as atividades da roça, com o preparo da terra, a manutenção do roçado até o momento da colheita, ocasiões estas em que se mobilizava um número considerável de pessoas, parentes e vizinhos, que iam até ao roçado daquele que solicitasse a ajuda e, juntos, distribuíam e realizavam as tarefas. Cabia ao dono do roçado dar a comida e, geralmente, no final do dia, se fazia uso da bebida, ocasião em que se confraternizavam numa festa improvisada e na qual, também, eram reatados os laços de reciprocidade⁵⁰.

O camponês José Fragoso da Costa ao fazer uma narrativa de diversos momentos de sua vida nas suas atividades na agricultura, no livro intitulado “À margem do meu riacho verde: tempos de fé e de paixão nas terras da Paraíba” descreve uma das ocasiões em que o adjunto podia ser utilizado, ao colocar que:

Como eu vivia de agricultura no Riacho Verde, a mais ou menos uma légua distante da, hoje cidade do Teixeira, minha situação dependia do inverno. Se 1919 fosse um ano de inverno, estaria aberta uma estrada mais larga para mim, porque seria o ano do meu casamento. [referindo a necessidade de ajuda na roça] Cheguei a propor a tio Macacheira uma semana de trabalho, de graça, que os agricultores chamavam de adjutório (COSTA, 2000, p.10).

⁵⁰ Podemos perceber a partir dessas colocações a existência de uma ética da subsistência que, de acordo com a formulação de Scott, além de organizar uma estratégia produtiva também norteava uma estratégia social, em que se estruturavam relações de reciprocidade entre amigos, vizinhos e até mesmo com os patrões (Cf. SCOTT, 1976).

Outro exemplo dessa prática do “adjunto” mais uma vez é mencionada pelo mesmo camponês, desta vez referindo-se ao adjunto não para atender as dificuldades de uma pessoa, mas, de um bem de uso comum, conforme coloca: “O inverno de 1924 começo bom e terminou bom. Chovia muito, mas a colheita foi boa. A chuva arrombou todos os açudes pequenos. O açude de Poços ameaçou arrombar. Mas, o povo se uniu, com enxadas, picaretas, carroças de mão e, com a mesma fibra que havia construído o açude em 1877, salvou-lhe a vida em 1924” (COSTA, 2000, p.71).

Se o mutirão era uma forma de cooperação entre os camponeses bastante recorrente, não podemos negligenciar outras formas de cooperação, não tão evidentes, mas bastantes significativas no tocante a favorecer a produtividade e os laços sociais entre familiares e vizinhos.

Um exemplo bastante elucidativo de como se dava essa cooperação entre a própria família nos é apresentada por Sebastião Moreira Duarte, a partir da narrativa feita por Francisco Rolim, ocasião em que este narra suas lembranças da infância e juventude, descrevendo a experiência de suas atividades na roça com a família, em 1933, no município de Cajazeiras no sertão paraibano:

Puxados pela minha mãe, que nos dava o exemplo de coragem e perseverança, cedo da manha fazíamos fila, enxada as costas, em procura da roça. A orientação e o trabalho mais duro estava a cargo do nosso cunhado Ciço Moreira [...] brocar o mato, queimar roça, encoivarar, abrir as covas, fazer as cercas, eram tarefas dele. Nós ficávamos com o serviço maneiro, semear, tanger passarinho, passar a enxada, trazer o almoço [...] (DUARTE, 1988, p.37).

Com o passar do tempo, e as crianças que iam se tornando adolescentes começavam a colocar em prática o aprendizado das tarefas na roça e tocarem por conta própria as atividades. Relembrando esse momento de transição na década de 1930, Francisco Rolim narra como foram sendo arranjadas as formas produtivas no seio da família:

Minha mãe podia agora ficar em casa cuidando do panelão fervente. De então em diante, os seus filhos adolescentes responderiam pelo encargo de abastecer a casa [...] Os quatro irmãos nos reunimos num esforço concentrado. **Mesmo tendo cada um as suas tarefas plantadas**, o que nos levava a tirar proveito do espírito de emulação próprio de nossa idade, **nós organizávamos roças em conjunto, numa só área**, dividida apenas por balizas e, nos dias de trabalhos mais exigentes, fazíamos o mutirão: na segunda –feira, ajudando a Valdemar, na terça a Francisco, na quarta a Micena, na quinta a Matias, até reiniciarmos o rodízio (DUARTE, 1988, p.41- 42, grifo nosso).

Observamos, assim, um típico exemplo da divisão do trabalho familiar e a relação de cooperação entre os membros da família em uma mesma área de terra, onde trabalhavam, conjuntamente, além da mãe e seus quatro filhos, mais um cunhado destes, que, dado a idade mais avançada e a experiência coordenava as atividades a serem realizadas.

Podemos perceber que essa forma de cooperação se constituía como um costume⁵¹ e permanecia a sua prática no âmbito familiar não pela imposição de algum membro da família, mas, pelo reconhecimento de cada um dos participantes dos resultados positivos dessa forma de cooperação, no trabalho agrícola.

Uma observação quanto a esse arranjo na produção agrícola familiar podemos perceber na colocação referida em que afirma “Mesmo tendo cada um as suas tarefas plantadas, o que nos levava a tirar proveito do espírito de emulação próprio de nossa idade” é que cada um dos irmãos possuía uma área individual, mas também mantinham uma área trabalhada, coletivamente, “nós organizávamos roças em conjunto, numa só área” e que não havia incompatibilidade entre essas formas de produção.

Podemos entender essas formas diferentes de organizar a produção como sendo orientadas por perspectivas diferentes. No caso da roça conjunta, essa era orientada pela responsabilidade com a subsistência do conjunto familiar, constituindo-se esta atividade como primordial, e que a ela todos atendiam orientados pelo sentimento de pertencimento e compromisso com o grupo familiar. Estabelecia-se, assim, um princípio de reciprocidade que permitia as famílias camponesas enfrentar as diversificadas adversidades.

Se por um lado podemos perceber formas de cooperação no âmbito familiar, através do uso comum da terra, por outro lado também se observava outras formas de cooperação entre os vizinhos, como anteriormente mencionado. Entretanto, para além dessa forma de cooperação, outras mais, se exercitavam no universo camponês. Vivendo próximos, pois uma área camponesa era muito habitada, estes, encontravam-se regularmente e era corriqueiro numa mesma ocasião de palestras aproveitarem para realizar alguma atividade, sendo algumas delas bastantes conhecidas como debulhar feijão à noite, depois de um dia de trabalho na roça, ocasião em que se reuniam

⁵¹ O costume é referenciado a partir da formulação de Thompson, compreendendo os usos que são asseverados na prática, mas que não são regulamentados por qualquer registro documental normativo. O costume é mantido pela prática, mediante a qual se garante, se reivindica e se conquista direitos. Quanto à formulação da discussão de Thompson sobre o costume podemos ver em *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional 1998*.

pequenos grupos de pessoas. Estes, sentados em frente à residência de um deles na medida em que iam palestrando sobre os mais diversos acontecimentos, iam debulhando o feijão de forma que, essa prática além de sociabilizar os vizinhos, tinha um resultado prático evidente, considerando que adiantava uma tarefa que se fosse feita por uma única pessoa, com certeza, tomaria muito do seu tempo.

Essa mesma prática que não consideravam como trabalho, mas, como um momento de descontração na casa de um amigo, ocasião em que se comia, bebia e tinha certa característica de divertimento, acontecia também com outras atividades como debulhar milho, feijão, tratar e armazenar.

Se por um lado os camponeses tinham essa prática de ajuda sem o caráter de trabalho considerando que estas atividades geralmente se faziam de forma descontraídas e em meio a muita conversa e divertimento, na grande maioria das vezes durante a noite, depois de concluídos os trabalhos diários, outras atividades mais pontuais e exigentes também eram realizadas com a cooperação dos vizinhos. Nestas ocasiões, sobretudo também pelo seu clima festivo, em que eram realizadas essas atividades partilhadas pelos camponeses, se comia e bebia muito por conta do dono da casa. Durante esses acontecimentos recebiam-se mais pessoas na residência onde ocorriam as atividades do que haviam sido convocadas, certamente, movidas, pela socialização que este momento proporcionava conforme coloca a Sra. Maria Eva de Jesus⁵²:

Eu lembro era eu... meu pai né e meus irmãos, agente tudo ainda era pequeno, mas eu lembro [...] quando tinha feijão para bater [debulhar para armazenar] a casa enchia [...] de gente que vinha, dos vizinhos sabe, daqueles que moravam no redor da gente que vinha para ajudar, chegava um, chegava outro era assim [...] era de noite nos sábados era na luz dos candeeiros e quando o povo terminava de debulhar o feijão tinha o forró [dança] era tocado por Zé Mago de Laurindo em um harmônico.

Assim, os camponeses sempre recorriam aos vizinhos quando necessitavam de alguma coisa desde utensílios para o trabalho, como ferramentas diversas, quanto animais para trabalho como junta de bois e até mesmo animais de montaria para viagens, conforme podemos perceber nas colocações da Sra. Maria Eva de Jesus:

⁵² Entrevista realizada em janeiro de 2007 com a Sra. Maria Eva de Jesus camponesa residente em São Sebastião do Umbuzeiro. Nasceu em 1904 e faleceu em 2007.

Naquele tempo era assim [década de 1940] os vizinhos ajudava [...] assim numa precisão não é? Agente pedia emprestado as coisas quando precisava... uma foice... uma enxada, até jumento pai emprestava para aquele povo [vizinhos] viajar, ir para feira, era assim sabe?

Podemos perceber, assim, que esses arranjos facilitavam o desenvolvimento da produção e que, sobretudo, estruturavam as relações de sociabilidade entre os vizinhos. Nesse contexto de ajuda mútua, a reciprocidade era uma expectativa, se não cobrada, esperada que acontecesse por parte daquele que, de alguma forma ou em alguma circunstância, prestou uma colaboração ao outro.

Encontramos outros registros da relação de cooperação entre os membros da família, no manuscrito de João Chaves Ventura⁵³, natural do município de Alagoa do Monteiro, em que este trata de descrever sua trajetória de vida a partir de 1911. Em determinadas ocasiões, descreve as relações de cooperação que se davam entre os membros de sua família e é enfático ao afirmar a importância daqueles parentes que eram solidários aos outros membros da família nos momentos de necessidades, assim, expressando: “Vou dar alguns dados da vida do meu primo Miguel Bezerra Chaves [...] em 1927 o conheci em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, tanto ele como o pai eram pobres demais, porém honrados e trabalhadores, moravam no Jerimum na propriedade que tinha sido do seu bisavô, e naquela época era dos tios de seu pai [...] para mim ele era de muitas boas qualidades, *primeiro de ser amigo dos seus parentes*, e procurava sempre ajudar aos seus” (Manuscrito de João Chaves Ventura, p.11, grifo nosso).

No referido manuscrito, João Chaves Ventura (p.19) ao escrever sua própria trajetória nos apresenta pistas de formas de reciprocidade vivenciada com família. Este ao ser obrigado a fugir de Alagoa do Monteiro, em 1912 por ter se envolvido com seus irmãos em contendas armadas, demonstra a importância dos vínculos de reciprocidade familiar para subsistir, assim descrevendo:

Eu, sendo um dos mais complicados da família não confiando no que poderia suceder resolvemos retirarmos para Pernambuco [...] em Alagoa de Baixo hoje

⁵³ Esclareço o que denomino como manuscrito, trata-se de um relato já datilografado a partir do original manuscrito feito por João Chaves Ventura que se detém a narrar alguns acontecimentos de sua vida e de alguns membros de sua família. Nesse manuscrito deixa claro que sua atividade principal foi de vaqueiro em diversas fazendas da nos limites dos municípios de Alagoa do Monteiro e Alagoa de Baixo atual cidade de Sertânia - PE, conforme podemos perceber ao longo da narrativa que faz.

Sertânia dormimos na casa de um nosso parente, então ele convidou agente para tomar conta de uma fazenda dele que estava abandonada [...] Estende voltou a Paraíba e **eu fiquei tomando conta da fazenda** em dias de fevereiro deste dito ano de 1913 [...] **em 1916, resolvi de acordo com Estende, tomar conta de uns gados** de seu Izaías de Oliveira, Ivo Galdino e Francisco Chaves [...] em 1919 já não era mais vaqueiro, já havia comprado uns fundos de terras ao velho Davi Freire, no boqueirão do Cágado, na minha chegada compramos outra propriedade para mim e meu parente Paulo Manoel de Sales, um lugar de nome Sanharal (Manuscrito de João Chaves Ventura, p.12, grifo nosso).

4.9 O Tênuo Fio entre a Cooperação e o Conflito

Também outras ações eram orientadas pelo senso de cooperação e uma das, costumeiramente utilizada, dizia respeito ao cercamento de determinadas áreas de terras. Quando acontecia de uma pessoa ou família pretender construir uma cerca nos limites de sua área de terras, se fazia necessário, conforme o costume, antes de iniciar os trabalhos, consultar o vizinho e saber do seu consentimento e se este se dispunha a arcar com a metade das despesas da construção da cerca, considerando que esta teria utilidade para ambos. Havendo o devido consentimento e ajustando-se as despesas a cerca tinha início com a participação efetiva das famílias que participavam do trabalho desde o momento do delineamento por onde ia passar a cerca, até o momento final.

De acordo com o costume, não havendo a concordância do vizinho quanto à construção da cerca, por motivo deste não ter condições econômicas de colaborar com a metade das despesas, ficava a critério do outro se realizava o trabalho ou não, mas, com o consentimento do outro. Por outro lado, podia o dono da área que estava sem condições na ocasião de colaborar, dar liberdade que se construísse a cerca, assumindo um compromisso de permitir futuramente a utilização de uma cerca sua já existente servir como encosto a outras cercas de seu vizinho se, porventura, acontecesse essa necessidade. Diante desse acordo costumeiro, sendo a cerca construída, denominavam-se esses vizinhos de “vizinhos de cercas”.

Por outro lado, não havendo o consentimento do cercamento por parte de um dos vizinhos, devia aquele que pretendia construir sua cerca fazê-la afastada nove palmos da divisa das terras, ou seja, dos limites entre as duas áreas de terras. Futuramente, aquele que na ocasião não tendo consentido a construção da cerca resolvesse também construir a sua, tinha que construir obedecendo à distância dos nove palmos. Esta sendo construída, obedecendo a essas condições, ficava quase que uma cerca em cima da outra, separadas apenas por nove palmos de

terra. De acordo com o costume, quando se presenciava uma cerca nessas condições se sabia de antemão que se tratava de questões de intrigas entre vizinhos.

Uma pista da incidência dessas questões pode ser percebida na colocação que faz um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro, em um ofício enviado à Federação da Agricultura da Paraíba, ao argumentar que:

[...] um dos maiores problemas dos trabalhadores da região além da necessidade de ampliação da assistência previdenciária, a falta da assistência jurídica para defender na justiça os direitos do trabalhador [...]. Entre os quais: **problemas de limites de propriedades**, tempos de serviços, **destruição de lavouras por animais**, problemas de parceria, arrendamento e outros” (Ofício s/nº/76, de 13.11.1976 apud BATISTA, 2000, p.76 grifo nosso).

Percebemos, assim, que as cercas tanto podiam servir para aproximar os vizinhos, quanto podiam também dar origem a conflitos. Como foi colocado, era costume as áreas não possuírem cercas, cercando-se, apenas, aquelas destinadas às atividades agrícolas para subsistência onde se plantavam diversos gêneros alimentícios. Os animais sendo criados soltos, por vezes entravam num desses roçados e destruíam parte das lavouras de subsistência. A primeira providência neste caso era prender o animal e devolvê-lo ao seu dono, este por sua vez tratava de solucionar a questão e prender aqueles animais que como se dizia “furava a cerca” conforme o comentário da época. Os conflitos motivados pela entrada de animais em roçados dos vizinhos eram indícios de sua ocorrência, como dissemos na citação anterior.

Uma vez tomada estas providencias, os laços de reciprocidade eram mantidos e o vizinho gozava do status de ser “bom vizinho”. Mas não acontecendo essas providencias, quando esses animais entravam novamente nos roçados eram bastante maltratados, alguns tinham as caudas cortadas, tinham as ancas perfuradas e outros danos e, em seguida, como aviso de que algo pior podia acontecer eram esses devolvidos nessas condições aos seus donos. Havendo reincidência, matavam-se esses animais no local onde encontrassem dentro do roçado. Isto acontecendo rompiam-se todos os laços de reciprocidade e instalava-se o conflito em que não raro matavam-se membros de ambas as famílias.

Um caso ilustrativo do tratamento dado a esses animais que entravam nas áreas dos outros proprietários nos é apresentando por Abdon Monteiro de Lima (1982, 36-37) em seus escritos denominado de “Memórias de um **vaqueiro** cearense”. Descrevendo o tratamento que deu a alguns animais, que entraram em áreas pertencentes ao seu pai, assim rememora: “Um belo dia de

sol escaldante do verão de 1911, fomos retirados, eu e ele, da escolinha, para retirar cabras e bodes ladrões que penetraram na nossa roça estragando as plantações [...] o bode pulou a cerca fugindo ao castigo merecido e a companheira [cabra] ficou. Pegamo-la, sangrando-a devagarzinho, como fazia os cangaceiros com os inimigos [posteriormente pegando o bode que fugiu] Fizemo-lo o pior, cortei-lhe os testículos com escroto e tudo por inteiro. Capamo-lo violentamente e o jogamos por cima da cerca”.

Demonstrando o quanto podia ser grave uma questão desta, uma vez tendo sido iniciada pela não observação as normas costumeiras, Sebastião Moreira Duarte assim rememora as questões entre vizinhos que culminaram em diversos assassinatos:

É uma longa história que recua ao começo de 1927. **Os muitos minifúndios** em que se dividiam as terras do sertão são sempre cheios de questiunículas entre vizinhos. Cercas que andam, porteiras abertas, animais em plantação alheia, são problemas que, dada a natureza da luta pela sobrevivência, se amplificam até o exagero e[...] chegam as vezes a dizimar famílias e tornar homens fortes em jagunços (1988, p.30).

Podemos entender que neste contexto em que a área de terra era insuficiente para satisfazer a contento aos camponeses que habitavam, desenvolveram-se deveres e direitos costumeiros orientados para favorecer a subsistência. A princípio observamos que a reciprocidade, constituía-se desses deveres e direitos, sendo um costume bastante exercitado pelos camponeses em diversas circunstâncias conforme descrito e a não correspondência dessas expectativas desses direitos e obrigações, dava origem a retaliações e aos conflitos.

Nesse sentido, as questões das cercas e dos animais demonstram o quanto essas noções de direitos e deveres costumeiros eram vigiadas e na ausência de sua observância como se exercitava até de forma violenta a cobrança desses. Entendemos assim, que os conflitos estabelecidos demonstravam antes de tudo, não uma tendência a desagregação social dos camponeses, mas, a forma de vigilância dessas normas costumeiras que se apresentavam naquele cenário como condições essenciais à manutenção da sociabilidade.

4.10 Faces das Relações entre a Elite Rural e os Camponeses: os Princípios de uma Economia Moral

Comparando as práticas costumeiras pelas quais a elite rural e os camponeses faziam uso para utilização das terras e também para a preservação dos seus limites, observamos alguns pontos em comum. Para ambos, um critério que norteava a utilização dessas áreas de terras comuns era necessariamente ser um possuidor também de terras e colocá-la a disposição de todos e em segundo lugar observar as exigências quanto às necessidades comuns como manutenção das cercas, das fontes de água e outras coisas que beneficiavam o conjunto daqueles se utilizavam. Os conflitos também tinham motivação semelhante, pois geralmente ocorriam, mais freqüentemente, quando alguma ameaça a propriedade era feita, em via de regra, pela penetração de animais que destruíam as lavouras ou plantações com fins diversos, causando assim prejuízos (Cf. GREGÓRIO, 1967; LIMA, 1982; BATISTA, 2000).

Se por um lado as regras costumeiras eram semelhantes, por outro lado dizia respeito a condições bastante diferenciadas, pois os grandes proprietários rurais possuíam terras de tal forma extensas que alguns animais que a estas terras adentrassem só eram percebidos por ocasião da apartação dos animais que ocorria anualmente, enquanto que os camponeses, dado suas pequenas áreas de terras não tinham o hábito, nem tinham condições de criar animais de grande porte, mas, pequenos, como cabras, bodes ovelhas, raramente criavam um boi ou vaca. Sendo esses espaços reduzidos mesmo aos campos comuns, era fácil a vigilância, considerando a quantidade de pessoas que residiam próximos e se utilizavam daquelas áreas, de forma que nada passava despercebido nem mesmo um animal de outra região que lá chegasse.

Mesmo essas áreas da elite rural não possuindo cercas, a entrada de pessoas nestas, não era livremente permitida, para se entrar numa determinada área desta se fazia necessário pedir o consentimento e explicar o motivo. Caso isto não acontecendo era considerado um gesto suspeito ser encontrado andando nessas terras, o que levava a supor por parte dos proprietários que essa pessoa estava a procura de retirar algum benefício natural, como lenha, caçar animais, retirar mel de abelhas, cascas de árvores com utilidades diversas para vendas ou mesmo frutas. Não era costume se negar a entrada a essas terras tendo uma explicação plausível, mas, a entrada sem consentimento podia ter drásticas conseqüências de forma que o direito costumeiro se norteava pelo pedido do consentimento e também pela punição caso não se observasse esse preceito.

A atitude de não negar a princípio, a entrada a essas terras, podemos entender pelo fato da relação existente entre os camponeses e essa elite rural, considerando que era do meio desses camponeses que saíam para estas fazendas como vaqueiros e pessoas para o trato das lavouras, quanto artífices diversos que se utilizavam da venda da força de trabalho para complementar suas rendas.

A aproximação dos camponeses com a elite rural na realidade em estudo, como em todo o contexto sertanejo, favorecia uma relação face a face, em que todos se conheciam dado o conhecimento dos procedimentos comuns, o desenvolvimento de determinadas relações de reciprocidade entre essas categorias em condições tão diferentes.

Mesmo nas áreas cercadas pelos latifundiários um costume bastante arraigado era a permissão da entrada nas propriedades rurais para retirar água⁵⁴ para o consumo humano, bastando para tanto pedir autorização. Negar o acesso a água tinha uma conotação bastante negativa naquele contexto rural, pois numa região drasticamente atingida pelo fenômeno da seca era inconcebível não dar água a quem tivesse necessidade. A mesma disponibilidade não se verificava com os animais, pois se, por ventura, algum camponês possuísse algum animal e não tivesse como sustentá-lo com comida e água, não encontrava de forma tão fácil quem permitisse a manutenção desse em suas propriedades. A condução por parte de alguma pessoa de um animal para um pasto desses fazendeiros era uma afronta de tal forma que podia resultar até em espancamento ou mesmo morte.

Também na insuficiência de terras para desenvolver atividades para subsistência, se costumava pedir aos grandes proprietários rurais áreas para colocar roçados, nesses casos havia o costume de ceder temporariamente partes de terras para aqueles camponeses que precisassem, principalmente, próximos aos açudes, locais em que se favorecia uma rápida produção de hortaliças. Quanto a existência dessa relação podemos constatar, na seguinte colocação de um dirigente sindical, do município de São Sebastião do Umbuzeiro, ao se referir a esta prática da seguinte forma:

Em face do grande interesse pela pecuária, e o abandono da agricultura, por parte dos grandes proprietários [...] os empregadores rurais davam melhores

⁵⁴ Os açudes da fazenda Feijão de propriedade do Coronel Sizenando Rafael e da fazenda Monconha, de propriedade do Capitão Antônio Paraguay, entre outros açudes, eram de tal porte que atravessavam períodos sucessivos de seca sem nunca secarem. (NUNES FILHO, 1997, p.74).

condições seus parceiros que se chamava de parceiros e moradores. Pois, açudes a estes eram entregues, que por sua vez cultivavam milho, feijão, abóbora, batata doce, tomate e hortaliças, que servia para sua própria alimentação [...] os açudes agora são usados para o plantio do capim, não pagam mais aos vaqueiros com a produção do gado. (Ofício n.43, de 03.12.76 apud BATISTA, 2000, p.79).

A forma pela qual os grandes fazendeiros cediam suas terras, principalmente para o cultivo do algodão tanto para os trabalhadores que não possuíam terras quanto para os camponeses se davam atendendo a algumas modalidades. Uma delas consistia, no compromisso daquele que recebia a terra do grande proprietário rural, já cercada, pronta para o plantio, comprometer-se em vender-lhe a colheita, não tendo o direito assim de procurar outro comprador, mesmo que o preço fosse mais lucrativo. Em outra modalidade o grande proprietário rural, cedia a terra e adiantava certa quantia em dinheiro para o trabalhador desenvolver o plantio e naturalmente atender suas necessidades da subsistência, nessa modalidade o trabalhador, devia pagar a quantia que recebeu em sacas de algodão. Se porventura houvesse algum contratempo na colheita a dívida passava para o ano seguinte, sendo neste caso, acrescida de mais algumas sacas de algodão de acordo com a dívida já contraída. Também era comum o proprietário da terra fazer o adiantamento de dinheiro para o agricultor mediante o compromisso de ressarcimento da quantia na época da colheita em algodão, sendo esta quantia pré-estabelecida na época da entrega do dinheiro o que garantia ao proprietário rural lucros certos (GALLIZA, 1979, p.63).

Também era uma prática, tendo algum camponês um plantio de algodão em uma área de terra cedida pelos grandes proprietários rurais, dependendo da necessidade vender a colheita, mesmo antes de colher, denominada essa operação de “venda na folha”, pois consistia em receber o dinheiro adiantado e se responsabilizando o camponês a entregar a colheita na época prevista.

Estando algum camponês trabalhando numa área de terra de um determinado proprietário, esperava-se que esse, dependendo da necessidade, emprestasse dinheiro para suprir alguma necessidade, servindo, assim, o roçado do algodão como garantia, fato esse não dito nem escrito, mas aceito.

Esta prática adquiriu tal amplitude na Paraíba que encontramos referências à sua existência nas diretrizes administrativas do governador José Américo de Almeida nos anos 50, ao colocar como meta de governo: “Combate à agiotagem e à destruição da lavoura [...] Pelo financiamento nos moldes já enunciados, o Governo proporcionará o meio mais eficaz dessa assistência, inclusive pela repressão da agiotagem, desde a sua forma mais extorsiva que é a

venda dos produtos ‘**na folha**’ [...]”. Proposta esta enviada à Assembléia Legislativa no dia 1 de junho de 1951. (Um trimestre de administração, 1951, p.106, grifo nosso).

Observando essa realidade em que nos detemos a analisar os direitos e deveres a partir da posse da terra, tanto por parte dos latifundiários quanto por parte dos camponeses, podemos constatar que mesmo vivenciando condições diferentes quanto à subsistência estes se pautavam por normas semelhantes em que se evidenciava a prática da reciprocidade⁵⁵. Também podemos observar que os camponeses possuíam a expectativa quanto a observação por parte da elite rural de algumas normas no tocante a facilitar suas subsistências, como doar água, acesso a terra e outras concessões, conforme colocadas.

Vivendo assim, os camponeses, unicamente do mínimo para subsistência em que a compra de gêneros alimentícios e outros era fato raro, podemos observar que os camponeses dependiam quase que exclusivamente dos recursos naturais e entre esses recursos o mais importante naquele contexto era sem dúvida, a terra, em torno da qual se estruturaram estratégias produtivas e sociais, tanto entre os próprios camponeses quanto entre estes e a elite rural.

Observando esse contexto quanto as expectativas em relação ao cumprimento de algumas normas pelos próprios camponeses e a expectativa destes em relação à elite rural do cumprimento do direito costumeiro que favorecia a subsistência, podemos compreender que antes de qualquer outro tipo de regras legais, as relações produtivas e sociais eram norteadas pelas noções e princípios do que podemos denominar de uma economia moral, específica, e legitimada pelo costume naquele contexto rural.

⁵⁵ Conforme argumenta Scott a reciprocidade é essencialmente um princípio moral e nas sociedades camponesas essa forma de reciprocidade entre os dominantes e os dominados apresenta as características típicas da relação patrão-cliente (Cf. SCOTT, 1976).

CAPÍTULO V AS MÚLTIPLAS FACES DAS PRÁTICAS DE DOMINAÇÃO E DA RESISTÊNCIA

5.1 A Elite e o Rompimento dos Princípios da Economia Moral: a Agressão aos Direitos Costumeiros

Neste capítulo analisamos como se estruturou entre os camponeses e a elite rural os princípios de uma economia moral, para tanto, utilizamos como fonte de análise diversas publicações feitas por pessoas da região que se detiveram a escrever sobre a trajetória de suas próprias famílias e contemplaram nessas publicações aspectos diversos da convivência entre a própria família e vizinhos, seja camponeses ou pessoas da elite rural. A partir desses registros buscamos os indícios das relações sociais da época estudada que nos permitiram analisar os princípios da economia moral no Cariri paraibano.

Analisamos também as ocorrências em que os princípios do direito e da justiça que norteava a economia moral era violado pela elite e em consequência as atitudes de resistência protagonizada pelos dominados. Para realizar essa análise tomamos como roteiro teórico o conceito de economia moral e de resistência cotidiana formulados por Scott, resistência esta, que se apresenta sob as formas do discurso público – forma teatralizada - ou discurso oculto, desdobrando-se numa multiplicidade de atitudes, tais como, as fofocas, os rumores, os boatos e os apelidos. Também nos serviu como fonte para analisar a elaboração de um discurso contestatório a elite dominante além de entrevistas com camponeses e camponesas, o resgate que alguns poetas repentistas fizeram das cantorias que se realizavam, ao publicarem livros, descrevendo com riqueza de detalhes como estas aconteciam. Assim, em síntese, neste capítulo analisamos como se davam as formas de resistência protagonizadas pelos dominados no momento que a elite violava os direitos e a noção de justiça que norteava a economia moral por eles compartilhada.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, havia, por parte dos latifundiários e dos camponeses, expectativas quanto ao cumprimento do direito costumeiro, no tocante ao reconhecimento da legitimidade das suas áreas de terras. Assim, entre a própria elite e entre os

próprios camponeses o respeito ao princípio da legitimidade de propriedade das áreas de terras era um fator primordial para se estabelecer relações não conflituosas entre estes.

Em um contexto em que o principal meio de produção era a terra, o respeito a legitimidade da propriedade das áreas de terras assumia uma condição primordial a partir da qual se estruturava outras relações de reciprocidade tanto entre a própria elite quanto entre os camponeses e também entre essas duas categorias.

Observamos, todavia, que nem sempre o respeito à legitimidade em relação à posse da terra, era devidamente reafirmado na prática cotidiana, principalmente pela elite rural, pois não era raro acontecer naquele contexto rural a prática de alguns grandes proprietários aumentarem seus domínios territoriais, tomando as terras, principalmente, de seus vizinhos camponeses que detinham a posse de pequenos pedaços de terras.

Na perspectiva de perceber pistas e indícios dessas ações, nem sempre explícitas, de confronto ao direito costumeiro estabelecido, no tocante ao respeito a posse de áreas de terras, procuramos buscar, em fontes diversas, ocorrências que denunciam essa prática. Nesse sentido, tivemos que compreender que nem sempre era tão evidente perceber ocorrências desse tipo de ação em que a elite rural desrespeitava essas normas costumeiras, uma vez que, na época pouco se falava e não havia registros explícitos desses fatos.

Encontramos nos livros de tombo da igreja católica uma fonte de informação dessa natureza, considerando que este tipo de livro era privativo daquela instituição e tão somente os membros do clero a ele tinham acesso, constituindo-se, assim, numa fonte onde podemos constatar referências a situações que esses párocos registravam, mas, não ousavam falar em público. Exemplos desse registro, podemos ver nos escritos do monsenhor Marcolino que ao presenciar ações por parte da elite rural de se apropriar de áreas de terras de camponeses resguardado pelo anonimato que o livro de tombo, noticia uma ocorrência desse tipo em Afogados da Ingazeira em 1879, escrevendo que:

Os vigários não gostam da Ingazeira por causa da soberba da família ali reinante. Francisco Miguel, coronel e chefe político, ostentava muita grandeza e diversos fatos demonstram que tinha seu capricho por lei. Ainda hoje só se fala dele como de um homem injusto, e soberbo. Opôs-se sempre a que se construam casas na Ingazeira. **Desapossou as vezes com barbárie os pobres moradores.** Por esse modo afastou o povo da Ingazeira.” (Livro de Tombo da Igreja Católica de Afogados da Ingazeira, grifo nosso).

Quanto às práticas de resistência dos camponeses frente a ações deste tipo também não vamos encontrar registros tão evidentes, sendo necessário, portanto, interpretar sinais e pistas⁵⁶ do que foram prováveis ações de resistência e a caracterização da ação como sendo uma prática de resistência, ou não, numa análise em que se leve em consideração os diversos posicionamentos dos sujeitos sociais naquele contexto.

Para um membro da elite rural que se preocupava em adquirir e manter um certo status no meio social não era nada agradável ser acusado publicamente, de se apropriar de algo pertencente a outros, principalmente terras. Com essa compreensão, se em algum momento agiam com este intuito, procuravam formas sutis para não transparecer seu envolvimento nessas ações.

Por outro lado, esses integrantes da elite rural não mediam esforços para demonstrar suas qualidades e, em certas ocasiões, apareciam como distintos contribuintes para as instituições religiosas como igrejas e associações de caridade a estas associadas, principalmente aquelas em que suas ações se tornavam bastante evidentes para população, mesmo que estas ações lhes custassem significativos dividendos monetários. Este posicionamento pode ser constatado de forma bastante evidente nas ações do Coronel Sizenando Rafael de Deus que aparece nos registros do Livro de Tombo da Igreja Católica de Alagoa do Monteiro como um dos principais contribuintes para a construção da igreja, conforme podemos perceber na anotação que o vigário faz da seguinte forma:

Todos generosamente com as suas respectivas contribuições, salientando-se entre todos, o coronel Joaquim Manoel Rafael, que abriu a lista das contribuições assinando a importância de três contos de reis [...] terminando o pagamento das primeiras contribuições, muitos daqueles iniciadores de tamanha empresa, continuaram a dar, entre outros o coronel *Sizenando Rafael* [nomeia diversos outros coronéis] cercado desses heróis monteirenses, se assim me devo expressar, dei começo naquele referido ano de 1920, os trabalhos da construção da matriz nova [...] (Livro de Tombo de Alagoa do Monteiro).

Entretanto, enquanto os registros da Igreja descrevem este coronel como um dos bem feitos e “herói” do município, a tradição oral apresenta outras ações desse coronel em que este não aparenta ser tão solidário assim com seus vizinhos, ao contrário, sendo mesmo temido e

⁵⁶ Compreendemos os sinais e pistas a partir da formulação do paradigma indiciário de Ginzburg consistindo em dar atenção aos detalhes para que se possa perceber aquilo que não está evidente. Esses detalhes podem parecer até insignificantes conforme coloca, mas, se forem devidamente observados revelam aspectos importantes para compreensão daquilo que se procura analisar (Cf. GIZMBURG, 1989).

ficando conhecido como tomador de terras dos seus vizinhos, camponeses donos de pequenas áreas. Antonio Mariano (1996, p.151) que se deteve a escrever diversos acontecimentos sobre o município de Camalaú, referindo-se aos rumores que se fazia na região a respeito do Major Sizenando Rafael de Deus, assim coloca: “Segundo alguns, parte da propriedade teria sido ‘tomada’ dos mais pobres pelo coronel que sempre vivia preocupado em aumentar seus domínios”.

Esse resgate feito por Antonio Mariano, a partir das conversas com as pessoas mais idosas da região, demonstra que se não houve nenhum registro dessas ações nos meios jurídicos, assim mesmo essas ações não deixaram de ser percebidas permanecendo, todavia, lembradas pela tradição oral, o que nos permite entender que essa característica do Major era conhecida e também comentada entre populares e camponeses nos espaços seguros onde se exercitavam uma crítica à elite, prática essa, vivenciadas nesses espaços que caracterizam o discurso oculto⁵⁷.

Em outra ocasião, os registros da Igreja mais uma vez não poupam elogios ao referido Coronel proprietário da fazenda Feijão, em função deste ter doado a estátua da padroeira da matriz. Esta estátua foi comprada em Portugal pela quantia de novecentos mil reis e transportada de navio até a cidade do Recife, sendo daí transportada de trem para cidade de Rio Branco, atual cidade pernambucana de Arcoverde e dali, foi transportada em carro particular para Alagoa do Monteiro. O coronel Sizenando Rafael de Deus, como doador da imagem, numa demonstração de reconhecimento dos seus préstimos por parte da igreja, teve o privilégio de receber a imagem no porto do Recife e acompanhá-la durante todo o trajeto. Para receber a imagem em Rio Branco, final da linha ferroviária, foi feita uma comitiva composta da elite local, conforme registra o pároco: “[...] comissão previamente convidada pelo Reverendíssimo vigário, composta das seguintes pessoas: vigário da freguesia padre Antonio Ramalho, Dr. Octavio de Novaes, Juiz de direito da comarca, coronel Joaquim Lafayette, coronel Joaquim Branquinho e coronel Napoleão Santa Cruz, os dois primeiros negociantes e o último fazendeiro.” (Livro de Tombo Alagoa do Monteiro).

⁵⁷ O discurso oculto, aqui mencionado, é compreendido de acordo com a formulação de Scott como sendo uma expressão da resistência cotidiana, desenvolvida a partir daqueles em situação de subalternidade, traduzindo-se numa prática contestatória ao poder nos espaços fora da ação desse poder. Esse tipo de discurso não se revela em público, mas tem como característica ser produzido e partilhado em espaços seguros, fora do alcance dos dominantes, proporcionando assim que os dominados expressem seus sentimentos em relação às ações dos dominantes. O discurso oculto não é constituído tão só da linguagem, mas de gestos, ações e de uma extensa gama de práticas (Cf. SCOTT, 2000).

Contrariando essa compreensão do pároco quanto ao julgamento de bondade que este fazia do Major Sizenando Rafael a partir tão somente de suas contribuições para a igreja, a tradição oral no meio dos camponeses guardou referências a algumas ações desse coronel bastante diferente, conforme coloca Antonio Mariano (1996, p. 195): “Entre outros, coronéis como Sizenando Raphael, da Fazenda Feijão, e Pedro Bezerra da Silveira Leal, da Fazenda Floresta, ficaram conhecidos como tomadores de terras”.

Ainda de acordo com o resgate feito por Antonio Mariano de fatos diversos da história local, este demonstra a percepção que parte da população tinha de outras características desse coronel, diferente daquela feita pelo pároco local. Um fato bastante comentado nos meios populares dizia respeito ao motivo pelo qual o Major expulsou de sua fazenda o bispo que lá residia e prestava os seus serviços religiosos. De acordo com a tradição oral o motivo teria sido uma resposta que o Major recebeu do bispo ao lhe perguntar o que faltava em sua fazenda, considerando a infra-estrutura da fazenda. O bispo tinha lhe respondido na ocasião que só faltava caridade. Diante de tal resposta, o Major Sizenando não demonstrou nenhuma tolerância e este foi imediatamente mandado embora conforme coloca Mariano (1996, p. 151): “Um dia porém, o bispo falou demais [...] a conversa terminou por aí no dia seguinte o bispo Dom Joaquim foi mandado embora”.

Estes acontecimentos não registrados pelas fontes documentais, mas, guardados pela tradição oral nos dão pistas para perceber que havia uma compreensão por parte dos camponeses e populares das ações daquele coronel, contrariando o julgamento que fazia a própria elite e a igreja. Especificamente neste caso, podemos perceber que se a saída do bispo não foi esse motivo, conforme guardado pela tradição oral, o que importa é perceber a forma da apropriação de possíveis elementos do desentendimento entre aqueles e a elaboração construída por parte da população para expressarem, a partir deste fato, as suas compreensões da intransigência daquele coronel.

Evidenciamos assim, que a compreensão dos populares não era a mesma da elite quanto ao julgamento que os membros dessa elite fazia de suas próprias ações que procuravam evidenciar e convencer. Conforme anteriormente demonstrado, os camponeses sabiam muito bem o comportamento utilizado por alguns componentes da elite para ampliar seus domínios e, naturalmente, sabiam os espaços sociais em que podiam comentar as ações desses sem correr riscos de represálias. Podemos compreender assim, que se as notícias sobre esses

comportamentos chegaram até atualidade não foi por força dos registros nos meios utilizados por essa elite, mas, da socialização dessas informações no cotidiano entre os camponeses em espaços sociais alternativos favoráveis a um posicionamento crítico fora do alcance da vigilância dos dominantes.

O conhecimento dessas ações e a fama que este coronel adquiriu de ser “tomador de terras” nos serve como indício para entender que havia entre os camponeses o conhecimento dessas ações. Mas, para que este conhecimento se transformasse num julgamento a respeito do coronel e esse julgamento permanecesse nos meios populares, podemos admitir a existência de uma crítica velada a este coronel socializada nos espaços fora dos domínios da elite. Considerando a existência desses espaços sociais fora do alcance do domínio dessa elite em que se exercitava a crítica a essas ações e, provavelmente, a muitas outras, que contrariavam as expectativas ao cumprimento dos princípios da economia moral⁵⁸ nos permite entender a existência de expressões de um discurso oculto, utilizado pelos dominados com fins a elaborarem um discurso contestatório a elite.

5.2 A Elite utiliza-se da Violência como Meio para Dominação e os Dominados exercitam a Resistência

Dessa forma, na ausência de possibilidades de enfrentarem a elite abertamente, tendo em vista a certeza das represálias, os camponeses desenvolviam estratégias para se protegerem lhes permitindo formular ações de resistência às afrontas feitas pela elite dominante. Os castigos dos coronéis eram bastante conhecidos:

Na fazenda Ipueiras de Francisco Chaves Ventura – que também desempenhou a função de sub-delegado de Camalaú – uma prensa de preparar fardos de algodão servia como instrumento de ‘disciplina’, entre outras técnicas utilizadas. Às vezes pendurava-se o castigado de cabeça para baixo, causando-lhe sérios problemas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um certo cidadão conhecido como ‘Zé Tapera’ que teve de passar uma noite em tais condições [...] (MARIANO SOBRINHO, 1996, p. 222).

⁵⁸ Entendemos os princípios da economia moral conforme a formulação de Scott (1976) que expressa uma noção de justiça permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, relações patrões-clientes ou até mesmo o estado e na noção de subsistência como reivindicação moral.

Outro exemplo semelhante do emprego da violência por parte desses coronéis nos é apresentada por Pedro Nunes ao fazer um comentário sobre o capitão José Pereira de Gouvêa, proprietário da fazenda Cachoeirinha em São Tomé, distrito de Alagoa do Monteiro, no qual exercia o cargo de delegado de polícia. José de Gouvêa veio para Alagoa do Monteiro após ter cometido assassinatos no município de Bezerros, em Pernambuco, sua terra de origem. Sobre este, Pedro Nunes (1997, p.100) comenta: “Era um homem que costumava castigar seus empregados, deixando-os uma noite inteira no tronco, como se fossem escravos, vinte anos depois da abolição da escravatura”.

Essa era uma prática corriqueira⁵⁹ de forma que é perfeitamente compreensível que os camponeses conhecendo bem o perfil dos dominantes desenvolvessem formas de enfrentar essas práticas de dominação sem, no entanto, fazerem isso abertamente, mas, protegendo-se pelo anonimato. Demonstrando ainda o medo que o referido capitão impunha aos camponeses, Pedro Nunes (1997, p.100) coloca:

Zé de Gouvêa impunha tanto terror a população de São Tomé, que quando botava um adjunto, compareciam mais de cinquenta pessoas para trabalhar. No final da jornada, ele trazia uma bacia cheia de moedas para fazer o pagamento. Quando chamava o primeiro para receber o sujeito dizia ‘tá doido, capitão! Nem fale nisso que eu não recebo dinheiro do senhor não.

Essa informação nos dá pistas que nos permite entender que tanto os camponeses⁶⁰ quanto o capitão entendiam muito bem as relações de poder naquele contexto de forma que a maneira desse capitão em pagar aos camponeses pode até não ser fielmente da forma descrita, mas, revela o quanto este era temido e o quanto os camponeses teatralizavam⁶¹ seus gestos na presença deste, como forma de passar uma determinada imagem de respeito e subserviência.

⁵⁹ Os castigos eram diversos em Camalaú onde, atualmente, se situa a rua Nominando Firmo, na qual existia um tronco, que mesmo depois de extinta a escravidão, ainda era utilizado para amarrar aqueles que por algum motivo desobedeciam aos coronéis, servindo para expor a humilhação pública àqueles que caíssem no desagrado das autoridades [esse tronco existiu até 1912]” (MARIANO SOBRINHO, 1996, p.222).

⁶⁰ O autor refere-se à população que trabalhava para o capitão. Ressaltamos, entretanto, que o autor não está fazendo uma análise sociológica, mas descrevendo fatos, por ele lembrado ou que tinha conhecimento, de forma que o que ele denomina de população nos leva a perceber que se tratava de camponeses que ocasionalmente trabalhavam para o referido capitão.

⁶¹ Utilizamos a noção de ação teatralizada de acordo com a compreensão de Scott como sendo uma expressão do discurso público em ocasiões que os dominados utilizam-se da teatralização para esconder dos dominantes seus reais interesses, demonstrando assim por meio de uma forma teatralizada uma suposta deferência de acordo com as expectativas dos dominantes (Cf. SCOTT, 2000).

Se por um lado os camponeses teatralizavam seus gestos para demonstrar certa deferência ao capitão, considerando o temor que tinham aquele, por outro lado o capitão também sabia do medo que causava aos camponeses e teatralizava também seu gesto por ocasião do pagamento dos serviços com o intuito de demonstrar seu poder e inibir os camponeses de receber o pagamento.

Um caso específico no município de Alagoa do Monteiro é útil para demonstrar dois comportamentos distintos ao mesmo tempo. Por um lado a prática dos coronéis de tomar terras dos camponeses e de outro os artifícios que esses desenvolviam para resistirem sem, entretanto, afrontar diretamente o coronel, conforme podemos perceber no registro que faz Antonio Mariano (1996, p.196):

O coronel Pedro Monteiro cercou uma área que pertencia a uma viúva e seus cinco filhos. Depois a cerca apareceu queimada. Então, a viúva e um filho foram presos e levaram uma grande surra. Ela morreu vomitando sangue, e o filho ficou aleijado de um braço. José Cardoso [compadre da viúva] levou os órfãos a capital do estado, para pedir providencias, mas o governo estava do lado do coronel [...] os cinco órfãos famintos foram para São Sebastião do Umbuzeiro.

Podemos mais uma vez constatar, assim, o que por um lado já é bastante conhecido, ou seja, a prática de tomar terras dos camponeses, mas, por outro lado, o que este caso revela é a resistência possível que foi feita por aquela família de camponeses. Conforme podemos observar a ação de resistência consistiu em queimar a cerca feita pelo coronel e mesmo assim, não foi imediatamente após esta ser feita, mas, algum tempo depois e utilizando-se do anonimato⁶². Analisando essa ação de resistência, podemos entender que aquela família sabia que corria riscos se tentasse uma afronta direta, tanto é que a queima da cerca foi feita de forma anônima. Porém o que chama a atenção é a possibilidade de serem sabedores que a ação de queimar a cerca não intimidaria o coronel, de forma que aquela ação, longe de apresentar um obstáculo aos intentos do coronel, representava mais a manifestação de indignação daquela família do que mesmo uma forma de resolver a questão. Também, observando os indícios, podemos pensar que aquela ação de queimar a cerca não foi promovida tão somente por aquela família, no entanto, é possível

⁶² O anonimato conforme compreende Scott consiste numa estratégia que os grupos subordinados exercitam a resistência de forma disfarçada. Esses grupos ao entenderem que podem ser alvos de represálias, usam do anonimato para proteger suas identidades e desenvolverem ações diretas contra os dominantes, entre as práticas anônimas Scott descreve: falar sob possessão espírita, a agressão por meios mágicos, o rumor e até mesmo a violência (Cf. SCOTT, 2000).

mesmo ter contado com a ajuda de outros camponeses, que indignados com aquela ação, prestaram auxílios para colocar fogo na cerca.

Essa hipótese da ajuda de outros camponeses é reforçada mediante a observação da solidariedade prestada por um compadre da viúva que se empenhou em denunciar as torturas que aqueles foram submetidos.

Tomando como exemplo um conflito no município de Pombal no sertão da Paraíba no ano de 1924, realidade não diferente da estabelecida em Alagoa do Monteiro, percebemos, mais uma vez, essa face de tensão entre os latifúndios e os camponeses, ocasião em que José Gregório a partir de suas lembranças sobre aquela região descreve os artifícios de um coronel para tomar um pedaço de terra de um camponês seu vizinho:

Severino Rodrigues começou invejando aquela pequena propriedade, e fez varias propostas de compra, mas pela importância que ele mesmo arbitrava. Como Pedro Gomes [o camponês vizinho] recusasse a oferta descabida, Severino Rodrigues começou a abrir as cercas para que o seu gado invadisse as vazantes do vizinho. (GREGÓRIO 1967, p.257).

Essa tentativa de tomar o pedaço de terras levou tempo, mesmo o coronel contando com a colaboração das autoridades policiais e jurídicas da comarca. Essas autoridades subservientes aos coronéis fizeram uso da força para intimidar aquela família, de forma que, os filhos daquele camponês foram presos sob acusações falsas, apenas com o intuito de pressionar o pai deles, a vender o pedaço de terra e ir embora da região.

Estes, ao serem soltos e não mais suportando as pressões a que vinham sendo submetidos, e, sem dúvida, fazendo uma leitura bastante pertinente das relações de poder naquele contexto, em que sabiam que não contavam nem com a justiça, nem com a proteção de outro coronel, planejaram e executaram a única forma de resistência possível conforme coloca José Gregório (1967, p.265):

Severino Rodrigues estava derramado em sua cadeira de balanço, palestrando com dois hospedes amigos, a esposa e os filhos. As brechas das portas permitiam boa visão aos que estavam de fora [...] apontaram no peito largo do homem e os estampidos foram apavorantes. A vítima não se moveu da cadeira: teve morte imediata [...] o fato estava consumado. Sabiam, pelos motivos, tão claros, que os criminosos eram dali mesmo; e os Gomes foram apontados, embora sem testemunhas de vista.

Analisando essas colocações a respeito da ação tomada por aqueles camponeses, podemos perceber indícios que caracterizam aquela ação como típica do campo do discurso público. Em primeiro lugar, podemos compreender que essa ação de resistência que culminou com o assassinato foi a última etapa de outras. É bastante plausível que desde o início da tentativa do coronel em forçar a compra da terra esse camponês tenha no anonimato procurado socializar suas preocupações, buscando alternativas junto a própria família e a outros camponeses que compartilhavam de sua confiança. Também, não deixa de ser pertinente pensar que este possa ter buscado auxílio junto a outro coronel, mas, se isto ocorreu é obvio que não teve êxito, pois, não aparece nenhum registro de uma suposta proteção dada por algum coronel, o que se comprova pela pressão exercida sobre a família daquele pelo aparato policial.

Podemos também compreender que se tivesse havido a intersecção de algum coronel, o caso não tinha chegado à uma resolução extrema de violência - o assassinato. Essa ausência da tentativa de outro coronel em resolver a questão que nos leva a reforçar a compreensão que nem sempre os coronéis protegiam os camponeses, mesmo porque, não desejavam entrar em confronto com outros de sua categoria por uma questão que não era de seu interesse. Somos assim levados a compreender que quando um coronel assumia a proteção de algum camponês em qualquer situação, isto se dava atendendo em primeiro lugar, às suas pretensões pessoais, ou envolvia um coronel rival.

O assassinato demonstra que os camponeses não permaneciam inertes às afrontas da elite, porém, à sua maneira e condição elaboravam suas práticas de resistência. Neste caso, o assassinato foi a expressão máxima da indignação e não tolerância à truculência daquele coronel, pois, como vimos, não teve como motivação a vingança, roubo ou crime sob encomenda, mas tão somente a expressão de defesa de uma pequena área de terra que significava o sustento da família.

A ação em si, em que os camponeses aproveitaram a escuridão da noite para não serem reconhecidos e, propositalmente, não dando oportunidade à família do assassinado em reconhecê-los, é uma atitude conforme entende Scott (2000), típica das artes do ocultamento político, em que se busca a proteção das possíveis represálias no anonimato.

Essa forma de ação encoberta pelo anonimato, incomodava demais a elite e esta manifestava sua repulsa a quem assim procedia, denominando de covarde e outros qualificativos a quem se utilizava desse expediente. Este posicionamento de condenar este tipo de ação é uma

pista que nos serve para perceber como essa elite também se sentia vulnerável a esse tipo de ação, considerando que não se sabia quando nem de onde poderia vir ações de represálias aos seus comportamentos.

Comentando a esse respeito Antonio Barros Pontes (1970, p.124) descrevendo suas lembranças mesmo se atendo aos sertões cearenses, contexto social não tão diverso ao da região estudada, demonstra a repulsa da elite a ações desse tipo: “Havia uma doutrina que excomungava quem eliminasse o inimigo a traição. Como era assunto palpitante comentar que um parente deu uma surra, matou, mas de peito”.

Essa opinião afirma o quanto essa prática era condenada, principalmente, pela elite rural, como forma de se prevenir de ações vindas dos camponeses insatisfeitos que não tinham outro meio senão a prática de uma ação anônima, forma esta pela qual preservava-se a pessoa e a família de quem praticou de possíveis e certas retaliações por parte do agredido ou de sua família⁶³. Isso demonstra, que mesmo se esta opinião era compartilhada no contexto rural, representava sem dúvida uma concepção mais arraigada no seio da elite dominante.

Podemos afirmar assim que existia naquele contexto a prática do disfarce por parte dos dominados e que esta prática apresentava-se como um dos recursos possíveis, considerando que as instituições legais não respondiam satisfatoriamente as expectativas de justiça por parte dos camponeses. Dessa forma, essas ações apresentavam-se não como a reivindicação de um direito legal, mas como uma ação costumeiramente legítima pelos camponeses.

5.3 Da Indignação Mantida no Discurso Oculto à Ação de Resistência Pública

Antônio Barros Pontes (1970, p.135) ao escrever suas lembranças numa espécie de diário, no livro intitulado “Mundo dos coronéis” descreve a atitude por ele tomada na situação na qual seu pai e seus irmãos estavam sendo, constantemente, ameaçados pelo delegado de polícia que atendia aos intentos dos políticos locais para pressionar e ridicularizar a sua família. Não suportando mais as ameaças e sentindo-se isolados sem poderem transitar pela cidade, e não restando a quem recorrer, uma vez que o poder constituído encontrava-se a serviço dos

⁶³ Scott demonstra que esse tipo de ação na qual o autor procura esconder sua identidade torna-se mais fácil devido a essa proteção, que essas pessoas desenvolvam ações mais diretas contra os dominantes como uma agressão verbal ou mesmo física (Cf. SCOTT, 2000).

dominantes, rompe com o discurso oculto e extravasa toda a raiva e indignação da família numa ação explícita⁶⁴ como ele próprio narra:

Acontece que, quando passávamos na frente da residência do tal delegado, vi de longe dois soldados, armados de fuzis, guardavam a casa. E procurando olhar para o interior da mesma, verifiquei que o homem embalava-se, tranqüilamente, numa espreguiçadeira. Tomei uma resolução repentina. E, num rápido movimento, entrei, e de posse de uma trave cumpri a obrigação imposta pela civilização sertaneja.

Essa é uma ação típica em que podemos compreender que já havia um discurso oculto no seio daquela família, tendo em vista as perseguições que vinham sofrendo, mas, é possível mesmo que não houvesse nenhum planejamento de resistência pelo menos de ser executada de forma explícita, afirmativa esta bastante provável, pois a arma utilizada para tal ação foi improvisada com uma peça de madeira que servia para fechar uma janela. A ação que culminou com o assassinato do delegado, como podemos perceber levando em consideração a forma que o autor colocou ao dizer “tomei uma resolução repentina” demonstra como se deu a transição não planejada do discurso oculto para um discurso público, movido pelo desejo de extravasar a raiva a muito custo contida no âmbito do discurso oculto.

Se neste caso a ação de resistência aconteceu de forma repentina, nem sempre as ações de resistência ocorriam sem planejamento. Assim, conforme podemos analisar no depoimento a seguir apresentado por um camponês, percebemos que uma ação de resistência podia ser planejada e mantida por longo tempo no âmbito do discurso oculto até surgir o momento propício para ação.

5.4 Traços da Resistência: o Discurso Oculto mantido no Âmbito Familiar

Referindo-se a uma ação de vingança familiar, assumindo as características de uma ação de resistência naquele contexto rural, um camponês, ao elaborar manuscrito⁶⁵, ocasião em que rememora fatos de sua vida, assim se expressa à ação de seu avô:

⁶⁴ Scott ao tratar da ruptura do silêncio ocasião em que se transita da prática do discurso oculto para uma ação pública de contestação, argumenta que nesse momento o sentimento pessoal de satisfação, orgulho e alegria, que se enfrenta é inconfundível apesar dos riscos que apresenta (Cf. SCOTT, 2000).

Eu João Chaves Ventura vou dar a data do meu nascimento, teve lugar no dia 3 de setembro de 1894, estou portanto com 78 anos, 6 meses e 12 dias [...] este passado mais ou menos no século XVIII, eram naturais da antiga comarca de Flores, nessa época esta dita comarca, dividia-se com a Paraíba, e o município de Vila de Cimbres, naquele tempo era cidade [...] O pai deles foi assassinado não se sabe a época, e nem o nome do assassino, a viúva chamava-se Josefa Ferreira Chaves. Isso já fazia diversos anos que o velho era morto, em uma dita ocasião, dona Josefa estava com Antonio Martins no colo no batente da porta da frente catando piolho no mesmo, nesta ocasião o assassino do marido dela, vai passando na estrada em frente a casa e a velha mostrou ao filho, dizendo assim, olha Antonio foi aquele individuo que matou teu pai, ele respondeu que quando crescesse se juntaria a Teodoro [seu irmão] e mataria ele também e assim sucedeu, quando eles tomaram uso da razão fizeram a dita morte do assassino do seu pai. A tal morte foi feita com um bacamarte pois era uma das melhores daquele tempo. Eu João Chaves Ventura, sou neto de Antonio Martins, ainda tenho lembrança do dito bacamarte” (Manuscrito de João Chaves Ventura, p.1).

Observando a descrição que este faz podemos perceber algumas pistas que nos leva a entender como ocorria a prática de um discurso oculto no âmbito familiar, ocasião em que a mãe conversa com os filhos sobre o assassinato do esposo e da vontade de vingar sua morte. Acreditamos que não se faz necessário tecer maiores comentários sobre a forma como este descreve o fato que aconteceu no tocante a comprovar ou não se foi fielmente da forma por ele narrada, pois o que nos importa é analisar o conteúdo da mensagem em seu conjunto que resultou na ação efetuada. Assim sendo, analisando aquela ação podemos concluir inicialmente que se tratou de uma forma de resistência, mas, o que está bastante evidente nesta ação é a existência de um discurso oculto exercitado e cultivado no âmbito familiar e talvez com outras pessoas de sua confiança, discurso este que manteve por longo tempo a perspectiva de revidar no momento oportuno a agressão sofrida.

Podemos, também, perceber que aquela família não contou com nenhuma ajuda da elite rural no intuito de tentar promover a justiça, o que demonstra que nem sempre os componentes da elite se colocavam como protetores dos camponeses se não tivessem interesses particulares na questão. É possível que aquela camponesa tivesse buscado algum tipo de ajuda para fazer justiça quanto ao assassinato de seu marido, mas, é obvio, que não houve nenhum apoio judicial ou

⁶⁵ Manuscrito a que já nos referimos anteriormente que foi elaborado pelo Sr. João Chaves Ventura que detém-se a narrar a sua trajetória e de sua família no município de Alagoa do Monteiro e Alagoa de Baixo, atual cidade de Sertânia-PE. Denominamos este documento de manuscrito, entretanto esclarecemos que tivemos acesso a uma cópia desse manuscrito já datilografada.

particular por parte da elite, pois se isto tivesse ocorrido o assassino não estaria transitando sem nenhum impedimento naquela área, nem o sentimento de impunidade teria se mantido por tanto tempo sendo cultivado no âmbito do discurso oculto por parte da família.

Essa “ação de vingança”, conforme denomina João Chaves Ventura, em seu manuscrito (p.14) é descrita quando os referidos irmãos procuraram realizar tal vingança e dos meios por eles empregados. O meio empregado foi a emboscada, tipo de ação que se caracteriza pela tocaia da vítima não dando a esta oportunidade de defesa, não sendo, portanto, uma ação de afronta pública. Assim, coloca João Chaves Ventura: “[...] e emboscaram o dito amparado na cerca do curral na ocasião do desleitamento da vacaria de 4 a 5 horas da manhã, nesse intervalo apareceu Manoel Ferreira e assim sucedeu [...]”.

Analisando a forma pela qual aqueles jovens camponeses fizeram essa ação, é perceptível os indícios de uma ação dissimulada mediante o qual grupos dominados se utilizavam para desenvolver suas ações frente às relações de dominação conforme coloca Scott (2000), pois aqueles rapazes se utilizaram de meios para se manterem no anonimato com fins de se protegerem de possíveis reações tanto no momento da ação, quanto prováveis represálias posteriores.

5.5 Manifestações Oraís Marginais: as Cantorias como Expressão da Resistência Cotidiana

As práticas de resistência não se limitavam tão somente a agressões físicas e atos de violência, conforme anteriormente demonstrado, mas, podiam assumir as características de uma resistência de caráter simbólico⁶⁶, desdobrando-se numa multiplicidade de formas de acordo com a ocasião e o contexto.

As ações de dominação neste contexto rural se publicamente não eram comentadas não significa dizer que os camponeses não tivessem conhecimento do que ocorria na região, nem tão pouco que não se posicionassem no tocante a resistir a essa dominação. Estes sabiam muito bem das questões que estavam ocorrendo e das formas que as pessoas da elite faziam para se apropriar de pedaços de terras e outras ações violentas para com os camponeses. Se publicamente

⁶⁶ A resistência material e a resistência simbólica de acordo com a formulação de Scott fazem parte de um mesmo conjunto de práticas de resistência e são coerentes entre si. Assim as diversas manifestações de caráter verbal, como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro, os ritos de inversão como acontece no carnaval, são também aspectos dessas manifestações de resistência (Cf. SCOTT, 2000).

demonstravam nada saber das questões que enfrentavam seus vizinhos ou familiares, convenciam dessa postura ingênua pela teatralização que faziam diante daqueles que entendiam se constituir em ameaças devido aos seus posicionamentos, evidentemente, em desacordo com as práticas violentas da elite para atingir seus objetivos.

Um espaço de interação social que possibilitou o exercício de um discurso contestatório⁶⁷ utilizado pelos camponeses foram os encontros promovidos para a exibição dos poetas “repentistas” ou “violeiros”, que em forma de versos cantavam os temas sugeridos pela platéia, evento este denominado de “cantoria”.

As cantorias aconteciam com frequência naquele contexto rural e constituíam-se como um momento de ajuntamento e socialização dos camponeses que moravam vizinhos, mas, também de outros que vinham de locais diversos para assistir a estes eventos.

Quando estamos nos referindo aos “violeiros” e as “cantorias”, queremos demarcar a diferença entre essa modalidade de se fazer poesias e literatura de cordel. A importância de situar essa diferenciação se faz por compreendermos que os espaços das cantorias se prestavam mais favoráveis para o exercício de um discurso marginal contestatório do que a literatura de cordel, embora compreendamos que esta modalidade também se colocava como uma possibilidade, embora que, a nosso ver, menos propícia conforme adiante objetivamos esclarecer.

A princípio, os folhetos de literatura de cordel eram publicações produzidas com o objetivo definido de serem comercializadas nas feiras, tendo por meta atingir a maior quantidade de pessoas possíveis, pois o que se buscava era o lucro. É presumível que os seus produtores evitassem chamar a atenção, descrevendo questões polêmicas, evitando-se assim citar nominalmente pessoas ou fatos, principalmente, aqueles que não eram bem vistos pelos dominantes. É claro que o cordel abordou diversos fatos conflituosos do universo camponês, até mesmo porque conforme bem situa coloca Mark J. Curran (1986, p.311) em seu artigo *A sátira e a crítica social na literatura de cordel*: “O poeta é estreitamente ligado ao povo e aos seus problemas devido a sua vida em comum, a sua tradição cultural e a sua condição social”, porém, o que queremos demarcar é a visibilidade que esta forma de expressão tinha e, notadamente, a

⁶⁷ O discurso contestatório acontecia em espaços sociais em que havia a interação entre sujeitos em condições sociais iguais, nesses espaços conforme demonstrou Scott não é necessário reprimir a cólera, pois estando fora das relações de dominação se pode falar com veemência sem medir as consequências das palavras. Entende que esses “espaços sociais marginais” como denomina são por si mesmos uma conquista da resistência que se ganha e se defende nas relações de poder (Cf. SCOTT, 2000).

precaução dos seus produtores, constituindo-se essa expressão, mais como um discurso público, pois os cordéis eram elaborados e revisados antes de serem postos à venda, de forma que se omitiam propositadamente certas colocações que podiam agredir pessoas, principalmente da elite⁶⁸.

No que diz respeito à expressão poética dos repentistas, a elaboração do discurso se dava de modo diferente, pois estes eram convidados a cantar em uma determinada residência e para uma platéia que estava a vista, sabendo estes, pelo perfil dos presentes o que era possível dizer ou não. Esta expressão cultural tem como característica principal a oralidade⁶⁹, pois, tratava de temáticas desenvolvidas naquele momento específico em que estava acontecendo o evento, sem prévia elaboração das poesias e sem o objetivo de reproduzir essas poesias por meio escrito como se faz com o cordel.

Assim, esses eventos apresentavam um espaço de maior liberdade para os repentistas e assistentes, do que a literatura de cordel, considerando que os violeiros improvisavam a partir de temas dados pelos assistentes que para isto pagavam. Disto, percebemos três condições favoráveis a um discurso contestatório, primeiro, que os cantadores viam e sabiam quem estava presentes, segundo cantavam a partir dos temas dados pelos próprios presentes e terceiro, as poesias feitas não eram registradas, podendo, no máximo, algumas estrofes serem guardadas apenas na memória de alguns dos presentes. Assim sendo, sabendo quem constituía a platéia e da fluidez de suas composições, os cantadores podiam elaborar suas poesias, expondo de fato suas compreensões de forma crítica, considerando que se encontravam em um espaço seguro, fora do alcance da vigilância dos dominantes. Fragmentos dessas críticas permaneciam na memória daqueles que participavam dessas cantorias, conforme menciona Hélder Pinheiro ao tratar do

⁶⁸ Nessa forma de manifestação artística podemos perceber que os dominados mesmo exercitando uma crítica aos dominantes, no âmbito do discurso público, o faziam utilizando-se do “disfarce”, e, conforme formulação de Scott o “eufemismo” como forma de disfarce se prestava bem para essas manifestações, pois tratava-se de dizer uma coisa mas não diretamente, utilizando-se para isto de insinuações ou alusões a determinadas situações criadas com fins ilustrativos mas que podem ser observada sua semelhança na realidade, sem entretanto, citar nominalmente pessoas ou situações reais. Scott argumenta que é difícil encontrar uma sociedade camponesa, ou de onde existam escravos ou servos, e que não exista uma figura tradicional de um animal ou pessoa inteligente que engana os dominantes (Cf. SCOTT, 2000). No Sertão do Brasil podemos contatar a figura de Camonge inspirado no poeta português Camões, sendo nessa região denominado em certas ocasiões de Camonge ou Cambonje pelos poetas cordelistas e repentistas, tendo como marca principal a sagacidade de enganar os poderosos. De acordo com Pinheiro (2001) este personagem passou para a literatura popular como alguém capaz de vencer os poderosos e beneficiar os pobres.

⁶⁹ Uma observação de Scott, quanto à produção cultural dos subalternos, diz respeito a compreender que as expressões culturais destes, em geral, apresentam uma forma mais oral do que escrita. Observa, entretanto, que essas formas com a marca da oralidade, devido ao seu modo de transmissão, se convertem em um veículo ideal para resistência cultural (Cf. SCOTT, 2000).

cordel e das cantorias (2001, p.27): “ É comum aparecerem nas narrativas populares orais os nomes dos proprietários das terras na figura de vilões e malfeitores, recurso também utilizado pelos escritores de folhetos [...]”.

De acordo com Irani Medeiros (2007, p.56) o repentista que atuava nas cantorias diferenciava-se do poeta cordelista, conforme coloca:

O repentista não é o poeta de cordel especificamente. É o cantador que improvisa nas feiras-livres do Nordeste. Não retém seus versos despreziosos na escrita, no folheto, depois vendido em toda parte. Os versos do repentista, do improvisador, geralmente se perdem no tempo e no vento [...] antigamente era raro encontrar um repentista que fixasse seus versos em papel, fita cassete ou disco, os seus improvisos, a sua poesia rústica, seus motes, cheios de autenticidade e nordestinidade [...] repentistas são poetas populares que perambulavam pelos sertões, cantando versos próprios e alheios; perante auditório ordinariamente numeroso, são postos em evidência os dotes de improvisação de dois ou mais vates matutos.

Essas “cantorias” em que se exibiam os repentistas, eram acertadas com antecedência e os organizadores divulgavam de forma individual convidando os amigos nas feiras, encontro com amigos e mesmo no trabalho. Essa divulgação era feita “cara-a-cara” de forma que o dono da casa onde ia acontecer a cantoria, geralmente o organizador, tinha a liberdade de convidar quem fosse do seu agrado e conveniência, selecionando assim sua platéia, constituída de amigos e familiares. José Rafael de Menezes, natural de Alagoa do Monteiro nos dá pistas dos espaços onde aconteciam essas cantorias ao descrever os seguintes ambientes: “No café de Zé Dondon, no cassino de Zé Maracujá ou no bilhar do velho Chaves; na barbearia vizinha à casa do senhor Luciano na rua da Várzea ou na rua do matadouro e para os lados da rua de Baixo onde moravam Pinteiro e Paulino Paulo, eles se reuniam, entre verdadeiros festivais de violas [...]” (MENEZES, 1997, p.80).

Pelos ambientes mencionados como hospedaria, locais de jogos e barbearia⁷⁰, concluímos que essas manifestações notadamente não eram promovidas pela elite, pois se assim fosse o autor

⁷⁰ Percebemos que estes locais onde se realizavam essas tipo de manifestação guarda certa semelhança pelas condições que oferecem para se fazer uma crítica aos dominantes, com os locais que Scott identificou onde se praticava uma cultura dissidente na Europa, como os bares, as cervejarias, as tabernas, locais estes, conforme argumenta Scott, considerados como subversivos tanto pelas autoridades como pela igreja. Nesses espaços se exercitava afrontas a cultura oficial, ocasião em que, ocorriam apostas, jogos, canções, desordens e blasfêmia em relação aos dominantes. Coloca também como exemplo de espaço para cultura dissidente o mercado na Europa

ao referenciar provavelmente saberia dos nomes daquelas pessoas da elite como os coronéis e outros que ocupavam posições de destaque, bem como os locais onde aconteciam esses eventos. Podemos assim, entender, que pelos locais mencionados, essas manifestações eram uma expressão de pessoas que estavam em posição de dominação, tornando-se estes espaços acessíveis e propícios para a elaboração de um discurso contestatório aos dominantes⁷¹.

Nessas ocasiões, os *motes*⁷², conforme se denominam as temáticas dadas pelo público estavam associadas às questões do seu cotidiano e diante da liberdade do momento, tendo em vista que se encontravam fora da vigilância dos dominantes, nos leva a compreender que os temas cantados expressavam a opinião mantida pelos camponeses no âmbito do discurso oculto. Concordamos assim com Scott quando argumenta: “Todos sabemos que a comunicação oral, particularmente entre amigos na intimidade, tende a tomar-se mais liberdade com a gramática e com a capacidade polissêmica das palavras do que na linguagem formal, para não falar na escrita” (SCOTT, 2000, p.192).

Irani Medeiros em seu livro denominado de “Pinto do Monteiro o bardo do Cariri” (2007, p.48) descreve a cantoria como sendo:

[...] o ato de cantar versos de improviso, a disputa poética, a peleja entre dois ou mais cantadores, o desafio entre repentistas profissionais, a polêmica rimada e metrificada ao calor da improvisação, nasceu segundo Orlando Tejo, nos primeiros quartéis do século XIX, no ponto culminante da Paraíba, a serra do Teixeira, tendo como seu primeiro expoente Francisco Romano Caluête, autor do próprio termo cantoria.

Encontramos registros dessas cantorias em algumas publicações feitas por poetas e admiradores, que guardaram na memória alguns fragmentos de poesias, elaboradas em diversas ocasiões, em que aconteceram essas cantorias. Conforme coloca Irani Medeiros (2007, p. 53): “os versos mais felizes são conservados na memória coletiva. Essa literatura oral é riquíssima”.

medieval, constituindo-se mesmo como um espaço ideal e privilegiado onde se exercitava o discurso oculto. (SCOTT, 2000, p.147-149).

⁷¹ Na cidade de Campina Grande-PB, no período de 1920 a 1945, observamos a existência desses espaços sociais marginais a partir da análise de Fábio Gutemberg R. B. de Sousa ao abordar as formas e os espaços de divertimento dos populares especificamente no segundo capítulo denominado *lugares de diversão e lazer: festas, bares e prostíbulos* (SOUSA, 2006, p.105-182). Ainda na cidade de Campina Grande, identificamos indícios desses espaços sociais marginais, conforme a tese de doutorado de Antonio Clarindo Barbosa de Souza quando este analisa as formas de diversões e lazer que aconteciam na cidade e destaca a separação entre ambientes “da elite” e ambiente do “povo” (Cf.SOUZA, 2002).

⁷² Referindo-se ao *mote* Hélder Pinheiro esclarece: “[...] *mote*, tema em forma de verso, proposto aos cantadores durante uma disputa. O *mote* funciona como uma espécie de refrão” (PINHEIRO; LÚCIO, 2001).

Fragmentos de poesias foram resgatados pela lembrança dos camponeses que assistiram as cantorias e também das lembranças que estes mantiveram de poesias que ouviram de familiares mais idosos a respeito de diversos temas, passando, assim, de geração a geração, até o momento que surgiram as condições para que algumas dessas pessoas pudessem publicar o que mantiveram guardado pela memória, a partir da tradição oral.

Uma demonstração da existência de um discurso contestatório, podemos perceber através de indícios colocados por José Nunes Filho, um camponês e poeta popular do município da Prata, anteriormente pertencente ao município de Alagoa do Monteiro. José Nunes Filho, mais conhecido na região como Zé de Cazuzá, publicou no ano de 2001 um livro denominado *Poetas Encantadores* registrando as poesias das quais se lembrava em partes ou completas, a partir de diversas cantorias por ele presenciadas e também que tomou conhecimento por outras pessoas. Nesse livro, descreve o perfil de diversos poetas repentistas que conheceu e algumas de suas poesias, por vezes citando até mesmo as circunstâncias em que as poesias foram feitas.

Entre os poetas repentistas dos quais rememora suas poesias faz um comentário sobre o poeta repentista João Batista Siqueira, um camponês que viveu no período de 1912 a 1982, no sítio Queimadas, no município de São José do Egito. Citando algumas das poesias desse poeta, uma delas, especificamente, expressa a sua percepção e naturalmente a dos camponeses sobre a prática dos grandes proprietários em se apropriarem das áreas de terras dos camponeses.

O referido poeta, em certa ocasião, fazendo versos em forma de “repentes” sobre a vida do pobre fez a seguinte poesia:

Se o pobre tem um terreno
Verdadeiramente seu
O patrão diz eu condeno
O terreno é todo meu
Eu herdei de meus avós
Planta, cerca de avelós
Começa logo a invadir
Depois da terra cercada
O pobre fica sem nada
O melhor jeito é sair.

(JOÃO BATISTA SIQUEIRA apud NUNES FILHO, 2001, p.74).

Essa estrofe improvisada pelo referenciado repentista expressa à percepção dos camponeses sobre essa prática dos latifundiários de tomar terras, conforme anteriormente analisada. Se, anteriormente, pudemos constatar formas de resistência a essa prática como o assassinato que se buscava a proteção no anonimato, agora, podemos perceber, também, que no discurso oculto, por ocasião dessas “cantorias” a temática das relações de poder era recorrente, ocasião em que também se elaborava um discurso contestatório.

Encontrando-se num espaço seguro é provável que os camponeses dessem visibilidade às compreensões que tinham e que não podiam falar nos espaços públicos, assim as cantorias bem como o seu conteúdo constituíam-se como expressões de resistência.

Analisando as proezas de João Grilo um personagem popular abordado nos cordéis que se utilizava de diversas artimanhas para enganar os poderosos Hélder Pinheiro e Ana C. Pinheiro Lúcio (2001, p.43) demonstram a compreensão da poesia popular como uma forma de expressão de resistência ao argumentar: “Espírito moleque, este personagem [João Grilo] está sempre disposto a pregar uma peça nos poderosos, nos arrogantes, nos injustos. Sempre achei que João Grilo representa um desejo de vingança do pequeno contra o grande. Vingança simbólica, mas vingança”.

Procuramos, pois, encontrar indícios dessa expressão contestatória na linguagem e conteúdo das cantorias. Um fragmento de poesias por ocasião de uma cantoria na cidade de Caruaru o poeta repentista Severino Lourenço da Silva, ao elaborar uma estrofe nos dá pistas dá compreensão que os camponeses tinham dos desrespeitos da elite para com eles, elaborando um discurso contestatório, assim expressando:

Sente aí seu Severino
 E pague a nós se quiser
 Pois rico em casa de pobre
 Alguma coisa ele quer
 Ou a sela ou o cavalo
 Ou a filha ou a mulher.
 (NUNES FILHO, 2001, p.105).

Analisando essas duas estrofes, anteriormente citadas, podemos perceber que tratam de situações diversas, porém, próximas, por expressar a percepção dos camponeses sobre a prática de dominação dos latifundiários. Entretanto, o que podemos perceber para além do que os poetas

elaboraram em suas poesias, tratando da temática é a confirmação de que estes se sentiam em espaços seguros para elaborarem tais comentários em forma de poesias, e sabiam, sem dúvida, que esses posicionamentos agradariam a platéia. Isto sugere que os poetas cantavam o que de fato os presentes queriam ouvir o que demonstra que havia um entendimento comum entre os camponeses e os repentistas em relação às práticas dos dominantes conforme percebe Mark J. Curran (1986, p.312) ao afirmar: “o poeta só arranja o pão em seus versos quando sabe agradecer o povo. Quer dizer ele arranja o pão quando escreve sobre os temas e idéias que representam as preferências populares⁷³.”

Por outro lado, podemos entender a partir disso que a “cantoria⁷⁴” se constituía como uma prática cultural para os camponeses expressarem seus dilemas da vida e elaborarem críticas, comentários e gozações com as pessoas da elite.

A estrofe, anteriormente citada, demonstra uma prática da elite rural de se apropriar dos bens dos camponeses e este entendimento se torna mais compreensível ao se analisar por quem foi produzido e em relação a qual realidade o poeta se referia. Assim sendo, se faz necessário situar, embora que brevemente, as origens desse poeta e o contexto social no qual vivia. Este repentista era mais conhecido pelo apelido de “Pinto do Monteiro” isto porque nasceu em Alagoa do Monteiro. É considerado o melhor poeta no gênero do repente até a atualidade, conforme coloca Medeiros (2007, p.11): “[...] conhecido em todo o Nordeste brasileiro como Pinto do Monteiro, o maior poeta repentista que aqui existiu” e como afirma Ranieri Ferreira Torres, ao prefaciar o livro de Irani Medeiros: “[...] conhecido no Nordeste e no resto do País como Pinto do Monteiro, o maior poeta repentista do século XX”.

Em uma entrevista ao jornalista Djair de Almeida Freire no dia 11 de abril de 1983, Pinto do Monteiro revela suas origens camponesas afirmando que: “[...] nasci em 1895, a 21 de novembro, a uma da madrugada, assim dizia a velha minha mãe. Batizei-me a hum de janeiro de 1896, pelo padre Manoel Ramos, na vila de Monteiro [...] com sete anos de idade fui para a fazenda Feijão, Saí de lá em 1916 em 30 de junho” (IRANI MEDEIROS, 2007, p.33). Este repentista faleceu em Monteiro no dia 28 de outubro de 1990.

⁷³ Conforme afirma Scott, o discurso oculto em suas mais variadas expressões de manifestação não é um ato isolado, mas, um produto social e não existe tão só em forma de pensamento, mas, existe na medida em que é praticado, articulado, manifestado e disseminado dentro desses espaços sociais marginais (Cf. SCOTT, 2000).

⁷⁴ Não é nossa pretensão nem acreditamos ser necessário discutir toda a complexidade da “cantoria”, mas apenas ressaltar sua importância como forma de expressão de resistência exercitada pelos dominados.

Conforme descreveu Pinto do Monteiro, em outra entrevista, o seu local de nascimento foi o município de Monteiro, anteriormente denominado de Alagoa do Monteiro, e que foi ainda criança morar na fazenda Feijão, de propriedade do Coronel Sizenando Rafael de Deus. Nesta fazenda, aprendeu o ofício de vaqueiro e entre tantos outros passa a ser mais um vaqueiro do Coronel, até que numa determinada ocasião deixa de cumprir uma ordem deste e sai da fazenda, conforme ele mesmo descreve numa entrevista:

Eu era vaqueiro na fazenda Feijão, no município de Monteiro, do Coronel Sizenando Rafael de Deus. Ele era inimigo de cantoria. Um dia eu disse a ele que ia ouvir Antonio Marinho cantar com Manoel Clementino Leite. Ele disse: você não vai. Eu disse vou. No outro dia ele tava de cara fechada. Cheguei junto dele e disse: ta aqui suas perneiras, seu gibão, não quero mais ser vaqueiro. (NUNES FILHO, 2001, p.90).

O poeta e pesquisador da UFPB, José Alves Sobrinho (2003, p.20), fazendo um comentário sobre os poetas repentistas, confirma a afirmação de Pinto ao dizer que o seu patrão o coronel Sizenando Rafael era inimigo de cantoria. José Alves Sobrinho ressalta o quanto estes repentistas eram detestados pela elite, afirmando que: “Os cantadores do passado andavam a pé, cantavam em alpendres de fazenda, passavam fome e ainda eram mal vistos pelos ranços e preconceitos da burguesia dominante [...] no passado se um homem da sociedade prestasse atenção a um cantador caía de conceito”. Essa afirmação demonstra que os dominantes possivelmente sabiam que nestes espaços sociais as suas formas de dominação eram contestadas, motivo pelo qual não viam com bons olhos essa prática de reunião dos camponeses para realização dessas cantorias.

5.6 Os Poetas Populares perturbam a Elite

A própria elite se não tinha certeza, suspeitava que nos espaços onde se realizavam essas cantorias se faziam críticas a elite, e alguns poetas como Pinto do Monteiro, era conhecido por não prestar deferência a elite local, conforme podemos perceber pelo comentário em que transparece o ressentimento em relação ao poeta que faz José Rafael de Menezes, natural de Alagoa do Monteiro, bacharel em direito e que fora promotor naquela cidade em 1950 ao afirmar que: “[...] pouca atenção davam a Severino Pinto. Porque também o repentista não animava

aproximação. Nem colocava nos seus versos, reunidos em folhetos, a menor amistosidade. Nem valores locais” (MENEZES, 1997, p.74).

Esse bacharel, José Rafael de Menezes, evidentemente pertencente à elite local e não via importância nessas expressões da poesia popular, o que é compreensível, pois, situava-se em outro patamar nas relações de poder e esperava daqueles poetas apenas deferência e se isto não ocorria, não se valorizava o poeta nem o cantador, conforme podemos perceber em suas colocações:

Nem terra de cantadores, nem terra de poetas, Alagoa do Monteiro vai glorificar-se por outras manifestações da inteligência [...] é o que sucede com Vanildo Brito: promotor público, professor universitário, filósofo, tradutor, autor de três livros de versos. Um clássico, com sua erudição de grego-romano e de renascentista. Porque lê Platão e Dante no original (MENEZES, 1997, p.76-77).

Em outra ocasião reafirma essa sua visão da importância da elite ao colocar que: “Os juristas deram maior prestígio a Alagoa do Monteiro quando três filhos do município obtiveram o status de ministros: dois no Supremo, Djaci e Luis Mayer e um no Superior Tribunal, Demócrito Ramos. Em Brasília essa coincidência produziu admirações e até incômodos” (MENEZES, 1997, p.61). Essas colocações nos servem como indícios para perceber por um lado que a elite sentia-se como merecedora do seu lugar de destaque e que compreendia a ela ser devida a deferência por parte dos dominados e por outro nos permite compreender que se a literatura de cordel e as cantorias subsistiram foram como expressões de resistência dos dominados.

Na busca de enxergar indícios das formas de resistência camponesa que se expressaram por ocasião das cantorias, conforme colocamos nas entrevistas concedidas pelo poeta de Alagoa do Monteiro e vaqueiro do Coronel Sizenando Rafael, apresenta-se como uma oportunidade adicional rara para analisar as relações de poder naquele contexto bem como as ações de resistência. Observando entrevista na qual Pinto descreve a conversa entre ele e o coronel, ocasião em que este o proibiu de ir a uma cantoria, percebemos que Pinto se contrapôs a ordem do coronel, dizendo que ia a cantoria, como de fato foi, contrariando as ordens do seu patrão o que demonstra a resistência à ordem estabelecida.

Desse fato, podemos perceber dois posicionamentos: primeiro, a prática de dominação, pois na condição de vaqueiro teve que pedir autorização ao coronel para sair da fazenda e ir

participar de um evento, o que demonstra o quanto esses coronéis pretendiam ter o controle de seus empregados. Segundo, o pedido do vaqueiro dessa permissão, demonstra o cumprimento de uma suposta submissão ao patrão, pois esse pedido conforme podemos compreender foi apenas uma ação teatralizada, pois, ao ser negada a permissão, o mesmo se contrapôs ao patrão e foi a cantoria. Se por ventura o pedido de autorização tivesse sido feito, considerando a autoridade do coronel, e a sua determinação tivesse sido acatada, então poderíamos concluir que aquela atitude de pedir a permissão tinha sido feita reconhecendo e legitimando a autoridade daquele coronel.

Entendemos que esses esclarecimentos são relevantes para compreender a importância da poesia de Pinto do Monteiro no tocante a perceber indícios da dominação e da resistência do seu cotidiano, pois as suas poesias foram orientadas, notadamente, pela experiência e pela compreensão que tinha daquela realidade em que vivia conforme podemos observar a seguir.

5.7 Os Poetas Populares denunciam as Práticas da Violência

O repentista Pinto do Monteiro ao tomar conhecimento que alguns cantadores foram presos por um delegado de São José do Egito, por nome de Valadares, demonstra sua compreensão da injustiça cometida através de seus versos numa cantoria, assim se expressando, conforme resgate de José Nunes Filho (2001, p.127):

Eu tava em Caruaru
Quando soube da notícia
De bandalheira e sevícia
No sertão do Pajéu
Dão pisa de couro cru
Que pra sarar leva um mês
Por isso peço a vocês
Não cantem nem vão aos bares
Na terra de Valadares
Quem cantar vai para o xadrez.

Nunca mais aquele povo
Me vê lá pelo Brejinho
Pelo Tigre, Salgadinho,
Umburanas, Mundo Novo,
Eu aqui não me comovo
Cantando para vocês

Quero que construam leis
 Que protejam populares
 Na terra de Valadares
 Quem cantar vai pro xadrez.

Anteriormente, referenciamos a prática das autoridades policiais em torturarem os camponeses que por algum motivo eram alvo de perseguições e uma destas pessoas que se destacou pela violência foi o capitão José de Gouveia. O poeta Pinto do Monteiro sendo contemporâneo daquele, fez um verso que denuncia o seu comportamento. Essa poesia ficou guardada na memória dos camponeses e, posteriormente foi resgatada por Irani Medeiros (2007, p.111) conforme coloca:

No sitio Cachoeirinha
 Vivia Zé de Gouveia
 Prendendo sem ter motivo
 E metendo na cadeia
 Matando de fome e de sede
 De bexigada e de peia.

Esta estrofe nos mostra, mais uma vez, indícios de que os camponeses tinham conhecimento da prática da tortura que acontecia pelo aparato policial e especificamente pelo temido capitão José de Gouveia, que residia em São Tomé, distrito de Alagoa do Monteiro. Entretanto, o que pretendemos demonstrar é o julgamento que os camponeses no âmbito do discurso oculto faziam daquele capitão, considerando-o como sendo injusto, como explicita a poesia ao colocar a afirmação “prendendo sem ter motivo”.

Comparando esta poesia, elaborada obviamente em um espaço fora da dominação da elite, com o posicionamento dos trabalhadores anteriormente analisado, que ao serem chamados pelo citado capitão para trabalharem durante um dia denominado de “adjunto” e que não se arriscavam a receber o pagamento, nos permite ter acesso aos dois tipos de discursos, o discurso público e o discurso oculto conforme a formulação de Scott. O discurso público é aquele que se dá na interação entre os dominantes e os dominados, nestas ocasiões os dominados escondem seus reais interesses e procuram de forma teatralizada convencer os dominantes da suposta deferência que tem por estes, expressando, assim, um comportamento conforme as expectativas dos dominantes. Por outro lado, o discurso oculto é aquele que não se revela em público por medo de represálias,

mas é exercitado em locais considerados seguros fora do alcance dos dominantes, ocasião em que aqueles que estão em semelhante condições de subalternidade compartilham seus sentimentos e elaboram expressões de contestação aos dominantes(Cf. SCOTT, 2002).

Percebemos o discurso público quando os trabalhadores se recusavam a receber o pagamento correspondente ao dia trabalhado, manifestando uma suposta gratidão teatralizada perante o capitão e o discurso oculto revela os indícios para afirmar que aquela ação era de fato teatralizada, pois de acordo com a estrofe citada, o que se sobressaiu sobre as qualidades do capitão não foi sua benevolência ou outra qualidade, mas, a sua violência com os camponeses.

É perceptível que, estando em um espaço seguro por ocasião de uma “cantoria” o repentista podia, sem dúvida, abordar qualquer qualidade daquele capitão ou de outro membro da elite, ou outro assunto qualquer, porém, o que se sobressaiu foi a pessoa daquele capitão e sua violência, o que revela que a poesia em sua forma ou estrutura era uma criação do repentista, mas a sua expressão e a seletividade das situações abordadas não eram uma criação individual do repentista, mas construída coletivamente, orientada pela leitura que os camponeses faziam de sua realidade.

Podemos compreender, assim, que se um tema se sobressaiu sobre tantos outros que podiam também ser colocados para apreciação e improvisação dos cantadores foi porque esses temas selecionados eram naturalmente o que chamava a atenção da platéia e, neste caso, a atenção não foi para louvar qualidades de nenhum coronel, o que, possivelmente, se fazia nos espaços do discurso público, no entanto, neste espaço do discurso oculto o que se sobressaia eram temas que expressavam os posicionamentos críticos, mantidos em silêncio pelo medo.

Outra estrofe de Pinto do Monteiro nos é apresentada por Irani Medeiros (2007, p.146) e que nos serve como pista para analisar a concepção de bandido e de policial por aquele repentista e pelos camponeses.

O bandido e o soldado
Um com o outro é parecido
Tenho raiva do soldado
Como tenho do bandido
Um tiro dado em soldado
Só faz mal se for perdido.

Destacamos, em primeiro lugar, que uma poesia com esta característica, de agressão simbólica ao poder constituído, e notadamente a figura do policial, não tinha condição para ser feita publicamente, pois, corria-se o risco de represálias. Entretanto, estando num espaço do discurso oculto em que se podia extravasar a raiva e a opinião escondida sem medo de represálias, uma poesia deste tipo podia naturalmente ser feita e aceita pelos presentes que, obviamente, comungavam da mesma compreensão.

Dessa maneira, podemos, também, perceber nos indícios evidenciados nesta poesia a concepção de bandido e de soldado que tinham os camponeses. Ao colocar que bandidos e soldados são semelhantes o que norteia essa compreensão é a não legitimidade e a não aceitação das ações destes, pois, como já foi dito, as práticas destes eram a violência arbitrária sem obedecer a um critério de justiça.

Percebemos que não se considerava como bandido quem agia em defesa de seus direitos nas ações que podemos compreender como sendo de resistência, a exemplo da vingança, conforme analisamos anteriormente, pois, essas ações eram promovidas também pelos camponeses e, sendo assim, não podiam tomar essas ações como ações de bandidos, mas ações de cumprimento, mesmo de uma obrigação moral, conforme aborda José Gregório (1967, p.213): “[...] era obrigado a tomar uma atitude forte, do contrário, seria um homem enxovalhado para o resto da vida”. Encontramos, também, confirmação dessa posição nas colocações de Antônio Barroso Pontes (1970, p.131): “Nos dias de minha infância, a vindita era palavra de ordem, aplaudida e comentada como um dever a cumprir”.

Podemos, ainda, perceber que o poeta nesta referida estrofe faz referência a uma atitude de resistência ao afirmar que o mal que tem em atirar em soldado é não se obter o resultado desejado, conforme coloca o “tiro só faz mal se for perdido” o que nos leva a compreender que este era um sentimento oculto compartilhado pelos camponeses que sofriam com as atrocidades da polícia.

Esse sentimento individual de vingança ao exprimir o sentimento de outros em situação semelhante pode assumir um caráter coletivo conforme argumenta Scott: “Um indivíduo que é ofendido pode elaborar uma fantasia pessoal de vingança e enfrentamento, porém quando o insulto é uma variante que sofre sistematicamente toda uma raça ou classe, então a fantasia pode converter-se em um produto social coletivo. Não importa que forma assumo esse discurso oculto

coletivo e essencial em qualquer imagem dinâmica das relações de poder” (SCOOT, 2000, p.32, tradução nossa).

Podemos encontrar, ainda, entre os camponeses, ações que demonstram que uma atitude de vingança ou outra ação violenta que tinha por objetivo a defesa da família não era entendida como uma ação de bandido, mas, constituía-se mesmo como uma obrigação moral. As pessoas que praticavam ações desse tipo se eram perseguidas pela polícia ou pela elite que se sentia ameaçada, encontravam abrigo e socorro entre os camponeses.

Francisco Chagas Batista (1997, p.36) nos dá uma pista que permite afirmar este procedimento ao relatar que o poeta por nome de Bernardo Nogueira que viveu no período de 1832 a 1895, ao cometer um assassinato por motivo de questões de vingança foi julgado, condenado e começou a cumprir a pena na cadeia de Campina Grande, em 1875. Neste mesmo ano se evadiu da cadeia e voltou para proximidades de seu lugar de origem nos limites da Paraíba com Pernambuco, nas imediações da cidade de Teixeira. Lá passou a conviver, cotidianamente, com os camponeses, compartilhando sem restrições dos eventos sociais que eram promovidos. Numa dessas ocasiões em que se encontrava com outros poetas que se preparavam para iniciar uma cantoria, um dos poetas lhe perguntou o que aconteceria se a polícia chegasse naquela ocasião. Bernardo Nogueira, em forma de versos, que foi guardado pela tradição oral, respondeu:

Se qualquer um delegado
Que passar por valentão
Vier falar-me em prisão
Fica desmoralizado
Seja paisano, ou soldado
Ninguém me caçar não venha
Porque eu farei resenha
Daqueles que me enfrentarem
E enquanto não me matarem
Ronca pau, troveja lenha.

Analisando a poesia citada e o contexto de interação social no qual ela foi produzida nos leva a concluir que por ocasiões dessas “cantorias” ocorria uma socialização das informações sobre o cotidiano camponês, pois o fato dos outros cantadores saberem do que ocorreu com o citado Bernardo Nogueira, demonstra que não era segredo entre aqueles da ação que aquele praticara, se por ventura estava escondido da polícia, não estava daqueles camponeses com o qual convivia e ao que parece de forma bastante sociável, participando dos principais eventos a

exemplo do citado. Entretanto, se este convivia naquele meio e, até onde se sabe, não foi denunciado nos leva a entender que sua ação foi compreendida como sendo legítima pelos camponeses.

Este verso, também, sendo guardado pela tradição oral, pode evidentemente ter sofrido alteração ao longo do tempo, mas, o que permaneceu foi o objetivo central da poesia, ou seja, de demarcar a resistência do camponês frente ao aparato policial.

A “cantoria” tratava-se de um evento planejado em que diversas etapas a anteciam, compreendendo desde sua idealização, convite do público selecionado, até a realização da mesma. Quando algum camponês idealizava a realização de uma cantoria, este procurava divulgar, tão somente, entre aqueles que a julgavam conveniente, pois entre a platéia era imperativo haver alguma identidade, considerando que os temas a serem abordados pelos cantadores tinham a finalidade de atender e satisfazer a todos. Também se necessitava escolher bem este público, pois, dele dependia o pagamento dos cantadores repentistas, uma vez que se uma pessoa pedisse para cantar sobre determinada temática, pagava-se certa quantia, de forma que o pagamento dos cantadores resultava dessa interação com a platéia.

Observamos, assim, que a “cantoria” constituía-se como um espaço social em que havia uma intensa interação entre os que assistiam e os que cantavam, de forma que a platéia não era estática, mas, conduzia conforme suas solicitações as temáticas desenvolvidas pelos cantadores. Assim sendo, podemos concluir que este espaço, considerando a identidade social existente entre os presentes e em decorrência disto uma certa unidade das temáticas que desejavam ver exploradas pelos cantadores, geralmente denunciando o que julgavam injusto, ou mesmo fazendo gozações com a elite, era um espaço social em que se elaborava não de forma individual, mas coletiva, um discurso oculto contestatório as práticas de dominação da elite e conforme argumenta Scott (2000, p.148) : “[...] os espaços sociais relativamente autônomos servem tanto para disciplinar quanto para formular padrões de resistência”. Podemos concluir assim, que a cantoria na especificidade da realidade estudada apresentava-se como a construção de um espaço alternativo para desenvolver uma prática de resistência a dominação da elite.

5.8 Faces da Resistência Simbólica: os Apelidos ridicularizavam a Elite

Uma prática bastante corrente era a de “botar apelido⁷⁵”, isto é, nomear as pessoas por denominações diversas, de forma que o apelido tornava-se sendo usado mais do que o próprio nome da pessoa. Diversos são os casos em que se conhecia a pessoa pelo apelido, mas, ao ser procurado pelo seu nome, poucos são aqueles que os conheciam. O apelido assumia, geralmente duas formas, uma era aquela que procedia da própria família, sendo este um apelido com caráter afetivo e outra, eram apelidos colocados com fins a ridicularizar a pessoa. Nesses casos, procurava-se um apelido que tinha certa semelhança embora que subjetivamente com a pessoa, mas com o intuito único de ridicularizá-la e a irritá-la. Esses apelidos eram apropriados por todos de uma determinada localidade, todos sabiam, porém, não se falava na presença daquela pessoa sob o risco de desencadear questões sérias até mesmo agressões físicas.

Podemos entender que essa prática de resistência simbólica⁷⁶ era bastante utilizada pelos dominados para ridicularizar os dominantes, onde em espaços seguros divertiam-se ao associar nomes pejorativos ou ridículos às pessoas da elite local. Esclarecemos, todavia, que esta não era uma prática tão somente utilizada pelos camponeses e populares, mas pessoas da própria elite por vezes faziam uso do apelido, entretanto, para os fins aqui tratados, nos interessa aqueles que usavam deste expediente para ridicularizar os dominantes.

Um exemplo desse tipo de gozação feita pelos populares nos é apresentado por Antonio Barros Pontes (1970, p.210-213) ao relatar o caso de uma senhora negra do interior no Ceará por nome de Castorina⁷⁷ que tinha a perspicácia de botar apelidos tão pertinentes em relação à pessoa, que tornava-se quase que seu nome principal, sendo falado por todos menos na presença do apelidado. Segundo Pontes, até o bispo de Fortaleza foi apelidado tendo ganhado apelido de “bolo enfeitado”. O governador da época Menezes Pimentel, também, não passou despercebido e recebeu o apelido de “carretel de linha preta” tendo em vista ser uma pessoa de cor morena.

⁷⁵ Rita Albino Rafael (2008, p. 89-90) em seu livro “Uma Chuva de Memórias” em que trata do cotidiano da cidade de Sumé, anteriormente São Tomé, distrito de Alago do Monteiro, cita 176 apelidos colocados em pessoas que conheceu ao longo do tempo naquela cidade.

⁷⁶ Os apelidos, no contexto citado, são identificados pela sua utilização específica como uma expressão de resistência a partir da sugestão feita por Scott, que, ao situar as práticas de resistência, argumenta que os subalternos em lugar de fazer insultos abertos, preferem, entre outras formas, se utilizarem dos apelidos e das fofocas (Cf. SCOTT, 1989).

⁷⁷ Rostand Paraíso, em seu livro intitulado “Tantas Histórias a contar...” em que se detém a narrar suas viagens pelo interior do Nordeste também faz referência a essa mulher por nome de Castorina, relatando que ela era conhecida por colocar apelidos nas pessoas, principalmente, naquelas consideradas como “importantes” na sociedade (PARAÍSO, 1994).

Este tipo de gozação incomodava de tal forma que Pontes descreve uma viagem que fez em companhia do Coronel Glicério Cícero de Oliveira e surpreendeu-se com um itinerário que este fez para chegar a um determinado local. O que não entendeu foi o percurso que foi feito, pois, como colocou, podiam do local onde estavam ter realizado um deslocamento mais prático e rápido. Não entendendo o sentido daquele percurso tortuoso, ficou curioso e perguntou ao coronel o sentido daquela caminhada desnecessária, assim indagando: “Coronel, o senhor tem inimigo nesta cidade? Pode ficar certo que tudo que lhe acontecer será repartido comigo [...] o coronel olhou para um lado e para o outro. Não viu ninguém. E, virando-se para mim afirma, é a tal de Castorina [uma negra na época com 115 anos de idade] que bota apelido e nunca mais sai”.

Podemos entender que em alguns aspectos o apelido servia como um meio pelo qual se ridicularizava as pessoas no meio do seu convívio social e, geralmente, se dava de forma oculta, mesmo que o apelidado já soubesse que assim o denominavam. Ao se fazer isso, na presença do apelidado, constituía-se motivo de afronta, advindo desse gesto represálias imprevisíveis. Esse expediente de chacotear as pessoas se tornou bastante utilizado pelos dominados para realçarem as características dos dominantes, evidentemente aquelas características não bem vistas pelos dominados.

Em São Sebastião do Umbuzeiro, antigo distrito de Alagoa do Monteiro, um carpinteiro, negro, por nome de Heleno José⁷⁸, além de exercer a sua profissão também atendia a toda a zona rural aplicando injeções e prestando demais atendimentos a questões de saúde, em virtude de seus conhecimentos dos princípios dos primeiros socorros. Entretanto, este se tornou conhecido em todo o município, não só pelas suas qualidades profissionais, mas, sobretudo pela capacidade de colocar apelidos nas pessoas. Apelidos esses que associados a algumas das características que essas pessoas tinham se apresentavam tão pertinentes que aqueles que eram apelidados, por mais que tentassem, não se livravam mais do apelido.

Ao lado de sua profissão, o negro Heleno José exercia sua capacidade humorística para tecer críticas à elite dominante, dando realce a determinados casos no intuito de ridicularizar aquelas pessoas que não eram do seu agrado. Comentava-se que os populares ficavam ansiosos, quando passava certo tempo sem que Heleno José apresentasse um novo apelido para alguma pessoa.

⁷⁸ As referências aos apelidos colocados por Heleno José, tivemos acesso a partir das informações prestadas em entrevista pela camponesa Eva Maria de Jesus (já mencionada anteriormente) que conhecia o Sr. Heleno José e descreveu alguns apelidos que este colocava.

Os apelidos ganhavam sentido, tendo em vista o conhecimento do contexto. Um apelido colocado por Heleno José em um latifundiário teve origem por conta deste, no seu ponto de vista, ser considerado como aproveitador da situação de necessidade dos camponeses para comprar a produção barata e também pagar o trabalho pelo valor inferior do valor comumente pago na região e outras atitudes semelhantes.

Um caso do conhecimento público foi a atitude desse latifundiário ter construído em sua fazenda um açude e a água deste, devido ao seu volume, ter se espalhado para além de sua propriedade, entrando em partes de uma área de um camponês vizinho. Naturalmente, o camponês passou a utilizar a água que represava dentro de sua área de terras, fato este que não agradou ao latifundiário que tomou a atitude de proibir o camponês de utilizar a água, exercendo ameaças constantes sobre aquele camponês que se sentido ameaçado vendeu sua área de terra e mudou-se para outra região⁷⁹.

Esse fato se por um lado era do conhecimento público, por outro não era comentado publicamente, pelo receio da reação do latifundiário, mas, em espaços seguros era feita uma crítica a esta sua atitude, tendo em vista a agressão por parte daquele latifundiário não ser considerada como justa pelos camponeses.

Considerando as características desse latifundiário e essa atitude com relação a proibição de utilização da água pelo camponês, Heleno José nos espaços fora do alcance dos dominantes colocou o apelido naquele fazendeiro de “Urubu de curtume⁸⁰”.

De acordo com algumas versões esse apelido de urubu, se deu pelo fato dessa ave só comer carniça, ou seja, aqueles animais já mortos. Assim, para Heleno José o apelido de “Urubu” caiu bem para aquele latifundiário, uma vez que se aproveitava de alguém em condições bastante fragilizadas.

Quanto ao acréscimo da denominação de “curtume” isto foi feito obviamente no sentido de dar ao apelido uma característica humorística, pois, nos curtumes o que sobra são pedaços de couros que já passaram por um processo de tratamento químico para ser utilizado em diversas coisas como bolsas, sapatos, arreios entre outros, de forma que nenhum animal come aquele tipo

⁷⁹ Eva Maria de Jesus esclarece em entrevista que a referida família que foi expulsa por pressão do latifundiário moravam no sítio Santo Antonio, no município de São Sebastião do Umbuzeiro e possuíam uma pequena área de terra. De acordo com as informações prestadas essas pessoas que tiveram que sair da terra era de uma família de sobrenome “Bispo”.

⁸⁰ Entrevista concedida pela camponesa Maria Eva de Jesus, 2007.

de resto descartado pelos curtumes. Ao acrescentar essa denominação ao apelido, colocado naquele latifundiário, Heleno José demonstrava humoristicamente a avidez daquele em se beneficiar das pessoas que viviam enfrentando condições bastante difíceis para sobreviver. Esse apelido colocado por Heleno José só foi por ele admitido como sendo de sua autoria há mais de vinte anos, após o falecimento daquele latifundiário (entrevista concedida pela camponesa Maria Eva de Jesus, 2007).

Podemos compreender que essa iniciativa de colocar apelidos com essa característica de externalizar uma compreensão sobre as pessoas, mais do que uma simples brincadeira constituía-se como uma forma de criticar as pessoas da elite sem, no entanto, fazer um enfrentamento frontal, ou seja, sem ser um discurso público uma vez que mesmo suspeitando-se de quem colocou o apelido, dificilmente se descobria o verdadeiro autor.

Essa prática de se proteger no anonimato para promover ações que afrontam a elite, encontramos, também, em outras localidades do estado e que nos serve para ilustrar como essa prática era exercitada. No município de Itaporanga no sertão da Paraíba um caso relatado por Praxedes Pitanga em seu livro de memórias denominado de *memórias, minha vida, minhas lutas* ilustra bem o quanto o apelido incomodava e o quanto a elite temia as gozações que surgiam sem saberem a quem atribuir e principalmente reprimir. Pitanga (1988, p.63) narra que em Itaporanga por volta dos anos de 1920 um popular tinha essa perspicácia de colocar apelidos nas pessoas, motivo pelo qual não era bem visto conforme coloca: “Eles achavam muita graça em suas pilhérias, ou nos apelidos que botava em tudo; diante do que era malvisto. Esses apelidos caíam bem nos apelidados. Ele se inspirava para fazer remoque⁸¹ nos traços físicos das pessoas, as vezes na profissão ou nos hábitos que tinham elas”.

Nesse caso específico, podemos entender que essa pessoa que inventava esses apelidos não direcionava apenas para uma determinada categoria de pessoas, entretanto outras atitudes, também, por ele promovidas se dirigiam especificamente à elite da época e era feito sob total anonimato. A atitude de questionar e ridicularizar a elite foi denominada de “testamento de Judas” que consistia no período da semana santa elaborar um suposto testamento de Judas, de forma que ia nomeando as pessoas da localidade e o que para cada uma tocava como parte do testamento. Como era de se esperar essas pessoas sentiam-se incomodadas, porque eram expostas para efeito de gozação:

⁸¹ Insinuação indireta, escárnio, gracejo.

Pela semana santa escrevia o testamento de Judas, disfarçando sua letrona. Na madrugada de sexta feira de trevas para o sábado de aleluia, ele saía as ocultas, soltava o testamento do Iscariotes, distribuindo sua herança com várias pessoas da sociedade local. Entre essas pessoas haviam algumas a que nestes testamentos eram destinadas heranças motejantes, algo ridículas, que causavam desagrado aos herdeiros do testador, e que se esbravejavam.

Se este usava do anonimato era naturalmente por compreender que de fato aquele tipo de gozação era motivo de represálias, o que nos leva a compreender que por temer possíveis represálias esse tipo de gozação não era feito com populares apenas, pois, se assim fosse, talvez não temesse tanto, por isto podemos compreender que as gozações atingiam mesmo a elite dominante. O anonimato servia como meio para manifestar opiniões críticas e gozações por parte dos dominados sem se exporem, conforme podemos confirmar pela colocação de Pitanga (1988, p.64): “Nada sofria este homem zombeteiro porque só havia suspeita de que fosse ele o escrivão dessa sátira um ano toda incubada no seu espírito. Essas suspeitas foram-se avolumando. Por isso, ele tomando precauções, só soltava este testamento um mês ou mais depois, da semana santa na rua ou nas estradas”.

Podemos observar, analisando esses casos, que as pessoas, empenhadas em elaborar apelidos e outras formas de ridicularizar a elite, eram pessoas pobres e que sobreviviam de atividades diversas, o que nos permite afirmar que não viviam sob o apadrinhamento da elite, motivo pelo qual faziam uma leitura da sua realidade a partir do lugar que ocupava naquele contexto. Nesse sentido, essa forma de questionamento não poderia vir da própria elite, pois questionava-se não tão somente as ações de algumas pessoas isoladas, mas pessoas que expressavam um comportamento comum da elite. Percebemos que esse tipo de manifestação era uma prática dos dominados constituindo-se não apenas como uma ação individual conforme formulação de Scott, mas, como um produto social articulado pelos dominados nos espaços sociais marginais (Cf. SCOTT, 2000).

No estado da Paraíba, o governador João Pessoa, também, não escapou de ser apelidado em virtude da aprovação de uma lei tributária promulgada em 1928 que regulamentava os impostos dos produtos negociados com outros estados. Esta lei tinha por objetivo solucionar os

prejuízos das finanças advindas do intercambio comercial das cidades do interior com os estados vizinhos, conforme argumenta Inês Caminha Lopes Rodrigues⁸²:

Dentre estes, Pernambuco constituía-se o maior concorrente, adotando por vezes taxações mais baixas no intuito de atrair produtos para a sua praça. Negociava *inter alia* [sic.] com Campina Grande, **Alagoa do Monteiro**, Umbuzeiro e Princesa, essas três últimas pernambucaníssimas economicamente [...] (RODRIGUES 1978, p. 45, grifo nosso).

Com a promulgação desta lei, nas estradas que faziam fronteiras com os estados vizinhos foram colocadas barreiras, que consistia em algo semelhante a uma porteira, utilizada na zona rural e que fechavam a estrada de um lado para o outro, sendo manuseadas por um agente fiscal que liberava a passagem, mediante o devido pagamento do imposto das mercadorias.

Com esta medida o governador João Pessoa atraiu a antipatia de diversos coronéis e camponeses espalhados pelo interior da Paraíba. De acordo com Iranilson Buriti e Xênia Fernandes Hiluey (1999, p.34) esta antipatia rendeu ao governador o apelido de João Porteira ou João Cancela.

Em São Sebastião do Umbuzeiro, distrito de Monteiro, tinha uma barreira fiscal na estrada que ligava aquele distrito a cidade de Arcoverde em Pernambuco. A cancela obstruía toda a largura da estrada e era ladeada por inúmeros paus fincados no solo de forma a impedir a passagem por fora da estrada.

Se por um lado o governador adquiriu esse apelido, por atrair o descontentamento da elite rural, por outro, foi, obviamente, por atrair também o descontentamento dos camponeses que não tinham como comercializar com as cidades maiores do estado da Paraíba, sendo muito mais fácil fazer certas transações comerciais com Pernambuco que ficava a uma distancia infinitamente menor do que com as cidades pólos da Paraíba⁸³.

⁸² Esta pesquisa de Inês Caminha Lopes Rodrigues, que foi publicada em 1978, por ocasião das comemorações do centenário do presidente João Pessoa que aconteceram na Paraíba em 1978, foi resultado de suas pesquisas para sua dissertação de Mestrado junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Cf. RODRIGUES, 1978).

⁸³ Tomando como exemplo o Município de São Sebastião do Umbuzeiro, anteriormente distrito de Alagoa do Monteiro, este ficava a uma distância de 45 km de Arcoverde, em Pernambuco e a 200 km de Campina Grande, na Paraíba. Em Arcoverde existia a SANBRA que comprava todo o algodão produzido naquele interior de Pernambuco e cidades limítrofes da Paraíba. Não é difícil entender porque se preferia negociar algodão, animais e demais produtos com aquela cidade de Pernambuco do que com os centros maiores da Paraíba.

Aquelas pessoas que eram apelidadas e que os apelidos colocados intencionavam ridicularizá-las eram tomadas por um profundo descontentamento, provocando raiva, seguida de revide das mais variadas maneiras; isto quando o apelidado sabia de onde provinha tal atitude.

5.9 Um Camponês Revida a um Apelido publicamente mencionado por um Coronel

Antônio Mariano (1996, p. 206) a partir de diversos relatos, muitas vezes repetidos nos encontros de amigos e mantidos pela tradição oral em Camalaú, anteriormente distrito de Alagoa do Monteiro, relata um fato bastante curioso. Tratava-se de um camponês por nome de José Francisco que tinha o apelido de “Zé Bolacha”. Esse camponês não gostava de quem assim o chamava, entretanto, numa certa ocasião política em que o Major Delfino Mendes estava fazendo um pronunciamento público numa espécie de comício improvisado em Camalaú, esse major o chamou de Zé Bolacha, motivando a instantânea reação deste, conforme coloca Mariano: “Zé bolacha ficou carrancudo, nervoso, olhou para um lado e para outro e viu o riso de zombaria no rosto daqueles que o rodeavam. Então, não suportando a raiva, berrou ainda mais alto: e viva a puta que o pariu”. Em represália a esta atitude do camponês, o major Delfino sentindo-se agredido, pois, foi alvo de impropérios por parte de um popular e, em público, mandou que prendessem o camponês, o que não ocorreu, tendo em vista este ter fugido do local.

Esta atitude nos leva a pensar que é possível que tantas outras agressões simbólicas semelhantes a estas não chegaram a ser explicitadas em público, mas, que em muitas outras ocasiões foram formuladas em espaços do discurso oculto, servindo de meio de descontração para os camponeses e populares, ocasião em que se ridicularizavam os dominantes.

O caso demonstrado nos leva a compreender que para além daquele momento específico em que ocorreu, aquela ação foi diversas vezes comentada principalmente pelos populares servindo de divertimento nos espaços fora do controle da elite. É compreensível que para um acontecimento desse tipo permanecer por tanto tempo lembrado num espaço social, se faz necessário uma freqüente recorrência a esse fato e nessas recorrências este ao ser compartilhado vai sendo reelaborado, mas permanecendo a idéia central, que no caso foi um revide perspicaz e audacioso de um popular a um membro da elite. Percebemos, todavia, que não houvesse essa diferença social entre essas pessoas o caso não teria tanta motivação para ser comentado, pois, se

este assim o foi em diversos momentos, foi no intuito de servir como motivo de zombaria para os populares e camponeses dos membros da elite.

Podemos perceber, através deste caso, que se um camponês teve a coragem de revidar um apelido dito em público por um coronel, a raiva que o motivou foi incontrolável. Se um camponês se sentiu de tal forma agredido com um apelido, ao ponto de tomar uma atitude de afronta, que sabia naturalmente que correria riscos, nos leva a entender que uma pessoa da elite, ao ser apelidada, se sentiria muito incomodada também e seria capaz de tomar atitudes de revide violentas.

5.10 As Fofocas chacoteiam a Elite

Antônio Mariano (1996, p. 225-226) demonstra um exemplo típico da forma pela qual certos espaços fora da vigilância da elite se constituía como espaços sociais alternativos onde os camponeses falavam abertamente sem medo de serem punidos. A fofoca era uma forma bastante utilizada pelos dominados.

Um exemplo colocado se refere ao fato da intriga entre o coronel Pedro Bezerra e o coronel Izaias de Oliveira em Camalaú. O coronel Izaias como forma de afrontar o seu rival político o coronel Pedro Bezerra, mandou derrubar a latada onde se realizava a feira semanal aos domingos, no povoado de Camalaú. Esse fato foi aproveitado pelos populares, para levarem ao conhecimento do coronel Pedro Bezerra, ocasião em que comunicaram a este que o coronel Izaias, que derrubou a latada da feira, tinha dito que ele mandava na fazenda dele, mas, ali, no povoado sua opinião nada valia. Podemos entender que talvez a forma como o coronel que derrubou a latada se expressou não tenha sido conforme dita pelos populares, mas, é provável que o pronunciamento daquele coronel tenha sido reelaborado propositalmente pelos populares de acordo com os seus interesses no intuito de verem aqueles coronéis medirem forças e as conseqüências que ocorreriam. Os populares ficaram assim apenas como espectadores e divertindo-se com as contendas entre os coronéis: “Uma hora depois, [após a contenda entre os coronéis] entre risos e zombarias a latada foi reconstruída” (MARIANO SOBRINHO, 1996, p.226).

A feira semanal, conforme coloca Antonio Mariano (1996, p.226) não era tão só um espaço que servia apenas para compra e venda:

Nas primeiras décadas deste século, durante algum tempo, a feira de Camalaú era realizada sempre aos domingos, debaixo de uma latada que foi construída no meio da rua. Ali não era apenas um ponto de comércio, mas, também, **um ponto de fofocas**. Pessoas simples e ilustres ali se encontravam semanalmente, para tratar dos seus negócios (grifo nosso).

Este caso nos serve como indício para compreender que os camponeses e populares, mesmo enfrentando rígidas formas de domínio, criavam espaços propícios conforme as possibilidades das circunstâncias para tecer uma crítica ou mesmo zombar da elite dominante.

Se neste caso específico podemos perceber pistas da influência dos camponeses e populares nas ações promovidas pela elite, podemos entender também que em outras ocasiões distintas, este mesmo artifício, era utilizado para direcionar determinadas atitudes da elite em seus benefícios. Dessa forma, esse indício nos permite perceber a existência de um tipo de pressão disfarçada exercitada pelos dominados sobre os dominantes, mesmo que para vê-los envolverem-se em conflitos servindo de motivo de divertimento.

5.11 Os Dominados fazem uso dos Rumores

Uma forma pela qual os camponeses tomavam conhecimento dos fatos que ocorriam e transmitiam para os outros com uma determinada rapidez era o rumor ou boato, ou seja, conversas rápidas e geralmente em tom de sussurro pelas quais passavam adiante um determinado tipo de informação do que estava ocorrendo.

Guillermo Palacios faz referência ao boato como forma de comunicação dos revoltosos ao referir-se às reações daqueles por ele denominado de vadios, mendigos e principalmente os “cultivadores pobres autônomos” entre outras categorias de pessoas livres da sociedade brasileira, frente à promulgação de duas leis em 1851 que estabelecia o registro de nascimento e óbitos e determinava o levantamento censitário. Observa de que forma em questões de poucos dias o boato, denominado por ele de “boato indomável” se estendeu por centenas de comunidades camponesas no interior do Brasil setentrional, espalhando rapidamente a compreensão dos revoltosos das referidas leis, compreendidas como sendo uma tentativa do estado em submetê-los ao trabalho escravo, sendo denominada por eles de “Lei do Cativoiro” (Cf. PALACIOS, 1987).

Não entendemos ser necessário examinar em detalhes essa revolta ocorrida entre os anos de 1851 e 1852, mas nos ater a situar o “boato” e compreendendo-o indiscutivelmente, como forma de comunicação utilizada nessa revolta. Nesse sentido, podemos entender através das colocações de Palacios que o boato traduziu-se efetivamente naquele contexto rural como um instrumento de informação eficaz que possibilitou a essa camada de pobres livres, mesmo separados por longas distâncias, se articularem e esboçarem suas reações.

Assim, os rumores noticiavam os fatos que ocorriam e se constituíam como um instrumento de comunicação e resistência utilizado pelos camponeses que, mediante o anonimato, se protegiam, considerando que não se sabia de onde procediam os rumores, nem seu autor, que divulgava um fato tornando-o conhecido e evidentemente bastante comentado.

A utilização dos boatos ou rumores, como forma aparentemente ingênua, não deixa de ser uma forma de ação crítica aos dominantes conforme argumenta Scott: “[...] sugiro que interpretemos os rumores, os boatos, as fofocas como veículos que servem, entre outras coisas, para que os subalternos insinuem suas críticas ao poder ao mesmo tempo em que se protegem no anonimato ou por trás de **explicações inocentes** de sua conduta” (SCOTT, 2000, p.21-22, grifo nosso).

Os rumores serviam, também, como uma forma de construir coletivamente uma análise da situação em que viviam a partir dos elementos referenciados nas questões das quais tomavam conhecimento. Assim sendo, os rumores eram portadores de um julgamento anônimo das qualidades e ações de determinado coronel ou mesmo objetivava expressar a compreensão dos camponeses sobre uma determinada categoria como a elite dominante.

O poeta Leandro Gomes de Barros (apud BATISTA, 1997, p.127) natural do município de Pombal, no estado da Paraíba que viveu no período de 1868 a 1918, nos dá pista dos locais onde eventualmente ocorriam as fofocas, locais estes onde se encontravam os populares e divertiam-se, tendo como fonte de inspiração os fatos que ocorriam no cotidiano.

[...] Nestes oitões de convento
Aonde faz sombra a tarde
Rune-se cinco, seis
E o couro da gente arde
Por vendas velhas quebradas
Quintandas inutilizadas

Lugar onde se toma banho
 Sentam-se dois, três na areia
 Ali sai da vida alheia
 Lapos de todo tamanho

[...] Beira de rio e bilhar
 Feira e loja de barbeiro
 Ajunta-se os faladores
 Vê-se ali o mundo inteiro
 Em fundo de padaria
 Matadouro e olaria
 Pedras que se lavam roupas
 Ali formam uma sessão
 No fim da reunião
 Couro da gente da sopa

[...] Desde de muito criança
 Que eu abomino o enredo.
 Conto às vezes certas cousas,
 Mas é pedindo segredo.
 contei uma ocasião
 Que o vizinho era ladrão
 E uma velha namorava,
 Foi apenas o que contei.
 Ah! Agora me lembrei,
 Disse que um padre roubava. [...]

Estas estrofes, elaboradas pelo referido poeta, nos levam a compreender que essa prática era bastante arraigada entre os populares e nas mais diversas ocasiões e locais em que se aglomeravam os populares, longe da vigilância da elite, aproveitavam o espaço para fazerem uma crítica em tons humorísticos às pessoas que, dada sua posição de destaque naquele contexto, não podia ser feita em público.

Podemos concluir que aqueles que se encontravam em situações de dominação, não tendo condições de exercitar uma prática de resistência ostensiva, o faziam conforme as possibilidades os permitiam. Assim sendo, exercitavam, no cotidiano, a criatividade no tocante a elaborar suas práticas de resistência que só são dotadas de sentido se analisadas a partir da percepção que os sujeitos têm de seu próprio contexto e, notadamente, da avaliação que fazem das relações de poder nas quais atuam.

CAPÍTULO VI

OS INDÍCIOS DA RESISTÊNCIA: UMA AFRONTA OBSCURA PERTURBA A ELITE

Neste capítulo, temos por objetivo analisar a ocorrência de formas de resistência cotidiana por parte dos camponeses, frente às práticas de dominação da elite, na área territorial que compreendia o município de Monteiro no Cariri Ocidental da Paraíba, no início do século XX. Para tanto, tomamos como objeto de análise um processo crime do ano de 1937. Este processo foi selecionado entre outros, por apresentar uma característica atípica, em relação aos demais que ocorreram naquele contexto, uma vez que trata não de uma agressão por parte da elite, fato corriqueiro, mas, de uma agressão praticada por um vaqueiro por nome de Ciríaco da Silva Dodô contra um membro da família de seu patrão, o coronel Nilo Feitosa Ventura, um dos coronéis mais influente naquela região.

Entendemos que esse processo, a partir da análise dos depoimentos daqueles que tiveram seus posicionamentos registrados nos autos judiciais, pode revelar aspectos das relações sociais, costumes e situações, a partir das quais podemos enxergar indícios de práticas de dominação e resistência, naquele contexto.

Como forma preliminar de apresentar em linhas gerais os elementos que compõem o referido processo, situamos, em primeiro lugar, que este teve uma longa duração, pois tramitou durante um período de sete anos, considerando a instauração do inquérito até a condenação dos réus. Contém este processo de 808 páginas, algumas delas datilografadas, mas, sendo sua larga maioria manuscrita, constando de vinte e seis depoimentos, três acareações, um auto de corpo de delito, um auto de exame cadavérico entre as mais diversas peças processuais, produzidas tanto pelos advogados dos réus, quanto da família da vítima. Somam-se a estas peças processuais um acervo de pareceres e julgamentos produzidos pelos representantes do ministério público, tanto do âmbito municipal onde ocorreu o julgamento quanto das instâncias fora do município, a exemplo do Tribunal de Apelação na capital do estado.

Procuramos na análise das peças processuais conforme referidas, desenvolver um exercício de garimpagem, no sentido de encontrar e dar visibilidade, mediante uma leitura a “contra pelo”, conforme coloca Ginzburg, a ocorrência de possíveis sinais, pistas, e indícios que nos permita enxergar as formas dos discursos ocultos e públicos elaborados pelos camponeses.

Na análise das peças que compõem os autos processuais, realizamos em primeiro lugar, uma leitura procurando encontrar indícios colocados nos depoimentos que revelassem a deferência dos camponeses para com a elite, procurando ao mesmo tempo indícios de contradições nesses mesmos depoimentos, o que revelava ser essas formas de deferências mencionadas, não uma expressão real dos sentimentos dos camponeses, mas, uma forma teatralizada, com fins a convencer os interrogadores e a elite de sua veracidade. Fato este que demonstrava a análise que estes próprios faziam de suas situações e da compreensão das relações de poder em que se encontravam inseridos.

Nessa perspectiva, buscamos localizar esses indícios em meio aos depoimentos e interrogatórios, sendo esses indícios expressos e constituídos por palavras, frases, ou mesmo gestos registrados, bem como menção a situações que os depoentes elaboravam de acordo com as expectativas que estes esperavam de amenizar sua situação. Esclarecemos, entretanto, que essas formas de pistas, sinais e indícios, que só são dotados de sentido se observado o contexto dos depoimentos, bem como entendimento do contexto social em que se exercitavam as relações de poder e do papel das instituições policiais e jurídicas, de forma que uma palavra, ou frase isolada nada representa. Todavia, podia uma mesma expressão ou palavra ter significados diversos de acordo com o contexto e da condição da pessoa que o pronunciou.

A observação e análise desses indícios nos conduzem ao entendimento das formas que se apresentavam os discursos ocultos e os discursos públicos, tanto, por parte dos camponeses quanto daqueles da elite. Procuramos desta forma, perceber a formulação desses discursos em seus respectivos espaços, bem como a confluência desses por ocasião da expressão do discurso público, momento em que estes ocorrem de forma teatralizada tanto por parte dos dominados quanto dos dominantes.

Observamos, todavia, que como forma de uma melhor apreciação da leitura do processo, atualizamos apenas a ortografia das palavras, sendo mantida assim as mesmas palavras que constam nos autos, bem como, mantivemos a pontuação da mesma forma em que se encontrava.

6.1 Um Assassinato na Oligarquia da Família Feitosa

Na perspectiva de analisar as formas de resistência protagonizadas pelos camponeses no Cariri Paraibano, tomamos como fonte para análise o já referido processo crime, que trata do

assassinato de um membro da oligarquia da família Feitosa, uma das mais extensas e influentes no cenário econômico e político da região.

A família Feitosa é um exemplo típico do consórcio entre famílias, que dão origem a uma vasta parentela em que os casamentos vão ocorrendo, prioritariamente, entre os membros da própria família distanciados apenas pelo grau de parentesco.

Esta família tem suas origens ligadas à família Feitosa do estado do Ceará que se entrelaçou em matrimônios com a família Ferreira da cidade de Flores, em Pernambuco. Quatro irmãos da família Feitosa Ferreira casaram-se com quatro irmãs da família Fernandes das Neves. Com isto, formou-se nesta quádrupla aliança o tronco da família Feitosa do qual descendia o coronel Nilo Feitosa, casado por sua vez também com uma prima, Filomena Alves Feitosa (FONSECA, 1975, p.90). O seu filho Manoel Feitosa, que foi assassinado e que tratamos de analisar o processo crime do autor do mesmo, foi também casado com uma sua prima a senhora Maria de Lourdes Ferreira Ventura.

O sobrenome Ventura foi acrescentado ao sobrenome Feitosa, pelo monsenhor Estanislau Ferreira de Carvalho em 1863, por ocasião do batismo de uma sobrinha sua como forma de demarcar os descendentes desta quádrupla aliança. O monsenhor assim se refere:

Foi nesse dia do batismo que sugeri a idéia de que todos os descendentes (menos eu por ser padre) dos quatro irmãos Ferreiras que se casaram na família de Ipoeiras, tomassem o apelido de Ventura [...] a fim de que lhes servisse de reconhecimento, quando a mão do tempo os dispersasse pelo mundo”.
(Manuscrito do monsenhor Estanislau apud FONSECA, 1975, p.68-73).

Sobre os consórcios matrimoniais dentro da própria família, o pesquisador Billy J. Chandler (1981, p.64) faz um esclarecimento bastante interessante quanto aos troncos familiares da família Feitosa no Ceará: “Um estudo da genealogia da família leva à conclusão de que, por motivos de conveniência, preferência, falta de contatos ou por outras razões, muitos dos descendentes [da família Feitosa] escolheram pessoas dentro da parentela ou do seu grupo familiar para se unirem.”. Disto resultou que apenas oito membros da família Feitosa, dentre os trinta e dois da primeira geração, se casaram fora do grupo familiar.

A família Feitosa é um exemplo da expressão de domínio político na região do Cariri paraibano. O coronel Nilo Feitosa foi prefeito de Monteiro durante quinze anos consecutivos. Foi suplente de juiz de direito, de delegado de polícia e adjunto de promotor público. Um dos seus

advogados, nas contendas que enfrentava, era um dos seus compadres, bastante conhecido no cenário político estadual, o Dr. João Suassuna, que veio a ser governador da Paraíba.

Um dos filhos do coronel Nilo Feitosa foi deputado estadual durante cinco legislaturas consecutivas e um dos seus netos também foi deputado durante quatro mandatos consecutivos.

Os domínios territoriais do coronel Nilo Feitosa eram vastos, sendo considerado um dos maiores fazendeiros nas primeiras décadas do século XX, pois possuía diversas propriedades rurais entre elas podemos citar as seguintes fazendas, Garapa, Serrote, Alagoa Grande, Mão beijada, Boa Sorte, Monteirinho, Santana e Rancho do Negro. (NUNES FILHO 1997, p. 538).

Na perspectiva de seguir os tramites do crime e do curso do processo, procuramos em primeiro lugar os registros cartoriais sobre o fato, no caso o referido assassinato. Nesse sentido, no cartório de Monteiro, encontramos uma breve anotação do registro do crime que desencadeou um intenso movimento nos meios policiais e jurídicos por mais de uma década, envolvendo diversas famílias de coronéis e camponeses, tanto do estado da Paraíba quanto do vizinho estado de Pernambuco. A anotação registra a ocorrência do assassinato da seguinte forma:

Aos 23.11.37 compareceu no cartório o cidadão Pedro Alves de Souza e declarou que as 7 horas de ontem, no sítio Cascudo deste termo, foi assassinado por tiro Manoel Feitosa Ventura, Parahybano (sic.) do sexo masculino, de cor morena com 34 anos de idade, casado com Maria Áurea Ventura, de cujo casamento deixa 2 filhas, Maria Selma com 2 anos de idade e Maria Luzinete com 6 meses de idade[...]. (1º Cartório de Registro Civil, em Monteiro, p.93).

Neste mesmo dia em que foi feita esta anotação no cartório, foi feito também, por uma equipe médica, composta pelos médicos Djair Brindeiro⁸⁴ e Luiz Jacy Diniz, o exame cadavérico em Manoel Feitosa, na presença do primeiro suplente de delegado de Polícia Severino Benício da Silva, do escrivão José Cypriano Maracajá e duas testemunhas. Os médicos destacaram no laudo as seguintes observações:

[...] examinaram o cadáver do sexo masculino, de idade de mais ou menos de trinta e quatro anos, de cor morena, de nacionalidade brasileira (sic.), de altura regular e nele encontraram três ferimentos (projectís de arma de fogo) penetrantes no tórax, cujos orifícios de entrada se localizaram: a) ao nível do

⁸⁴ Djair Brindeiro era natural de Alagoa do Monteiro e, posteriormente, muda-se para o Recife, onde por vinte anos foi diretor do hospital Português. Na década de cinquenta, ingressa na política partidária chegando a ser prefeito do Recife e também senador pelo estado de Pernambuco. (MENEZES, 1993, p.101)

foco aortico; b) três centímetros para cima da mamila esquerda; e c) um centímetro para fora da mamila direita. Não foi constatada a existência de orifícios de saída dos projectis [...]. (Auto de exame procedido no cadáver de Manoel Feitosa Ventura em 23.11.1937).

Estes procedimentos burocráticos e técnicos adotados demonstram que a pessoa assassinada pertencia à elite rural, uma vez que, estes procedimentos só eram feitos tendo em vista a pressão familiar sobre as instituições policiais e jurídicas, tendo em vista que sem este empenho por parte da família e da posição social que esta ocupava, essas instituições não demonstravam tanto interesse em tomar tais providencias. Nesse sentido, é possível constatar um sem número de casos de assassinatos que nem sequer chega a constar nos registros cartoriais ou eclesiásticos, sendo apenas lembrados pela tradição oral.

Após o assassinato, conforme podemos constatar pela análise dos autos, durante um período de onze meses, a polícia procura encontrar o assassino entre os vizinhos, que porventura tivesse alguma questão com o assassinado e prendem diversos camponeses que habitavam em torno da fazenda de Manoel Feitosa, procurando tirar confissões a todo custo. Porém, esta atitude em nada resulta, uma vez que sem evidências da participação no crime, gradativamente, todos vão sendo soltos.

6.2 A Condenação dos supostos Assassinos

De acordo com os autos processuais pessoas que foram presas eram de vizinhos de terras que faziam fronteiras com as terras do assassinado Manoel Feitosa. Essas prisões, no intuito de buscar os culpados principalmente entre os vizinhos, evidenciam a compreensão a qual nos referimos anteriormente de que as origens dos conflitos rurais estavam em sua maioria, diretamente associados à propriedade da terra, ou seja, o motivo da questão era principalmente a terra e, por consequência, as ameaças a essa propriedade.

Assim, tomando como referencia essa motivação dos conflitos rurais, abria-se um leque de possibilidades diversas de motivações, tais como, animais que encontrando fragilidade nas cercas entravam nas terras alheias; sumiços de animais por vezes atribuídos aos vizinhos ou por roubo ou maus tratos por ter invadido as terras e destruído plantações; destruição de cercas; conflitos tendo como motivo o questionamento das fronteiras entre as áreas de terras, ocasião em

que nessas circunstâncias alguns proprietários aproveitavam para aumentar seus domínios invadindo metros adentro a área de terra pertencente ao vizinho, dentre outras.

Contrariando essas expectativas de encontrar os culpados, provavelmente, entre vizinhos, tendo por motivo questões de terras, duas pessoas são presas e confessam-se culpados do crime. Para surpresa daqueles que buscavam os assassinos entre os vizinhos, essas pessoas que foram presas não moravam naquela região, nem tão pouco tinham qualquer aproximação com o assassinado.

Os supostos assassinos presos eram pai e filho, respectivamente; o pai chamava-se Adolpho Laurentino Bezerra, com 72 anos de idade e o filho José Laurentino Bezerra com 25 anos de idade. Os autos não esclarecem o que faziam essas pessoas, mas indicam que eram pobres e que residiam no vizinho estado de Pernambuco, conforme podemos entender pelo depoimento de Adolpho Laurentino, ao colocar que:

[...] em um dia de quarta feira de um mês e ano que não se recorda indo ele a feira da cidade de Pesqueira, [cidade do estado de Pernambuco] ali foi procurado por um rapaz, a quem viu pela primeira vez, cujo nome ele depoente não perguntou e nem lhe foi referido, que dito rapaz convidou ele, depoente para fazer um servicinho, ao que ele declarante respondeu que não podia fazê-lo por ser sozinho e doente; que dito rapaz retrucou dizendo a ele, interrogado fosse chamar um seu filho para ajudar a fazer o tal servicinho prometendo ao mesmo tempo que tiraria ele, depoente da miséria dando-lhe recursos afim de que ele declarante não mais pedisse esmolas [...]. (Auto de perguntas feitas a Laurentino Bezerra em 10 de outubro de 1938).

Assim, em março de 1939, sem sequer saber o nome do mandante do crime, os dois camponeses, pai e filho respectivamente, são condenados a cumprirem uma pena de 19 anos e 3 meses de prisão, na casa de detenção da capital do estado, no caso, em João Pessoa. Podemos concluir que o processo foi encerrado de forma rápida, sendo os réus julgados e condenados. Concluídos os tramites legais, decreta o juiz: “ O escrivão lance os nomes dos réus no rol dos culpados e os recomende na prisão em que se acham.” (Autos da ação penal contra Adolpho Laurentino Bezerra e José Laurentino Bezerra, em 4 de março de 1939).

Considerando o tempo que a polícia e a família do coronel Nilo Feitosa levou para encontrar os supostos responsáveis pelo assassinato, chegamos a duas compreensões bastante evidentes, mas, significativas para a perspectiva do nosso estudo. A primeira diz respeito à percepção de que esta ação do assassinato foi bastante elaborada, no tocante a não deixar

evidências, revelando, por sua vez, que o agressor não tinha intenção de tornar público sua afronta à família da vítima, o que é de se supor que sem dúvida sabia muito bem o risco que estava enfrentando, ao afrontar uma família na condição daquela ocupada pelos Feitosas, naquela região. Em segundo lugar, essa ação demonstra que essa família, mesmo fazendo parte da elite, não estava imune a afrontas e agressões, que se por um lado as condições não permitiam que fossem feitas abertamente, por outro, não deixavam de ser feitas, protegidas pelo anonimato.

Isto nos leva a entender que se em alguns momentos pessoas da elite eram respeitadas e a estas eram prestadas deferências, isto não significava um comportamento de passividade uniforme por parte daqueles que se encontravam em condições de dominação, considerando que essas deferências, por vezes, podiam ser apenas formas teatralizadas, utilizadas pelos dominados para convencer a elite do seu suposto respeito.

6.3 O Vaqueiro Ciríaco Dodô: a Construção de Espaços Sociais onde se exercitava o Discurso Oculto

Podemos constatar através dos autos processuais que essa condenação não convenceu a alguns membros da família Feitosa, considerando que alguns dos familiares continuaram insistindo no prosseguimento das investigações. Quanto a esta questão, percebemos pelas informações do inquérito que houve mesmo uma divisão entre a família quanto ao entendimento do desfecho dos fatos, pois uma parte da família, principalmente representada pela mãe do assassinado, se dá por satisfeita por estar convencida da culpabilidade dos réus, enquanto que outra parte, representada por outro filho, irmão da vítima, continua a insistir no prosseguimento das investigações, não se dando talvez por convencido, diante das contradições apresentadas.

Entretanto, de acordo com os autos, nada mais ocorreu para dar novos rumos ao caso, parecendo mesmo que este se encontrava solucionado, uma vez que os réus já se encontravam cumprindo a pena na casa de detenção na capital do estado e pouco se falava no crime, o que atesta a lacuna documental nos autos processuais no período compreendido entre 1939, ano da condenação, até princípios de 1942, ocasião em que repentinamente novas informações surgem e revolucionam os meios policiais e jurídicos.

As informações que iriam lançar novas luzes sobre o obscuro crime provinham de um depoimento prestado muito distante do local em que se desenrolava o processo, no caso a cidade

de Alagoa do Monteiro na Paraíba, sendo este depoimento prestado na capital pernambucana, na Delegacia de Investigações e Capturas do Recife, tendo por delegado o Dr. João Inácio Ribeiro Roma.

Este depoimento foi prestado por Manoel Pereira da Silva, tendo por apelido Seu Né, vaqueiro, com 46 anos de idade e analfabeto. Este, na época do referido crime, morava em um sítio nas proximidades da vila de São Sebastião do Umbuzeiro, distrito de Alagoa do Monteiro. Este foi o depoimento inicial que permitiu as investigações policiais tomarem as pistas que conduziram a muito custo a uma trama compartilhada por poucos, e que se revelou, impenetrável por aproximadamente cinco anos.

No depoimento de Manoel Pereira da Silva, este revelou saber detalhes significativos do assassinato de Manoel Feitosa, inclusive dizendo conhecer em minúcias como se deu o assassinato bem como todos os envolvidos na prática do crime. Nesse depoimento, Manoel Pereira disse que em fins de 1937 morava em um sítio denominado de “Jardim”, no distrito de São Sebastião do Umbuzeiro, sendo proprietário desse sítio Ciríaco da Silva, conhecido pelo apelido de Ciríaco Dodô, este por sua vez era gerente da fazenda Dois Riachos, de propriedade de Filomena Feitosa Ventura, viúva do Coronel Nilo Feitosa Ventura, sendo estes os pais do assassinado Manoel Feitosa Ventura.

Prosseguindo em seu depoimento, disse que foi procurado em sua residência por um irmão de Ciríaco por nome de Didier, que lhe pediu para que o levasse a fazenda de Manoel Feitosa, uma vez que este não conhecia o caminho, pois este iria matá-lo a mandado do seu irmão Ciríaco e mais alguém da família dos Britos. Nesse sentido, disse que foi procurado em sua residência por Dede de quem afirmou ser:

[...] seu conhecido há longos anos e irmão de Ciríaco Dodô [...] Dede lhe disse reservadamente que precisava ir ate Rancho do Negro [...] a fim de assassinar o senhor Manoel Feitosa conhecido por Manoel de Nilo, a mandado do coronel Arcelino de Brito e de Ciríaco Dodô irmão dele [...]. (Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva, 15.01.1942).

Esta particularidade imprimia a este episódio certa atipicidade, pois se tratava de um ato de agressão, praticado por um vaqueiro contra seu patrão, e não ao contrário, como em vias de regra sempre ocorria naquele contexto rural em que predominavam as relações de poder, autoritárias típicas da elite dominante, conforme anteriormente demonstradas.

Se por um lado esta particularidade qualifica este caso como atípico, por outro lado, podemos supor que o motivo dessa atitude agressiva é o que também contribui de forma significativa para caracterizar a atipicidade deste fato. As pistas desse suposto motivo da agressão também serão expostas no depoimento anteriormente referenciado, ocasião em que Manoel Pereira, ao longo do depoimento, cita algumas razões pelas quais Ciríaco pretendia eliminar Manoel Feitosa: “[...] por ser Manoel Feitosa muito falador [...] que Manoel Feitosa se opunha ao casamento de uma sua cunhada com ‘Ciríaco Dodô’, cerimônia que este conseguiu realizar depois que o mesmo Manoel Feitosa foi exterminado.” (Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva, 15.01.1942, p.10).

Podemos, diante dessas razões, entender que o crime não teve suas motivações ligadas a questões econômicas, nem mesmo, sequer, descontentamento com as relações de trabalho nas quais mantinha Ciríaco Dodô com a família de seus patrões há longos anos. Pelo contrário, podemos perceber que as relações de trabalho renderam a Ciríaco dividendos regulares, pois, conforme podemos verificar no referido depoimento, Ciríaco conseguiu com seu trabalho de vaqueiro e gerente de uma fazenda de propriedade dos Feitosa, adquirir um sítio onde se dedicava a um pequeno criatório, tendo inclusive uma pessoa cuidando dessas atividades. Como não dispunha de tempo, tinha por dedicação exclusiva cuidar das atividades da fazenda da qual era vaqueiro e gerente. Este sítio, denominado de “Jardim”, constituía-se numa pequena área de terras semelhante a tantas outras na região, considerando que a maioria das terras era fracionada em pequenas áreas da qual sobreviviam um sem número de camponeses pobres.

Observando o depoimento citado, podemos entender até onde pretendia chegar o domínio dos patrões sobre seus empregados, uma vez que não se limitavam a determinar apenas suas atitudes no campo das atividades produtivas, mas almejavam interferir até mesmo nos seus comportamentos sociais. É evidente que o assassinado podia até mesmo está satisfeito com os trabalhos prestados pelo vaqueiro, mas, para além das atividades que este desenvolvia, não via neste outras qualificações que o colocassem em situação de igualdade, a ponto de casar-se com uma pessoa como a sua cunhada, fato este que o colocaria em outra situação social, perante a família de sua esposa, e, por sua vez, socialmente, passaria não ser tão somente um empregado da família.

Ainda através desse depoimento, podemos perceber, sem dúvida, que houve por parte do vaqueiro um descontentamento em relação a essa atitude de seus patrões, principalmente do

assassinado, em proibir, abertamente, a sua cunhada em casar-se como pretendia. Fica evidente que a determinação do patrão não foi acatada e que a ação do vaqueiro foi uma ação de resistência com um propósito bem definido, ou seja, de casar-se mesmo contra as ordens do patrão.

Quanto às relações de trabalho, o vaqueiro Ciríaco Dodô não tinha do que reclamar, pois, mesmo depois do assassinato do patrão, continuou a trabalhar na fazenda. Se por acaso, as relações de trabalho o desagradassem, teria deixado sua atividade de vaqueiro para morar em seu sítio, conforme os autos atestam que possuía.

6.4 Os Espaços dos Discursos Contestatórios às determinações da Elite

Em outro depoimento, posteriormente prestado, por Manoel Pereira este deixa evidente a existência de manifestações de contestação aos domínios da elite, conforme podemos observar no depoimento a seguir em que podemos perceber que Manoel Pereira se ateu a apresentar um discurso mais rico em detalhes, uma vez que este recente depoimento apresentava mais elementos esclarecedores do crime e das particularidades das circunstâncias em que este ocorreu.

[...] que três semanas depois, [do assassinato] ‘Dede’ foi até a sua residência no sítio Jardim e lhe confessou que de fato tinha assassinado Manoel Feitosa, na fazenda Cascudo [...] declarou que havia abatido Manoel Feitosa com o bacamarte que pertenceu ao declarante, que tinha cedido a Ciríaco pelo que devia ao mesmo [...]. (Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva em 14.12.1942).

Nestes espaços seguros, os subalternos elaboravam um discurso contestatório aos dominantes, conforme podemos perceber seus indícios nas colocações de Manoel Pereira.

É de se presumir que se em devidas ocasiões, fora da vigilância da elite, por exemplo, se podia verificar a existência de uma confiança a tal ponto de se negociar armas, que naquele contexto era prerrogativa da elite, outros assuntos como o questionamento a atitudes dessa mesma elite também podiam, naturalmente, fazer parte dessas conversas. Dessa forma, as tentativas de negação de algumas informações, por parte do depoente Manoel Pereira tinham um objetivo bem mais amplo do que esconder aspectos que incriminassem ainda mais os responsáveis pelo assassinato, considerando que almejava, além disso, esconder a sua

participação nesses espaços em que se tramava a compra e venda de armas e até o planejamento do assassinato, conforme atesta o depoimento anterior.

Através de outros depoimentos, adiante explorados, podemos perceber que nestes espaços construídos livres do controle da elite rural, havia uma participação bem mais ampla do que apenas pessoas da mesma localidade, como as anteriormente demonstradas entre camponeses e vaqueiros que residiam relativamente próximos. Conforme observamos, essas conversas e negociações se deram nas residências dessas pessoas, ora na casa de um, ora na residência do outro, de forma que é possível deduzir a frequência da interação entre essas pessoas e, sobretudo, perceber que nem sempre os assuntos tratados se restringiam, apenas, a questões de trabalho.

Exemplo dessas interações e das relações entre essas pessoas em condição de subalternidade e da construção de espaços em que podia se desenvolver a prática de um discurso oculto, podemos confirmar através do depoimento de Francisco José da Silva, apelidado de Chico Mussiço, na delegacia de capturas do Recife, em 9 de dezembro de 1942. Francisco José era almocreve e tangia uma pequena frota de burros, transportando gêneros alimentícios do vizinho estado de Pernambuco para a Paraíba e vice-versa. Nessas idas e vindas, sempre passava na residência de Ciríaco ocasião em que aproveitava para comprar queijos para alimentação durante a viagem.

No depoimento evidenciam-se como aconteciam, entre essas pessoas, conversas sigilosas, ocasião em que falavam sobre ações que contestavam a dominação como o assassinato e a negociação de arma, conversas essas que, obviamente, estavam fora do controle da elite. Era então nesses espaços fora do controle da elite que essas ações, que podemos entender como contestatórias aconteciam, a exemplo da comercialização de armas, fato este não tolerado pela elite sem o seu consentimento, mas que, ocultamente, acontecia conforme podemos perceber indícios desse tipo de ação, através do depoimento a seguir:

[...] ao regressar para sua residência resolveu passar na casa de Ciríaco, na fazenda Dois Riachos [...] a fim de comprar uns queijos e em seguida o mesmo [Ciríaco] pediu para entregar um bacamarte a Didier Fortunato Bezerra, vulgo Dede residente em Ipojuca [...] depois lhe disse que se Dede não estivesse em casa o declarante podia deixar o bacamarte nas mãos da mulher do mesmo Dede [...] que somente entregou a Dede no dia seguinte, pela manhã, em Ipojuca, por haver dormido na fazenda Mussiço, onde se arranchou, ainda em Paraíba.

Conforme podemos observar, a ocorrência de ações que contestavam o domínio da elite ou que fugiam do seu controle naquele contexto não era uma ocorrência tão rara assim, pois, de acordo com as colocações feitas no depoimento anterior fica perceptível que existiam várias pessoas que compartilhavam de certa confiança, e que aproveitavam brechas da vigilância da elite, como podemos perceber através do fato de mandar uma arma daquele porte para ser entregue a outra pessoa só podia ser feito tendo plena confiança em quem iria transportar tal encomenda, por outro lado, conforme a recomendação da entrega, podendo a arma ser entregue a esposa da pessoa a quem se destinava, revela também, que esses laços de confiança eram bastante amplos e consolidados.

Ainda como comprovação da existência dessas ações, que eram protagonizadas fora do controle dos dominantes, tomamos como exemplo alguns comentários tecidos a respeito do assassinato em questão, ocasião em que podemos perceber ainda, que se por um lado este assassinato apresentava dificuldades para seu esclarecimento, por parte da família e do aparato policial e jurídico, por outro, pelos depoimentos prestados, ao que indica, era do conhecimento de algumas pessoas não pertencentes a elite, sendo mesmo motivo de comentários e brincadeiras por parte dos dominados. Como exemplo disso, podemos perceber no depoimento do camponês José Francisco de Araújo, ao declarar:

[...] que no ano de 1940 encontrou na vila de Tigre[...] a Ari de Brito, passando em seguida a palestrar com o mesmo, tendo no meio da conversa perguntado por Didier Fortunato Bezerra, vulgo Dede, Ari lhe respondeu que Dede não morava mais em Ipojuca, estava socado na fazenda Dois Riachos, trabalhando para dona Loló Feitosa, viúva do major Nilo Feitosa, depois de ter feito o que fez; que perguntou a Ari o que Dede tinha feito e Ari lhe respondeu que Dede foi quem matou Manoel Feitosa, filho de dona Loló Feitosa, a mandado de Ciríaco Bezerra, vulgo Ciríaco Dodô. (Auto de declarações que presta José Francisco de Araújo, vulgo José Marinheiro. Delegacia de Investigações e Capturas do Recife, em 15.12.1942).

Esta conversa apresenta indícios que nos permite concluir que naquele contexto, nos espaços seguros, fora dos domínios da elite, se exercitava um discurso contestatório aos dominantes e nessas ocasiões as pessoas da elite eram alvo de críticas e até mesmo de gozação, conforme podemos observar a partir da análise do depoimento anteriormente citado. Nesse, o depoente a conversa que teve com um amigo, mesmo considerando a sua elaboração de sua

expressão perante o aparato jurídico, é de se considerar a maneira de gozação presente na conversa que teve com o amigo. Diz que teve notícia que o assassino estava “socado” na fazenda da mãe do assassinado. O termo “socado”, que provavelmente escapou ao depoente, é usado popularmente, para dizer que uma pessoa encontra-se inserida em um meio social e que supostamente compartilha com as idéias e posições daqueles com quem esta mantendo relações naquele meio, no entanto não pertence aquele meio.

Considerando assim, que a conversa se deu entre pessoas amigas, que compartilhavam de confiança ao ponto de revelar informações desse tipo e que chegaram até em forma de descontração de dizer que o amigo de ambos estava socado na fazenda da mãe do assassinado, podemos supor que para além dessa revelação e o tom da crítica que fizeram ao amigo, a conversa deve ter se detido também a ridicularizar a família da vítima, considerando o fato desta está sendo enganada pelo próprio assassino.

Ainda analisando este depoimento, podemos perceber que as críticas que se faziam aos dominantes eram em espaços seguros em que os laços de amizade e confiança foram construídos ao longo do tempo, conforme coloca o depoente: “[...] que Ari lhe fez essa revelação em virtude da intimidade e confiança existente entre ambos.” (Auto de declarações que presta José Francisco de Araújo, vulgo José Marinheiro. Delegacia de Investigações e Capturas do Recife, em 15.12.1942).

Levando em consideração as pistas colocadas ao longo desses depoimentos, em que se evidencia o conhecimento de diversas pessoas sobre a venda da arma e da trajetória que esta percorreu até chegar às mãos do executor, podemos concluir que diversas pessoas sabiam quem eram os responsáveis pelo assassinato. Outros, se não tinham convicção da autoria do crime, mas, por compartilharem dos mesmos espaços fora do controle dos dominantes, tinham conhecimentos suficientes de elementos que lhes possibilitavam suspeitar de onde provinham às ações que culminaram com o assassinato.

Considerando como indício o fato de que várias pessoas não pertencentes à elite sabiam e comentavam sobre o crime, podemos concluir que naquele contexto específico, entre essas pessoas como vaqueiros, camponeses moradores e pequenos comerciantes - no caso os almocreves - , que transitavam naquelas paragens, existia uma relação de confiança tecida nas ações do cotidiano e que dado a semelhante condição social de subalternidade que se encontravam, exercitavam um discurso contestatório aos dominantes.

Os indícios nos mostram que nesses espaços de interação social, partilhados pelos dominados, estes elaboravam críticas às elites estabelecidas, mesmo que fosse apenas fazendo piadas, conforme podemos perceber pelos indícios colocados no depoimento de Adolpho Laurentino em 10 de fevereiro de 1943, ocasião em que este revela o motivo que culminou com a sua prisão e condenação. Nesse depoimento, disse que se encontrou na feira da cidade de Brejo da Madre Deus com um compadre seu, e entre outros assuntos falaram sobre o assassinato de Manoel Feitosa, conforme consta nos autos:

[...] que Ignácio Gouveia compadre dele depoente e que tinha acompanhado em Monteiro os inimigos de Santa Cruz, foi quem lhe dissera uma **pilhéria**, perguntando se não tinha sido ele o autor da morte de Manoel de Nilo, ao que ele depoente retrucou dizendo que tinha sido eles dois [ele e o filho].(auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943, grifo nosso).

Percebemos, também, nesse depoimento, indícios de uma prática de contestação simbólica aos dominantes, ocasião em que o depoente se refere que na feira comentaram sobre o assassinato, mas, sobretudo, conforme podemos deduzir, não fora um comentário qualquer, porém, tendo a característica de zombaria, considerando a colocação de Adolpho ao afirmar que seu compadre lhe dissera uma pilhéria. Ora, pilhéria naquele contexto representa uma brincadeira com alguém, mas não uma simples brincadeira, considerando que a pilhéria sempre tem um caráter pejorativo. Assim sendo, o assassinato foi objeto de análise não apenas pelo aparelho jurídico, mas tornou-se um fato amplamente comentado, julgado e representado nas diversas camadas sociais da população do município de Alagoa do Monteiro e outros vizinhos. A pilheria em que se pergunta ao outro se ele foi o autor do crime pode ser lida como uma forma de expressar o desejo de muitos em realizarem tal ato.

É de se presumir, que este tipo de atitude compartilhada pelos dominados que consistia em zombar das questões que atingiam a elite, era possível graças a relação de confiança, na medida em que permitia tratar de assuntos que em outros espaços representava riscos dados suas condições de subalternidade. Também podemos perceber que, dada as circunstâncias em que ocorreu esta conversa, essa forma de questionamento à elite, se manifestava em ocasiões distintas, bastando, para tanto, apenas a segurança de estar fora do alcance da percepção das

demais pessoas o suficiente para falarem sobre o que para eles podia ser tratado como brincadeira, o que, com certeza, não fariam em outro espaço em que o domínio da elite se fizesse presente.

Percebemos, assim, que ao mesmo acontecimento eram atribuídos significados diferenciados. Dessa forma, o que para a elite dominante representava uma agressão a sua expressão de poder, para outros em condição de subalternidade a essa mesma elite, nada mais representava do que um assunto para fofocas e até mesmo brincadeiras. Esta atitude de brincadeira e divertimento demonstra o que Scott (2000, p.67) denominou em sua análise como sendo uma expressão da resistência traduzindo-se em “um desejo de reciprocidade negativa”, ou seja, a alegria dos dominados com as desgraças dos dominantes.

Os indícios revelados nessa conversa demonstram a compreensão que essas pessoas tinham da elite dominante, sabendo perfeitamente o momento de prestar as devidas deferências, bem como, o momento de negar essa deferência, ou mesmo ridicularizar em ocasiões oportunas o pretense domínio dessa elite, conforme se deu com esses compadres na feira.

Adolpho atribui a sua prisão, como vimos, a essa conversa e a brincadeira que teve com seu compadre o que é bastante convincente, o que indica também que é possível que esta conversa tenha sido apenas uma entre outras, em forma de brincadeira feitas pelo próprio Adolpho conforme colocou em seu depoimento referindo-se à brincadeira: “[...] foi quem lhe dissera uma **pilhéria**, perguntando se não tinha sido ele o autor da morte de Manoel de Nilo ao que ele, o depoente, retrucou, dizendo que tinha sido eles dois [ele e o filho]” (auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943, grifo nosso).

Aqui, retomando a mesma seqüência em que analisamos os depoimentos das pessoas envolvidas no processo, e que revelaram em diversas ocasiões indícios de práticas de um discurso contestatório aos dominantes, que podemos entender pelas características apresentadas como sendo expressões de um discurso oculto, exercitada pelo conjunto daqueles que se encontravam em condições de subalternidade, conforme compreendido por James Scott, pretendemos nesta mesma seqüência, analisar de que forma essas práticas exercitadas fora da vigilância da elite, foram sendo reveladas nos espaços policiais e jurídicos.

Nesta perspectiva, procuramos analisar como emergiu o discurso oculto e como foram se tornando públicas as informações que responsabilizaram o vaqueiro Ciríaco Dodô na consecução

do assassinato, uma vez que as informações a esse respeito eram, por natureza, exercitadas em espaços considerados seguros, fora do controle da elite dominante.

A resposta a este questionamento, só se torna possível ao se analisar as diversas fases do processo. Nessa perspectiva, retomamos as observações quanto às primeiras pessoas que foram incriminadas, no caso, Adolpho Laurentino e o seu filho, pessoas essas que os autos apenas esclarecem que eram pobres ao ponto de pedir esmolas nas feiras.

Conforme observamos, as colocações destes nos autos de interrogatórios apresentavam muitas contradições, pois, ao mesmo tempo em que assumiam a autoria do crime não apresentavam uma razão plausível para tal ação, bem como não reconheciam o mandante. Estas colocações confusas nos conduziam a dois entendimentos diferenciados, o primeiro entendimento que estes temiam em revelar de fato quem fora o mandante, e o segundo, que estes não tinham nenhuma participação naquela ação.

As pistas no tocante a equacionar estes questionamentos só seriam observadas ao se examinar os depoimentos desses camponeses, prestados já na casa de detenção na capital do estado, onde se encontravam a mais de três anos, cumprindo a pena a eles determinada.

6.5 Aspectos das formas de Dominação: o Discurso Oculto se revela pela Tortura

Sendo pressionado pela família da vítima, como é de se supor, a polícia prendeu diversas pessoas e na tentativa de se chegar aos culpados se utilizou dos métodos mais brutais e comuns naquele contexto, a tortura, principalmente, em se tratando de pessoas que não tinham meios para questionar esses métodos, nem tão pouco como custear advogados para representá-los judicialmente.

As contradições apresentadas nos depoimentos de Adolpho e seu filho vão ser esclarecidas neste depoimento mais recente, em que este já preso e se sentindo fora de ameaças declara os motivos pelos quais ele e seu filho assumiram a autoria do crime, esclarecendo que:

[...] a sua confissão no caso, se dera exclusivamente premido pela coação contra ele sofrida e feita pelo Tenente Ferreira Chaves, de Monteiro [...] que preso na cadeia de Monteiro, passara quatro dias sem comer nem beber e, na noite seguinte o tenente Ferreira Chaves, então delegado daquela cidade levava-o a meia noite do dia seguinte, para o quintal e aí o ameaçara de morte, a fim de que

confessasse o crime (auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943).

Através deste depoimento, fica claro porque Adolpho não reconheceu o mandante do crime, quando a este, várias pessoas eram apresentadas, pois, nada tinham de envolvimento com o crime. É de se presumir que a versão contada no seu depoimento em que assumia a autoria do crime, foi em parte elaborada a partir dos elementos sugeridos pela própria polícia, que detendo informações sobre o contexto do assassinato tentava retirar sob tortura o que de antemão pensava sobre o crime, coagindo assim o depoente a confirmar esse raciocínio.

Sofrendo torturas junto com o filho, o velho Adolpho no intuito de preservar a vida ou talvez apenas minorar os sofrimentos que vinha passando na cadeia, conforme relata, admite a autoria do crime, o que não ocorre com seu filho que resiste em negar qualquer participação no mesmo, sendo necessário para isto que o velho Adolpho peça a este que confesse, pois, não suportava mais os maus tratos a que vinha sendo submetidos. Ainda no referido depoimento coloca:

Que o seu filho não queria declarar-se também culpado, mas, ele depoente **pediu-lhe ajoelhado** para que confessasse a autoria a fim de não ser sangrado [...]”(auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943, grifo nosso). Ainda argumenta sua inocência colocando sua incapacidade física para ter cometido tal ação ao afirmar que: “[...] na época do crime, ele depoente se achava com o braço esquerdo, amputado e por isso mesmo teria muitas dificuldades em assassinar a alguém [...] (auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943, grifo nosso).

Também em depoimento nesta mesma época, já cumprindo pena, José Laurentino, o filho, esclarece que assumiu a autoria do crime por conta da tortura que sofrera na ocasião em que esteve preso junto com o pai na cadeia de Monteiro, confirmando assim o que dissera seu pai, afirmando que:

[...] ele e seu pai foram recolhidos a cadeia de Monteiro em uma segunda feira, e, somente na sexta feira é que viera a receber alimentação, e assim mesmo fornecida por uma vizinha condocida dos seus maltratos; que não só premido pela fome, como também pelas ameaças e maltratos feitos ao seu pai, pelo tenente

Vicente Chaves, então delegado de polícia daquela cidade [...]. (auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra, 78 anos, em 10.02.1943).

Tendo confessado a força, mediante tortura, um assassinato que não cometeram, Adolpho e seu filho foram condenados e estavam cumprindo pena na Casa de Detenção da capital do estado já há quatro anos, fato este não isolado no contexto policial e jurídico do estado em se tratando de camada pobre da população. Um fato semelhante que ocorreu no estado e veio ao conhecimento público foi a tortura a que foi submetido um artesão que fabricava selas em Campina Grande com a finalidade de confessar um assassinato que não cometera, ao fim de sua prisão e das sessões de tortura tinha perdido a visão, dado a agressividade das torturas aplicadas:

[...] o seleiro de Campina Grande, conhecido por João Vermelho foi jogado ao fundo duma prisão, onde dias a fio, foi torturado de açoites e alimentado a bacalhau sem água, sob a imputação de um crime que ele não cometera [...] tornando a liberdade e a vida, João Vermelho já não possuía a luz dos olhos, estava cego (RIBEIRO, 1979, p.183).

Um instrumento para espalhar o terror entre os camponeses e camada pobre da população em Alagoa do Monteiro foi o tenente Vicente Ferreira Chaves que serviu como fiel guardião da elite local⁸⁵. Um testemunho de época, a ele se refere como sendo “o Leão do Norte”, e demarca seus préstimos da seguinte forma: “A fama do tenente Vicente Ferreira Chaves corria de boca em boca. Ninguém ignorava sua imensa e brilhante folha de serviços prestados à polícia paraibana [...] ao tenente Vicente Chaves coube, certamente, a honrosa função de Delegado de Monteiro.” (JANSEN FILHO, 1989, p.391-392).

É evidente, que este posicionamento de Jansen Filho⁸⁶ revela a compreensão de uma pessoa que fazia parte da elite, pois, tratava-se do filho de um proprietário de cartório em Alagoa

⁸⁵ Quando nos referimos ao tenente Chaves como guardião dos interesses da elite, não estamos só nos atendo aos dados que indicam as atitudes deste na função de delegado protegendo a vida e o patrimônio da elite local, mas, observando que este prestava-se a outras tarefas muito mais corriqueiras e sem expressão nos meios políticos. Conforme registra Mariano Sobrinho (1996, p.216) o tenente Chaves atendendo as ordens da esposa do fazendeiro Pedro Bezerra Filho, proprietário da fazenda Floresta entre outras, expulsou da cidade de Camalaú através da pressão e ameaças uma prostituta que supostamente mantinha ligações com aquele proprietário.

⁸⁶ Jansen Filho foi um poeta e advogado de Alagoa do Monteiro, porém ficou conhecido não por sua atuação como advogado, mas como poeta, não poeta popular, mas poeta literato. É vasta a sua produção no campo da poesia pelas quais recebeu elogios do seu trabalho até mesmo por membros da Academia Brasileira de Letras, recebendo também

do Monteiro, sendo este cartório adquirido por indicação do coronel Nilo Feitosa. O coronel Nilo Feitosa, por sua vez, era padrinho desta pessoa que faz esta menção ao referido tenente. Dessa forma, quando este se refere aos serviços prestados a polícia paraibana, podemos entender, diante do que apuramos, que se tratava dos serviços prestados à elite da época.

Percebemos, todavia, que a elite sabia perfeitamente o que ocorria nas dependências da cadeia, e aprovava o comportamento das ações desse sargento quanto a sua truculência para com os dominados. Essas ações serviam para demonstrar, ostensivamente o poder exercido pelas elites, sendo mesmo fundamental para manter sua dominação e a obtenção da deferência por parte dos populares, mesmo que fingida e teatralizada nos moldes do discurso público. Se assim não fosse, não teria razão para o emprego de tanta força, com fins a provocar o medo, para o controle dos dominados.

Continuando seu depoimento quanto ao tenente Chaves, o afilhado do coronel Nilo Feitosa, demonstra claramente a notoriedade deste pelos seus métodos, ao colocar que: “ Ai daquele que ao praticar um crime que o levasse à prisão, caísse nas garras de Vicente Chaves! Sofria horrores e só saía da cadeia com uma vela ou uma guia de internação, porque o festim de cassetete era estupidamente tenebroso.” (JANSEN FILHO, 1989, p.392).

Obviamente o afilhado lembrou-se desse tenente Chaves⁸⁷, por estes préstimos feitos a elite, principalmente ao seu padrinho, entretanto, quanto aos crimes praticados pelos membros da elite não encontramos sequer algum que tenha sido interrogado ou preso pelo tão temido tenente, e há de convir que aconteceram diversos. Podemos perceber que uso da força era uma prática inegável utilizada pela elite para manter o respeito e deferência por parte dos dominados.

dezenas de outros títulos de instituições diversas de vários estados do País. Em 1989 o Senado Federal publicou em um só volume todas as suas obras sob a denominação de “Uma vida vivida em poesia”. Nesta obra que compõe a coletânea e é denominada de “Monteiro da minha infância”, o escritor detém a narrar fatos por ele considerado como de destaque daquele município. Especificamente essa produção nos serve como fonte para pesquisar indícios das relações sociais naquela sociedade a partir dos fatos e posicionamentos que apresenta (Cf. JANSEN FILHO, 1989).

⁸⁷ O tenente Vicente Ferreira Chaves ao sair de Monteiro foi prestar seus serviços na cidade de Patos no Sertão da Paraíba, naquela cidade assassinou sua esposa por suspeita de infidelidade conjugal. (JANSEN FILHO, 1989, p.393). É bem possível, que este fato serviu como motivo de piadas e fofocas por parte de camponeses e populares, que protegidos pelo anonimato do discurso oculto, compartilhavam de um sentimento de alegria e vingança das sevícias sofrida nas mãos daquele. Naquele contexto a traição conjugal, conforme era compreendida, representava uma desonra, para o homem, evidentemente, sendo acrescida esta desonra de acordo com a posição social, sendo este o caso específico do tão temível tenente. Ainda em sua permanência na cidade de patos, por ocasião de contendas políticas, o tenente Vicente Chaves tentou assassinar o advogado Ernani Sátiro que viria posteriormente a ser eleito governador da Paraíba (PITANGA, 1988, p.176). Vale ressaltar que Ernani Sátiro fora o advogado de Ciriaco Dodô quando este estava sendo processado pelo assassinato de Manoel Feitosa, é bem provável que essa inimizade tivesse se originado daquele contexto em que este advogado denunciou as torturas sofridas por Ciriaco Dodô.

Ainda quanto a família Feitosa, se por um lado o coronel Nilo⁸⁸ tinha seus motivos para inimizades e perseguição a sua esposa dona Filomena Feitosa, também, fazia uso da mesma violência para atingir seus objetivos. No processo criminal que trata do assassinato do seu filho Manoel Feitosa, o advogado de Ciríaco Dodô, demonstra conhecer essas ações de dona Filomena, esclarecendo que: “[...] dona Filomena Feitosa Ventura [esta sendo processada naquele fórum] como responsável pelo assassinato de Sebastião Cordeiro de Aguiar, inimigo conhecido da família Feitosa” (Auto de defesa elaborado por Ermany Sátiro, advogado de Ciríaco Dodô, em 8 de setembro de 1942).

Observando os depoimentos de José Laurentino e do seu pai, e estes referidos depoimentos sobre o tenente Chaves, bem como sobre a família Feitosa, são evidentes os indícios que permitem perceber a distância das relações sociais entre a camada pobre da sociedade e da elite dominante e dos métodos empregados por estes para obterem a deferência por parte da população pobre e dos camponeses. Estas pistas nos permitem entender que se era necessário o uso da força, conforme vimos, era porque essa deferência não se obtinha de forma passiva nem unânime por parte dos que se encontravam em condição de dominação.

Essas manifestações, por parte das pessoas, conforme pudemos observar a partir dos indícios colocados nos depoimentos, em relação ao crime, se davam de forma a ocultar, da forma mais segura possível, pois é de se compreender que quanto maior as expressões de poder e seu aspecto aterrorizador, maior a proteção desenvolvidas por aqueles que encontram-se em condição de dominação. Nesse sentido, quanto maior o medo de represálias maior era a atenção empregada no ocultamento das ações contestatórias desenvolvidas no cotidiano, o que podemos observar, no

⁸⁸ Etelvino Lins, que fora interventor federal no estado de Pernambuco em 1937, senador eleito em 1945 e eleito governador em 1952, natural do município de Sertânia no estado de Pernambuco, vizinho do município de Monteiro, também faz alguns esclarecimentos quanto ao coronel Nilo Feitosa. Sendo contemporâneo deste coronel Etelvino Lins conheceu de perto as ações desse coronel e no seu relato diz que por ocasião de estar representando uma empresa de seguros, destinou-se a vizinha cidade de Alagoa do Monteiro com fins a fazer alguns contratos de seguros de algumas personalidades daquela cidade, mas duas pessoas não tiveram suas propostas de seguro aceitas. A razão da seguradora não aceitar fazer o seguro se deu por conta de uma pesquisa preliminar sobre essas pessoas e constatar que essas tinham muitos inimigos, não sendo, assim, viável a aprovação dessas propostas. Uma destas propostas recusadas, foi a do coronel Nilo Feitosa, por conta do elevado número de inimigos que este possuía na região (LINS, 1977, p.8). Etelvino Lins na condição de primeiro Delegado auxiliar da capital de Pernambuco e com poderes de chefe dos delegados de todos os municípios do estado, foi quem primeiro interrogou o líder comunista Gregório Bezerra por ocasião de sua prisão na Casa de Detenção do Recife dado seu envolvimento no movimento comunista de 1935. A Etelvino Lins coube a tarefa de presidir o inquérito dos envolvidos no referido episódio, sendo todos condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional (LINS, 1977, p.12-13). Conforme coloca Gregório Bezerra, o interrogatório comandado por Etelvino ocorreu por volta das dezenove horas e, a meia noite, foi novamente interrogado com o emprego da tortura executada pelo o capitão Malvino Reis Neto, então Secretário de Segurança Pública do Estado (BEZERRA, 1979, p.274).

cuidado em ocultar a trama que resultou no assassinato, considerando a duração do tempo que passou para que surgissem pistas sobre quem fora os responsáveis pelo crime.

O emprego da tortura para quebrar a resistência dos detentos, pobres, evidentemente, no sentido de obter informações era um acontecimento bastante comum. José Américo de Almeida, um dos governadores da Paraíba, admite que para obter uma informação de um camponês a respeito de um bando de cangaceiros, mandou que o torturasse, descrevendo a ocasião da seguinte forma: “Não havia dúvida, era um espião. Recomendei aos oficiais que arrancassem a confissão. Apertem que ele sabe [...] Afastei-me. Era um homem já de certa idade. Eu não tinha natureza para assistir a cena.” (ALMEIDA, 2005, p.124).

Quanto às pessoas que foram presas e condenadas, como responsáveis pelo assassinato fica evidente, portanto, que as informações que condenaram essas pessoas foram retiradas dos mesmos sob tortura. A única ação destes em relação ao crime foi tão somente, tempos após o assassinato, em um encontro ocasional com um compadre em um dia de feira gracejar sobre este acontecimento.

Observando o depoimento do camponês Manoel Pereira, apelidado de seu Né, podemos perceber a existência dessa prática contestatória à dominação da elite a exemplo dos gracejos e escárnios e como mediante o emprego da tortura essas práticas compartilhadas por vaqueiros, camponeses e tropeiros, que se identificavam dado suas condições sociais de subalternidades às elites rurais foi sendo revelada a muito custo.

Podemos entender que o camponês Manoel Pereira em diversos momentos compartilhou de um discurso oculto junto àqueles que se encontravam numa mesma condição de subalternidade, e estas revelações feitas à polícia, não foram prestadas de livre e espontânea vontade, até porque, é evidente que estas revelações também lhe incriminavam, não por fazer parte do planejamento do crime, mas, sobretudo por ser sabedor da agressão que iria ser feita a uma pessoa da elite e não tomar nenhuma atitude no sentido de evitar tal agressão, contrariando assim, as devidas expectativas da elite que acreditava em uma suposta subserviência de pessoas nessa condição de subalternizados.

É de se pressupor, que esses camponeses faziam uma leitura bastante coerente de suas condições e tomavam atitudes a partir da avaliação de suas possibilidades frente às relações de poder exercitadas no cotidiano. Longe, estavam assim, de uma passividade inerte, mas exercitavam ao seu modo práticas de resistência à dominação imposta pela elite, mesmo que de

acordo com a ocasião, assumisse essas práticas a forma do discurso oculto traduzindo-se em ações como zombaria, piadas, fofocas ou mesmo agressões físicas.

6.6 Da Produção do Discurso Público à Revelação de um Discurso Oculto

Anteriormente nos atemos aos autos processuais, tomando como ponto principal de análise as ações e pronunciamentos das pessoas que tinham conhecimento dos fatos, principalmente por ter de uma forma ou de outra, concorrido, mesmo que não intencionalmente, nos acontecimentos que culminaram no assassinato, nos possibilitando assim, analisar pistas que nos levem a perceber a existência de práticas cotidianas contestatória ao domínio da elite.

Pretendemos nessa perspectiva, nos ater a analisar as relações do vaqueiro Ciríaco Dodô com seus patrões no caso a família Feitosa, e procuraremos entender de que forma foi constituída essa relação, como se manteve e como se rompeu e analisar as formas de dominação e resistência.

Nesta perspectiva buscamos analisar os testemunhos prestados por diversas pessoas, que conheciam apenas aspectos das relações existentes entre o réu Ciríaco Dodô, seu irmão Didier Fortunato e a família da vítima. Estes testemunhos diferenciam-se dos anteriormente analisados por apresentar versões de quem não conheceu os elementos, nem as circunstâncias do crime, mas de alguma forma tinham conhecimento das relações entre as pessoas envolvidas.

Talvez se possa questionar porque essa ordem de análise não se deu ao contrário, ou seja, de forma linear, apresentando em primeiro lugar as pessoas, suas relações sociais e de produção e o fato da agressão do trabalhador contra membro da família de seu patrão.

Partimos do entendimento que deveríamos primeiramente colocar um evento que representava a ruptura da relação entre o vaqueiro e seu patrão, no caso, o assassinato, e a partir dos autos processuais, observarmos as posições sociais ocupadas, ou seja, observar como se configuravam as relações de poder e seus desdobramentos em práticas tanto de dominação quanto de resistência.

Enfim entendemos que assumimos apenas uma ordem de prioridade de análise que acreditamos ser a mais satisfatória, e que em nada apresentaria de prejuízo, caso a ordem da análise dos fatos.

Quanto à origem de Ciríaco Dodô, não dispomos de muitas informações, o que os autos apresentam é que o mesmo não conheceu seus pais, uma vez que foi abandonado nas proximidades de uma residência de camponeses residente em uma determinada serra que faz fronteira da Paraíba com o vizinho estado de Pernambuco. Assim sendo, este foi criado por este casal até próximo a completar a idade de 12 anos, quando este casal morre, Ciríaco vai morar na fazenda Dois Riachos no distrito de São Sebastião do Umbuzeiro, pertencente ao coronel Nilo Feitosa Ferreira Ventura, mesmo sendo ainda criança, passa a realizar naquela fazenda pequenos serviços junto aos demais trabalhadores e dado o seu aprendizado no cotidiano, no transcorrer do tempo adquire um profissão definida e torna-se mais um vaqueiro da fazenda.

Retomando nossa perspectiva de análise, observamos a princípio a rapidez dos meios policiais e jurídicos quando tratava-se de representar os interesses da elite, pois, o depoimento que desencadeou toda a retomada das investigações foi prestado pelo camponês Manoel Pereira no dia 15 de janeiro de 1942 na delegacia de Investigações e Capturas do Recife, conforme analisamos anteriormente, e já três dias depois, o acusado de ser o autor intelectual do crime, no caso o vaqueiro Ciríaco Dodô se encontrava preso nesta mesma delegacia, ocasião em que presta seu depoimento.

Este primeiro depoimento de Ciríaco Dodô é permeado por colocações aparentemente desconexas, mas que analisadas minuciosamente, atentam para a observação das pistas deixadas ao longo do seu pronunciamento e nos permite compreender a lógica que permeia as suas colocações.

Nesse depoimento, alguns pontos são colocados com muita ênfase por parte do depoente, principalmente no tocante a demonstrar as relações de reciprocidade que tinha com a família do assassinado, manifestando assim o reconhecimento dos préstimos recebidos dessa família, ao colocar que: “[...] que desde a sua infância foi criado pelo senhor Nilo Feitosa Ventura [pai do assassinado] na fazenda Dois Riachos, no município de Alagoa do Monteiro. Foi criado na intimidade **quase** como um irmão [do assassinado Manoel Feitosa]” (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva - delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942, grifo nosso).

Se por um lado é possível perceber um reconhecimento dos préstimos recebidos, o que demonstra o exercício de elaboração de um discurso público, não no tocante a inventar uma história, mas de realçar determinados pontos com fins propositais de demonstrar uma suposta

deferência a esta família por outro lado, uma leitura a *contra pelo* revela que neste mesmo depoimento há indícios de uma compreensão um pouco diferente daquela que desejava transmitir.

Diante da situação em que se encontrava, preso e sendo acusado do assassinato de um filho de seu patrão, considerando a particularidade deste ter dado abrigo nas dependências de sua fazenda, embora que para trabalhar, quando este se encontrava ainda menino, órfão, e sem ter para onde ir, é perceptível que o depoente tentasse fazer sua defesa com os elementos que tinham embasamento nessa realidade vivenciada. Nessa perspectiva de construir uma defesa convincente, faz uso dessas relações vivenciadas no cotidiano, procurando evidentemente convencer os interrogadores das boas relações que mantinha com estes e demonstrar a gratidão devida aqueles, para assim não deixar transparecer existir motivos que o levassem a incriminá-lo.

É provável, que tivesse a convicção de que com a demonstração dos laços de gratidão afastaria a dúvida quanto a sua participação no crime. Além disso, contava com um elemento muito convincente, o fato de permanecer ainda na função de vaqueiro e administrador na mesma fazenda trabalhando para a viúva do coronel Nilo Feitosa, demonstrando dessa forma a confiança que a família tinha para com ele. Observamos assim, que este estava fora de suspeitas, pois o crime ocorreu no ano de 1937 e ainda em 1942 se encontrava no pleno exercício de suas funções na mesma fazenda da família, fato este que nos leva a compreender que as relações de reciprocidade entre o vaqueiro Ciríaco Dodô a família do coronel Nilo Feitosa eram consolidadas, portanto não havia suspeita nem motivos para uma quebra dos laços que estruturavam as relações entre eles.

É de se admitir que qualquer pessoa que estivesse na condição de ser condenado por qualquer ação a ele atribuída desenvolvesse maneiras de fazer sua defesa da melhor forma possível, usando elementos que tornassem convincente suas alegações e, neste caso, produzindo um discurso coerente e planejado. Nesse sentido, esse discurso apresentado nos meios jurídicos é um discurso permeado pela característica de omitir o que incrimina e realçar, ou mesmo criar, o que torna possível a defesa. É de se presumir o cuidado na elaboração de um discurso quando se trata de um caso em que o acusado e aquele que sofreu a agressão estão envolvidos cotidianamente numa teia de reciprocidade, com obrigações, favores e dívida moral.

Nas colocações feitas pelo vaqueiro Ciríaco Dodô, é presumível que este se comportaria como todos aqueles submetidos a interrogatório, mas considerando sua relação de proximidade

com a família da vítima, o que torna o caso mais delicado, é de se imaginar que ele empenhou-se em produzir um discurso público convincente das boas relações com o assassinado.

Elaborando seu discurso perante os meios jurídicos, e na tentativa de ser o mais convincente possível, procura demonstrar as boas relações que mantinha com o assassinado, dizendo que: “[...] nunca teve inimizade ou simples desgosto com Manoel Feitosa Ventura, de quem era compadre e amigo, não desejando ofendê-lo.” (termo de acareação feita entre Didier Fortunado e Ciríaco Dodô, em 27.01.1943 em Monteiro).

Dessa forma, as suas colocações devem ser entendidas como uma evidência de uma suposta deferência que tinha em relação a família. Esclarecemos que estamos analisando o pronunciamento do vaqueiro Ciríaco Dodô nos autos processuais, não apenas no sentido de perceber suas contradições, por ocasião apenas daqueles depoimentos nos meios policiais e jurídicos, mas, sobretudo perceber a partir desses depoimentos as relações, que Ciríaco Dodô vivenciou no seu cotidiano com o seu patrão, bem como com sua família. Trata-se de compreender como da narrativa emergem traços das relações sociais, seja de reciprocidade ou de conflito. Nessa perspectiva, realizamos uma leitura a contrapelo, procurando enxergar indícios que revelam práticas e linguagens não visivelmente ou publicamente expostas.

6.7 Os Indícios de uma Deferência Fingida: Aspectos da Produção de um Discurso Público

Retomando a análise dos autos, percebemos através da colocação anteriormente referenciada que o depoente revela que foi criado pelo fazendeiro, mas, observando mais detidamente esse depoimento é possível perceber que quando esse diz ter sido criado, talvez não tenha o sentido que compreendemos como criar, como sendo filho, em total condição de igualdade com os outros filhos, pois, é de se entender que ele foi ainda criança para aquela fazenda e lá passou a ajudar em todos os serviços, não sendo assim, uma condição que se daria a um filho legítimo principalmente pelas famílias da elite naquele contexto. Isso indica que ele foi se tornando trabalhador da fazenda e talvez, diante da quantidade de fazendas que o coronel Nilo Feitosa possuía, e da quantidade de seus trabalhadores, nem se relacionava assiduamente com este.

Tomamos como indício para entender essa afirmação, a ênfase que o depoente enfatiza na palavra “quase” ao dizer que foi criado na “intimidade quase como um irmão”. O significado

desse “quase” deve ser entendido a partir da análise do contexto social em que foi colocado. Naquele universo rural, era nas grandes propriedades rurais que os diversos tipos de trabalhadores e camponeses encontravam trabalho por um período de tempo, dessa forma, para uma pessoa que não tinha família e não tendo para onde ir só restava encontrar um local para trabalhar e morar, condição essa que o depoente encontrou, dado o falecimento de seus pais adotivos.

Sendo assim, é de se entender que quando este coloca a frase “quase que” demonstra saber com muita propriedade sua condição social diferenciada de seus empregadores, não se sentindo assim tão participante da família, mesmo tendo, ocasionalmente, alguns benefícios proporcionados por esta.

Ainda, podemos perceber a recorrência de indícios que demarcam a compreensão do depoente de sua condição de subalternidade à família de seus patrões ao esclarecer as relações que mantinham com a referida família dizendo que:

[...] **apesar** de exercer a profissão de vaqueiro, era **quase** considerado como uma pessoa da família gozando regalias e favores idênticos aos dos próprios filhos do senhor Nilo Feitosa Ventura (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva - Delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942, grifo nosso).

Percebemos nessa colocação que o vaqueiro Ciríaco Dodô é enfático em demonstrar o reconhecimento quanto ao tratamento recebido, chegando mesmo a dizer que era o mesmo que o patrão dava aos seus filhos. Notamos, todavia que mesmo existindo essa forma de valorização, o que é importante frisar é como esse discurso é recorrentemente enfatizado por Ciríaco Dodô como a elaboração planejada de um discurso tendo como propósito convencer do reconhecimento dos préstimos da família de seus patrões, reconhecimento este publicizado que não condizia com a sua oculta percepção.

Nessa perspectiva, no referido depoimento, encontramos indícios dessa percepção por parte do depoente ao deixar transparecer não intencionalmente, que mesmo sendo em alguns momentos tratado como se fosse da família, sabia perfeitamente a distância que os separava demonstrando reconhecer sua condição de subalternidade.

Esses indícios são colocados ao se referir a sua condição de trabalhador da fazenda, ocasião em que enfatiza as palavras “quase e apesar”, demonstrando sua compreensão de seu

distanciamento social em relação aqueles a quem prestava o seu trabalho. A frase “apesar de exercer a profissão de vaqueiro [...]” demonstra claramente que este sabia perfeitamente, a distância social que o separava da família daquele que ele disse que o criou.

Essas colocações demonstram a produção de um discurso elaborado pelo depoente, com a intenção clara de atingir resultados específicos, sendo do seu interesse, principalmente, demonstrar a proximidade que afirmou manter com a família que o criou, dando relevância aos laços de amizade e as conseqüentes relações de reciprocidade que demonstrou existir entre ele e seus patrões, e não os indícios de distanciamento dessas relações.

Não pretendemos afirmar, que as colocações em sua totalidade feitas pelo vaqueiro Ciríaco Dodô, quanto aos benefícios que teve da família de seus patrões seja uma invenção sem nenhuma correspondência com o que ele realmente acreditava, mesmo porque pelo tempo que exercia a função de vaqueiro e gerente da fazenda nos leva a entender que existia entre ele e seus patrões uma relação de confiança construída em suas relações cotidianas. Entretanto, o que queremos enfatizar nesse momento é que diante do contexto que se encontrava, preso e sendo acusado de ser o autor intelectual do crime, suas afirmações tinham o objetivo de convencer a esfera judicial de sua harmonia com a família da vítima.

6.8 As Contradições revelam as Pistas de um Discurso Oculto

São perceptíveis as contradições, pois no mesmo depoimento, enquanto em diversas ocasiões o vaqueiro Ciríaco Dodô se empenha em demonstrar as relações harmoniosas com os patrões, em outros momentos deixa pistas que contradizem, em parte, essas afirmações, como veremos a seguir, ocasião em que revela saber que Manoel Feitosa não permitia o seu casamento com a cunhada dele, conforme coloca:

[...] que chegando este fato ao conhecimento de Manoel de Nilo, com quem o declarante foi criado na intimidade e quase como irmão, o mesmo procurou impedir os desejos dele [declarante] não consentindo no seu casamento com Maria de Lourdes. (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva-delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942).

Ainda nesse depoimento, mesmo negando que tenha sido o mandante do crime, revelou que sabia que um grande fazendeiro tinha sido o responsável pelo crime, chegando mesmo a admitir que sabia de antemão do planejamento do assassinato, fato este que evidentemente o incriminaria:

[...] esperou calmamente o extermínio de Manoel de Nilo, e tempos depois [...] ele declarante se aproveitou desse ensejo, para poder realizar seu casamento [...] que cerca de um ano depois do extermínio de Manoel de Nilo, ele declarante contraiu matrimônio com Maria de Lourdes, de vez que não existia mais nenhum empecilho para realizar os seus instintos (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva - delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942).

Essas contradições, conforme assinaladas, em que o depoente transita da manifestação da gratidão à relação de discordância com seus patrões, é presumível que deveu-se a coerção dos interrogadores, considerando que estes já dispunham de informações anteriores sobre Ciríaco Dodô. Diante disto, é possível que o interrogatório foi conduzido de forma que confirmasse as informações prestadas anteriormente que o condenavam, e este, por sua vez, resiste até onde pode para negar sua autoria no crime, mas, encontrava-se impossibilitado de elaborar uma defesa que convencesse de seu total desconhecimento do fato.

Por fim, contrariando a linha de perspectiva que adotou no início do depoimento, em que se esforça para demonstrar a gratidão aos seus patrões, admite o seu auxílio para a consecução do assassinato, conforme é relatado nos autos: “[...] resolveu fazer todas essas revelações, confessando a sua participação no conluio que resultou na morte de Manoel de Nilo.” (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva - delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942).

Estes fragmentos do depoimento indicam que a não correspondência de suas expectativas, com a proibição do seu casamento, levou Ciriaco Dodô a negação de deferência aos seus patrões, e a uma ação com as características da resistência cotidiana, pois, não tendo condições de desenvolver um enfrentamento aberto para consecução de seus objetivos, optou por desenvolver ocultamente contando com ajuda de pessoas que encontravam-se na mesma condição de subalternidade, no caso seu próprio irmão e um vaqueiro. Essa forma de resistência, escondendo-se no anonimato demonstra o conhecimento dos riscos que corriam e das possíveis represálias.

6.9 O Depoimento do Camponês Didier Fortunato: Pistas e Indícios da elaboração de um Discurso Público

Até o depoimento anteriormente analisado, tudo estava tramitando ainda, através de depoimento de pessoas que de alguma forma conheciam as circunstâncias do crime, mas, sem o depoimento da pessoa chave para a elucidação do mesmo; o vaqueiro Didier Fortunato, acusado de ser o autor material do crime, irmão do suposto autor intelectual Ciríaco Dodô.

Com a prisão de Didier Fortunato no estado do Maranhão em setembro de 1942, onde se encontrava foragido, este em seu depoimento revela aspectos importantes sobre a execução do crime. Nesse depoimento, confirma a versão de que foi procurado por seu irmão Ciríaco Dodô e este o confidenciou que tinha a intenção de casar-se com Maria de Lourdes cunhada de Manoel Feitosa, mas sabendo que este não permitia o casamento, resolveu assassiná-lo.

Ainda conforme afirmou Didier, foi com este propósito que seu irmão Ciríaco o procurou para que este realizasse o assassinato. No decorrer do depoimento confirma toda versão já anteriormente apresentada, desde o fornecimento da arma, bem como o trajeto por esta percorrida através dos tropeiros até chegar a sua posse, e por fim, confessou ser mesmo o autor material do crime, situando detalhes que se harmonizavam com as circunstâncias do crime.

O depoimento deste é contundente quando afirma:

[...] que Ciríaco expôs que desejava casar-se com uma cunhada de Manoel Feitosa, mas este se opunha ao casamento e como ele Ciríaco não convinha o matrimônio com Manoel Feitosa vivo, mandou que o declarante matasse Manoel Feitosa [...] e ele declarante aceitou o mandato e executou, matando Manoel Feitosa, na fazenda Cascudo [...] que após a morte deste, efetivamente Ciríaco Bezerra, seu irmão casou-se com a cunhada do morto. (Termo de declaração que prestou Didier Fortunato Bezerra na primeira delegacia auxiliar de polícia – São Luiz do Maranhão, 25 de setembro de 1942).

Ainda neste depoimento, mesmo revelando todos os detalhes do crime, Didier Fortunato, não deixa de elaborar uma defesa prévia no sentido de aliviar sua situação perante a justiça. Nesse sentido, podemos perceber que o mesmo elabora um discurso de acordo com a sua posição social inferior ao assassinado, colocando que:

[...] que ele declarante a princípio recusou cumprir os desejos daquele seu irmão, aconselhando o mesmo a acabar com tal casamento, pois aquela moça era bem criada, de família branca, e ele Ciríaco se quisesse se casar procurasse gente de seu nível; que disse mais a Ciríaco que se conformasse”. (Auto de declarações que presta Didier Fortunato Bezerra, em 4.12.1942, delegacia de investigações e capturas do Recife).

Com essas declarações fica evidente que Didier sabia muito bem que as formas de tratamento manifestadas pela elite, em que, ocasionalmente, seus préstimos ou de outros empregados, não passavam de uma encenação, ou seja, do discurso público entre dominantes e dominados. Pelas colocações feitas, Didier sabia como os patrões o valorizavam, mas ao mesmo tempo tinha consciência das diferenças sociais que os separavam.

Quando Didier diz que aconselhou seu irmão para não cometer tal ação, pois a moça “fora bem criada e de família branca” dava a entender que reconhecia a posição de superioridade social da cunhada do patrão em relação a seu irmão, Ciríaco Dodô e legitimava a visão do patrão de não aprovar o casamento de uma sua cunhada com um empregado da fazenda, no caso o vaqueiro.

Este posicionamento, formulado por Didier apresenta as características do discurso público, ou seja, demonstrava uma aceitação de sua subalternidade e manifestava uma deferência para satisfazer as expectativas da elite. Quando este coloca que seu irmão deveria procura “gente de seu nível”, em outras palavras, estava dizendo que sabia não apenas a distância que os separava dos patrões, mas, também, o conhecimento que tinha do juízo de valor dos patrões sobre ele e seu irmão. Isto demonstra que o discurso público exercitado pelos patrões, se, em alguns momentos, manifestava práticas paternalistas, isto não os tornava iguais, nem tão pouco favorecia uma aproximação a ponto de fazer parte da família.

Está evidente que a aceitação de Didier em cometer o assassinato demonstra que não estava submetido aos mandos e desejos de seu patrão e havia acontecido uma ruptura da relação de reciprocidade.

6.10 O Vaqueiro Ciríaco Dodô: da Revelação do Discurso Oculto à Negação da Deferência aos Patrões

Até o presente momento, considerando que os testemunhos são, apenas, de pessoas que conheciam as circunstâncias do crime, mas, não tinham como comprovar a execução do mesmo,

com este depoimento do executor as circunstâncias mudam drasticamente para o vaqueiro Ciríaco Dodô, uma vez que ficou claro não só sua condição de autor intelectual, mas, de planejar toda a ação com bastante antecedência, o que se apresentava como um agravante.

Com fins a entender a relevância dos argumentos de Ciríaco Dodô se faz necessário ter conhecimento da sua condição de vaqueiro e de gerente da fazenda Dois Riachos, onde trabalhava, e do julgamento que ele próprio fazia do que entendia ser justo ou não do tratamento a ele dado pela família de seus patrões.

Nessa perspectiva, vamos nos deter a analisar as informações dispersas nas diversas partes dos autos que nos permitam compreender a trajetória deste enquanto trabalhador da fazenda e da condição social e econômica em que se encontrava na época do crime. Nesse sentido, podemos entender seu percurso profissional e os resultados alcançados com o seu trabalho naquela fazenda, considerando que desde criança não teve outra atividade fora desta, tendo sido sempre um trabalhador a serviço da família Feitosa.

Como já foi anteriormente citado, Ciríaco Dodô desde criança ficou agregado à família dos Feitosa, prestando diversos serviços conforme sua capacidade e ao longo do tempo chegou a ser vaqueiro da fazenda, uma posição de destaque diante das outras atividades. Posteriormente, passou a ser administrador, fato este que demonstra o contentamento de seus patrões com os seus serviços, pois, é de se considerar que não se entregaria a administração de uma fazenda, um bem significativamente importante naquele contexto rural, à uma pessoa em quem não se tivesse absoluta confiança.

Seu trabalho ao longo do tempo foi satisfatório economicamente, considerando que na condição de administrador, já tinha conseguido adquirir uma pequena área de terra, conforme os autos:

[...] que em mil novecentos e trinta e sete ou mil novecentos e trinta e oito, [Manoel Pereira da Silva] residiu cerca de dez meses no **Sítio Jardim** [...] de propriedade de Ciríaco da Silva Dodô. (Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva, em 15.01.1942, delegacia de investigações e capturas do recife, grifo nosso).

Observemos a forma como o morador, Manoel Pereira, conforme é qualificado nos autos, se refere a propriedade do vaqueiro Ciríaco Dodô, dizendo que morou no “sítio Jardim”. A

palavra sítio significa uma pequena área de terras em que a família se dedicava a agricultura e pecuária, principalmente de pequeno porte, diferenciando-se da condição de fazenda, áreas de grande extensão e de pecuária extensiva. Por outro lado, o sítio tem o significado de uma produção voltada principalmente para auto-consumo e comercialização do excedente, diferenciando-se assim da fazenda que tem como objetivo uma larga produção para o mercado, conforme anteriormente analisado.

O vaqueiro Ciríaco Dodô conseguiu adquirir um sítio, o que o permitiria se necessário fosse, não ficar dependente de vender seu trabalho aos fazendeiros. Mesmo que tivesse que enfrentar as diversas dificuldades dos camponeses naquele contexto, o sítio o tornava relativamente autônomo das amarras da condição de empregado como vaqueiro ou morador de fazenda.

Percebemos que quando aquele permanece na condição de vaqueiro e entrega seu sítio para outra pessoa tomar conta é porque entendia que a sua condição de empregado daquela fazenda como administrador, lhe rendia melhores dividendos, pois, caso contrário estaria vivendo das atividades do seu pequeno sítio.

Percebemos, assim, que a condição do vaqueiro e administrador de Ciríaco Dodô era relativamente satisfatória do ponto de vista econômico, pois, este dava sinais naquele contexto rural de que possuía certa estabilidade econômica. Isso pode ser percebido através de um fragmento nos autos processuais, ocasião em que os órgãos policiais descrevendo as características físicas do preso, a ele assim se refere:

[...] moreno de estatura regular e compleição forte, usando bigode, barba raspada, cabelos e olhos castanhos, com dentadura conservada, usando um **bridge**⁸⁹ (sic.) na parte superior e dois na parte inferior. (Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva, aos 18.01.1942, delegacia de investigações e capturas do Recife, grifo nosso).

Tomamos esta observação policial quanto à conservação da dentadura do vaqueiro, principalmente o fato dele usar dois bridges, isto é, prótese dentária, como uma pista para

⁸⁹ Bridge é uma palavra da língua inglesa que significa ponte. Este é provável ser o sentido intencional para designar aquela peça ortodôntica, mas, nos sertões era comum a ela se referir como “brides”, significando dentes postiços, geralmente revestido de uma fina camada de ouro, sendo comumente denominado de “dente de ouro”, o que servia ao seu usuário naquele contexto como um adereço que demarcava sua posição social de destaque.

compreender que aquele vaqueiro ocupava uma posição de destaque no meio de outros trabalhadores, tanto da própria fazenda como naquele universo rural. Este entendimento se fundamenta na compreensão da situação daquela população rural naquele contexto, pois, o acesso aos cuidados quanto a dentição era um privilégio de alguns poucos, principalmente daqueles que detinham certo poder econômico, sendo estes “bridges” conforme referenciado, revestidos de uma coroa de ouro, chamados popularmente como “dentes de ouro”, dando assim ao seu usuário uma posição de destaque tanto econômica quanto social.

Em seu segundo depoimento Ciríaco Dodô ao ser perguntado qual a sua profissão este não faz menção a sua atividade de vaqueiro, mas, respondeu tendo como referência seu pequeno sítio ocasião em que coloca: “Responde chamar-se Ciríaco da Silva Dodô, residente na vila de São Sebastião, onde exerce a profissão de **criador e agricultor**.” (termo de interrogatório do denunciado Ciríaco da Silva Dodô, aos 16.07.1942, fórum de Monteiro, grifo nosso). Esta colocação demonstra que o depoente norteou sua resposta pela sua condição de possuidor de uma área de terras e não da condição de empregado da fazenda na qual era vaqueiro. Essa resposta reflete sua compreensão da relativa autonomia econômica naquele contexto e da quebra dos vínculos que tinha para com a família Feitosa.

Considerando essas pistas, de sua estável situação econômica, podemos entender que este se encontrava satisfeito com as suas relações de trabalho mantidas com a família Feitosa, pois, em nenhuma ocasião nos autos reclamou do tratamento recebido quanto aos dividendos recebidos pelo seu trabalho. Podemos concluir assim, que se houve uma quebra na reciprocidade por ele esperada e entendida como justa esta não foi obviamente de ordem econômica.

Diante desse entendimento, de que o motivo da questão não foi por conta de insatisfação econômica, os depoimentos referenciados que colocam o motivo como sendo a insatisfação com a proibição do seu casamento ganha sentido.

Assim sendo, ficava cada vez mais difícil para o denunciado construir seus argumentos negando a sua participação. Num primeiro momento, diz que não mandou seu irmão assassinar Manoel Feitosa, mas, que esta idéia foi do próprio irmão que se colocou de livre vontade para realizar tal ação, no intuito apenas para favorecer o seu casamento com a cunhada do assassinado.

Ao longo do depoimento vai descrevendo situações que não o favorecem mais negar a sua participação, assim, em um determinado momento admite pela primeira vez que sabia da

oposição de seus patrões em relação a sua pretensão de casar-se com alguém pertencente aquela família:

[...] que Manoel Feitosa e Vicente Pedro, hoje sogro dele interrogado, sempre se opuseram ao seu casamento com Maria de Lourdes; que certa vez dona Loló [Filomena Feitosa, viúva do coronel Nilo Feitosa] o chamou e disse-lhe que procurasse uma moça de sua igualha para casar-se, ao que ele interrogado respondeu que só acabaria o seu casamento se Maria de Lourdes não quisesse se casar com ele. (Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô aos 18.12.1942, na chefatura de policia em João Pessoa).

Com esta revelação o vaqueiro Ciríaco Dodô admitia sua insatisfação perante a atitude daquele que anteriormente mencionara ter sido criado “quase” como irmãos, e que argumentou que suas relações se davam como se fossem “quase” da família, ficava claro que essas colocações eram propositalmente construídas para sua defesa, caracterizando-se, portanto a produção de um discurso público onde eram realçados aspectos que visavam dar a família de seus patrões um entendimento do que devia ser o seu sentimento de gratidão.

Este discurso público objetivava demonstrar de sua parte o sentimento que era dele esperado, pois, é de se compreender que a família Feitosa a partir de seu julgamento do que considerava ser justo nas relações de reciprocidades que mantinham com o vaqueiro, acreditava de fato que este recebia o que realmente merecia, o que podemos constatar com o depoimento anterior, quando a senhora Filomena coloca: “[...] o chamou e disse-lhe que procurasse uma moça de sua **igualha** para casar-se” .”(Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô aos 18.12.1942, na chefatura de policia em João Pessoa).

Estava claro o pensamento que a senhora Filomena tinha em relação aquele seu vaqueiro; entendendo que por mais proximidade que tivessem, aquele jamais poderia se julgar no direito de fazer parte da família. Neste momento, estava evidente a compreensão de que por mais que aquele vaqueiro fosse subserviente e cumpridor de suas tarefas, merecendo toda a confiança a ponto de a ele ser entregue uma de suas grandes propriedades, este não passava de um empregado, separado pelo abismo intransponível não só das condições econômicas, mas, sobretudo da sua posição social.

Diante deste posicionamento, o vaqueiro Ciríaco Dodô demonstrou, num primeiro momento, sinais de obediência, possivelmente, dissimulada ou, mesmo uma aceitação necessária naquele contexto de dominação, que são características do discurso público.

Mas, não deixou de elaborar, conforme os autos processuais, uma maneira para enfrentar tal proibição, não de forma que afrontasse aquela família, pois sabia perfeitamente pelo convívio não ter condições de manter um enfrentamento aberto. Diante disto, conforme já colocado, elabora também todo um discurso oculto em que desenvolve diversas ações no intuito de assassinar Manoel Feitosa para contornar as determinações desse e atingir seu objetivo.

Não tendo mais como sustentar uma defesa convincente exaltando os supostos aspectos de gratidão que permeava seu discurso público, muda de posicionamento e exterioriza toda sua raiva e indignação em relação a Manoel Feitosa. Nessa ocasião, fica evidente que há muito tempo vinha contendo essa indignação, e, demonstrado o julgamento, mantido oculto até então, que fazia do assassinado, coloca:

Que desde a partilha dos bens deixados pelo coronel Nilo Feitosa que Manoel Feitosa ficou enrixado com ele interrogado; que essa rixa se originou porque Manoel Feitosa pretendia ficar para si com o gado mais bonito prejudicando assim a mãe dele [...] que Manoel Feitosa peitou a ele interrogado para que separasse trezentas reses das melhores do lote do gado deixado por Nilo Feitosa para fazerem em separado uma partilha amigável sem conhecimento do juiz e nem pagamento dos impostos devidos, que de sua recusa a esta proposta se originou a raiva de Manoel Feitosa para com ele [...]. (Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô, em 18.12.1942, chefatura de policia em João Pessoa).

Podemos perceber nesse depoimento que o vaqueiro não exercitava a deferência e submissão que tanto procurou explicitar nos depoimentos anteriores, ocasião em que colocava que fora criado quase como irmão do referido Manoel Feitosa. Entretanto, observamos, ainda, que essa sua negativa quanto a solicitação daquele de separar o melhor gado, pode ser compreendida como uma pista da existência de várias outras insatisfações nas relações que mantinha com seu patrão.

Com essas colocações, Ciríaco Dodô rompia com o discurso público que tentava demonstrar sua suposta gratidão a família de seus patrões, assim sendo, vai cada vez mais explicitando em seu depoimento elementos mantidos em sigilo no âmbito do discurso oculto. Nessa perspectiva, não tinha mais motivo para esconder o julgamento sobre seu patrão, que

mantivera oculto durante toda a relação entre os dois. Ao exteriorizar sua raiva, talvez a muito custo e tempo contida, expressava que: “Manoel Feitosa era homem terrível sendo mau para todo mundo, acabava sambas, dava surras e chegava ao ponto de falar de sua própria mãe [...]” (Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô, em 18.12.1942, chefatura de polícia na capital João Pessoa).

Podemos entender que o vaqueiro, Ciríaco Dodô, ao publicizar, externar com todas as letras essa compreensão quanto a pessoa de seu patrão, Manoel Feitosa, falava não só em seu nome próprio, no caso o depoente, mas representava uma opinião compartilhada e formada a partir da interlocução com outras pessoas, que estando na mesma condição de dominado, poderiam até ter as armas para manifestar essa opinião em público, mas não o faziam por temer as represálias. Assim, esse julgamento individual e coletivo sobre o fazendeiro Manoel Feitosa provavelmente era compartilhado em espaços seguros ou através de discursos dissimulados, silenciados, expressando, historicamente a construção do discurso oculto, nos termos tratados por Scott (1985; 1990).

Percebemos que quando o vaqueiro comentou que aquele “era mau para todo mundo”, esta afirmação, se coloca como uma pista a revelar que o depoente tinha mais informações das ações protagonizadas pela pessoa a quem se referia do que apenas aquelas mencionadas, considerando que conhecia de perto e de longo tempo os seus procedimentos.

Quando afirmamos que a opinião do vaqueiro não era isolada, mas, compartilhada com outras pessoas, em condição de dominação, evidentemente, tomamos como fundamento o fato de que as ações praticadas pelo fazendeiro Manoel Feitosa, como “acabar sambas e dar surras” chegavam ao seu conhecimento através de comentários de pessoas que sabiam da ocorrência desses fatos, e considerando que se chegavam ao ponto de comentar com o vaqueiro e administrador da família, portanto, homem da confiança do fazendeiro, era porque confiavam que o vaqueiro não iria levar ao conhecimento do patrão, mas guardar o sigilo da informação recebida. Este procedimento revela, assim, o compartilhamento não tão somente das informações, mas, também, do juízo de valor que faziam daquele.

Ainda publicizando o discurso oculto e dando pistas de que outras pessoas compartilhavam de suas colocações, comenta que: “Manoel Feitosa era homem de muitas intrigas”. Esta informação é bastante significativa, pois vista no contexto e na seqüência que é colocada, estas intrigas são resultados da prática do fazendeiro em acabar as festas como

anteriormente foi mencionado e também das agressões possíveis que este tenha feito, ou seja, “dar surras” como comentado. Essa prática de agressão era bastante corriqueira por parte da elite rural quando se sentia afrontada, principalmente, por aqueles em condições de dominação, dos quais se esperava o cumprimento da deferência e obediência.

A família Feitosa era, sem dúvida, muito temida na região, como as demais pertencentes à elite, entretanto, não sem ações de resistência por parte dos que estavam sob o seu domínio. No sentido de observar as ações protagonizadas por parte de outras pessoas, encontramos uma referência feita por Jansen Filho (1989), ocasião em que este narra duas tentativas de assassinato ao seu padrinho o coronel Nilo Feitosa. As duas tentativas de assassinato ao coronel foram praticadas por um ex-empregado seu por nome de Zé Barbosa. Na primeira vez, o coronel Nilo Feitosa foi salvo por seu filho Manoel Feitosa – o que fora assassinado em 1937 e de que trata o tão mencionado processo – na segunda vez, o coronel foi atingido num dos braços, mas conseguiu se manter na sela do cavalo e chegar a cidade. Na ótica do afilhado do Coronel, essa pessoa que tentou assassinar seu padrinho, não passava de um bandido, e assim a ele se refere: “Zé Barbosa era um inferno em chamas, deitando fogo nos arraiais da tranquilidade de meu padrinho” (JANSEN FILHO, 1989, p.387).

Em nenhum momento é colocado o motivo desse ex-empregado procurar se vingar do coronel, porém, podemos pensar que essa sua raiva tinha um motivo bastante sério, considerando seu empenho em realizar tal façanha. Conforme colocado, essa pessoa tentou realizar esta ação encoberto pelo anonimato, uma vez que suas tentativas se deram de modo oculto nas vegetações que ladeavam o caminho por onde passaria o coronel, todavia, tendo este a companhia do seu filho, a identidade daquele foi revelada, o que provavelmente não fazia parte dos seus planos, ou seja, atacar de frente e visivelmente uma pessoa de tão alto poder e prestígio naquele contexto.

O afilhado do coronel a este episódio assim se refere: “Quem diria que um cidadão daquela têmpera, daquele quilate, daquela estirpe, chegasse a passar por tamanho vexame, exercendo o papel verdadeiro de mártir, sendo rígida e tenazmente perseguido por um tipo vulgar que nada representava no cenário da minha terra.” (JANSEN FILHO, 1989, p.387).

Esta percepção revela muito da compreensão que a elite fazia dela mesma, e tentava perpetuar-se através dos rituais e da cobrança da deferência, mas, conforme podemos perceber pelo conjunto de indícios colocados, nem sempre isso era possível, nem mesmo com o uso da força, daí a existência de diversas formas da resistência, ocultas ou publicas.

A cobrança quanto a deferência e as conseqüências quanto à afronta ao poder da elite, podemos encontrar indícios ainda na narrativa de Jansen Filho, quando este se refere ao destino daquele que tentou matar seu tão referenciado padrinho, dizendo que:

Uma noite, quando brincava com meus amigos de infância no meio da rua, vi uma aglomeração em frente a residência do delegado. Havia um caminhão parado e alguns soldados em torno dele. Aproximei-me daquele movimento estranho e com aquela curiosidade de menino do interior perguntei o que estava acontecendo e imediatamente obtive a resposta de que ali se encontrava o corpo de Zé Barbosa varado de bala. Ergueram-me e eu pude vê-lo, entre as trevas da noite, inanimado sobre uma poça de sangue no lastro do caminhão. (JANSEN FILHO, 1989, p.387).

O vaqueiro Ciríaco Dodô tinha pleno conhecimento dessas práticas violentas de dominação e do risco que corria ao afrontar abertamente os desígnios dessa família ao negar-lhe a obediência esperada. É provável, que muitas vezes se submeteu a contra gosto aos desígnios desta, guardando suas insatisfações apenas no discurso oculto. Entretanto, nesta ocasião, não tendo mais como negar a agressão que fizera, tornando-se sua ação do conhecimento público, desabafa seus sentimentos, externando as magoas acumuladas ao longo do tempo que lhes servia, colocando veementemente que: “Manoel Feitosa era um homem tão perigoso que mesmo depois de morto ainda está aperreando a muita gente.” (Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô, em 18.12.1942, chefatura de polícia na capital João Pessoa).

Podemos entender assim, que o vaqueiro Ciríaco Dodô não tencionava afrontar abertamente a família de seus patrões, pois, fazia uma leitura bastante coerente daquele contexto e das relações de poder entre eles vivenciadas. Entretanto, mesmo sabendo claramente a condição de desigualdade que se encontrava, isto, não o levou a resignar-se com sua situação e aceitá-la como justa, assumindo uma posição de passividade, mas, compreendendo que não houve a reciprocidade por ele esperada por parte daqueles a quem tanto tempo servia, levou-o a quebra da deferência, tomando uma atitude, que podemos compreender, que, representou uma ação característica de resistência cotidiana.

6.11 A Tortura como um Instrumento da Elite e os Rumores como Prática de Resistência dos Dominados

Anteriormente a prisão de Didier Fortunato e as revelações feitas, Ciríaco Dodô presta um depoimento no fórum de Monteiro, e neste depoimento nega tudo quanto havia dito em seu depoimento anterior, ocasião em que admitiu sua participação no crime, não admitindo neste depoimento recente qualquer culpa quanto ao assassinato de Manoel Feitosa.

No depoimento que confessou a sua participação no crime, atribuiu que esta confissão se deu por conta da tortura sofrida quando foi interrogado no Recife, nesse sentido coloca que:

[...] que confessou a polícia do Recife a sua cooparticipação no crime descrito na denúncia por ter apanhado por soldados e investigadores da polícia daquele estado a mandado do delegado Dr. Roma, esclarecendo haver passado sete dias de fome e sede além de ameaças de morte caso não confessasse, adiantando finalmente que ainda conserva vestígios do espancamento sofrido. (Termo de interrogatório do denunciado Ciríaco Dodô, aos 16.07.1942, Fórum de Monteiro).

O uso da tortura na capital pernambucana como forma de reprimir as manifestações populares e retirar a força informações da camada pobre da população era uma prática corriqueira conforme esclarece Bonald Neto (1983, p.19) assim se referindo: “ Há um livro curioso de Oscar de Melo, *Recife sangrento*, onde este antigo repórter policial dá um amplo panorama do mundo policial e marginal do Recife nos começos do século. Fala das antigas autoridades do Recife, enumerando os nomes, as principais façanhas e técnicas de tortura e repressão”.

O vaqueiro Ciríaco Dodô, de fato estava falando a verdade quanto as torturas sofridas na delegacia do Recife, pois no dia 10 de junho de 1942, foi submetido a um exame de corpo de delito e na ocasião a equipe médica responsável, constatou as sevícias a que foi submetido, confirmando e expondo em detalhes da seguinte forma:

[...] verificamos no mesmo as lesões abaixo discriminadas: na região epigástrica, linha mediana, uma cicatriz de coloração arroxeadada, de forma circular, de cerca de dois centímetros de diâmetro, bem como uma outra com as mesmas características a direita da linha mediana, de um centímetro de diâmetro. Na região dorsal esquerda, uma cicatriz de coloração arroxeadada, de forma circular,

de um centímetro de diâmetro. Na região orbitária direita, na altura do terço interno do supercílio, uma cicatriz linear, de um centímetro de extensão, de coloração igual a dos tecidos circunvizinhos. Na região do dorso da mão esquerda uma cicatriz de forma triangular, de coloração mais ou menos vermelha. Uma cicatriz linear na face interna de cada um dos dedos médios de cada mão, na altura do segundo polegar. Na face externa do terço superior do braço esquerdo duas cicatrizes arroxeadas, de forma circular, de um centímetro de diâmetro e afastados uma da outra cerca de oito centímetros⁹⁰. (Auto de corpo de delito – Monteiro).

Ao ser perguntado numa acareação que foi feita entre ele e seu irmão Didier Fortunato, por que havia admitido a sua participação no crime, o vaqueiro Ciríaco Dodô utiliza-se da ironia para demonstrar sua indignação e descrédito com os órgãos policiais, respondendo que: “[...] com medo de seguir para o Recife [onde foi torturado] foi que ele, acareado resolveu confirmar as declarações do seu referido irmão, mesmo porque para não ir para o Recife ele, acareado era capaz de dizer que havia mandado matar até trinta.” (Termo de acareação feita entre Didier Fortunato e Ciríaco Dodô, em 27.01.1943).

Este processo de tortura a que foi submetido o vaqueiro Ciríaco Dodô na delegacia de capturas do Recife, torna-se um fato bastante conhecido e comentado na região, principalmente por pessoas que com ele se relacionavam, mas também por outras, que talvez nem mesmo o conhecesse, mas que tendo em vista a repercussão do caso tomou conhecimento.

Com esta comprovação fica evidente que as demais denúncias, no caso do velho Adolpho Laurentino e seu filho, bem como do vaqueiro Né Gago, quanto as sessões de torturas a que foram submetidos para se confirmarem as suspeitas dos interrogadores, foram sem dúvida praticadas. Esta revelação de Ciríaco Dodô e da constatação da equipe médica que o examinou, tornou explícita uma prática que se sabia existir, que era dado aos camponeses e a população pobre nas dependências das prisões, tanto do estado da Paraíba quanto de Pernambuco, mas, que não se falava abertamente, uma vez que estas práticas não passavam de denúncias tímidas, feitas as escondidas, nos espaços seguros em que se exercitava uma crítica aos dominantes, por medo de possíveis represálias tanto por parte da própria elite quanto dos aparatos policiais.

⁹⁰ Um dos instrumentos de tortura bastante conhecido nos meios policiais e também pelos populares que por vários motivos eram recolhidos as cadeias naquela época era o “anjinho” que consistia segundo Ednaldo Alves (2007) numa peça de aço de forma circular que era colocado na cabeça do supliciado e mediante apertos regulares ia cada vez mais pressionado a cabeça e conseqüentemente aumentando a dor do supliciado, podendo mesmo chegar até a matar.

A confirmação quanto ao conhecimento e principalmente dos comentários feitos por parte dos camponeses em espaços fora da vigilância da elite quanto as circunstâncias do crime e seu desfecho, podemos perceber através de vários depoimentos, em que todos os interrogados admitem saber:

[...] que o denunciado Ciríaco da Silva Dodô confessara perante a polícia do Recife a sua responsabilidade no crime em apreço, o tendo feito porém, por ter sido muito castigado, **o que sabe por ouvir dizer** do pessoal do Umbuzeiro, lembrando-se de João Dada, residente naquela vila. (Auto de perguntas feitas a João Francisco de Sousa, em 30.07.1942 – Monteiro, grifo nosso).

Esta frase “o que sabe por ouvir dizer” apresenta-se como um indício da existência de rumores que naquele contexto rural tornava possível aos camponeses além de serem sabedores do tratamento que era dado aos que foram presos, manifestarem protegidos pelo anonimato suas opiniões sobre este fato. Podemos presumir que não concordavam com este procedimento repressivo, até meso porque qualquer um deles, dadas as suas condições de dominação, estavam sujeitos a semelhante tratamento.

No referido depoimento, o camponês disse que se lembrou que ouviu essas informações de João Dadá. Conforme os autos, João Dadá era um camponês pobre e por ocasião das feiras semanais trabalhava como marchante, vendendo carne. Diante dessas informações, podemos perceber que os comentários se davam de forma um pouco velada, entre aqueles que compartilhavam de uma mesma condição social. Entretanto, mesmo com medo de se comprometerem devido aos seus comentários, não deixavam de fazê-lo nos espaços oportunos considerados seguros, assim sendo, a feira constituía-se como um espaço privilegiado, pois era uma ocasião em que propiciava o encontro daqueles que durante toda a semana estavam dispersos na zona rural e, por ocasião da feira, seus encontros não levantavam suspeitas.

Ainda como indícios da existência dessa forma de “rumor” pelos quais se utilizavam os camponeses para se comunicarem e se manterem no anonimato, percebemos no depoimento de outro camponês, quando este afirma saber sobre as torturas da seguinte forma:

[...] sendo todavia este fato **público e notório por aí a fora**; que ouviu dizer que o denunciado Ciríaco Dodô ainda hoje apresenta vestígios no seu corpo dos

espancamentos sofridos em Recife. (Auto de perguntas feitas a Francisco José Pereira, em Monteiro, no dia 24.08.1942, grifo nosso).

É possível que o depoente não utilizou as palavras público e notório, sendo, portanto estas a tradução sofrida para linguagem jurídica para enfatizar as colocações do depoente quanto a publicidade do conhecimento desses fatos, porém, observamos que as palavras “por aí a fora” subsistiu ao linguajar jurídico, sendo provável, que foi escrito conforme pronunciado por aquele camponês, considerando a forma coloquial utilizada no cotidiano daquele contexto social.

Queremos enfatizar, entretanto, o sentido dessa colocação “por aí a fora”, entendendo como sendo um indício que nos leva a afirmar a existência da prática de rumores entre os camponeses e, principalmente, o interesse demonstrado em manterem-se informados quanto aos acontecimentos referentes aquele fato.

Nessa perspectiva tomamos como referência, conforme colocado pelos autos processuais, o depoimento de Joaquim Rodrigues de Freitas, ocasião em que faz um breve comentário sobre a tortura sofrida pelas pessoas que foram presas, dizendo que:

[...] que Manoel pereira, que ainda hoje não é certo da bola, também referira a ele depoente que foi tão apertado em Recife que chegou a ficar avariado do seu juízo [...] que **ouviu dizer de muitas pessoas** que Ciríaco quando regressou do Recife, vinha em condições tristes, isto é, bastante ferido. (Depoimento prestado em Monteiro por Joaquim Rodrigues de Freitas em 24.08.1942).

Analisando a forma como algumas colocações subsistiram as formalidades do linguajar jurídico, e foram transcritas da forma como de fato foi pronunciada, a exemplo da expressão “ouviu dizer de muitas pessoas”, que tem por objetivo não precisar a fonte de onde partiu tal informação, reforça o indício da existência dos rumores como uma prática de resistência nos termos tratados por Scott (1985; 1990).

É de se presumir que o rumor ou “boatos”, como é a expressão utilizada no Nordeste, fosse expediente bastante utilizado naquele contexto, com fins de tecer comentários sobre os acontecimentos atípicos, pois se fosse algo corriqueiro e sem maior importância ou risco, não se necessitava de cuidados. Sendo assim, podemos entender que os boatos permitiam aos camponeses e a população pobre falar de assuntos em que estavam envolvidos pessoas da elite.

Protegidos pelo anonimato do “boato” uma vez que a característica deste é justamente não se conhecer sua origem, de onde saiu, ou de quem falou pela primeira vez, os camponeses e populares utilizavam-se desse expediente para tecerem diversos comentários sobre os fatos em que personalidades da elite estavam envolvidas, podendo assim, emitirem suas opiniões e críticas que em outros espaços com certeza não ousariam a se expor.

O jornalista paraibano Severino Ramos (1989, p.38) ao abordar a trajetória das ligas camponesas na Paraíba e do assassinato de João Pedro Teixeira, num determinado momento faz referência aos latifundiários sertanejos, nessa ocasião descreve uma norma particular elaborada por um fazendeiro que proibia diversas atitudes, sendo uma delas a prática de boatos por parte dos seus moradores colocando que: “Sua vida é rigorosamente controlada pelo latifundiário, que num determinado caso criou o seguinte regulamento [...] todos os moradores desta propriedade estão proibidos de: espalhar boatos, fingir-se de doente para não trabalhar [...] os que não obedecerem, terão 24 horas para se retirarem”.

Podemos assim entender que esta forma de “rumor ou boatos” era uma estratégia comumente utilizada para comentarem e elaborarem uma crítica a determinadas situações, que não podiam fazer abertamente, sendo evidente que se o comentário a ser feito não agredisse, nem afrontasse aos dominantes não teria nenhuma razão de se esconder sua autoria, não sendo necessário, portanto, a utilização dos boatos.

6.12 As Reciprocidades Interestaduais da Elite: um Torturador a serviço dos Dominantes

Quanto a estes e outros depoimentos serem prestados na referida Delegacia de Investigações e Capturas do Recife nos causava certa estranheza, pois, a cidade do Recife, era a capital de Pernambuco, de forma que não apresentava nexos o fato dessas prisões e dos conseqüentes depoimentos se darem naquela capital, fora das alçadas policiais e jurídicas pertinentes, no caso na jurisdição de Alagoa do Monteiro no estado da Paraíba, local onde ocorreu o crime.

Por outro lado, causava estranheza, também, que nesses interrogatórios estava sempre presente o delegado titular da referida delegacia o Dr. João Inácio Ribeiro Roma, pois, são diversas as referências que os depoentes fazem a este, por ocasião das sessões de tortura nos interrogatórios por ele comandada. Entre outros depoentes, coloca Ciríaco Dodô:

[...] que só declarou no termo de acareação em virtude das ameaças perante o Dr. João Roma e dos investigadores [...] por ter apanhado por soldados e investigadores da polícia daquele estado a mandado do delegado Dr. Roma. (Termo de interrogatório de Ciríaco ao 16.07.1942).

Aparentemente esta relação jurídica com o vizinho estado de Pernambuco não fazia nenhum sentido, se vista apenas pela ótica da jurisprudência, mas, observando mais atentamente, podemos perceber indícios de vínculos de pessoas da elite de Monteiro com pessoas do referido estado vizinho, ocasião em que se utilizava desses vínculos para perseguir e torturar os presidiários no intuito de obter informações.

Na tentativa de buscar desvendar esses indícios, procuramos primeiramente conhecer melhor quem era este delegado João Inácio Ribeiro Roma, tão referenciado, uma vez que este sempre aparecia como comandando os interrogatórios daquelas pessoas que foram detidas. Numa pesquisa preliminar foi fácil colher informações, uma vez que, conforme constatamos, esta foi uma pessoa de destaque nos meios policiais e políticos do Estado de Pernambuco.

João Inácio Ribeiro Roma nasceu em Olinda em 1912, e apenas com dezesseis anos começou a trabalhar na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Nessa trajetória no meio policial desenvolveu atividades diversas como guarda civil, investigador de polícia, fiscal na alfândega do Recife e foi secretário da Casa de Detenção naquela capital. Durante o Estado Novo foi delegado do segundo Distrito do Recife e da Delegacia de Investigações e Capturas. Ocupou o cargo de Secretário de Segurança Pública no período de 1948 a 1950, no governo de Barbosa Lima Sobrinho. Na esfera política, foi eleito deputado federal na legenda do PSD em 1950 e dado as suas práticas políticas foi apelidado de o “Diabo Louro”.

Se, por um lado, foi fácil encontrar referências sobre a trajetória do delegado João Roma, considerando suas atividades públicas, por outro, em nenhum momento encontramos menção em relação à cidade de Alagoa do Monteiro, permanecendo, todavia, a dúvida quanto ao sentido daqueles camponeses serem presos e interrogados no Recife.

Continuando na perspectiva de analisar essas referências que indicavam haver algum sentido para aquelas ações acontecerem naquele estado, encontramos elementos significativos que nos permitia esclarecer estes acontecimentos a partir da análise das contendas das elites no plano político ocorridas de Alagoa do Monteiro em 1911. Neste ano, em Alagoa do Monteiro,

houve uma contenda entre a elite pela disputa do poder político, ocasião em que, frações da elite representada pelos coronéis alinharam-se, conforme seus objetivos em dois grupos opostos. Por esta ocasião, ocorreram diversos confrontos armados em que foram assassinados integrantes de ambos os lados. Assumindo este conflito uma dimensão de maior vulto, o governo do estado da Paraíba, sentindo-se pressionado por suas bases, pede auxílio em alguns momentos específicos ao governo de Pernambuco e através da força policial desses dois estados, foram sufocados os grupos que não se alinhavam com o governo do estado.

Por esta ocasião, encontravam-se em lados opostos o coronel Augusto Santa Cruz e o coronel Nilo Feitosa, ambos chefes de extensas oligarquias. Com o fim do conflito armado permaneceram as rivalidades e como forma de impor a ordem no município, logicamente a ordem sobre uma facção, evidentemente a dominada, foi nomeado como promotor o Dr. João Roma para apurar os crimes cometidos pelo coronel Augusto Santa Cruz. Pedro Nunes Filho, em seu livro “Guerreiro Togado” que trata da questão, assim se refere:

[...] para apurar os crimes cometidos por Santa Cruz e seus cabras, seguiu para Alagoa do Monteiro o juiz comissionado, Dr. Vasco Toledo [...] para ocupar o lugar do antigo promotor, foi nomeado, por indicação de Ulysses Costa, o Dr. João Roma, filho do administrador do presídio de Fernando de Noronha. (NUNES FILHO, 1997, p.259).

Através dessas colocações ficava evidente que aquelas pessoas que foram presos no Recife na Delegacia de Investigações e Capturas, se deram por um entendimento da família Feitosa com o delegado João Roma, antigo aliado da família desde seus préstimos na acusação da facção derrotada em Alagoa do Monteiro. Apenas a ameaça de prender os acusados no Recife já servia como instrumento de tortura, pois, estando isolado de seu meio e de seus familiares estes se encontravam totalmente submetidos às arbitrariedades sem nenhuma perspectiva de proteção legal. Conforme anteriormente mencionado tiveram pessoas a exemplo de um morador de fazendas da região, que de tanto ser supliciado chegou mesmo a enlouquecer e ser internado na Tamarineira, instituição destinada as pessoas com problemas psiquiátricos.

Entendemos, também, que o fato de levar para o Recife os prisioneiros, teve o papel de ocultar as formas de torturas a que estes eram submetidos, possivelmente, após se tornar público que aquelas primeiras pessoas condenadas, após torturas, em Alagoa do Monteiro sem sequer

terem conhecido a pessoa que foi assassinada, estarem cumprindo pena na casa de detenção em João pessoa, capital do estado da Paraíba.

O uso desta forma de coerção sobre os dominados, no intuito de retirarem deles a qualquer custo informações, demonstra que estes não eram passivos nem tão pouco submissos, mas que compreendiam muito bem sua posição em relação aos domínios da elite e se posicionavam de acordo com suas compreensões dessas relações de poder. Entretanto, o uso da força demonstra a existência de informações e práticas dos dominados que não chegavam ao conhecimento das elites, o que nos leva a perceber um indício bastante evidente da existência de um discurso oculto, exercitado pelos camponeses, e que era rompido pelo emprego da força, ocasião em que os camponeses eram submetidos à tortura, o que demonstra que a elite não tinha o controle total sobre estes.

Mediante os depoimentos e observando as circunstâncias em que foram prestados, podemos concluir que naquele contexto as expressões de poder exercitadas pelos coronéis não eram aceitas de forma passiva, mas, se desenvolveram formas de resistência diversas, sendo empregadas de acordo com as possibilidades, assumindo as formas características do discurso oculto e do discurso público.

Podemos questionar o fato de considerarmos o assassinato como uma forma de resistência, uma vez que se tratou de uma ação criminal, entretanto, quanto a esta perspectiva não pretendemos julgar a legalidade ou não da ação, mas entender que aquela ação desenvolvida naquele contexto específico por parte de um subalterno frente ao poder de uma família tradicional de coronéis, inclusive sendo estes seus patrões, constituiu-se como uma ação de resistência.

Não pretendemos afirmar que essa ação teve uma dimensão coletiva para além do objetivo individual do praticante, porém, devemos levar em consideração que é bastante provável que esta ação agradou a diversas pessoas, principalmente os camponeses e a população pobre. O que os autos demonstraram é que, naquele contexto, esta ação foi resultado da ação de diversas pessoas, umas propositalmente tomando parte na ação e outras sem o conhecimento do objetivo da ação, no caso do assassinato, mas contribuíram, mediante as relações de reciprocidade exercitadas no cotidiano, sendo fatores determinantes que propiciaram os tramites para a execução da ação do assassinato, desde o transporte da arma, à execução e o sigilo das circunstâncias do crime.

CAPÍTULO VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes documentais que tratam do registro de sesmarias demonstram doações de terras nos recantos da região do cariri ocidental da Paraíba, na passagem do século XVII para o XVIII. A partir desse período, são diversas as concessões que possibilitam a expansão da utilização de áreas de terras, cada vez mais, nos recantos do cariri, chegando às fronteiras na direção Sul com o vizinho estado de Pernambuco. Essa foi a forma mais visível da ocupação, acontecendo de acordo com trâmites legais, no tocante a doação de sesmarias, através dos títulos concedidos pelos poderes constituídos, da qual se originou a explicação da ocupação regional apenas a partir da atividade pecuária. Entretanto, a compreensão de que essa região foi uma das últimas do estado a ser povoada parte, equivocadamente, do pressuposto de que essa área do estado foi ocupada unicamente com a finalidade de instalação de fazendas de gado, através das referidas concessões de sesmarias para tal atividade.

A área específica do município de Monteiro, anteriormente denominado de Alagoa do Monteiro, localiza-se no Cariri Ocidental da Paraíba, no extremo sul do estado, tendo como fronteira, por todos os lados, o estado de Pernambuco. Considerando ser uma área distante, de ambos os centros mais habitados e administrativos desses dois estados, teve como atrativo para algumas pessoas que para lá se dirigiram a condição de servir como esconderijo e como lugar de subsistência fora do alcance dos poderes instituídos e dos latifundiários escravocratas.

Conforme demonstramos, essa outra via de ocupação se deu pela ação dessa diversidade de pessoas, pobres do campo, escravos e ex-escravos, que não se sujeitaram às condições de trabalho nas grandes fazendas, e foram ocupando recantos daquela área sem o consentimento e conhecimento dos poderes constituídos bem como dos latifundiários e assim foram garantindo, cotidianamente, a posse dessas áreas de terras, constituindo, dessa forma, o campesinato regional.

A vinda para essa região dessa diversidade de pessoas que constituiu o campesinato regional, explica-se por não terem a possibilidade de acesso a terra nos locais mais povoados, considerando a concentração da terra e a vigilância dos latifundiários.

O campesinato que tem na terra a principal fonte de subsistência confrontou-se com os latifundiários para garantir a posse dessas áreas, desenvolvendo princípios que regulamentavam o uso e posse da terra. Os camponeses legitimavam a posse de suas áreas não por meios jurídicos,

como faziam os grandes latifundiários, mas, mediante a ocupação e o trabalho. Entre os camponeses, o reconhecimento da posse da terra se confirmava a partir do trabalho cotidiano, respeitando-se os limites de áreas demarcadas pelos rios, riachos, serras, árvores, etc. Essas regras sociais eram passadas de geração a geração pela tradição oral e serviam para estruturar as relações de sociabilidade.

Entretanto, as relações entre os camponeses não era um fio constante e linear de cooperação, mas permeado de conflitos. Os princípios que norteavam o direito à posse da terra e seu uso eram vigiados e a não obediência poderia gerar conflitos entre parentes, compadres e vizinhos. Podemos entender, assim, que as relações de sociabilidade eram perpassadas tanto pela cooperação quanto pelo conflito.

Quanto aos latifundiários, estes utilizavam partes de suas áreas de terras como “terras em campo” ou “terras de campo”, o que possibilitava uma vigilância coletiva, por parte destes, pois todos se responsabilizavam em vigiar e impedir aos camponeses se apossarem de partes dessas áreas ou mesmo utilizarem os recursos naturais, sem a autorização prévia dos seus donos, conforme regulamentava o costume, condição essencial a ser observada para não desencadear represálias violentas.

Essa situação impelia os camponeses a procurar, junto aos latifundiários, meios para ajudá-los na subsistência, buscando acesso a essas áreas e utilizar os recursos que não possuíam, como as fontes de água e até mesmo áreas de terras para trabalharem, desenvolvendo atividades agrícolas.

Esse contexto socioeconômico, no qual se defrontavam sujeitos sociais em condições desiguais, contribuía para que se estruturassem relações de poder nas quais se verificava a dominação dos camponeses pelos latifundiários que, conforme demonstramos, constituíam a elite regional e que eram donos das vastas extensões de terras.

Essa elite procurava exercitar a dominação mediante práticas que, conforme vimos, eram diversas, podendo ser apenas a intimidação dos camponeses, mediante ordens diretas ou sinalizadas, ou mesmo torturas físicas e até mesmo o assassinato.

A elite almejava ter o controle de seus trabalhadores não apenas nas atividades da produção dentro dos limites de suas propriedades rurais, mas buscava controlar até mesmo o seu direito de ir e vir, pois tinham de pedir permissão para sair da área da fazenda para ir participar de algum evento social. Entretanto, nem sempre os camponeses se submetiam às vontades de seus

padrões, o que nos leva a entender, pelo o que observamos, que, havendo possibilidade de resistência, esses trabalhadores resistiam.

Podemos compreender, também, o emprego da violência pelos latifundiários como um indício de que havia resistência por parte dos dominados, pois se estes acatassem as práticas de dominação, sem contestação, é evidente que não seria necessário o uso da força.

Conforme nos foi possível observar em diversos momentos, os camponeses conheciam muito bem o contexto social em que viviam e tinham informações das atitudes das pessoas da elite, de suas formas de amedrontar, de fazer uso da violência para serem obedecidos e essas informações eram socializadas em diversas ocasiões, nos espaços seguros. Os camponeses eram bem informados das práticas de dominação da elite e se não demonstravam esse conhecimento, se por acaso fingiam nada saber do comportamento agressivo dessa elite, este posicionamento consistia em uma estratégia elaborada de dissimulação característica da resistência cotidiana.

Verificamos que a dissimulação e a teatralização em diversas ocasiões, a partir da análise dos conflitos entre a elite e os camponeses, eram ações constantes quando pessoas da elite tensionavam expropriar os camponeses. Como demonstramos, uma prática bastante evidente naquele contexto era a atitude de pessoas da elite, não raro, ampliar seus domínios territoriais desrespeitando as regras costumeiras, ocasião em que usavam de meios diversos para expropriarem as áreas de terras dos camponeses. Esses meios empregados seguiam uma trajetória bastante semelhante nos casos observados. Iniciava-se com a intimidação do camponês, ocasião em que se fazia uma proposta de compra para a sua área de terra e poderia chegar mesmo a eliminação física do mesmo, se houvesse resistência.

Entendemos que nessas ocasiões desenvolvia-se entre essas categorias, o discurso público com objetivos distintos: a elite pretendendo esconder seu real interesse de expropriar os camponeses e estes demonstrando não conhecer esse objetivo. Tratava-se, pois, de uma encenação em que ambos os lados sabiam perfeitamente o que o outro queria, mas não se falava abertamente, nestas ocasiões ambos se posicionavam de forma teatralizada.

Desenvolvia-se nessas ocasiões a prática do discurso público, pois ambos os sujeitos sociais procuravam convencer o outro da veracidade do discurso que estavam utilizando naquele momento, ou seja, a elite procurava demonstrar a veracidade de sua proposta e os camponeses, de acordo com as circunstâncias, esconder o que realmente pensavam, colocando-se da forma mais

prudente naquela ocasião, considerando o contexto das relações de poder em que estavam envolvidos.

Nessas ocasiões, mediante o discurso público, os camponeses, antevendo o conflito, já exercitavam, mediante essa prática, uma forma de resistência que consistia em representar teatralmente uma suposta deferência e respeito que a elite esperava.

Entretanto, conforme constatamos, os camponeses ao serem expropriados de suas terras, aparentemente, não esboçavam reação, mas, essa aparente passividade dissimulada escondia a existência de um discurso oculto, em que se elaborava uma crítica velada a essa elite e se elaborava no seio da família ou dos mais próximos o planejamento de uma futura ação de resistência.

Assim, nas ações de resistência que observamos em represálias ao desrespeito da elite a suas posses de terras, os camponeses se utilizavam habilmente do anonimato como uma forma de proteção. Constatamos, dessa forma, que diversas agressões à elite, compreendidas naquele contexto social como uma ação de vingança, podem ser entendidas, de fato, como expressões de resistência promovidas pelos camponeses que se utilizando do anonimato como meio de se protegerem, promoviam essas ações em represálias às agressões anteriormente sofridas.

Outras práticas de resistência, como a fofoca, percebemos a partir da análise dos assuntos que eram tratados por ocasião dos encontros nas feiras, momentos festivos, encontros nas residências desses camponeses ou mesmo encontros ocasionais, momentos em que se falava, livremente, de assuntos que não podiam ser falados em público. Nesses encontros se falava de tudo livremente e, principalmente, se faziam gozações com a elite, conforme pudemos demonstrar quanto às brincadeiras que se faziam nas feiras em relação às agressões que atingiam a elite. As formas de manifestar o descontentamento com a elite eram diversas, mas sempre de acordo com as possibilidades se falava nas costas dessa elite o que não era tolerado em sua presença, conforme demonstramos pelo uso da fofoca e também dos apelidos.

A existência de espaços onde se elaborava um discurso contestatório não se limitava tão somente às ocasiões mencionadas, mas, acontecia, também, de forma mais elaborada, por ocasião das cantorias que eram manifestações culturais específicas daquela região e que, dadas as suas particularidades artísticas e sua elaboração ser de autoria de sujeitos em igual condição social, assumia a forma de um espaço social marginal no Cariri paraibano.

Podemos demonstrar, assim, que tendo essa expressão cultural a marca da oralidade e da efemeridade, constituiu-se como um meio propício para os camponeses socializarem suas angústias e informações e, acima de tudo, expressarem suas indignações quanto às práticas de dominação que enfrentavam. Nesses espaços, a raiva, a angústia, o descontentamento eram manifestados e extravasados mediante as poesias que se faziam e se estabelecia uma situação na qual os camponeses tratavam de situar as questões que os afligiam de forma a ridicularizar, de menosprezar, de desejar represálias aos dominantes, evidentemente, a elite que os oprimia.

Exercitava-se, assim, nessas ocasiões, uma resistência simbólica aos dominantes. Entretanto, essa resistência simbólica quando se dava num espaço coletivo, em que os camponeses compartilhavam os sentimentos de descontentamento com a prática da elite, contribuía para uma construção de uma compreensão coletiva da realidade que enfrentavam, norteando, por sua vez, formas semelhantes de resistência.

Assim, esses espaços marginais de contestação e socialização de problemas comuns serviam como substrato tanto para nortear quanto legitimar possíveis ações de resistência, a exemplo da “vingança” que, conforme vimos naquele contexto, constituiu-se como uma forma de resistência que ocorreu em diversas ocasiões e mesmo se configurando em ações individuais não deixava de ter suas raízes e sua legitimidade construídas nesses espaços marginais de socialização.

A partir dos conflitos observados, podemos compreender que os camponeses, de acordo com a situação específica que enfrentavam, se posicionavam, estrategicamente, desenvolvendo ações de contestação à dominação, mesmo que suas atitudes em momentos específicos não se tornassem evidentes. Analisando os conflitos, observamos a existência de uma diversidade de ações com as características da resistência cotidiana, ações estas, que contribuiram para a reprodução social dos camponeses.

REFERÊNCIAS

ABREU, Daisy B. de Lacerda. **A terra e a lei**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1983.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. **Moxotó brabo**: Aspectos histórico-sociológicos de uma região sertaneja – Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

ALMEIDA, Eliene Amorim. (Org.). **Xucuru filhos da mãe natureza: uma história de resistência e luta**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997b.

ALMEIDA, José Américo de. **Um trimestre de administração**: Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1º de junho de 1951, à Assembléia Legislativa. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951.

_____. **O Ano do Nego. Memórias**. 3. ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e sociabilidades**. V. II. São Paulo: UNESP, 2009.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3. ed., João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997a.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ARANHA, Gervácio Batista. A história renovada: a emergência dos novos paradigmas. In: **Saeculum: Revista de história** – n.4 - 5, João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2000.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas**. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO. Segundo Conselho de Estado, 1823 – 1834. v. II. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1973.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a historia do agreste e sertão** – v.I. Recife: CEHM/FIAM, 1982.

_____. **Caboclos de Urubá**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

BATISTA, Francisco de Assis. **Movimentos sociais no campo**: O caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB. João Pessoa: IMPRELL Gráfica e Editora, 1997.

_____. **Sindicalismo Rural x Clientelismo: trilhas de exercícios de cidadania (análise das ações político-educativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro - PB)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000.

BENJAMIM, Walter. **Imagens de Proust**. In: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história cultural**. V.I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BONALD NETO, Olímpio. **Cultura, turismo e tempo. Fruição do inatingível**. Recife: FUNDARPE, 1983.

BURITI, Iranilson; HILUEY, Xênia Fernandes. **Guerreiros do Fisco: A história do agente fiscal na Paraíba (1930-1990)**. Campina Grande: Gráfica Marcone, 1999.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHANDLER, Billy J. **Os Feitosas e os Sertões dos Inhamuns**. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**; Tradução de Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / MEC, 1975.

CURRAN, Mark J. A sátira e a crítica social na literatura de cordel. In: DIEGUES JÚNIOR, Manuel et. all. **Literatura popular em verso: estudos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

Diretoria Geral de Estatística. Ministério da indústria, viação e obras públicas. Sinopse do recenseamento, 1898.

Diretoria Geral de Estatística. Ministério da indústria, viação e obras públicas. Sinopse do recenseamento, 1900.

Diretoria Geral de Estatística. Ministério da agricultura, indústria e comércio. Recenseamento do Brasil, 1920.

ESTATUTO DA TERRA. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

_____. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930.** João Pessoa: Idéia, 1993.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. 2. ed. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros:** Verdadeiro, falso, fictício. 2. ed. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória:** cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GRAZIANO, J. et all. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba.** Apresentação e atualização ortográfica feita por Wellington Aguiar. João Pessoa: A União, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico e econômico de 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário – 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000.

JOFFILY, Geraldo Irineu. **Um cronista do sertão no século passado.** Campina Grande: Comissão Cultural do Município, 1965.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba.** Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: A União, 1978.

_____. **Através do Sertão**. Edição Fac-Similar. Mossoró: Fundação Vigt-un Rosado, 1999. (Col. Mossoroense, Série C).

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1982.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **O cotidiano Camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott**. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, v.21. n. 01, p.32-44, 2002.

_____. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. Revista Vivência. n. 28., Natal: 2005a.

_____. **Economia Moral: um conceito para o campesinato?** Relatório Pesquisa Pós-Doutorado, New Haven, Yale University, 2005.

MONSMA, K. J. C. Scott e a resistência cotidiana no campo: Uma avaliação crítica. In. **Revista Brasileira de Informações Bibliográfica em Ciências Sociais nº 49**. 2000 - p. 95 – 121.

MOREIRA, José de Alencar Nunes; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil**. Campina Grande: EMBRAPA, 1994.

NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral *Versos* Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História**. PUC. São Paulo, n.16, p.39-56. Fev. 1998.

_____. **A multidão e a História: Saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba: Lutas e resistência**. João Pessoa: UFPB - Editora Universitária, 1996.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino de; FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew et. all., Apresentação da coleção. In: GODOI; Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: Enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a História dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. C. 1700-1875.** Revista de Ciências Sociais, vol.30. n. 3, 1987.

_____. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817).** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. **Cordel na sala de aula.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.

PINTO, Luís. **Síntese histórica e cronológica da Paraíba (1501-1952).** Rio de Janeiro: Minerva, 1953.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa: Uma contribuição ao estudo do mandonismo local – Paraíba (1930).** João Pessoa: A União Cia. e Editora, 1978.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MEDEIROS, Maria do Céu. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre.** João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

_____. **Escravos, livres e insurgentes Parahyba (1850-1888).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SABOURIN, Eric. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Construções identitárias e sociabilidades.** São Paulo: UNESP, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90.** La Habana, 1991.

SCOTT, J.C. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia.** New Haven. Yale University, 1976.

_____. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance.** New Haven and London: Yale University Press, 1985.

_____. Everyday Forms of Resistance. In: **Everyday Forms of Peasant Resistance.** Forrest D. Colburn. (Org.). New York, 1989.

_____. **Domination and the arts of Resistance: Hidden Transcripts.** New Haven and London: Yale University Press, 1990.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia.** Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F. : Edições Era, 2000.

SCOTT, J.C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande, v.21. n. 01, p.10-31. 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SZMARECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriosvaldo. **Vida rural e mudança social**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TAVARES, João Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Volume CCXLV, (edição fac-similar). Mossoró: Centro gráfico do senado federal, 1982. (Col. Mossoroense).

TERRINCA, Frei Bento de. **Um anjo do Brasil: Frei Caetano de Messina**. Recife: s.n., 1939.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antonio Luigi Negro Sergio Silva. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

WELLEN, Aloys I. **O Regresso: o caso do povo Xucuru do Ororubá**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2002.

WOORTMAN, Ellen; WOORTMAN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

PUBLICAÇÕES REGIONAIS

(História regional / Memórias familiares)

ALVES, Ednaldo. **Guarabira um olhar sobre o passado**. João Pessoa: [s.n.], 2007.

ALVES SOBRINHO, José. **Cantadores, Repentistas e Poetas Populares**. Campina Grande: Bagagem, 2003.

BATISTA, Francisco Chagas. **Cantadores e Poetas Populares**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1997.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

CAVALCANTI, A. Leite. **História de Garanhuns**. Recife: CEHM/FIAM, 1983.

COSTA, José Fragoso da. **À margem do meu riacho doce:** tempos de fé e de paixão em terras da Paraíba. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora TVJ, 2000.

DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do Sertão:** a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: Grafset, 1988.

FERREIRA, Aderaldo. **Tradições ruralistas:** marcas de gado, experiências, clima e outras histórias. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

FERREIRA, Josué Eusébio. **Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.** João Pessoa: Idéia, 2001.

FONSECA, Mário. **Um sacerdote nordestino.** Recife: Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, 1975.

GREGÓRIO, José. **Sertão perverso.** Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé, 1967.
JANSEN FILHO. **Uma vida vivida em poesia.** Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1989.

LEAL, José. **Vale de Travessia.** 2. ed. Campina Grande: Gráfica Santa Fé, 1993.

LIMA, Abdon Monteiro de. **Memórias de um vaqueiro cearense.** João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1982.

LINS, Etelvino. **Um depoimento político. Episódios e Observações.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará. A epopéia de (mais) um século.** João Pessoa: A UNIÃO Sup. de Imprensa e Editora, 1996.

MEDEIROS, Irani. **Pinto do Monteiro:** o bardo do Cariri. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo: Ed. Camargo Soares, 1990.

MENEZES, José Rafael de. **Patriarcas de Alagoa do Monteiro.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

_____. **O testemunho dos bem nascidos.** Recife: Bagaço, 1997.

_____. **A geração de 45.** João Pessoa: A UNIÃO Editora, [s.d.]

PARAÍSO, Rostand. **Tantas histórias a contar...** Recife, Comunicarte, 1994.

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro togado:** fatos históricos de Alagoa do Monteiro. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1997.

NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem.** Recife: Liber, 2008.

NUNES FILHO, José. **Poetas Encantadores.** 2. ed. João Pessoa: Gráfica Imprell, 2001.

PITANGA, Praxedes. **Memórias: Minha vida, minhas lutas.** João Pessoa: [s.n.], 1988.

PONTES, Antonio Barros. **Mundo dos coronéis.** Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1970.

RAFAEL, Rita Albino. **Sumé que eu trago na memória.** João Pessoa: Imprima, 2003.

_____. **Uma Chuva de Memórias.** João Pessoa: Imprima Editora, 2008.

RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba. Mercado para morrer. A saga das Ligas Camponesas de Sapé e a morte de seu líder, João Pedro Teixeira.** João Pessoa: Grafset, 1989.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e Fatos.** João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba, 1979.

RIETVELD, João Jorge. **A terra da mulher que rezava: fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre – Paraíba, 1895 – 1995.** João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1995.

_____. **Centenário de Camalaú, 1895-1995.** João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996.

_____. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro.** João Pessoa: Imprell, 1999.

_____. **A herança de Manoel Monteiro: duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000).** João Pessoa: Imprell, 2002.

SUASSUNA, Raimundo. **Memórias.** João Pessoa: GGS Gráfica e serviços, 1979.

WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna: notas para história de Pesqueira.** Pesqueira: Prefeitura Municipal, 1980.

FONTES DOCUMENTAIS

Anotação de assassinato no 1º Cartório de Registro Civil, em Monteiro, em 23.11.1937.

Apelação do réu Ciríaco da Silva Dodô, em 14.12.1944.

Autos da ação penal contra Adolpho Laurentino Bezerra e José Laurentino Bezerra, em 4 de março de 1939.

Auto de corpo de delito – Monteiro, 10.06.1942.

Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva, em 15.01.1942. Delegacia de Investigações e Capturas do Recife.

Auto de declarações que presta Ciríaco da Silva - delegacia de investigações e capturas do Recife, em 18.01.1942.

Auto de declarações que presta Didier Fortunato Bezerra, em 4.12.1942, na delegacia de investigações e capturas do Recife.

Auto de declarações que presta Didier Fortunato Bezerra, em 24.12.1942, na delegacia de investigações e capturas do Recife.

Auto de declarações que presta José Francisco de Araújo. Delegacia de Investigações e Capturas do Recife, em 15.12.1942.

Auto de declarações que presta Manoel Pereira da Silva em 14.12.1942.

Auto de defesa elaborado por Ernany Sátiro, advogado de Ciríaco Dodô, em 8 de setembro de 1942.

Auto de exame procedido no cadáver de Manoel Feitosa Ventura em 23.11.1937.

Auto de perguntas feitas a Adolpho Laurentino bezerra em 10.02.1943.

Auto de perguntas feitas a Ciríaco da Silva Dodô aos 18.12.1942 - chefatura de polícia em João Pessoa.

Auto de perguntas feitas a Francisco José Pereira, em Monteiro, no dia 24.08.1942.

Auto de perguntas feitas a João Francisco de Sousa, em 30.07.1942 – Monteiro.

Auto de perguntas feitas a José Laurentino Bezerra em 11 de outubro de 1938.

Auto de perguntas feitas a Laurentino Bezerra em 10 de outubro de 1938.

Depoimento de Francisco José da Silva, apelidado de Chico Mussiço na delegacia de capturas do Recife em 9 de dezembro de 1942.

Depoimento prestado por Manoel Pereira no dia 24.08.1942. Fórum de Monteiro.

Depoimento prestado em Monteiro por Joaquim Rodrigues de Freitas em 24.08.1942.

Termo de acareação feita entre Didier Fortunato e Ciríaco Dodô, em 27.01.1943 em Monteiro

Termo de declaração que prestou Didier Fortunato Bezerra na primeira delegacia auxiliar de polícia – São Luiz do Maranhão, 25 de setembro de 1942.

Termo de interrogatório do denunciado Ciríaco da Silva Dodô, aos 16.07.1942, fórum de Monteiro.

Testemunho prestado por Francisco José da Silva em 5.2.1943- Monteiro.

MANUSCRITO

Manuscrito elaborado por João Chaves Ventura sobre sua trajetória familiar.

LIVROS DE TOMBO

Livro de Tombo da Igreja Católica de Afogados da Ingazeira

Livro de Tombo da Igreja Católica de Alagoa do Monteiro

ENTREVISTAS

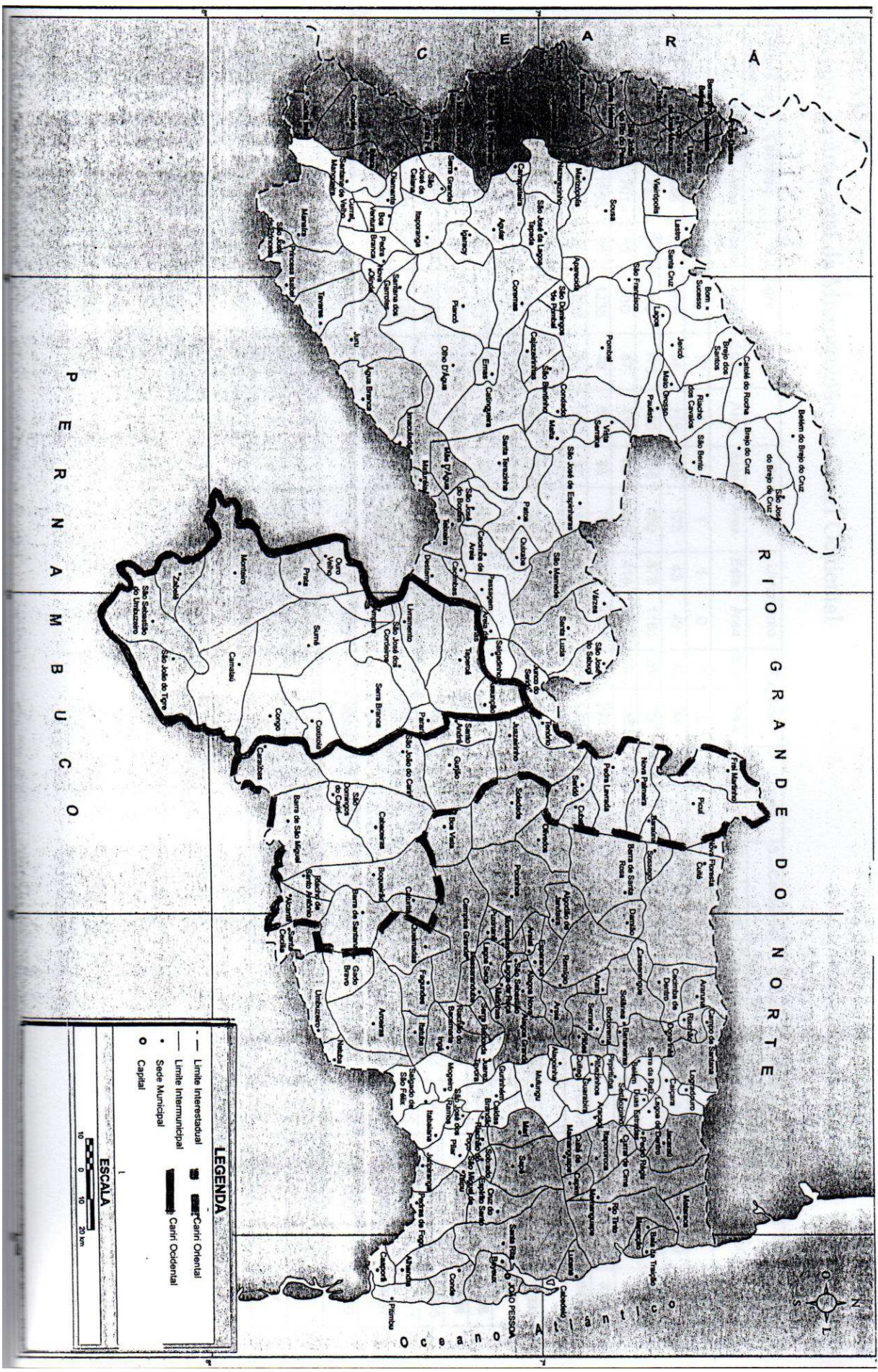
Entrevista realizada em fevereiro de 2007, com a Sra. Maria Eva de Jesus, camponesa residente em São Sebastião do Umbuzeiro.

Entrevista realizada, em maio de 2008, com o Sr. Manoel Leite de Lima, camponês residente em Sumé.

Entrevista realizada em novembro de 2008, com o Sr. Inácio Ribeiro, camponês residente em Monteiro.

ANEXOS

ANEXO A - ESTADO DA PARAÍBA MICROREGIÕES GEOGRÁFICAS: CARIRI ORIENTAL E CARIRI OCIDENTAL



P E R N A M B U C O

C I A R A

R I O G R A N D E D O N O R T E

O C E A N O

